



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1337

Quarta-feira - 02 de Outubro de 2013

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce	3
Alto Bela Vista	14
Antônio Carlos	14
Biguaçu	16
Bom Jesus do Oeste	58
Bom Retiro	58
Braço do Trombudo	61
Brunópolis	62
Caçador	62
Camboriú	69
Campo Alegre	72
Campos Novos	74
Canoinhas	84
Capinzal	85
Catanduvas	86
Chapadão do Lageado	87
Concórdia	87
Coronel Freitas	101
Curitibanos	101
Ermo	102
Erval Velho	103
Forquilha	105
Fraiburgo	107
Garopaba	119
Garuva	125
Gaspar	125
Governador Celso Ramos	146
Guaramirim	146
Herval d'Oeste	147
Imbituba	156
Ipumirim	156
Irineópolis	157
Itaiópolis	164
Itapiranga	172
Itapoá	176
Jacinto Machado	176
Joaçaba	177
Lages	182
Lebon Régis	192
Lindóia do Sul	194
Luzerna	194
Macieira	196
Maíra	205
Maravilha	206
Massaranduba	208
Meleiro	209
Monte Carlo	213
Morro da Fumaça	221
Navegantes	221

Nova Trento	223
Palhoça	225
Papanduva	229
Paulo Lopes	230
Pinheiro Preto	231
Pomerode	231
Porto Belo	233
Porto União	238
Presidente Castello Branco	240
Rio do Sul	240
São Bento do Sul	243
São Domingos	263
São João do Sul	265
São José	265
São Lourenço do Oeste	275
São Pedro de Alcântara	276
Schroeder	280
Serra Alta	289
Timbé do Sul	289
Timbó	289
Três Barras	294
Tunápolis	295
Turvo	299
Vargem Bonita	301
Videira	301
Vitor Meireles	303

Associações

FECAM	303
-------------	-----

Consórcios

CIMVI	304
CINCO	306

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br



01 DE OUTUBRO

Parabéns, Guaraciaba,
por seus 52 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.



Água Doce

PREFEITURA

Aviso de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
PROCESSO LICITATÓRIO 72/2013
DISPENSA DE LICITAÇÃO 10/2013

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 72/2013, na modalidade "DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 10/2013", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, o qual será processado e julgado no dia 26 de setembro de 2013 às 14h00, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Água Doce, SC, 26 de setembro de 2013
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº. 76/2013

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 76/2013

CONTRATANTE : Município de Água Doce
CONTRATADO : CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

OBJETO : Contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do programa de gestão tributária aprovado pelo CIGA.
PROCESSO: Processo Licitatório nº. 72/2013 - Dispensa nº. 10/2013

PREÇO : O valor total do contrato é de R\$ 1.530,00 (um mil quinhentos e trinta reais)

PAGAMENTO : Até o último dia de cada mês.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será da data da assinatura até 31/12/2013.

DATA : 26/09/2013

SIGNATÁRIOS: Novelli Sganzerla pelo Município de Água Doce e Gilsoni Lunardi Albino pela contratada.



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br

Demonstrativo Consolidado da Despesa com Pessoal 2º Quadrimestre 2013

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2012 A AGOSTO/2013

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	10.359.363,53	1.910,72
Pessoal Ativo	9.699.478,39	1.910,72
Pessoal Inativo e Pensionista	659.885,14	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	24.549,90	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	24.549,90	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	10.334.813,63	1.910,72
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	10.336.724,35	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		18.733.347,01
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		55,18
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 60%		11.240.008,21
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 57%		10.678.007,80
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 54%		10.116.007,39

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

AGUA DOCE, 27/09/2013

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contador CRC 022069/0-8

CÁRMEM LÚCIA PICCOLI NICHETTI
Coordenadora do Sist. controle Interno

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Demonstrativo Consolidado da Disponibilidade de Caixa 2º Quadrimestre 2013

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2013/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Alienações de Bens Destinados a Programas da Educa	597,53	0,00	597,53
Assistência Farmacêutica Básica	1.039,45	1.476,13	(436,68)
Atenção Básica	146.200,14	5.931,01	140.269,13
Bolsa Família	9.540,88	0,00	9.540,88
CIDE	10,87	0,00	10,87
Convênio Trânsito - Civil	94.908,86	25,00	94.883,86
Convênio Trânsito - Militar	70.268,68	0,00	70.268,68
COSIP	14.055,87	0,00	14.055,87
FIA IMPOSTO DE RENDA	15.085,92	0,00	15.085,92
Outras Especificações	129.831,31	409,20	129.422,11
Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social - FNAS	45.823,91	168,94	45.654,97
Programa Nacional Apoio Transporte Escolar PNATE	993,90	0,00	993,90
Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física - PPD	182,40	0,00	182,40
REC.CONV.FED. OU ESTADUAIS	305.793,68	199.191,34	106.602,34
Rec.Imp. Educação	421.615,40	33.138,61	388.476,79
REC.VINC. FUNDEF 60	47.736,37	0,00	47.736,37
Receitas Próprias de Entidades de Administração Indireta	14.623,59	0,00	14.623,59
Recursos de Alienação de Bens	737,11	0,00	737,11
Recursos de Impostos - Educação - Superávit	59.859,86	649,32	59.210,54
Recursos Ordinários - Outros	288.732,34	107.670,31	181.062,03
RECURSOS SUPERAVIT VINCULADO	113.569,89	1.251,30	112.318,59
Salário-Educação	32.058,65	21.245,12	10.813,53
Transferências de Convênios - Saúde	245.363,30	1.823,25	243.540,05
Vigilância em Saúde	46.753,55	149,18	46.604,37
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	2.105.383,46	373.128,71	1.732.254,75
Convênio Trânsito - Prefeitura	149.522,55	0,00	149.522,55
FIA- DEMAIS RECURSOS -PREFEITURA	82.602,44	0,00	82.602,44
FMHIS - RECURSOS ORDINÁRIOS	14.473,77	0,00	14.473,77
Outras Transf. do FNDE	21.637,97	10.950,00	10.687,97
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	6.524,79	0,00	6.524,79
Receitas Impostos e Transf. de Impostos-Saúde	82.802,53	110.909,52	(28.106,99)
RECURSOS ORDINÁRIOS	1.472.235,29	4.239,32	1.467.995,97
Recursos Ordinários	10.194,95	1.718,78	8.476,17
Superávit 2011 Rec.Ordinário	419.198,86	3.466,50	415.732,36
Transferências de Convênios - Educação	25.116,43	22.368,40	2.748,03
Vinculado Saude	131.757,76	0,00	131.757,76
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	2.416.067,34	153.652,52	2.262.414,82
TOTAL (III) = (I + II)	4.521.450,80	526.781,23	3.994.669,57
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2013/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

Continuação 2/2

R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

AGUA DOCE, 27/09/2013

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contador CRC 022069/0-8

CÁRMEM LÚCIA PICCOLI NICHETTI
Coordenadora do Sist. controle Interno



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Demonstrativo Consolidado dos Restos a Pagar 2º Quadrimestre 2013

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2013/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Assistência Farmacêutica Básica	0,00	1.476,13	0,00	1.703,93	(436,68)	0,00
Atenção Básica	0,00	5.931,01	0,00	12.815,29	140.269,13	0,00
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatório	0,00	0,00	0,00	372,44	0,00	0,00
Convênio Trânsito - Civil	0,00	25,00	0,00	3.628,72	94.883,86	0,00
Convênio Trânsito - Militar	0,00	0,00	0,00	2.833,60	70.268,68	0,00
Convênio Trânsito Militar	0,00	0,00	0,00	735,90	70.268,68	0,00
COSIP	0,00	0,00	0,00	11.000,00	14.055,87	0,00
F.M. SANEAMENTO - RECURSOS VINCULADOS	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00
FIA IMPOSTO DE RENDA	0,00	0,00	0,00	13.265,00	15.085,92	0,00
Outras Especificações	0,00	409,20	0,00	13.609,66	129.422,11	0,00
Outras Transferências de Recursos do Fundo de Custeio	0,00	168,94	0,00	0,00	45.654,97	0,00
REC.CONV.FED. OU ESTADUAIS	0,00	0,00	199.191,34	11.824,00	106.602,34	0,00
Rec.Imp. Educação	611,22	20.203,00	12.324,39	5.043,18	388.476,79	0,00
Recursos de Impostos - Educação - Superávit	0,00	649,32	0,00	9.078,28	59.210,54	0,00
Recursos Ordinários - Outros	761,79	43.851,76	51.056,99	419.830,56	181.062,03	0,00
RECURSOS SUPERAVIT VINCULADO	0,00	0,00	1.251,30	0,00	112.318,59	0,00
Salário-Educação	0,00	21.245,12	0,00	8.998,00	10.813,53	0,00
Transferências de Convênios - Saúde	0,00	1.823,25	0,00	28.198,68	243.540,05	0,00
Vigilância em Saúde	0,00	149,18	0,00	540,00	46.604,37	0,00
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	1.373,01	95.931,91	263.824,02	549.477,24	1.728.100,78	0,00
Convênio Trânsito - Prefeitura	49,37	0,00	-49,37	3.244,49	149.522,55	0,00
FIA- DEMAIS RECURSOS -PREFEITURA	0,00	0,00	0,00	17.822,00	82.602,44	0,00
Outras Transf. do FNDE	0,00	0,00	10.950,00	0,00	10.687,97	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	0,00	0,00	0,00	4.360,53	6.524,79	0,00
Receitas Impostos e Transf. de Impostos-Saúde	0,00	98.356,83	0,00	111.184,86	(28.106,99)	0,00
RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	5.877,25	0,00	34.057,63	1.476.472,14	0,00
Superávit 2011 Rec.Ordinário	0,00	3.466,50	0,00	14.596,00	415.732,36	0,00
Transferências de Convênios - Educação	0,00	22.368,40	0,00	226,05	2.748,03	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	49,37	130.068,98	10.900,63	185.491,56	2.116.183,29	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	1.422,38	226.000,89	274.724,65	734.968,80	3.844.284,07	0,00

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2013/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

Continuação 2/2

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
---	------	------	------	------	------	------

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

AGUA DOCE, 27/09/2013

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contador CRC 022069/0-8

CÁRMEM LÚCIA PICCOLI NICHETTI
Coordenadora do Sist. controle Interno

Demonstrativo Consolidado Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal 2º Quadrimestre 2013

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Quadrimestre de 2013

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	10.336.724,35	55,18
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	11.240.008,21	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	10.678.007,80	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-3.521.748,67	-18,80
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	22.480.016,41	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.121.336,34	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	97.731,59	0,52
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.997.335,52	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.311.334,29	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	734.968,80	3.844.284,07

FONTE:

AGUA DOCE, 27/09/2013

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contador CRC 022069/0-8

CÁRMEM LÚCIA PICCOLI NICHETTI
Coordenadora do Sist. controle Interno

Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida 2º Quadrimestre 2013

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2013

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	898.714,28	788.813,04	772.278,86	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	898.714,28	788.813,04	772.278,86	0,00
Interna	898.714,28	788.813,04	772.278,86	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	3.920.774,30	4.397.189,57	4.294.027,53	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.927.152,77	4.529.593,46	4.521.450,80	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	6.378,47	132.403,89	227.423,27	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-3.022.060,02	-3.608.376,53	-3.521.748,67	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	20.775.095,72	19.156.971,40	18.733.347,01	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	4,33%	4,12%	4,12%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-14,55%	-18,84%	-18,80%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	24.930.114,86	22.988.365,68	22.480.016,41	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	22.437.103,38	20.689.529,11	20.232.014,77	0,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	898.714,28	788.813,04	772.278,86	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	898.714,28	788.813,04	772.278,86	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	6.431,17	24.633,31	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	723.432,20	1.586.062,58	1.012.303,45	0,00

FONTE:

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2013

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

AGUA DOCE, 27/09/2013

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contador CRC 022069/0-8

CÁRMEM LÚCIA PICCOLI NICHETTI
Coordenadora do Sist. controle Interno

FONTE:

Demonstrativo das Garantias e Contra Garantias de Valores 2º Quadrimestre 2013

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2013

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	20.775.095,72	19.156.971,40	18.733.347,01	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	4.570.521,06	4.214.533,71	4.121.336,34	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	4.113.468,95	3.793.080,34	3.709.202,71	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

AGUA DOCE, 27/09/2013

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito MunicipalJOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contador CRC 022069/0-8CÁRMEM LÚCIA PICCOLI NICHETTI
Coordenadora do Sist. controle Interno

Demonstrativo das Operações de Crédito 2º Quadrimestre 2013

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2013/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	97.731,59	97.731,59
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	97.731,59	97.731,59
Interna	97.731,59	97.731,59
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	97.731,59	97.731,59
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	18.733.347,01	—
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	97.731,59	0,52
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.997.335,52	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	2.697.601,97	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.311.334,29	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	97.731,59	0,52

FONTE:

AGUA DOCE, 27/09/2013

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contador CRC 022069/0-8

CÁRMEM LÚCIA PICCOLI NICHETTI
Coordenadora do Sist. controle Interno

Alto Bela Vista

PREFEITURA

Designa Os Membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valoriza

DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, na forma da Lei Municipal nº 350, de 27 de Março de 2007 e conforme o estabelecido no inciso IV do § 1º do artigo 24 da Lei nº 11.494, de 20 de Junho de 2007.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam designados os membros efetivos e os respectivos suplentes, para a composição do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, conforme segue:

I. Representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos um (1) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente:

- a) Titular: Carline Funckler;
Cassiano Martinazzo.
- b) Suplente: Janaine Schneider;
Tleili Tiegs.

II. Representantes dos Professores da Educação Básica da rede municipal de ensino:

- a) Titular: Juliana Valéria Lermen Steckling.
- b) Suplente: Gisele Koller Bianqui Castro.

III. Representantes dos Diretores das Escolas Básicas Públicas:

- a) Titular: Vanda Bourckhardt Gastmann;
- b) Suplente: Lidiana Polhmann.

IV. Representantes dos Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Públicas de educação básica da rede municipal de ensino:

- a) Titular: Lourdes Rover Koller.
- b) Suplente: Grei Simara Berno Schwingel.

V. Representantes dos Pais de Alunos das escolas públicas de educação básica da rede municipal de ensino:

- a) Titulares: Selma Perotoni Hartmann;
Micheli Reinheimer.
- b) Suplente: Alice Koppe;
Erci Gastmann.

VI. Representantes dos Estudantes da educação básica pública, um dos quais indicados pela entidade de estudantes secundaristas:

- a) Titular: Ilaine Ribeiro;
Fernando Fritsch.
- b) Suplente: Elci Schwanke;
Jandir Ribeiro.

VII. Representantes do Conselho Municipal de Educação:

- a) Titular: Jussara Rettore Rekshaue;
- b) Suplente: Daniele Gossenheimer Gonçalves.

VIII. Representantes do Conselho Tutelar:

- a) Titular: Valci Fischer;
- b) Suplente: Ilaine Ribeiro.

Art. 2º - O mandato dos conselheiros é de dois (2) anos, podendo ser renovado.

Parágrafo Único - O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB atuará com observância às determinações da Lei Municipal nº 350, de 27 de Março de 2007, às demais normas do Ministério da Educação e Legislação Federal pertinente, especialmente as estabelecidas na Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

Art. 3º - Pelo desempenho do mandato, os conselheiros, por desempenharem função de relevante importância de interesse social, não receberão qualquer espécie de remuneração ou gratificação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista,
em 25 de setembro 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações

Antônio Carlos

PREFEITURA

Decreto N° 100/2013

DECRETO N° 100/2013

Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2013.

ADELINO BONIFÁCIO KRETZER, Prefeito Municipal em exercício de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001416/12 de 11 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 4.600,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0002.2.008-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 4.600,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação 4.600,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 30 de Setembro de 2013.

ADELINO BONIFÁCIO KRETZER
Prefeito em Exercício

Portaria Nº 425/2013

PORTARIA Nº 425/2013

Prorroga contratação de ACT.

ADELINO BONIFACIO KRETZER - Prefeito em Exercício, de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 1068/2006,

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar, CONTRATAÇÃO TEMPORARIA, de servidor ACT, LETICIA COELHO BALIEIRO DINIZ JOCA, ocupante do Cargo de MEDICO - 20 HORAS, a partir de 01 de outubro de 2013 a 30 de setembro de 2014, e/ou até a realização de concurso Público.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 30 de setembro de 2013.

ADELINO BONIFACIO KRETZER

Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria, em 01 de outubro de 2013.

Portaria Nº 426/2013

PORTARIA Nº 426/2013

Prorroga contratação de ACT.

ADELINO BONIFACIO KRETZER - Prefeito em Exercício, de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 1068/2006,

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar, CONTRATAÇÃO TEMPORARIA, de servidor ACT, MARIANA APARECIDA CYPRIANO CASTRO, ocupante do Cargo de MEDICO - 40 HORAS, a partir de 01 de outubro de 2013 a 30 de setembro de 2014, e/ou até a realização de concurso Público.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 30 de setembro de 2013.

ADELINO BONIFACIO KRETZER

Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria, em 01 de outubro de 2013.

Portaria Nº 427/2013

PORTARIA Nº 427/2013

Prorroga contratação de ACT.

ADELINO BONIFACIO KRETZER - Prefeito em Exercício, de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 1068/2006,

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar, CONTRATAÇÃO TEMPORARIA, de servidor ACT, LINETE RITA VIEIRA NIEHUES DE FARIAS, ocupante do Cargo de MEDICO - 20 HORAS, a partir de 01 de outubro de 2013 a 30 de setembro de 2014, e/ou até a realização de concurso Público.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 30 de setembro de 2013.

ADELINO BONIFACIO KRETZER

Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria, em 01 de outubro de 2013.

Portaria Nº 428/2013

PORTARIA Nº 428/2013

Concede Férias a servidor.

ADELINO BONIFACIO KRETZER - Prefeito em Exercício, de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias, a servidor efetivo, RODRIGO CONRAT, ocupante do cargo de FISCAL DE OBRAS E POSTURAS, a partir de 03 de outubro de 2013, referente ao período aquisitivo de 01/08/2012 a 31/07/2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 01 de outubro de 2013.

ADELINO BONIFACIO KRETZER

Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria, em 02 de outubro de 2013.

Extrato de Termo de Cessão de Uso

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 001/2013. PARTICIPES: O Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC e o Município de Antônio Carlos. OBJETO: Cessão do veículo marca Renault, modelo Dynamique 2.0, tipo 4X4, combustível Álcool/Gasolina, ano/modelo 2013/2014, cor vermelha, chassi nº 93yhsr6r3ej739366, placa MKP-6514. VIGÊNCIA: 10 (dez) anos a contar da data de assinatura. DATA: Antônio Carlos, 02 de Setembro de 2013. SIGNATÁRIOS: Marcos de Oliveira, pelo CBMSC e Antônio Paulo Remor, pelo Município.

CÂMARA MUNICIPAL

Lei Legislativa 178/2013

LEI LEGISLATIVA Nº 178/2013

Denomina "RUA RAULINO PHILIPPE" e dá outras providências.

EDSON LAIR DECKER, Presidente da Câmara Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominada RUA RAULINO PHILIPPE, o logradouro com início no lado par da Rua Beira Rio e vai até a propriedade do Senhor Pedro Besen, com 240 (duzentos e quarenta) metros de extensão e 8 (oito) metros de largura, na Localidade de Guiomar de Baixo, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 24 de setembro de 2013.
EDSON LAIR DECKER
Presidente

Lei sancionada e publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM e no Site Oficial do Poder Legislativo Municipal no dia 26 de setembro de 2013.

ADELINO BONIFÁCIO KRETZER
Prefeito Municipal em Exercício

Lei Legislativa 179/2013

LEI LEGISLATIVA Nº 179/2013

Altera o art. 1º da Lei Legislativa n.º 31/96 e dá outras providências.

EDSON LAIR DECKER, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou a seguinte LEI:

Art. 1º O art. 1º da Lei Legislativa Municipal 031, de 11 de junho de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica denominada a Rua VEREADOR BENJAMIM THOMAZ PHILIPPE, trecho da Estrada Municipal ANC-154, compreendido entre a divisa da comunidade de Rachadel até a Igreja de Vila Doze de Outubro.

Parágrafo Único - Ficam mantidos os gabaritos daquela via, fixados pelas Leis Municipais n.º 1186/2008 e 1330/2011.”.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 24 de setembro de 2013.
EDSON LAIR DECKER
Presidente

Lei sancionada e publicada no Diário Oficial dos Municípios e no site Oficial da Câmara Municipal de Antônio Carlos, no dia 26 de setembro de 2013.

ADELINO BONIFÁCIO KRETZER
Prefeito Municipal em Exercício

Biguaçu

PREFEITURA

Lei Nº 3404/2013

LEI Nº 3404/2013 DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

DENOMINA VIA PÚBLICA A RUA MARGARIDA GONÇALVES DE SIMAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica denominada de Rua Margarida Gonçalves de Simas, a via pública que possui extensão de 180,00m. A referida inicia à primeira esquerda partindo da Rua Ezequiel Simas Fernandes sentido Oeste no Bairro Areias de Cima com coordenadas 27°22'44.09" Sul e com coordenadas 48°37'53.56" Oeste. Termina em frente da residência da Sr.(a) Maria Sueli Simas com coordenadas 27°22'45.99" Sul e com coordenadas 48°37'56.88" Oeste.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 25 de setembro de 2013.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Lei nº 3404/2013, de 25/09/2013
Sancionada em 25/09/2013
Reg. e publ.n/data

MARIVALDE INEZ KONS
Escriturária

Lei Nº 3405/2013

LEI Nº 3405/2013 DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

DENOMINA VIA PÚBLICA SERVIDÃO JUSTINO DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica denominada de Servidão Justino da Silva, a via pública que possui extensão de 450 (quatrocentos e cinquenta) metros e inicia-se a esquerda da Rua Argentina Silva, sentido Biguaçu - Três Riachos, esquina ao lado da residência da Senhora Maria Gorete da Silva e Maria de Lurdes da Silva, bairro Três Riachos, com coordenadas 27°27'45.08" Sul e com coordenadas 48°41'39.33" Oeste. Finaliza em frente ao terreno do Senhor Antônio Mannes, com coordenadas 27°27'56.56" Sul e com coordenadas 48°41'40.79" Oeste, Município de Biguaçu.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 25 de setembro de 2013.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Lei nº 3405/2013, de 25/09/2013
Sancionada em 25/09/2013
Reg. e publ.n/data

MARIVALDE INEZ KONS
Escriturária

Lei Nº 3406/2013

LEI Nº 3406/2013 DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

DENOMINA VIA PÚBLICA SERVIDÃO EROTIDES VIRGINIA GOMES DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica denominada de Servidão Erotides Virginia Gomes da Silva a via pública que possui extensão de 300 (trezentos metros) e inicia a esquerda da Rua Argentina Silva, sentido Três Riachos, esquina ao lado da residência da senhora Carla Maria Gonçalves, Bairro Três Riachos com coordenadas 27°27'46.93" Sul e com coordenadas 48°41'35.35" Oeste. Finaliza em frente do terreno da senhora Silvana com coordenadas 27°27'54.31" Sul e com coordenadas 48°41'37.94" Oeste.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 25 de setembro de 2013.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
 Prefeito Municipal

Lei nº 3406/2013, de 25/09/2013
 Sancionada em 25/09/2013
 Reg. e publ.n/data

MARIVALDE INEZ KONS
 Escriturária

Lei Nº 3407/2013

LEI Nº 3407/2013 DE 26 DE SETEMBRO DE 2013
 Autoriza a alienação de bens inservíveis.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a alienar os bens considerados inservíveis para a administração e constantes do Anexo I desta lei.

Art. 2º A alienação dos bens autorizados por esta lei deverá se efetivar por processo licitatório na modalidade leilão, na forma estabelecida no artigo 17, inciso II c/c §6º, da Lei (federal) 8666/93, através de leiloeiro administrativo designado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e previsto no artigo 38, inciso III, da citada lei.

§1º Os bens que eventualmente não acudirem interessados o Chefe do Poder Executivo poderá doar á entidades civis sem fins lucrativos com sede no Município de Biguaçu mediante requerimento formulado ao Secretário da Administração.

§2º Os recursos oriundos da alienação desses ativos deverão ser aplicados em despesas de capital, em cumprimento ao disposto no artigo 44, da Lei Complementar (federal) nº 101/2000.

§3º Os recursos oriundos da alienação de ativos adquiridos com recursos vinculados á Ações e Serviços Públicos de Saúde deverão ser aplicados em despesas de capital através do Fundo Municipal de Saúde.

§4º Os recursos oriundos da alienação de ativos adquiridos com recursos vinculados á Manutenção e Desenvolvimento do Ensino deverão ser aplicados em despesas de capital da educação básica.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 26 de setembro de 2013.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
 Prefeito Municipal

Lei nº 3407/2013, de 26/09/2013
 Sancionada em 26/09/2013
 Reg. e publ.n/data

MARIVALDE INEZ KONS
 Escriturária

ANEXO I DA LEI Nº 3407/2013

RELAÇÃO DE BENS CONSIDERADOS INSERVÍVEIS PARA A ADMINISTRAÇÃO

Número Patrimônio	Quantidade	Descrição	Centro de Custo	Motivo
-------------------	------------	-----------	-----------------	--------

13849	01	CAMINHÃO FORD CARGO 1621, ano 2001, Placa MBT 9737, Diesel	Secretaria de Obras e Infraestrutura	Recuperação anti-econômica
13860	01	RETRO RETRO ESCAVADEIRA MF 86 HS Nº02, ano 2006, Placa LZF 2936, Diesel	Secretaria de Obras e Infraestrutura	Recuperação anti-econômica
13997	01	AUTOMÓVEL CAMINHONETA L200 I/MMC 4X4 BRANCA, ano 1995, Placa LXS 1983, Diesel	Secretaria de Agricultura e Desenv. Rural e Aquicultura	Recuperação anti-econômica
13882	01	AUTOMÓVEL FIAT UNO MILLE FIRE BRANCO, MBM 149	Secretaria de Agricultura e Desenv. Rural e Aquicultura	Recuperação anti-econômica
13939	01	AUTOMÓVEL FORD FIESTA BRANCO, Placa MDE 5543	Secretaria de Desenv. Urbano e Transportes	Recuperação anti-econômica
13938	01	AUTOMÓVEL FIAT UNO MILLE FIRE BRANCO, Placa MBM 1546	Secretaria de Desenv. Urbano e Transportes	Recuperação anti-econômica

Lei Nº 3408/2013

LEI Nº 3408/2013 DE 27 DE SETEMBRO DE 2013
 DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ONG OPERAÇÃO DELTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ONG Operação Delta, com sede a Rua Pasqualine Inês da Costa, 15 - Bairro Bom Viver, Município de Biguaçu/SC.

Art. 2º - A Entidade referendada no artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens, bem como todos os deveres da legislação vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 27 de setembro de 2013.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Lei nº 3408/2013, de 27/09/2013
Sancionada em 27/09/2013
Reg. e publ.n/data

MARIVALDE INEZ KONS
Escriturária

Decreto Nº 159/2013

DECRETO Nº 159/2013 DE: 25 DE SETEMBRO DE 2013.
ALTERA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS - PNAFM, NOMEADOS PELO DECRETO Nº 49/2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII, da lei Orgânica do Município de Biguaçu, CONSIDERANDO a exigência do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID para a existência de uma Unidade Executora Municipal para gerir o Programa;

DECRETA:

Art. 1º. A Unidade Executora Municipal será constituída de 01 (um) Coordenador Geral, 01(um) Coordenador Técnico, 01 (um) Coordenador Administrativo Financeiro, 01 (um) Assistente de Monitoramento e 03(três) Assessores Técnicos.

Art. 2º A Comissão a que alude o Artigo 1º deste Decreto terá a seguinte composição:

Coordenador Geral: Vanessa Reinehr
Escriturária - Secretaria de Planejamento e Gestão

Coordenador Técnico: Eduardo Lopes Jonker
Escriturário - Secretaria de Administração

Coordenador Administrativo Financeiro: Priscila Raimundo Pinheiro
Contadora - Secretaria da Fazenda

Assistente de Monitoramento: Martha Huff Martins
Jornalista - Secretaria de Governo

Assessor Técnico: Francini Martins
Advogada - Secretaria da Fazenda

Assessor Técnico: Alexsandro Otávio Martins
Escriturário - Controle Interno

Assessor Técnico: Rafael Quintino dos Santos
Escriturário - Secretaria de Administração.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Fica revogado o Decreto nº 49/2012.

Biguaçu, 25 de setembro de 2013.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito de Biguaçu

Reg.publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS
Escriturária

Decreto Nº 163/2013

DECRETO Nº 163/2013 DE: 30 DE SETEMBRO DE 2013.

Concede aposentadoria por invalidez, em caráter integral, nos termos do art. 40º, §1º, inciso I da Constituição Federal, autoriza o pagamento dos proventos nos termos da metodologia definida no artigo 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, declara a vacância do cargo público da servidora SINÉIA DA SILVA e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º Conceder aposentadoria por invalidez, em caráter integral, nos termos do art. 40, §1º, inciso I da Constituição Federal à servidora SINEIA DA SILVA, detentor da matrícula funcional nº 524, inscrita no CPF 641508959-53 e no PASEP n. 108.49621.28-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I - 30 hs, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por invalidez, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, de sua remuneração-de-contribuição, observada a aplicação da metodologia de cálculo disposta no artigo 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, acrescido pela emenda constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$ 3.226,43 (três mil duzentos e vinte e seis reais e quarenta e três centavos) que será pago mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 86, IV da Lei Complementar Municipal nº 54/2012 - Estatuto dos Servidores Públicos do Magistério Municipal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/10/2013.

Art. 5º Revogar as disposições em contrário.

Biguaçu, em 30 de setembro de 2013.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito de Biguaçu

Reg.publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS
Escriturária

Decreto Nº 165/2013

DECRETO Nº 165/2013 DE: 30 DE SETEMBRO DE 2013.

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, declara a vacância do cargo público da servidora IRMA TERESINHA NAZARIO e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º Conceder aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 à servidora IRMA TERESINHA NAZARIO, detentora da matrícula funcional nº 447, portadora do CPF nº 810.810.229-49, inscrita no PASEP nº 1005655188-3, ocupante do cargo de provimento efetivo de Escriturário, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total de R\$ 2.704,07 (dois mil setecentos e quatro reais e sete centavos) que será pago mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 86, IV da Lei Complementar Municipal nº 53/2012 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/10/2013, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, em 30 de setembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito de Biguaçu

Reg.publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

Contrato Número 10.176/2013 - Processo: PP 70/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CONTRATO NÚMERO 10.176/2013
PROCESSO: PP 70/2013 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM PARA USO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - 24 HORAS E DEMAIS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contratado: ACT COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME

Valor: R\$ 9.262,50 (NOVE MIL DUZENTOS E SESENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

Prazo de vigência: até 31/12/2013

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

Contrato Número 10.177/2013 - Processo: PP 70/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.177/2013
PROCESSO: PP 70/2013 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM PARA USO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - 24 HORAS E DEMAIS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contratado: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

Valor: R\$ 49.363,57 (QUARENTA E NOVE MIL TREZENTOS E SESENTA E TRÊS REAIS E CINQUENTA E SETE CENTAVOS).

Prazo de vigência: até 31/12/2013

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

Contrato Número 10.182/2013 - Processo: PP 70/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.182/2013

PROCESSO: PP 70/2013 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM PARA USO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - 24 HORAS E DEMAIS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contratado: STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA.

Valor: R\$ 5.269,80 (CINCO MIL DUZENTOS E SESENTA E NOVE REAIS E OITENTA CENTAVOS).

Prazo de vigência: até 31/12/2013

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

Contrato Número 10.184/2013 - Processo: PP 59/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.184/2013

PROCESSO: PP 59/2013 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU

Contratado: MARCELO WEINRICH ME

Valor: R\$ 10.926,99 (DEZ MIL NOVECIENTOS E VINTE E SEIS REAIS E NOVENTA E NOVE CENTAVOS).

Prazo de vigência: até 31/12/2013

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

46ª Convocação Para o Processo Seletivo - Sesau - Edital 001/2012

46ª Convocação para o Processo Seletivo - SESAU - edital 001/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, no uso de suas atribuições, CONVOCA os candidatos aprovados no Processo Seletivo SESAU edital 001/2012, abaixo relacionados para comparecerem na Secretaria Municipal da Saúde de Biguaçu, situada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/n., Rio Caveiras, Biguaçu/SC (ao lado da Policlínica Municipal), até o dia 04/10/2013, munidos de Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DOS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS É INDISPENSÁVEL, NO PRAZO ACIMA MENCIONADO, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO NO PRAZO SERÁ CONSIDERADO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA.

Somente após a entrega de documentos, incluindo aprovação no exame pré-admissional, os candidatos assinarão contrato e iniciarão suas atividades.

Biguaçu, 1º de outubro de 2013.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário da Saúde

Cargo - Lotação 1016 - Enfermeiro - Da Família - ESF
29 - VANESSA BASSO

Cargo - Lotação 2083 - Técnico de Enfermagem
15 - ANA CRISTINA DE OLIVEIRA LOPES

Cargo - Lotação 4039 - Vigia
01 - GUILHERMINO XAVIER DE JESUS

**Extrato do Termo Aditivo Nº 4 do Contrato Nº
10.180/2011 PP Nº 74/2011 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Termo Aditivo nº 4 do Contrato nº 10.180/2011 PP Nº
74/2011 - FMS

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação
de serviços de conexão a internet e telefonia voip para uso da
Secretaria de Saúde do município de Biguaçu em regime de co-
modato.

Fornecedor: Neorede Telecomunicações Ltda.
Vigência: de 02/10/2013 a 30/03/2014.
Valor: R\$ 119.542,50



www.ciga.sc.gov.br

Relatório da Gestão Fiscal

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2013.

CVA: 2013092310552400102710

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, Inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
		(Últimos 12 meses)	
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1	DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) = (2+3+4)	58.804.196,34	24.522,45
2	Pessoal Ativo	55.748.057,97	10.125,18
3	Pessoal Inativo e Pensionistas	2.815.007,92	0,00
4	Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	241.130,45	14.397,27
5	DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º, art. 19 da LRF) (II) = (6+7+8+9)	2.815.007,92	0,00
6	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
7	Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
8	Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
9	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.815.007,92	0,00
10	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	55.989.188,42	24.522,45
11	DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		56.013.710,87

CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
12	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	107.755.451,42
13	% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	51,98
14	LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - (54,00%)	58.187.943,77
15	LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - (51,30%)	55.278.546,58
16	LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - (48,60%)	52.369.149,39

CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
-------	------------------	--------------------	---

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2013.

CVA: 2013092310552400102710

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, Inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

17	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir	18092013	MURAL PUBLICO
----	---	----------	---------------

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320/60.

Fonte: SETOR CONTABIL

Nota:

BIGUACU, 23/09/2013

JOSE CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

CPF.: 290.378.839-15

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO

CONTADORA

CRC.: 028726/O-6

JOHN KENNEDY LARA DA COSTA

Secretário da Fazenda

CPF.: 72820233953

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
TRAJETÓRIA DE RETORNO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2013.

CVA: 2013092310552400102710

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL										
CAMPO		Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro quadrimestre seguinte			Segundo quadrimestre seguinte		
1	.									
CAMPO		Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite. (h) = (a)	% DTP (i)
2	.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - SITUAÇÃO ESPECIAL DE BAIXO CRESCIMENTO										
CAMPO		Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro e segundo quadrimestres seguintes			Terceiro e quarto quadrimestres seguintes		
3	.									
CAMPO		Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite. (h) = (a)	% DTP (i)
4	.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

Fonte: SETOR CONTABIL

Nota:

BIGUACU, 23/09/2013

JOSE CASTELO DESCHAMPS
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 290.378.839-15

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO
CONTADORA
CRC.: 028726/O-6

JOHN KENNEDY LARA DA COSTA
Secretário da Fazenda
CPF.: 72820233953

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2013.

CVA: 2013092310552400102710

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	13.426.656,94	13.093.062,96	13.793.947,94
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	13.426.656,94	13.093.062,96	13.793.947,94
4	Interna	13.426.656,94	13.093.062,96	13.793.947,94
5	Externa	0,00	0,00	0,00
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
7	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
8	DEDUÇÕES (II)* = (9+10-11)	9.110.075,97	7.924.117,28	4.422.598,14
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	12.231.735,35	11.462.848,47	11.597.302,50
10	Demais Haveres Financeiros	27.029,63	89.511,67	134.205,20
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	3.148.689,01	3.628.242,86	7.308.909,56
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	4.316.580,97	5.168.945,68	9.371.349,80
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	105.074.960,86	104.902.900,40	107.755.451,42
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	12,78	12,48	12,80
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	4,11	4,93	8,70
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%			129.306.541,70
17	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%			116.375.887,53

CAMPO	DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
18	DÍVIDA CONTRATUAL (IV) = (V+VI+VII+VIII)	13.426.656,94	13.093.062,96	13.793.947,94
19	DÍVIDA DE PPP = (V)	0,00	0,00	0,00
20	PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI) = (21+22+25+26)	506.877,05	499.877,05	489.377,05
21	De Tributos	0,00	0,00	0,00
22	De Contribuições Sociais = (23+24)	506.877,05	499.877,05	489.377,05
23	Previdenciárias	506.877,05	499.877,05	489.377,05
24	Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
25	Do FGTS	0,00	0,00	0,00
26	Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
27	DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA = (VII) = (28+29)	0,00	0,00	0,00
28	Interna.	0,00	0,00	0,00
29	Externa.	0,00	0,00	0,00
30	DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS = (VIII)	12.919.779,89	12.593.185,91	13.304.570,89

CAMPO	OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
31	PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	3.150.430,50	0,00
32	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-
33	DEPÓSITOS	777.674,08	1.020.167,27	919.137,01
34	RP PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.594.928,09	31.203.090,76	20.701.230,04
35	ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2013.

CVA: 2013092310552400102710

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CAMPO	REGIME PREVIDENCIÁRIO			
	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
36	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (37+38)	29.172.329,66	29.172.329,66	29.172.329,66
37	Passivo Atuarial	29.172.329,66	29.172.329,66	29.172.329,66
38	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
39	DEDUÇÕES (X) ¹ = (40+41+42-43)	40.799.107,51	43.046.735,03	42.573.462,36
40	Disponibilidade de Caixa Bruta	9.361,17	25.962,01	5.183,83
41	Investimentos	40.789.746,34	43.020.773,02	42.568.278,53
42	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
43	(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
44	OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
45	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX-X)	-11.626.777,85	-13.874.405,37	-13.401.132,70

¹ Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta somada aos os Demais Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da Insuficiência Financeira, das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um " - " (traço) nessa linha.

Fonte: SETOR CONTABIL

Nota:

BIGUACU, 23/09/2013

JOSE CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

CPF.: 290.378.839-15

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO

CONTADORA

CRC.: 028726/O-6

JOHN KENNEDY LARA DA COSTA

Secretário da Fazenda

CPF.: 72820233953

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2013

CVA: 2013092310552400102710

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA													
CAMPO		Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro quadrimestre seguinte			Segundo quadrimestre seguinte			Terceiro quadrimestre seguinte		
1													
CAMPO		Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25 * c)	Limite. (e) = (b - d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual. (j) = (i - a)	Limite (k) = (a)	% DCL (l)
2		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - SITUAÇÃO ESPECIAL DE BAIXO CRESCIMENTO													
CAMPO		Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro e segundo quadrimestres seguintes			Terceiro e quarto quadrimestres seguintes			Quinto e sexto quadrimestres seguintes		
3													
CAMPO		Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite. (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual. (j) = (i - a)	Limite (k) = (a)	% DCL (l)
4		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SETOR CONTABIL

Nota:

BIGUACU, 23/09/2013

JOSE CASTELO DESCHAMPS
 PREFEITO MUNICIPAL
 CPF.: 290.378.839-15

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO
 CONTADORA
 CRC.: 028726/O-6

JOHN KENNEDY LARA DA COSTA
 Secretário da Fazenda
 CPF.: 72820233953

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
TRAJETÓRIA DE AJUSTE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2013.

CVA: 2013092310552400102710

CAMPO	Exercício Financeiro	TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO					
		2001			2002		
		3º Quadrimestre			Quadrimestre		
		DCL	Excedente ¹	Redutor	1º	2º	3º
1	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2003			2004		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º
3	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2005			2006		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º
5	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2007			2008		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º
7	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2009			2010		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º
9	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2011			2012		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º
11	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2013			2014		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º
13	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2015			2016		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º
15	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	% Limite de Endividamento			0,00			0,00

¹ O excedente em relação ao limite apurado ao final do exercício de 2001 deverá ser reduzido, no mínimo, à proporção de 1/15 (um quinze avos) a cada exercício financeiro. O valor da redução anual, 1/15 (um quinze avos) do excedente, é apresentado na coluna Redutor.

Fonte: SETOR CONTABIL

Nota:

BIGUACU, 23/09/2013

JOSE CASTELO DESCHAMPS
 PREFEITO MUNICIPAL
 CPF.: 290.378.839-15

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO
 CONTADORA
 CRC.: 028726/O-6

JOHN KENNEDY LARA DA COSTA
 Secretário da Fazenda
 CPF.: 72820233953

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO 2013

CVA: 2013092310552400102710

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

CAMPO	GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
1	EXTERNAS (I) = (2+3)	0,00	0,00	0,00
2	Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
3	Outras Garantias nos Termos da LRF¹	0,00	0,00	0,00
4	INTERNAS (II) = (5+6)	0,00	0,00	0,00
5	Aval ou Fiança em Operações de Crédito.	0,00	0,00	0,00
6	Outras Garantias nos Termos da LRF¹.	0,00	0,00	0,00
7	TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I+II)	0,00	0,00	0,00
8	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	105.074.960,86	104.902.900,40	107.755.451,42
9	% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00
10	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - (22%)	23.116.491,39	23.078.638,09	23.706.199,31
11	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - (19,80%)	20.804.842,25	20.770.774,28	21.335.579,38

CAMPO	CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
12	EXTERNAS (V) = (13+14)	0,00	0,00	0,00
13	Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
14	Outras Garantias nos Termos da LRF¹	0,00	0,00	0,00
15	INTERNAS (VI) = (16+17)	0,00	0,00	0,00
16	Aval ou Fiança em Operações de Crédito.	0,00	0,00	0,00
17	Outras Garantias nos Termos da LRF¹.	0,00	0,00	0,00
18	TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V+VI)	0,00	0,00	0,00
19	MEDIDAS CORRETIVAS :			

¹ Inclui garantias concedidas por meio de Fundos.

Fonte: SETOR CONTABIL

Nota:

BIGUACU, 23/09/2013

JOSE CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

CPF.: 290.378.839-15

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO

CONTADORA

CRC.: 028726/O-6

JOHN KENNEDY LARA DA COSTA

Secretário da Fazenda

CPF.: 72820233953

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2013.

CVA: 2013092310552400102710

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c")

R\$ 1,00

CAMPO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
		No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
1	SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I) = (2+5)	1.938.426,77	2.734.126,34
2	Mobiliária = (3+4)	0,00	0,00
3	Interna	0,00	0,00
4	Externa	0,00	0,00
5	Contratual = (6+16)	1.938.426,77	2.734.126,34
6	Interna. = (7+8+11+14+15)	1.938.426,77	2.734.126,34
7	Abertura de Crédito	0,00	0,00
8	Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro = (9+10)	0,00	0,00
9	Derivadas de PPP	0,00	0,00
10	Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
11	Antecipação de Receita = (12+13)	0,00	0,00
12	Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
13	Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
14	Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
15	Outras Operações de Crédito	1.938.426,77	2.734.126,34
16	Externa. = (17+18+19+22+23)	0,00	0,00
17	Abertura de Crédito	0,00	0,00
18	Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
19	Antecipação de Receita. = (20+21)	0,00	0,00
20	Pela Venda a Termo de Bens e Serviços.	0,00	0,00
21	Outras Antecipações de Receita	0,00	0,00
22	Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
23	Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
24	NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II) = (25+31+32+33)	0,00	0,00
25	Parcelamento de Dívidas = (26+27+30)	0,00	0,00
26	De Tributos	0,00	0,00
27	De Contribuições Sociais = (28+29)	0,00	0,00
28	Previdenciárias	0,00	0,00
29	Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
30	Do FGTS	0,00	0,00
31	Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
32	Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
33	Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00

CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
34	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	107.755.451,42	-
35	OPERAÇÕES VEDADAS = (36+37)	0,00	0,00
36	Do Período de Referência (III)	0,00	0,00
37	De Períodos Anteriores ao de Referência	0,00	0,00
38	TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia+III)	2.734.126,34	2,54

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2013.

CVA: 2013092310552400102710

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c")

R\$ 1,00

39	LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	17.240.872,23	16,00
40	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	15.516.785,00	14,40
41	OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
42	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	7.542.881,60	7,00
43	TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	2.734.126,34	2,54

1 Para fins de contratação de operações de crédito, verificadas pela STN/COPEM segundo o Manual para Instrução de Pleitos, serão consideradas no cálculo do limite as operações que pressupõem ingresso financeiro.

Fonte: SETOR CONTABIL

Nota:

BIGUACU, 23/09/2013

JOSE CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPA

CPF.: 290.378.839-15

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO

CONTADORA

CRC.: 028726/O-6

JOHN KENNEDY LARA DA COSTA

Secretário da Fazenda

CPF.: 72820233953

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2013

CVA: 2013092310552400102710

RGF - ANEXO 7 (LRF, art. 48)

R\$ 1,00

CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
1	Despesa Total com Pessoal - DTP	56.013.710,87	51,98
2	Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - (54,00%)	58.187.943,77	54,00
3	Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - (51,30%)	55.278.546,58	51,30

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
4	Dívida Consolidada Líquida	9.371.349,80	8,70
5	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	129.306.541,70	120,00

CAMPO	GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
6	Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
7	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	23.706.199,31	22,00

CAMPO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
8	Operações de Crédito Externas e Internas	2.734.126,34	2,54
9	Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
10	Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	17.240.872,23	16,00
11	Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	7.542.881,60	7,00

CAMPO	RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
12	Valor Total	-	-

Fonte: SETOR CONTABIL

Nota:

BIGUACU, 23/09/2013

JOSE CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPA

CPF.: 290.378.839-15

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO

CONTADORA

CRC.: 028726/O-6

JOHN KENNEDY LARA DA COSTA

Secretário da Fazenda

CPF.: 72820233953

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2013092310450800504631

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
1	RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	182.552.528,00	182.552.528,00	22.304.416,47	12,22	82.278.375,43	45,07	100.274.152,57
2	RECEITAS CORRENTES	125.514.528,00	125.514.528,00	19.972.031,99	15,91	71.644.175,72	57,08	53.870.352,28
3	RECEITA TRIBUTÁRIA	21.136.600,00	21.136.600,00	2.778.182,60	13,14	12.032.442,18	56,93	9.104.157,82
4	Impostos	19.506.600,00	19.506.600,00	2.581.590,51	13,23	11.417.156,07	58,53	8.089.443,93
5	Taxas	1.630.000,00	1.630.000,00	196.592,09	12,06	615.286,11	37,75	1.014.713,89
6	Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	4.888.000,00	4.888.000,00	1.140.673,76	23,34	3.542.474,56	72,47	1.345.525,44
8	Contribuições Sociais	2.220.000,00	2.220.000,00	362.354,43	16,32	1.470.345,10	66,23	749.654,90
9	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Contribuição de Iluminação Pública	2.668.000,00	2.668.000,00	778.319,33	29,17	2.072.129,46	77,67	595.870,54
11	RECEITA PATRIMONIAL	8.965.000,00	8.965.000,00	2.181.495,37	24,33	1.733.957,93	19,34	7.231.042,07
12	Receitas Imobiliárias	15.000,00	15.000,00	1.191,35	7,94	6.064,43	40,43	8.935,57
13	Receitas de Valores Mobiliários	8.940.000,00	8.940.000,00	2.180.304,02	24,39	1.703.679,60	19,06	7.236.320,40
14	Receitas de Concessões e Permissões	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	24.213,90	242,14	-14.213,90
15	Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	RECEITA DE SERVIÇOS	435.000,00	435.000,00	49.483,69	11,38	250.225,53	57,52	184.774,47
29	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	87.932.400,00	87.932.400,00	13.442.871,54	15,29	52.600.660,87	59,82	35.331.739,13
30	Transferências Intergovernamentais	84.916.400,00	84.916.400,00	13.261.123,54	15,62	52.060.134,67	61,31	32.856.265,33
31	Transferências de Instituições Privadas	2.232.000,00	2.232.000,00	20.000,00	0,90	84.491,20	3,79	2.147.508,80
32	Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Transferências de Pessoas	4.000,00	4.000,00	320,00	8,00	1.580,00	39,50	2.420,00
34	Transferências de Convênios	780.000,00	780.000,00	161.428,00	20,70	454.455,00	58,26	325.545,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2013092310450800504631

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

35	Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.157.528,00	2.157.528,00	379.325,03	17,58	1.484.414,65	68,80	673.113,35
37	Multas e Juros de Mora	570.000,00	570.000,00	108.317,48	19,00	418.051,47	73,34	151.948,53
38	Indenizações e Restituições	0,00	0,00	7.694,02	0,00	16.067,70	0,00	-16.067,70
39	Receita da Dívida Ativa	1.265.000,00	1.265.000,00	190.219,12	15,04	794.006,88	62,77	470.993,12
40	Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Receitas Correntes Diversas	322.528,00	322.528,00	73.094,41	22,66	256.288,60	79,46	66.239,40
42	RECEITAS DE CAPITAL	57.038.000,00	57.038.000,00	2.332.384,48	4,09	10.634.199,71	18,64	46.403.800,29
43	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	23.150.000,00	23.150.000,00	946.479,16	4,09	2.734.126,34	11,81	20.415.873,66
44	Operações de Crédito Internas	23.150.000,00	23.150.000,00	946.479,16	4,09	2.734.126,34	11,81	20.415.873,66
45	Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47	Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48	Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	33.888.000,00	33.888.000,00	1.385.905,32	4,09	7.900.073,37	23,31	25.987.926,63
51	Transferências Intergovernamentais - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	Transferências de Instituições Privadas - Rec. Capital	0,00	0,00	67.164,05	0,00	223.371,12	0,00	-223.371,12
53	Transferências do Exterior - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Transferências de Pessoas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	Transferências de Convênios - Rec. Capital	33.888.000,00	33.888.000,00	1.318.741,27	3,89	7.676.702,25	22,65	26.211.297,75
57	Transferências para o Combate à Fome - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
58	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
59	Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
60	Dívida Ativa Prov. da Amortiz. de Emp. e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61	Receitas de Capital Diversas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62	RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.335.472,00	4.335.472,00	785.776,27	0,00	3.203.992,30	0,00	1.131.479,70
63	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS-INTRA - ORÇAMENTÁRIA	4.335.472,00	4.335.472,00	720.839,03	16,63	2.922.592,51	67,41	1.412.879,49
64	REC.DEC.APORTES PERIOD.AMORT.DÉF.ATUARIAL	0,00	0,00	64.937,24	0,00	281.399,79	0,00	-281.399,79
65	SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	186.888.000,00	186.888.000,00	23.090.192,74	12,36	85.482.367,73	45,74	101.405.632,27
66	OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Operações de Crédito Internas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2013092310450800504631

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

68	Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	Operações de Crédito Externas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Mobiliária - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Contratual - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
73	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	186.888.000,00	186.888.000,00	23.090.192,74	12,36	85.482.367,73	45,74	101.405.632,27
74	DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-
75	TOTAL (VII) = (V+VI)	186.888.000,00	186.888.000,00	23.090.192,74	12,36	85.482.367,73	-	-
76	SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	7.099.018,42	-	-	2.046.411,22	-	-
77	Superávit Financeiro	-	7.099.018,42	-	-	2.046.411,22	-	-
78	Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (f-g)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre. (g)	% (g/f)	
79	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	182.245.528,00	15.055.241,52	197.300.769,52	14.264.614,52	102.144.774,22	21.139.974,17	82.060.284,77	41,59	115.240.484,75
80	DESPESAS CORRENTES	100.110.728,00	5.332.203,45	105.442.931,45	13.078.376,80	72.481.417,12	14.719.806,93	62.523.300,03	59,30	42.919.631,42
81	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	55.565.528,00	2.042.994,79	57.608.522,79	9.099.905,12	39.642.038,98	9.101.983,16	39.637.781,42	68,81	17.970.741,37
82	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	910.000,00	333.500,00	1.243.500,00	0,00	1.144.399,29	196.101,93	826.715,10	66,48	416.784,90
83	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	43.635.200,00	2.955.708,66	46.590.908,66	3.978.471,68	31.694.978,85	5.421.721,84	22.058.803,51	47,35	24.532.105,15
84	DESPESAS DE CAPITAL	68.473.328,00	10.506.038,07	78.979.366,07	1.186.237,72	29.663.357,10	6.420.167,24	19.536.984,74	24,74	59.442.381,33
85	INVESTIMENTOS	66.488.328,00	8.925.310,07	75.413.638,07	1.182.737,72	27.065.129,10	5.758.843,75	17.170.149,40	22,77	58.243.488,67
86	INVERSÕES FINANCEIRAS	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
87	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.975.000,00	1.580.728,00	3.555.728,00	3.500,00	2.598.228,00	661.323,49	2.366.835,34	66,56	1.188.892,66
88	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	500.000,00	0,00	500.000,00	-	-	-	-	-	-
89	RESERVA DO RPPS	13.161.472,00	-783.000,00	12.378.472,00	-	-	-	-	-	-
90	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	4.642.472,00	-23.645,31	4.618.826,69	446.434,04	2.978.960,53	506.384,96	2.978.800,26	64,49	1.640.026,43
91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.262.472,00	-23.773,00	4.238.699,00	473.941,06	2.697.560,74	473.780,79	2.697.400,47	63,64	1.541.298,53
92	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	380.000,00	127,69	380.127,69	-27.507,02	281.399,79	32.604,17	281.399,79	74,03	98.727,90
93	SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII+IX)	186.888.000,00	15.031.596,21	201.919.596,21	14.711.048,56	105.123.734,75	21.646.359,13	85.039.085,03	42,12	116.880.511,18
94	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	Dívida Mobiliária - Dív. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2013092310450800504631

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

100	Outras Dívidas - Div. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	186.888.000,00	15.031.596,21	201.919.596,21	14.711.048,56	105.123.734,75	21.646.359,13	85.039.085,03	42,12	116.880.511,18
102	SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	443.282,70	-	-
103	TOTAL (XIV) = (XII+XIII)	186.888.000,00	15.031.596,21	201.919.596,21	14.711.048,56	105.123.734,75	21.646.359,13	85.482.367,73	-	-

CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
104	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir	18/09/2013	MURAL PÚBLICO

Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.

Fonte: SETOR CONTABIL

Nota:

BIGUACU, 23/09/2013

JOSE CASTELO DESCHAMPS
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 019.850.619-88

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO
CONTADORA
CRC.: 028726/O-6

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-13

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2013092310450800504631

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

CAMPO	CÓDIGO	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-b)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre. (b)	% (b/total b)	%. (b/a)	
1		DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	182.245.528,00	197.300.769,52	14.264.614,52	102.144.774,22	21.139.974,17	82.060.284,77	96,50	41,59	115.240.484,75
2	00001	Legislativa	5.237.000,00	5.400.000,00	747.741,62	3.731.884,67	799.591,24	3.539.542,66	4,16	65,55	1.860.457,34
3	01031	Ação Legislativa	5.237.000,00	5.400.000,00	747.741,62	3.731.884,67	799.591,24	3.539.542,66	4,16	65,55	1.860.457,34
4	01032	Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	02061	Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	02062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	03091	Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	03092	Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	00004	Administração	17.053.000,00	17.470.293,54	1.130.375,90	8.550.961,46	1.544.577,75	7.279.723,49	8,56	41,67	10.190.570,05
12	04121	Planejamento e Orçamento	1.602.000,00	1.627.693,96	184.419,88	1.162.790,46	204.734,94	1.074.696,26	1,26	66,03	552.997,70
13	04122	Administração Geral	10.312.000,00	10.473.000,00	498.734,97	3.602.448,86	626.812,99	3.015.043,01	3,55	28,79	7.457.956,99
14	04123	Administração Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	04124	Controle Interno	3.011.000,00	3.011.000,00	312.389,23	2.540.913,83	488.777,00	2.101.507,01	2,47	69,79	909.492,99
16	04125	Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	04126	Tecnologia da Informação	810.000,00	810.000,00	97.245,00	287.712,48	99.624,78	274.828,84	0,32	33,93	535.171,16
18	04127	Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	04128	Formação de Recursos Humanos	200.000,00	200.000,00	0,00	55.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
20	04129	Administração de Receitas	399.000,00	629.599,58	14.965,00	474.647,50	39.285,00	390.572,50	0,46	62,04	239.027,08
21	04130	Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	04131	Comunicação Social	719.000,00	719.000,00	22.621,82	426.948,33	85.343,04	423.075,87	0,50	58,84	295.924,13
23	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	05151	Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	05152	Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	05153	Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	00006	Segurança Pública	9.772.000,00	9.785.605,84	24.782,03	154.012,33	43.817,25	109.104,63	0,13	1,11	9.676.501,21
28	06181	Policimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29	06182	Defesa Civil	9.772.000,00	9.785.605,84	24.782,03	154.012,33	43.817,25	109.104,63	0,13	1,11	9.676.501,21
30	06183	Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	07211	Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	07212	Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	00008	Assistência Social	4.866.000,00	5.080.810,64	487.061,15	2.850.260,49	647.457,36	2.453.005,32	2,88	48,28	2.627.805,32
35	08241	Assistência ao Idoso	210.000,00	210.000,00	15.516,58	121.163,06	23.008,35	94.449,67	0,11	44,98	115.550,33
36	08242	Assistência ao Portador de Deficiência	50.000,00	51.033,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.033,60
37	08243	Assistência à Criança e ao Adolescente	1.805.000,00	1.827.306,14	180.320,28	1.058.298,54	248.956,38	949.632,58	1,12	51,97	877.673,56
38	08244	Assistência Comunitária	2.801.000,00	2.992.470,90	291.224,29	1.670.798,89	375.492,63	1.408.923,07	1,66	47,08	1.583.547,83

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2013092310450800504631

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

39	00009	Previdência Social	2.425.000,00	3.025.000,00	458.167,07	1.894.942,02	458.167,07	1.894.942,02	2,23	62,64	1.130.057,98
40	09271	Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	09272	Previdência do Regime Estatutário	2.425.000,00	3.025.000,00	458.167,07	1.894.942,02	458.167,07	1.894.942,02	2,23	62,64	1.130.057,98
42	09273	Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	09274	Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	00010	Saúde	33.040.200,00	37.982.741,29	4.970.622,49	21.785.286,97	4.575.779,67	18.871.550,68	22,19	49,68	19.111.190,61
45	10301	Atenção Básica	23.347.200,00	29.479.795,58	4.139.636,34	17.139.759,91	3.282.337,54	15.211.654,62	17,89	51,60	14.268.140,96
46	10302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	8.906.000,00	7.632.857,30	696.403,25	4.142.465,45	1.160.406,37	3.254.502,05	3,83	42,64	4.378.355,25
47	10303	Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48	10304	Vigilância Sanitária	485.000,00	485.181,00	58.145,50	263.317,55	54.444,21	214.005,35	0,25	44,11	271.175,65
49	10305	Vigilância Epidemiológica	302.000,00	384.907,41	76.437,40	239.744,06	78.591,55	191.388,66	0,23	49,72	193.518,75
50	10306	Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51	00011	Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	11331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	11332	Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	11333	Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	11334	Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	00012	Educação	29.511.328,00	30.412.927,42	3.730.540,41	19.603.809,58	4.302.821,89	17.145.784,18	20,16	56,38	13.267.143,24
57	12361	Ensino Fundamental	12.995.528,00	13.249.758,06	1.526.290,83	8.485.936,88	1.759.524,71	7.116.870,18	8,37	53,71	6.132.887,88
58	12362	Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
59	12363	Ensino Profissional	164.000,00	187.226,23	34.605,64	138.895,77	30.718,10	109.173,73	0,13	58,31	78.052,50
60	12364	Ensino Superior	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
61	12365	Educação Infantil	15.210.800,00	15.793.926,32	1.972.448,88	10.091.898,45	2.311.082,24	9.112.044,44	10,72	57,69	6.681.881,88
62	12366	Educação de Jovens e Adultos	129.000,00	129.000,00	35.234,74	122.082,64	35.606,50	121.007,87	0,14	93,80	7.992,13
63	12367	Educação Especial	372.000,00	372.000,00	26.400,00	209.000,00	26.400,00	209.000,00	0,25	56,18	163.000,00
64	12306	Alimentação e Nutrição	620.000,00	661.016,81	135.560,32	555.995,84	139.490,34	477.687,96	0,56	72,27	183.328,85
65	00013	Cultura	418.000,00	418.000,00	-2.179,16	24.799,05	4.180,49	16.563,36	0,02	3,96	401.436,64
66	13391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	370.000,00	370.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	370.000,00
67	13392	Difusão Cultural	48.000,00	48.000,00	-2.179,16	24.799,05	4.180,49	16.563,36	0,02	34,51	31.436,64
68	00014	Direitos da Cidadania	258.000,00	258.712,55	7.780,21	36.738,25	8.320,65	33.531,33	0,04	12,96	225.181,22
69	14421	Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	14422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	58.000,00	58.000,00	7.780,21	36.738,25	8.320,65	33.531,33	0,04	57,81	24.468,67
71	14423	Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	14453	Transportes Coletivos Urbanos	200.000,00	200.712,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.712,55
73	00015	Urbanismo	47.263.528,00	51.822.458,96	1.073.927,84	30.707.789,02	6.405.354,79	20.511.845,25	24,12	39,58	31.310.613,71
74	15451	Infra-Estrutura Urbana	36.201.528,00	40.425.764,90	-293.569,77	22.669.918,79	5.010.187,09	14.928.683,52	17,56	36,93	25.497.081,38
75	15452	Serviços Urbanos	11.062.000,00	11.396.694,06	1.367.497,61	8.037.870,23	1.395.167,70	5.583.161,73	6,57	48,99	5.813.532,33
76	15453	Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
77	00016	Habitação	511.000,00	1.924.919,85	986.389,57	1.175.839,17	84.682,93	242.932,53	0,29	12,62	1.681.987,32
78	16481	Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
79	16482	Habitação Urbana	511.000,00	1.924.919,85	986.389,57	1.175.839,17	84.682,93	242.932,53	0,29	12,62	1.681.987,32
80	00017	Saneamento	38.000,00	387.918,53	1.222,94	356.452,49	69.530,46	299.168,73	0,35	77,12	88.749,80

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2013092310450800504631

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

81	17511	Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82	17512	Saneamento Básico Urbano	38.000,00	387.918,53	1.222,94	356.452,49	69.530,46	299.168,73	0,35	77,12	88.749,80
83	00018	Gestão Ambiental	752.000,00	753.410,81	100.758,72	458.415,37	111.777,28	424.833,50	0,50	56,39	328.577,31
84	18541	Preservação e Conservação Ambiental	752.000,00	753.410,81	100.758,72	458.415,37	111.777,28	424.833,50	0,50	56,39	328.577,31
85	18542	Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	18543	Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
87	18544	Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
88	18545	Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	00019	Ciência e Tecnologia	2.050.000,00	2.050.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.050.000,00
90	19571	Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	19572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	2.050.000,00	2.050.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.050.000,00
92	19573	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	00020	Agricultura	2.914.000,00	3.088.137,39	231.974,35	1.822.604,60	382.423,82	1.638.515,78	1,93	53,06	1.449.621,61
94	20601	Promoção da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	20602	Promoção da Produção Animal	698.000,00	869.900,00	19.000,91	324.800,60	22.542,92	294.882,35	0,35	33,90	575.017,65
96	20603	Defesa Sanitária Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	20604	Defesa Sanitária Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	20605	Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	20606	Extensão Rural	2.216.000,00	2.218.237,39	212.973,44	1.497.804,00	359.880,90	1.343.633,43	1,58	60,57	874.603,96
100	20607	Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	21631	Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	21632	Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	00022	Indústria	631.000,00	631.000,00	38.881,67	487.836,99	45.021,26	470.863,65	0,55	74,62	160.136,35
105	22661	Promoção Industrial	631.000,00	631.000,00	38.881,67	487.836,99	45.021,26	470.863,65	0,55	74,62	160.136,35
106	22662	Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	22663	Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	22664	Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	22665	Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
110	00023	Comércio e Serviços	421.000,00	421.000,00	0,00	100.964,00	0,00	100.964,00	0,12	23,98	320.036,00
111	23691	Promoção Comercial	112.000,00	112.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	112.000,00
112	23692	Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	23693	Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
114	23694	Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
115	23695	Turismo	309.000,00	309.000,00	0,00	100.964,00	0,00	100.964,00	0,12	32,67	208.036,00
116	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	24721	Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	24722	Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	00025	Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	25751	Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
121	25752	Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	25753	Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2013092310450800504631

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

123	25754	Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
124	00026	Transporte	4.424.000,00	4.438.968,57	96.885,81	1.778.610,88	360.440,80	1.603.930,10	1,89	36,13	2.835.038,47
125	26781	Transporte Aéreo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
126	26782	Transporte Rodoviário	4.424.000,00	4.438.968,57	96.885,81	1.778.610,88	360.440,80	1.603.930,10	1,89	36,13	2.835.038,47
127	26783	Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	26784	Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	26785	Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130	00027	Desporto e Lazer	2.752.000,00	2.787.000,00	150.040,06	1.396.681,46	234.588,42	1.140.148,98	1,34	40,91	1.646.851,02
131	27811	Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
132	27812	Desporto Comunitário	1.375.000,00	1.389.500,00	27.416,38	327.084,16	68.887,48	265.206,34	0,31	19,09	1.124.293,66
133	27813	Lazer	320.000,00	340.500,00	20.189,00	166.150,91	264,00	133.532,58	0,16	39,22	206.967,42
134	27122	Administração Geral	1.057.000,00	1.057.000,00	102.434,68	903.446,39	165.436,94	741.410,06	0,87	70,14	315.589,94
135	00028	Encargos Especiais	4.247.000,00	6.283.392,13	29.641,84	5.226.885,42	1.061.441,04	4.283.334,58	5,04	68,17	2.000.057,55
136	28841	Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	28842	Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	28843	Serviço da Dívida Interna	2.855.000,00	4.655.000,00	0,00	3.610.899,29	844.901,53	3.110.724,14	3,66	66,83	1.544.275,86
139	28844	Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140	28845	Outras Transferências	1.392.000,00	1.628.392,13	29.641,84	1.615.986,13	216.539,51	1.172.610,44	1,38	72,01	455.781,69
141	28846	Outros Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
142	28847	Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
143		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
144		RESERVA DO RPPS	13.161.472,00	12.378.472,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.378.472,00
145		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	4.642.472,00	4.618.826,69	446.434,04	2.978.960,53	506.384,96	2.978.800,26	3,50	64,49	1.640.026,43
146	00001	Legislativa	263.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
147	01031	Ação Legislativa	263.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
148	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
149	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150	00004	Administração	918.000,00	940.000,00	21.354,10	639.660,90	81.305,02	639.500,63	0,75	269,78	300.499,37
151	04121	Planejamento e Orçamento	108.000,00	108.000,00	9.706,63	69.706,42	9.706,63	69.706,42	0,08	64,54	38.293,58
152	04122	Administração Geral	589.000,00	611.000,00	-10.722,88	415.477,34	49.228,04	415.317,07	0,49	67,97	195.682,93
153	04124	Controle Interno	217.000,00	217.000,00	21.985,62	151.784,15	21.985,62	151.784,15	0,18	69,95	65.215,85
154	04131	Comunicação Social	4.000,00	4.000,00	384,73	2.692,99	384,73	2.692,99	0,00	67,32	1.307,01
155	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
156	00006	Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158	00008	Assistência Social	182.000,00	182.000,00	22.929,03	109.086,36	22.929,03	109.086,36	0,12	170,00	72.913,64
159	08241	Assistência ao Idoso	8.000,00	8.000,00	391,72	3.751,95	391,72	3.751,95	0,00	46,90	4.248,05
160	08243	Assistência à Criança e ao Adolescente	69.000,00	69.000,00	11.799,17	45.857,76	11.799,17	45.857,76	0,05	66,46	23.142,24
161	08244	Assistência Comunitária	105.000,00	105.000,00	10.738,14	59.476,65	10.738,14	59.476,65	0,07	56,64	45.523,35
162	00009	Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
163	00010	Saúde	1.024.000,00	1.122.227,00	186.484,17	758.092,33	186.484,17	758.092,33	0,90	277,84	364.134,67
164	10301	Atenção Básica	987.000,00	987.000,00	130.114,83	667.780,13	130.114,83	667.780,13	0,79	67,66	319.219,87

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2013092310450800504631

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

165	10302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	30.000,00	105.000,00	45.323,92	67.918,35	45.323,92	67.918,35	0,08	64,68	37.081,65
166	10304	Vigilância Sanitária	5.000,00	13.500,00	1.530,64	8.134,96	1.530,64	8.134,96	0,01	60,26	5.365,04
167	10305	Vigilância Epidemiológica	2.000,00	16.727,00	9.514,78	14.258,89	9.514,78	14.258,89	0,02	85,24	2.468,11
168	00011	Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
169	00012	Educação	1.852.472,00	1.852.472,00	166.603,29	1.188.671,69	166.603,29	1.188.671,69	1,40	369,68	663.800,31
170	12306	Alimentação e Nutrição	16.000,00	16.000,00	1.744,10	14.474,38	1.744,10	14.474,38	0,02	90,46	1.525,62
171	12361	Ensino Fundamental	597.000,00	597.000,00	55.374,96	390.149,84	55.374,96	390.149,84	0,46	63,35	206.850,16
172	12363	Ensino Profissional	6.000,00	6.000,00	195,86	5.225,61	195,86	5.225,61	0,01	87,09	774,39
173	12365	Educação Infantil	1.228.472,00	1.228.472,00	109.288,37	775.539,13	109.288,37	775.539,13	0,91	63,13	452.932,87
174	12366	Educação de Jovens e Adultos	5.000,00	5.000,00	0,00	3.282,73	0,00	3.282,73	0,00	65,65	1.717,27
175	00013	Cultura	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
176	13392	Difusão Cultural	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
177	00014	Direitos da Cidadania	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
178	14422	Direitos Individuais, Coletivos e Difuso	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
179	00015	Urbanismo	161.000,00	161.000,00	13.703,26	94.558,72	13.703,26	94.558,72	0,11	58,73	66.441,28
180	15452	Serviços Urbanos	161.000,00	161.000,00	13.703,26	94.558,72	13.703,26	94.558,72	0,11	58,73	66.441,28
181	00016	Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
182	00017	Saneamento	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
183	17512	Saneamento Básico Urbano	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
184	00018	Gestão Ambiental	41.000,00	61.000,00	7.811,67	48.219,27	7.811,67	48.219,27	0,06	79,05	12.780,73
185	18541	Preservação e Conservação Ambiental	41.000,00	61.000,00	7.811,67	48.219,27	7.811,67	48.219,27	0,06	79,05	12.780,73
186	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
187	00020	Agricultura	84.000,00	84.000,00	17.859,25	69.467,71	17.859,25	69.467,71	0,08	86,83	14.532,29
188	20602	Promoção da Produção Animal	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
189	20606	Extensão Rural	80.000,00	80.000,00	17.859,25	69.467,71	17.859,25	69.467,71	0,08	86,83	10.532,29
190	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
191	00022	Indústria	5.000,00	5.000,00	517,64	3.623,31	517,64	3.623,31	0,00	72,47	1.376,69
192	22661	Promoção Industrial	5.000,00	5.000,00	517,64	3.623,31	517,64	3.623,31	0,00	72,47	1.376,69
193	00023	Comércio e Serviços	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
194	23691	Promoção Comercial	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
195	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
196	00025	Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
197	00026	Transporte	62.000,00	62.127,69	4.307,78	32.129,86	4.307,78	32.129,86	0,04	51,72	29.997,83
198	26782	Transporte Rodoviário	62.000,00	62.127,69	4.307,78	32.129,86	4.307,78	32.129,86	0,04	51,72	29.997,83
199	00027	Desporto e Lazer	43.000,00	43.000,00	4.863,85	35.450,38	4.863,85	35.450,38	0,04	82,44	7.549,62
200	27122	Administração Geral	43.000,00	43.000,00	4.863,85	35.450,38	4.863,85	35.450,38	0,04	82,44	7.549,62

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2013092310450800504631

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

201	00028	Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
202		TOTAL (III) = (I + II)	186.888.000,00	201.919.596,21	14.711.048,56	105.123.734,75	21.646.359,13	85.039.085,03	100,00	106,08	116.880.511,18

Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.

Fonte: SETOR CONTABIL

Nota:

BIGUACU, 23/09/2013

JOSE CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

CPF.: 019.850.619-88

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO

CONTADORA

CRC.: 028726/O-6

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: SET/2012 a AGO/ 2013

CVA: 2013092310450800504631

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Setembro 2012	Outubro 2012	Novembro 2012	Dezembro 2012	Janeiro 2013	Fevereiro 2013	Março 2013
1	RECEITAS CORRENTES (I) = (2+8+...+13+22)	8.880.250,09	9.694.397,78	9.985.729,74	13.958.764,70	9.671.248,87	10.828.760,38	8.149.696,37
2	Receita Tributária = (3+4+5+6+7)	759.823,37	1.157.371,51	1.266.273,30	1.415.115,08	1.393.543,08	956.022,86	2.992.121,19
3	IPTU	38.757,20	42.563,62	34.224,28	51.361,57	14.965,60	146.429,26	1.479.926,88
4	ISS	610.323,32	824.690,38	612.030,34	1.108.897,17	871.045,91	534.613,64	924.923,79
5	ITBI	98.049,03	206.323,98	126.266,35	303.538,60	333.852,53	180.447,66	203.676,87
6	IRRF	77.049,43	150.928,10	430.990,52	134.783,93	140.142,22	180.472,21	224.105,66
7	Outras Receitas Tributárias	-64.355,61	-67.134,57	62.761,81	-183.466,19	33.536,82	-85.939,91	159.487,99
8	Receita de Contribuições	306.545,55	174.566,02	483.340,21	558.467,34	374.364,66	309.350,11	398.724,74
9	Receita Patrimonial	460.457,33	1.121.602,37	234.021,61	2.661.565,75	202.648,24	1.994.109,18	-2.281.138,66
10	Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Receita de Serviços	12.930,94	21.085,46	21.129,85	13.093,32	28.763,94	46.292,13	40.730,54
13	Transferências Correntes = (14+...+21)	7.195.670,23	7.089.954,93	7.841.028,59	9.143.463,92	7.477.706,30	7.367.717,85	6.802.144,33
14	Cota-Parte do FPM	1.125.991,51	1.195.290,81	1.615.631,86	2.626.397,76	1.683.754,45	2.265.311,53	1.304.651,19
15	Cota-Parte do ICMS	3.303.032,57	3.111.926,71	3.305.062,09	3.341.127,40	3.135.541,06	2.844.511,64	2.685.428,21
16	Cota-Parte do IPVA	373.802,88	366.259,42	242.806,55	156.936,45	243.804,57	295.984,96	393.189,97
17	Cota-Parte do ITR	5.218,69	15.112,77	1.259,46	4.706,13	395,18	99,10	821,25
18	Transferências da LC 87/1996	52.067,96	50.324,31	50.947,35	58.500,18	56.021,20	43.014,79	36.517,40
19	Transferências da LC 61/1989	0,00	31.359,56	59.685,33	60.011,07	39.708,50	0,00	0,00
20	Transferências do FUNDEB	1.063.446,28	994.431,98	1.068.100,94	1.516.010,81	1.217.457,30	900.451,99	1.113.954,98
21	Outras Transferências Correntes	1.272.110,34	1.325.249,37	1.497.535,01	1.379.774,12	1.101.024,04	1.018.343,84	1.267.581,33
22	Outras Receitas Correntes	144.822,67	129.817,49	139.936,18	167.059,29	194.222,65	155.268,25	197.114,23
23	DEDUÇÕES (II) = (24+25+26)	1.159.094,42	1.128.968,03	1.229.471,12	1.419.987,94	1.205.717,58	1.281.726,70	1.074.419,41
24	Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	186.930,95	174.913,53	174.392,79	330.499,46	173.872,76	191.942,46	188.578,41
25	Compensação Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	972.163,47	954.054,50	1.055.078,33	1.089.488,48	1.031.844,82	1.089.784,24	885.841,00
27	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) = (1-23)	7.721.155,67	8.565.429,75	8.756.258,62	12.538.776,76	8.465.531,29	9.547.033,68	7.075.276,96

CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Abril 2013	Maio 2013	Junho 2013	Julho 2013	Agosto 2013	TOTAL (ÚLT. 12 M)	PREVISÃO ATUALIZADA 2013
-------	---------------	---------------	--------------	---------------	---------------	----------------	----------------------	--------------------------------

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: SET/2012 a AGO/ 2013

CVA: 2013092310450800504631

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

28	RECEITAS CORRENTES (I) = (29+35+...+40+49)	10.446.308,83	9.257.701,45	9.523.060,08	10.655.412,92	11.484.663,12	122.535.994,33	139.631.128,00
29	Receita Tributária = (30+31+32+33+34)	1.333.709,18	1.220.579,76	1.358.283,51	1.187.059,19	1.591.123,41	16.631.025,44	21.136.600,00
30	IPTU	118.126,83	45.529,61	37.556,07	34.721,29	27.505,72	2.071.667,93	2.496.000,00
31	ISS	577.792,33	827.513,08	781.196,20	709.896,71	853.138,24	9.236.061,11	13.465.600,00
32	ITBI	368.881,16	224.121,68	147.186,55	93.570,94	488.186,76	2.774.102,11	1.580.000,00
33	IRRF	133.547,55	171.280,38	168.231,89	197.494,54	177.076,31	2.186.102,74	1.965.000,00
34	Outras Receitas Tributárias	135.361,31	-47.864,99	224.112,80	151.375,71	45.216,38	363.091,55	1.630.000,00
35	Receita de Contribuições	411.747,15	505.125,75	402.488,39	542.826,78	597.846,98	5.065.393,68	4.888.000,00
36	Receita Patrimonial	633.510,73	-1.136.461,59	139.794,66	455.773,61	1.725.721,76	6.211.604,99	8.965.000,00
37	Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Receita de Serviços	30.601,99	37.581,31	16.771,93	28.193,01	21.290,68	318.465,10	435.000,00
40	Transferências Correntes = (41+...+48)	7.831.890,61	8.443.682,58	7.439.279,91	8.257.822,49	7.353.093,10	92.243.454,84	102.049.000,00
41	Cota-Parte do FPM	1.399.861,32	2.011.410,45	1.678.104,76	1.195.024,74	1.562.475,79	19.663.906,17	23.900.000,00
42	Cota-Parte do ICMS	3.238.031,81	3.217.882,49	3.014.137,80	3.956.064,70	3.137.046,23	38.289.792,71	41.000.000,00
43	Cota-Parte do IPVA	401.230,17	399.343,68	391.558,96	436.531,64	417.991,85	4.119.441,10	4.953.000,00
44	Cota-Parte do ITR	14.668,17	419,14	236,44	496,41	5.531,01	48.963,75	13.000,00
45	Transferências da LC 87/1996	36.274,38	46.820,81	48.765,15	48.034,87	51.397,63	578.686,03	562.000,00
46	Transferências da LC 61/1989	58.917,68	14.729,42	14.729,42	14.729,42	14.729,42	308.599,82	155.000,00
47	Transferências do FUNDEB	1.158.296,07	1.329.378,19	1.119.853,54	1.070.765,06	1.155.652,36	13.707.799,50	14.480.000,00
48	Outras Transferências Correntes	1.524.611,01	1.423.698,40	1.171.893,84	1.536.175,65	1.008.268,81	15.526.265,76	16.986.000,00
49	Outras Receitas Correntes	204.849,17	187.193,64	166.441,68	183.737,84	195.587,19	2.066.050,28	2.157.528,00
50	DEDUÇÕES (II) = (51+52+53)	1.217.369,30	1.321.392,15	1.211.997,78	1.311.706,15	1.218.692,33	14.780.542,91	16.336.600,00
51	Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	187.863,91	183.271,13	182.462,00	181.529,97	180.824,46	2.337.081,83	2.220.000,00
52	Compensação Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: SET/2012 a AGO/ 2013

CVA: 2013092310450800504631

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

53	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	1.029.505,39	1.138.121,02	1.029.535,78	1.130.176,18	1.037.867,87	12.443.461,08	14.116.600,00
54	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) = (28-50)	9.228.939,53	7.936.309,30	8.311.062,30	9.343.706,77	10.265.970,79	107.755.451,42	123.294.528,00

Fonte: SETOR CONTABIL

Nota:

BIGUACU, 23/09/2013

JOSE CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

CPF.: 019.850.619-88

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO

CONTADORA

CRC.: 028726/O-6

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2013092310450800504631

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

CAMPO	RECEITAS	PLANO PREVIDENCIÁRIO				
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
1	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (2+21-25)	10.363.000,00	10.363.000,00	2.554.608,13	2.772.361,67	5.437.851,82
2	RECEITAS CORRENTES = (3+12+13+17+18)	10.363.000,00	10.363.000,00	2.554.608,13	4.447.962,01	5.579.383,05
3	Receita de Contribuições dos Segurados = (4+8)	2.220.000,00	2.220.000,00	362.354,43	1.470.345,10	1.387.621,91
4	Pessoal Civil = (5+6+7)	2.220.000,00	2.220.000,00	362.354,43	1.470.345,10	1.387.621,91
5	Ativo	2.200.000,00	2.200.000,00	360.422,49	1.461.308,46	1.376.184,91
6	Inativo	20.000,00	20.000,00	1.931,94	9.036,64	11.437,00
7	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Pessoal Militar = (9+10+11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Receita Patrimonial = (14+15+16)	8.143.000,00	8.143.000,00	2.192.253,70	2.977.616,91	4.191.761,14
14	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Receitas de Valores Mobiliários	8.143.000,00	8.143.000,00	2.192.253,70	2.977.616,91	4.191.761,14
16	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Correntes = (19+20)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	RECEITAS DE CAPITAL = (22+23+24)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	1.675.600,34	141.531,23
26	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.335.472,00	4.335.472,00	785.776,27	3.203.992,30	2.946.846,84
27	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) = (1+26)	14.698.472,00	14.698.472,00	3.340.384,40	5.976.353,97	8.384.698,66

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
28	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (29+32)	2.640.000,00	3.423.000,00	507.470,19	2.051.988,20	1.675.310,45
29	ADMINISTRAÇÃO = (30+31)	215.000,00	398.000,00	49.303,12	157.046,18	166.233,29
30	Despesas Correntes	195.000,00	378.000,00	49.303,12	157.046,18	166.233,29
31	Despesas de Capital	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
32	PREVIDÊNCIA = (33+37+41)	2.425.000,00	3.025.000,00	458.167,07	1.894.942,02	1.509.077,16
33	Pessoal Civil = (34+35+36)	0,00	0,00	458.167,07	1.894.942,02	1.509.077,16
34	Aposentadorias	0,00	0,00	424.353,31	1.780.269,40	1.430.457,79
35	Pensões	0,00	0,00	33.813,76	114.672,62	78.619,37
36	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37	Pessoal Militar = (38+39+40)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Pensões.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Outras Despesas Previdenciárias = (42+43)	2.425.000,00	3.025.000,00	0,00	0,00	0,00
42	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	Demais Despesas Previdenciárias	2.425.000,00	3.025.000,00	0,00	0,00	0,00
44	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00
45	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) = (28+44)	2.642.000,00	3.425.000,00	507.470,19	2.051.988,20	1.675.310,45
46	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) = (27-45)	12.056.472,00	11.273.472,00	2.832.914,21	3.924.365,77	6.709.388,21

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2013092310450800504631

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
47	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (48+52)	0,00	0,00	161.722,14	1.005.504,26	690.077,89
48	Plano Financeiro = (49+50+51)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	Plano Previdenciário = (53+54+55)	0,00	0,00	161.722,14	1.005.504,26	690.077,89
53	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Outros Aportes para o RPPS.	0,00	0,00	161.722,14	1.005.504,26	690.077,89

CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
56	Valor	12.378.472,00

CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS	Em Jul/2013	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
			Em. Ago/2013	Em 31 /Dez/2012
57	CAIXA	0,00	0,00	0,00
58	BANCOS CONTA MOVIMENTO	2.879,05	5.183,83	31.758,63
59	INVESTIMENTOS	42.830.412,46	42.568.278,53	37.017.114,47
60	OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
61	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (62+74+75+76)	4.335.472,00	4.335.472,00	785.776,27	3.203.992,30	2.949.513,56
62	Receita de Contribuições = (63+72+73)	4.335.472,00	4.335.472,00	720.839,03	2.922.592,51	2.753.898,83
63	Patronal = (64+68)	4.062.472,00	4.062.472,00	720.839,03	2.922.592,51	2.753.898,83
64	Pessoal Civil = (65+66+67)	4.062.472,00	4.062.472,00	720.839,03	2.922.592,51	2.753.898,83
65	Ativo	4.062.472,00	4.062.472,00	720.839,03	2.922.592,51	2.753.898,83
66	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Pessoal Militar = (69+70+71)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Para Cobertura de Déficit Atuarial	273.000,00	273.000,00	0,00	0,00	0,00
73	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
74	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
76	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	64.937,24	281.399,79	195.614,73
77	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (78+79+80)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
78	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
79	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
80	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
81	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	2.666,72
82	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) = (61+77-81)	4.335.472,00	4.335.472,00	785.776,27	3.203.992,30	2.946.846,84

CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
83	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (84+85)	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00
84	Despesas Correntes	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00
85	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (83)	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2013092310450800504631

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

CAMPO	RECEITAS	PLANO FINANCEIRO				
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
87	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (88+107-111)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
88	RECEITAS CORRENTES = (89+98+99+103+104)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	Receita de Contribuições dos Segurados = (90+94)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	Pessoal Civil = (91+92+93)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Pessoal Militar = (95+96+97)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	Receita Patrimonial = (100+101+102)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	Outras Receitas Correntes = (105+106)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
105	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
106	Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	RECEITAS DE CAPITAL = (108+109+110)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
110	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) = (87+112)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
114	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (115+118)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
115	ADMINISTRAÇÃO = (116+117)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	PREVIDÊNCIA = (119+123+127)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	Pessoal Civil = (120+121+122)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
121	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
123	Pessoal Militar = (124+125+126)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
124	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
125	Pensões.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
126	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
127	Outras Despesas Previdenciárias = (128+129)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) = (114+130)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
132	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) = (113-131)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2013092310450800504631

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
133	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (134+138)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
134	Plano Financeiro = (135+136+137)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
136	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	Plano Previdenciário = (139+140+141)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
139	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
141	Outros Aportes para o RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
142	Valor	12.378.742,00

CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS	Em Jul/2013	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
			Em. Ago/2013	Em 31 /Dez/2012
143	CAIXA	0,00	0,00	0,00
144	BANCOS CONTA MOVIMENTO	2.279,05	5.183,83	31.758,63
145	INVESTIMENTOS	42.830.412,46	42.568.278,53	37.017.114,47
146	OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
147	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (148+160+161+162)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148	Receita de Contribuições = (149+158+159)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
149	Patronal = (150+154)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150	Pessoal Civil = (151+152+153)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154	Pessoal Militar = (155+156+157)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
156	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158	Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
161	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
162	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
163	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (164+165+166)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
164	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
165	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
166	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
167	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
168	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) = (147+163-167)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
169	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (170+171)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
170	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2013092310450800504631

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

171	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
172	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (169)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SETOR CONTABIL

Nota:

BIGUACU, 23/09/2013

JOSE CASTELO DESCHAMPS
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 019.850.619-88

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO
CONTADORA
CRC.: 028726/O-6

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2013092310450800504631

RREO - Anexo 5 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
		Em 31/Dez/ 2012 (a)	Em 30/Jun/2013 (b)	Em. 31/Ago/2013 (c)
1	DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	16.563.959,40	16.659.222,77	16.944.378,44
2	DEDUÇÕES (II) = (3 + 4 - 5)	9.110.075,97	5.757.953,95	4.422.598,14
3	Disponibilidade de Caixa Bruta	12.231.735,35	12.195.827,45	11.597.302,50
4	Demais Haveres Financeiros	27.029,63	107.028,61	134.205,20
5	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	3.148.689,01	6.544.902,11	7.308.909,56
6	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	7.453.883,43	10.901.268,82	12.521.780,30
7	RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
8	PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	2.890.244,12	2.875.759,08	2.870.997,40
9	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	4.563.639,31	8.025.509,74	9.650.782,90

CAMPO	RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		No Bimestre (c - b)	Até o Bimestre (c - a)
10	VALOR	1.625.273,16	5.087.143,59

CAMPO	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
11	META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	17.325.500,00

CAMPO	REGIME PREVIDENCIÁRIO			
	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
		Em 31/Dez/ 2012	Em 30/Jun/2013 (b)	Em. 31/Ago/2013 (c)
12	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	29.172.329,66	29.172.329,66	29.172.329,66
13	Passivo Atuarial	29.172.329,66	29.172.329,66	29.172.329,66
14	Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
15	DEDUÇÕES (VIII) = (16+17+18-19)	40.799.107,51	41.922.683,29	42.573.462,36
16	Disponibilidade de Caixa Bruta	9.361,17	8.201,08	5.183,83
17	Investimentos	40.789.746,34	41.914.482,21	42.568.278,53
18	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
19	(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
20	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-11.626.777,85	-12.750.353,63	-13.401.132,70
21	PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
22	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-11.626.777,85	-12.750.353,63	-13.401.132,70

Se o cálculo das "Deduções" resultar em valor negativo, o campo será preenchido pelo sistema com um traço.

Fonte: SETOR CONTABIL

Nota:

BIGUACU, 23/09/2013

JOSE CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

CPF.: 019.850.619-88

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO

CONTADORA

CRC.: 028726/O-6

**RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2013/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

CVA: 2013092310450800504631

RREO - Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

CAMPO	RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre. 2012
1	RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I) = (2+8+11+14+19)	120.912.000,00	18.577.504,24	73.144.504,86	67.382.621,17
2	Receitas Tributárias = (3+4+5+6+7)	21.136.600,00	2.778.182,60	12.032.442,18	10.102.274,06
3	IPTU	2.496.000,00	62.227,01	1.904.761,26	1.791.279,53
4	ISS	13.465.600,00	1.563.034,95	6.080.119,90	6.354.704,68
5	ITBI	1.580.000,00	581.757,70	2.039.924,15	1.074.199,82
6	IRRF	1.965.000,00	374.570,85	1.392.350,76	1.096.607,17
7	Outras Receitas Tributárias	1.630.000,00	196.592,09	615.286,11	-214.517,14
8	Receitas de Contribuições. = (9+10)	9.223.472,00	1.861.512,79	6.465.067,07	5.888.106,37
9	Receitas Previdenciárias	6.555.472,00	1.083.193,46	4.392.937,61	4.137.231,19
10	Outras Receitas de Contribuições	2.668.000,00	778.319,33	2.072.129,46	1.750.875,18
11	Receita Patrimonial Líquida = (12-13)	27.000,00	1.191,35	30.294,77	17.123,93
12	Receita Patrimonial	8.965.000,00	2.181.495,37	1.733.957,93	4.462.311,57
13	(-) Aplicações Financeiras	8.938.000,00	2.180.304,02	1.703.663,16	4.445.187,64
14	Transferências Correntes = (15+16+17+18)	87.932.400,00	13.442.871,54	52.600.660,87	48.372.531,35
15	FPM	19.120.000,00	2.206.000,48	10.480.475,54	9.816.918,72
16	ICMS	32.800.000,00	5.674.488,92	20.182.915,83	18.781.217,21
17	Convênios	780.000,00	161.428,00	454.455,00	424.621,98
18	Outras Transferências Correntes	35.232.400,00	5.400.954,14	21.482.814,50	19.349.773,44
19	Demais Receitas Correntes = (20+21)	2.592.528,00	493.745,96	2.016.039,97	3.002.585,46
20	Dívida Ativa	1.265.000,00	190.219,12	794.006,88	751.490,92
21	Diversas Receitas Correntes	1.327.528,00	303.526,84	1.222.033,09	2.251.094,54
22	RECEITAS DE CAPITAL (II) = (23+...+26+29)	57.038.000,00	2.332.384,48	10.634.199,71	18.783.021,18
23	Operações de Crédito (III)	23.150.000,00	946.479,16	2.734.126,34	4.773.477,50
24	Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Alienação de Bens (V)	0,00	0,00	0,00	18.200,00
26	Transferências de Capital = (27+28)	33.888.000,00	1.318.741,27	7.676.702,25	13.918.923,60
27	Convênios.	33.888.000,00	1.318.741,27	7.676.702,25	13.918.923,60
28	Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
29	Outras Receitas de Capital	0,00	67.164,05	223.371,12	72.420,08
30	RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II-III-IV-V)	33.888.000,00	1.385.905,32	7.900.073,37	13.991.343,68
31	RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I+VI)	154.800.000,00	19.963.409,56	81.044.578,23	81.373.964,85

CAMPO	DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre. 2012
32	DESPESAS CORRENTES (VIII) = (33+34+35)	110.061.758,14	15.226.191,89	65.502.100,29	61.808.482,01
33	Pessoal e Encargos Sociais	61.847.221,79	9.575.763,95	42.335.181,89	35.707.161,51
34	Juros e Encargos da Dívida (IX)	1.243.500,00	196.101,93	826.715,10	354.890,92
35	Outras Despesas Correntes	46.971.036,35	5.454.326,01	22.340.203,30	25.746.429,58
36	DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII-IX)	108.818.258,14	15.030.089,96	64.675.385,19	61.453.591,09
37	DESPESAS DE CAPITAL (XI) = (38+39+43)	78.979.366,07	6.420.167,24	19.536.984,74	22.283.514,79
38	Investimentos	75.413.638,07	5.758.843,75	17.170.149,40	21.867.736,48
39	Inversões Financeiras = (40+41+42)	10.000,00	0,00	0,00	0,00
40	Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
42	Demais Inversões Financeiras	10.000,00	0,00	0,00	0,00
43	Amortização da Dívida (XIV)	3.555.728,00	661.323,49	2.366.835,34	415.778,31
44	DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI-XII-XIII-XIV)	75.423.638,07	5.758.843,75	17.170.149,40	21.867.736,48
45	RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	500.000,00	-	-	-
46	RESERVA DO RPPS (XVII)	12.378.472,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2013/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

CVA: 2013092310450800504631

RREO - Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

47	DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X+XV+XVI+XVII)	197.120.368,21	20.788.933,71	81.845.534,59	83.321.327,57
----	---	----------------	---------------	---------------	---------------

48	RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII-XVIII)	-42.320.368,21	-825.524,15	-800.956,36	-1.947.362,72
----	--	----------------	-------------	-------------	---------------

49	SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	2.046.411,22
----	--------------------------------	---	---	------	--------------

CAMPO	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE			
50	META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-29.233.000,00			

Fonte: SETOR CONTABIL

Nota:

BIGUACU, 23/09/2013

JOSE CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

CPF.: 019.850.619-88

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO

CONTADORA

CRC.: 028726/O-6

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2013092310450800504631

RREO - Anexo 7 (LRF, art.53, inciso V)

R\$ 1,00

CAMPO	PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
		Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de dezembro de 2012	Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos em Exercícios Anteriores.	Inscritos em 31 de dezembro de 2012	Liquidados	Pagos.	Cancelados.	Saldo.
1	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	16.380,82	2.784.899,90	2.673.052,38	64.516,22	63.712,12	191.048,79	1.412.281,88	809.563,42	808.763,92	71.079,14	723.687,61
2	EXECUTIVO	16.380,82	2.737.644,70	2.625.797,18	64.516,22	63.712,12	186.718,73	1.401.612,88	800.874,42	799.074,92	66.749,08	722.707,61
3	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	16.380,82	2.737.644,70	2.625.797,18	64.516,22	63.712,12	186.718,73	1.401.612,88	800.874,42	799.074,92	66.749,08	722.707,61
4	LEGISLATIVO	0,00	47.255,20	47.255,20	0,00	0,00	4.330,06	10.669,00	8.689,00	9.689,00	4.330,06	980,00
5	CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU	0,00	47.255,20	47.255,20	0,00	0,00	4.330,06	10.669,00	8.689,00	9.689,00	4.330,06	980,00
6	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	347.408,29	344.972,41	2.435,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	EXECUTIVO.	0,00	347.408,29	344.972,41	2.435,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	347.408,29	344.972,41	2.435,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	LEGISLATIVO.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	TOTAL (III) = (I + II)	16.380,82	3.132.308,19	3.018.024,79	66.952,10	63.712,12	191.048,79	1.412.281,88	809.563,42	808.763,92	71.079,14	723.687,61

Fonte: SETOR CONTÁBIL

Nota:

BIGUAÇU, 23/09/2013

JOSE CASTELO DESCHAMPS
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 019.850.619-88

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO
CONTADORA
CRC.: 028726/O-6

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2013092310450800504631

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2013		SALDO TOTAL (c) = (a+b)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
1	TOTAL DE ATIVOS = (2+3+4)	0,00	0,00	0,00	0,00
2	Direitos Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
4	Contrapartida para Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
5	TOTAL DE PASSIVOS (I) = (6+7+8)	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Obrigações Não Relacionadas a Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Contrapartida para Ativos da SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
9	GARANTIAS DE PPP (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
10	SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
11	PASSIVOS CONTINGENTES = (12+13+14)	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Contraprestações Futuras	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Riscos Não Provisonados	0,00	0,00	0,00	0,00
14	Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00
15	ATIVOS CONTINGENTES = (16+17)	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Serviços Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Outros Ativos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE PPP	2012	2013	2014	2015	2016	2017
18	Do Ente Federado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	105.074.960,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE PPP	2018	2019	2020	2021	2022
23	Do Ente Federado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SETOR CONTABIL

Nota:

BIGUACU, 23/09/2013

JOSE CASTELO DESCHAMPS
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 019.850.619-88

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO
CONTADORA
CRC.: 028726/O-6

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2013092310450800504631

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

R\$ 1,00

CAMPO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No Bimestre	Até o Bimestre
1	RECEITAS	-	-
2	Previsão Inicial	-	186.888.000,00
3	Previsão Atualizada	-	186.888.000,00
4	Receitas Realizadas	23.090.192,74	85.482.367,73
5	Déficit Orçamentário	-	-
6	Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	-	2.046.411,22
7	DESPESAS	-	-
8	Dotação Inicial	-	186.888.000,00
9	Créditos Adicionais	-	15.031.596,21
10	Dotação Atualizada	-	201.919.596,21
11	Despesas Empenhadas	14.711.048,56	105.123.734,75
12	Despesas Liquidadas	21.646.359,13	85.039.085,03
13	Superávit Orçamentário	-	443.282,70

CAMPO	DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	No Bimestre	Até o Bimestre
14	Despesas Empenhadas	14.711.048,56	105.123.734,75
15	Despesas Liquidadas	21.646.359,13	85.039.085,03

CAMPO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
16	Receita Corrente Líquida	107.755.451,42

CAMPO	RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No Bimestre	Até o Bimestre
17	Regime Geral de Previdência Social	-	-
18	Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	-	-
19	Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	-	-
20	Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	-	-
21	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-
22	PLANO PREVIDENCIÁRIO	-	-
23	Receitas Previdenciárias Realizadas. (IV)	3.340.384,40	5.976.353,97
24	Despesas Previdenciárias Liquidadas. (V)	507.470,19	2.051.988,20
25	Resultado Previdenciário. (VI) = (IV - V)	2.832.914,21	3.924.365,77
26	PLANO FINANCEIRO	-	-
27	.Receitas Previdenciárias Realizadas (VII)	0,00	0,00
28	.Despesas Previdenciárias Liquidadas (VIII)	0,00	0,00
29	.Resultado Previdenciário (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00

CAMPO	RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
30	Resultado Nominal	17.325.500,00	5.087.143,59	29,36
31	Resultado Primário	-29.233.000,00	-800.956,36	2,74

CAMPO	RESTOS A PAGAR POR PODER	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
32	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	3.148.689,01	66.952,10	3.018.024,79	63.712,12
33	Poder Executivo	3.101.433,81	66.952,10	2.970.769,59	63.712,12
34	Poder Legislativo	47.255,20	0,00	47.255,20	0,00
35	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	1.603.330,67	71.079,14	808.763,92	723.687,61
36	Poder Executivo.	1.588.331,61	66.749,08	799.074,92	722.707,61
37	Poder Legislativo.	14.999,06	4.330,06	9.689,00	980,00
38	TOTAL	4.752.019,68	138.031,24	3.826.788,71	787.399,73

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2013092310450800504631

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

R\$ 1,00

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
39	Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	0,00	25%	0,00
40	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	60%	0,00
41	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	0,00	60%	0,00
42	Complementação da União ao FUNDEB - Mínimo Anual de 10% do Total de Recursos do FUNDEB	0,00	10%	0,00

CAMPO	RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
43	Receitas de Operação de Crédito	-	-
44	Despesa de Capital Líquida	-	-

CAMPO	PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício 1	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
45	Regime Geral de Previdência Social	-	-	-	-
46	Receitas Previdenciárias (I)	-	-	-	-
47	Despesas Previdenciárias (II)	-	-	-	-
48	Resultado Previdenciário (I - II)	-	-	-	-
49	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-	-
50	PLANO PREVIDENCIÁRIO	-	-	-	-
51	Receitas Previdenciárias. (III)	-	-	-	-
52	Despesas Previdenciárias. (IV)	-	-	-	-
53	Resultado Previdenciário. (III - IV)	-	-	-	-
54	PLANO FINANCEIRO	-	-	-	-
55	.Receitas Previdenciárias (V)	-	-	-	-
56	.Despesas Previdenciárias (VI)	-	-	-	-
57	.Resultado Previdenciário. (V - VI)	-	-	-	-

CAMPO	RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
58	Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	-	-
59	Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	-	-

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
60	Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
-------	---	-------------------------------------

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2013092310450800504631

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

R\$ 1,00

61	Total das Despesas/RCL (%)	0,00
----	----------------------------	------

¹Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

Fonte: SETOR CONTABIL

Nota:

BIGUACU, 23/09/2013

JOSE CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

CPF.: 019.850.619-88

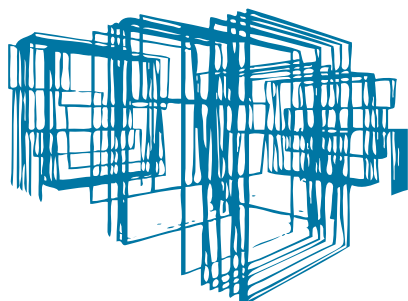
PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO

CONTADORA

CRC.: 028726/O-6

Pag. 26/ 26

Análise de projetos e obras em alto nível:
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

Portaria Nº 229/13 de 01 de Outubro de 2013

PORTARIA Nº 229/13, DE 01 DE OUTUBRO DE 2013.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por LEI.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal Sr. LEONIR SIMONETTI, inscrito na matrícula nº 393-0, conforme Atestado Médico, no período de 30 de setembro de 2013 a 04 de outubro de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor com data retroativa de 30/09/2013, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 01 de outubro de 2013.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Edital Convite 1941/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1941/2013
EDITAL DE CONVITE Nº. 033/2013

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 14:30 horas do dia 09 de Outubro de 2013, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Convite, tendo como objeto a aquisição de servidor para centro administrativo municipal, aquisição de material para carteiras de trabalho, aquisição de móveis para sala de vigilância sanitária e cabeamento de antiga rede de internet do centro municipal de saúde.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste - SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br

Bom Jesus do Oeste - SC, aos 02 de Outubro de 2013.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

101.13 - Dc. Supl.Excesso Arrec.Pmbr.Pnae.T.e.e.

Decreto N.º 101/13 01 de Outubro de 2013.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado no art. 7º da Lei n.º 2147/12 de 14 de dezembro de 2012;

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada as seguintes dotações orçamentárias:

04.01- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

12.361.018.2010 - MERENDA ESCOLAR

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.60.00 (Rec. PNAE) R\$ 16.800,00

12.361.018.2013 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.22.00 (Rec. Transf.Conv.Educação - Transp.Escolar Estado) R\$ 57.382,00

Total Geral da Suplementação R\$ 74.182,00

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso o provável excesso de arrecadação, fonte de Recurso 01.60.00 - PNAE - Receita 17.21.35.03 - Transferências Diretas do FNDE ao Programa Alimentação Escolar - PNAE, no valor de R\$ 16.800,00 e fonte de Recurso 01.22.00 - Rec. Transf. Conv.Educação - Transp.Escolar Estado - Receita 17.22.99.00.01 - Transferências de Recursos Transporte Escolar, no valor de R\$ 57.382,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 01 de Outubro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Administração e Fazenda

100.13 - Dec. Anulação. Pmbr

Decreto n.º 100/13 de 01.10.13.

Suplementa o Orçamento da Prefeitura Municipal de Bom Retiro exercício financeiro 2013 por conta da anulação de dotação.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado no art. 7º da Lei n.º 2147/12 de 14 de dezembro de 2012;

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

02.01- Gabinete do Prefeito
04.122.006.2005 - MANUTENÇÃO DO Gabinete do Prefeito
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 01.00 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00
SubTotal R\$ 20.000,00

03.01- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
04.122.010.2007 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL
4.6.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 01.00 - Recursos Ordinários R\$ 60.000,00
SubTotal R\$ 60.000,00

04.01- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUC. CULTURA E ESPORTE
12.122.018.2011 - MANUT. ATIVIDADES SECR. EDUCAÇÃO
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 01.01 - Recursos 25% Educação R\$ 12.000,00
SubTotal R\$ 12.000,00

13.392.018.2020 - DIFUSÃO DA CULTURA EM GERAL
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 01.00 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00
SubTotal R\$ 10.000,00

05.01- SECR. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL
08.243.027.2022 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 01.00 - Recursos Ordinários R\$ 15.000,00
SubTotal R\$ 15.000,00

06.01- SECR. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
20.122.048.2023 - MANUTENÇÃO DA SECR. AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 01.00 - Recursos Ordinários R\$ 25.000,00
SubTotal R\$ 25.000,00

20.606.048.2027 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 01.00 - Recursos Ordinários R\$ 4.000,00
SubTotal R\$ 4.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 146.000,00

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, utiliza-se como fonte de recurso a anulação da seguinte dotação orçamentária:

02.01- Gabinete do Prefeito
04.122.006.2005 - MANUTENÇÃO DO Gabinete do Prefeito
4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL
4.4.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 01.00 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00
SubTotal R\$ 20.000,00

03.01- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
04.122.010.2007 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES
3.2.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 01.00 - Recursos Ordinários R\$ 50.000,00
3.3.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 01.00 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00
SubTotal R\$ 60.000,00

04.01- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUC. CULTURA E ESPORTE
12.122.018.2011 - MANUT. ATIVIDADES SECR. EDUCAÇÃO
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES
3.1.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 01.01 - Recursos 25% Educação R\$ 12.000,00
SubTotal R\$ 12.000,00

13.392.018.2020 - DIFUSÃO DA CULTURA EM GERAL
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES
3.3.50.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos
Recurso 01.00 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00
SubTotal R\$ 10.000,00

05.01- SECR. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL
08.243.027.2022 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES
3.1.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 01.00 - Recursos Ordinários R\$ 15.000,00
SubTotal R\$ 15.000,00

06.01- SECR. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
20.122.048.2023 - MANUTENÇÃO DA SECR. AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL
4.4.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 01.00 - Recursos Ordinários R\$ 25.000,00
SubTotal R\$ 25.000,00

20.606.048.2027 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES
3.3.50.00 - Transf. Inst. Privadas sem fins lucrativos
Recurso 01.00 - Recursos Ordinários R\$ 4.000,00
SubTotal R\$ 4.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 146.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 01 de outubro de 2013.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Administração e Fazenda

896.09.13 - P. Lic. Trat. Saude Patricia M. Hoffmann
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 896/13 de 30.09.13
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar exames no dia 26 de setembro de 2013, a funcionária Patrícia Michels Hoffmann, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Municipal Patrícia Deucher.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
30 de setembro de 2013.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

897.09.13 - P. Lic. Trat. Saude Berenice S. Silva

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 897/13 de 30.09.13
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar consulta médica no dia 26 de setembro de 2013, a funcionária Berenice Schlemper da Silva, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - Padrão 1 - Nível 03, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - Programa Saúde da Família.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
30 de setembro de 2013.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

898.09.13 - P. Lic. Trat. Saude Iolete F. Zelazowski

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 898/13 de 30.09.13
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 30 de setembro e 01 de outubro de 2013, a funcionária Iolete de Fátima Guckert Zelazowski, Ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde - Nível 1, do Quadro de Pessoal Contratado do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde - Programa Agente Comunitário de Saúde - PACS - Centro.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
30 de setembro de 2013.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

899.09.13 - P. Lic. Trat. Saude Iolanda F. B. Padilha

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 899/13 de 30.09.13
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar consulta médica no dia 30 de setembro de 2013, a funcionária Iolanda de Brida Padilha, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Antonia Maria da Silva Vieira.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
30 de setembro de 2013.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

900.09.13 - P. Lic. Trat. Saude Zilmara G. Rosar

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 900/13 de 30.09.13
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar consulta odontológica no dia 30 de setembro de 2013, a funcionária Zilmara Gorges Rosar, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
30 de setembro de 2013.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

901.10.13 - P. Exon. Angela J. Paim

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 901/13 de 01.10.13
Exonera Servidora a Pedido

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

RESOLVE:

Conceder exoneração a servidora Angela Maria de Jesus Paim, do Cargo de Chefe de Serviços - Nível - 30 do Quadro de Pessoal Nomeado em Caráter Comissionado do Município, através da Portaria n.º 743/13 de 01.08.13, com exercício no Fundo Municipal de Saúde, a contar do dia 20 de setembro de 2013, conforme pedido de exoneração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de outubro de 2013.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

902.10.13 - P. Férias Vanderlei Cardoso

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 902/13 de 01.10.13
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentar correspondente ao período de 2012 (Dois Mil e Doze) a 2013 (Dois Mil e Treze) ao funcionário Vanderlei Cardoso, ocupante do cargo de Calceteiro - Padrão 1 - Nível 4, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para gozá-las a contar de 01 de outubro com término no dia 30 de outubro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de outubro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

903.10.13 - P. Remanejamento Marineli Cruz

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 903/13 de 01.10.13

Remaneja Servidora

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Remanejar a servidora Marineli da Cruz, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 - Nível 01, do quadro de Pessoal do Efetivo do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte - Núcleo Municipal Henrique Hemkmaier, para ocupar as mesmas funções na Secretaria Municipal de Saúde - Posto Saúde Central a partir do dia 01 de outubro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de outubro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

904.10.13 - P. Remanejamento Tania T. G. Neckel

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 904/13 de 01.10.13

Remaneja Servidora

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Remanejar a servidora Tânia Terezinha Goedert Neckel, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 - Nível 01, do quadro de Pessoal do Efetivo do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - Posto Saúde Central, para ocupar as mesmas funções na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte - Ginásio de Esportes a partir do dia 01 de outubro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de outubro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

905.10.13 - P. Férias Gilmar M. Jesus

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 905/13 de 01.10.13

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentar correspondente ao período de 2012 (Dois Mil e Doze) a 2013 (Dois Mil e Treze) ao funcionário Gilmar Luiz Matos de Jesus, Ocupante do cargo de Motorista - Socorrista Nível 04, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - Samu, para gozá-las a contar de 01 de outubro com término no dia 30 de outubro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de outubro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Lei 0758

LEI Nº 0758/2013

"Autoriza o Poder Executivo municipal a cessão de veículo ao Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina"

Charles Rafael Schwambach, Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ceder, no prazo de 05 (cinco) anos, ao Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, com interveniência do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina, para utilização exclusiva na sede do 4º Pelotão, da 3ª Companhia, do 5º Batalhão de Bombeiros Militar, sediado no Município de Trombudo Central, o seguinte veículo:

"1 (um) veículo marca VW, modelo SPACEFOX Trend GII, tipo automóvel, combustível álcool/Gasolina, ano de fabricação 2012/2013, chassi 8AWPB45Z7DA525556, código Renavam559344058, placas mki 8225, com todos os equipamentos obrigatórios"

Parágrafo único. O veículo objeto desta Lei deverá ter seu uso destinado exclusivamente à execução dos serviços prestados pelo 4º Pelotão, da 3ª Companhia, do 5º Batalhão de Bombeiros Militar, sediado no Município de Trombudo Central, ficando o Estado de Santa Catarina responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução desse serviço e pelo bom uso desses equipamentos.

Art. 2º As despesas decorrentes da manutenção, conservação, licenciamento e de sua utilização, correrão à conta do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa do Cidadão e do Corpo de Bombeiros Militar do

Estado de Santa Catarina.

Art. 3º A Cessão de Uso de que trata esta Lei, poderá ser rescindido em qualquer tempo, desde que haja interesse de qualquer das partes.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 30 de setembro de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

Portaria 195/2013

PORTARIA 195/2013

Concede Função Gratificada - FG

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado no artigo 11 da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99, e suas alterações etc

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Função Gratificada, com denominação de FG-05, a servidora Iracema Cristina Hubes de Oliveira, para assessorar na elaboração de projetos e nas demais atividades da Secretaria Municipal da Cultura, Turismo e Lazer, a partir de 01.01.2013.

Art. 2º - Fica revoga a portaria 079/2013 de 21.02.2013.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

Brunópolis

PREFEITURA

Aviso de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS
Processo Licitatório nº 43/2013 - Edital de Carta Convite nº 02/2013

Objeto: Aquisição de materiais e equipamentos para transporte e distribuição de sinais de TV. Data e horário: o recebimento dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será até às 09h00min do dia 10/10/2013, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Armindo Leobet, 441, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 08h30min às 12h00min e das 13h30min às 16h30min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA

Prefeito Municipal.

Caçador

PREFEITURA

Decreto Nº 5.737 - Nomeia Membros CMDCA

DECRETO nº 5.737, de 26 de setembro de 2013.

Nomeia Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e tendo em vista o disposto na Lei nº 487, de 13/12/91,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os cidadãos abaixo relacionados, para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, pelo biênio 2013/2015, na forma que segue:

ENTIDADES GOVERNAMENTAIS DO MUNICÍPIO

Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Cristiane Aline de Santi

Suplente: Luciane Marques

Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Caroline Rocha de Paula

Suplente: Teresinha Aparecida Wames Coelho de Souza

Secretaria Municipal de Educação

Titular: Rosemari Menegat de Paula

Suplente: Rosangela Aparecida Balchak

Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Aires Roberta Brandalise

Suplente: Janaina Menegasso

Fundação Municipal de Esportes

Titular: Lais Souza de Moraes

Suplente: Everton Luiz Corrêa

ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Caçador - APAE

Titular: Beatriz Coscodai

Suplente: Silmara Lourdes de Moraes

Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Caçador - APAS

Titular: Marizete Fátima Iaczinski

Suplente: Jussara Aparecida Jombra Dureck

Associação Maria Rosa - AMAR

Titular: Mirela Carla Urio

Suplente: Zilda de Melo Albuquerque

Associação Caçadoreense de Educação Infantil e Assistência Social - ACEIAS

Titular: Any Danielle Wolf

Suplente: Ecilda Maria Padilha

Bombeiros Voluntários de Caçador "Projeto Bombeiro Mirim"

Titular: Luciana Alves de Lima

Suplente: Mara Luiza Veber da Rocha

Art. 2º - Revogam-se os Decretos 5.038, de 20 de outubro de 2010 e 5.287, de 04 de julho de 2013.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 26 de setembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

Aviso de Licitação - PR 69 - 2013 - Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA e FMAS
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2013

TIPO:MAIOR DESCONTO OFERECIDO PARA PEÇAS E MAIOR DESCONTO OFERECIDO PARA SERVIÇO HORA/HOMEM - POR LOTE

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM APLICAÇÃO E FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DO FMAS.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 24/10/2013.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 24/10/2013.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e-mail:licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 30 de Setembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

Aviso Inexigibilidade 08-2013 Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
INEXIGIBILIDADE 08/2013

A Prefeitura Municipal de Caçador, SC, torna público a INEXIGIBILIDADE de licitação nº 08/2013 para aquisição de 112.000 (cento e doze mil) unidades de vale transportes destinados aos alunos da rede municipal e estadual da Educação Básica, residentes no interior do Município, que necessitem de transporte para se deslocarem às escolas, mediante autorização e controle do Setor responsável da Secretaria Municipal de Educação, realizado pela AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA CNPJ nº 83.060.327/0001-86, com sede neste Município de Caçador, SC, pelo valor total de R\$ 369.600,00 (trezentos e sessenta e nove mil e seiscentos reais), nos termos do artigo 25, Inciso II, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, devidamente justificado no processo.

Maiores Informações poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e-mail:licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 27 de setembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preço Nº 120 - 2013 - Prefeitura

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 120/2013, PROCESSO LICITATORIO nº 81/2013, PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2013, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS A EDUCAÇÃO INFANTIL - CARRINHO, BERÇO, LENÇOL, TRAVESSEIRO, BABADOR, COPO PARA BEBÊ, SABONETE E SHAMPOO INFANTIL, Empresa - BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.053.748/0001-27, com sede na cidade de Taió, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT.	UNID.	ITEM	MARCA	R\$
08	100	UNID.	Colchão infantil D23, 12 x 60 x130cm	ORTOBOM	82,00
11	20	UNID.	Carrinho berço passeio 2 em 1 para bebês de até 17 quilos capota retrátil, cabo reversível, bandeja removível, encosto reclinável em 4 direções, cinto de segurança, rodas dianteiras giratórias, freios nas 4 rodas.	Tutty baby	339,00
VALOR GLOBAL					14.980,00

Ata de Registro de Preço Nº 121 - 2013 - Prefeitura

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 121/2013, PROCESSO LICITATORIO nº 81/2013, PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2013, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS A EDUCAÇÃO INFANTIL - CARRINHO, BERÇO, LENÇOL, TRAVESSEIRO, BABADOR, COPO PARA BEBÊ, SABONETE E SHAMPOO INFANTIL, Empresa - HARMONIZE INDUSTRIA E COMÉRCIO TÊXTIL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.740.027/0001-37, com sede na Rua Emílio Vescovi, 153, Bairro Santa Tereza na cidade de Videira/SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT.	UNID.	ITEM	MARCA	R\$
05	100	UNID.	Toalha de banho felpuda, cor clara, 100% algodão. Tipo toalha banheiro. Medidas: 80 x 150cm.	HARMONIZE	15,48
06	150	UNID.	Babadores 100% algodão, com forro plástico 17 x 20cm, com fechamento em cordão.	HARMONIZE	2,59
12	100	UNID.	Manta de solteiro estampada: 100% poliéster, antialérgico. Medidas: 150 x 200cm.	CORTEXX	62,90
14	100	UNID.	Lençol para berço, com elástico, 100% algodão, antialérgico. Medidas: 120 x 60cm.	HARMONIZE	19,90
15	100	UNID.	Travesseiro, 50 x 70cm, enchimento 100% fibra de poliéster, revestimento de 50% algodão e 50% poliéster.	ALTENBURG	22,00
VALOR GLOBAL					12.416,50

Ata de Registro de Preço Nº 122 - 2013 - Prefeitura

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 122/2013, PROCESSO LICITATORIO nº 81/2013, PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2013, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS A EDUCAÇÃO INFANTIL - CARRINHO, BERÇO, LENÇOL, TRAVESSEIRO, BABADOR, COPO PARA BEBÊ, SABONETE E SHAMPOO INFANTIL, Empresa - MARCOS BULLE DA COSTA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.489.682/0001-36, com sede na cidade de Caçador, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT.	UNID.	ITEM	MARCA	R\$
01	150	UNID.	Copo para bebê com tampa, plástico durável, atóxico, 175ml.	ECAPLAST	2,40
03	300	UNID.	Sabonete líquido infantil, formulação suave, sem corante, testado oftalmo e dermatologicamente, frasco com 200ml.	DAVENE	8,95
04	300	UNID.	Shampoo formulação suave, sem corante, testado oftalmo e dermatologicamente, frasco com 200ml.	DAVENE	7,89
07	200	UNID.	Toalhinhas de boca 100% algodão. Medidas: 32 x 32cm. Pacote com 3 unidades.	MINAS REY	7,90
13	60	UNID.	Lenço umedecido balde com 450 unidades	MILI	10,80
VALOR GLOBAL					7.640,00

Ata de Registro de Preço Nº 123 - 2013 - Prefeitura

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 123/2013, PROCESSO LICITATORIO nº 81/2013, PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2013, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS A EDUCAÇÃO INFANTIL - CARRINHO, BERÇO, LENÇOL, TRAVESSEIRO, BABADOR, COPO PARA BEBÊ, SABONETE E SHAMPOO INFANTIL, Empresa NELITA GOMES FARIAS - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.943.540/0001-25, com sede na cidade de Balneário Camboriú, SC,, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais conforme as seguintes especificações e preços unitários

ITEM	QUANT.	UNID.	ITEM	MARCA	R\$
16	30	UNID.	Berço de madeira sem rodízios. Tamanho: 133,5 cm Comprimento X 68,4cm Largura X 82,5cm Altura.	D'TÁLIA	319,00
VALOR GLOBAL					9.570,00

Ata de Registro de Preço Nº 124 - 2013 - Prefeitura

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 124/2013, PROCESSO LICITATORIO nº 81/2013, PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2013, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS A EDUCAÇÃO INFANTIL - CARRINHO, BERÇO, LENÇOL, TRAVESSEIRO, BABADOR, COPO PARA BEBÊ, SABONETE E SHAMPOO INFANTIL, Empresa - RÉGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 79.912.788/0001-62, com sede na cidade de Jaraguá do Sul, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários

ITEM	QUANT.	UNID.	ITEM	MARCA	R\$
02	150	UNID.	Fronha 100% algodão 50x70cm, 150 fios, antialérgica, estampada.	IMPERIUS	5,53

09	50	UNID.	Capa para colchão de solteiro, malha 100% algodão, com zíper, cor marron. Medindo: 88 x 190 x 20cm.	ADOMES	22,93
10	100	UNID.	Lençol de solteiro com elástico, 100% algodão, 150 fios, antialérgico. Medidas: 90 x 190 x 30cm.	IMPERIUS	47,65
VALOR GLOBAL					6.741,00

Ata de Registro de Preço Nº 125 - 2013 - Prefeitura

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 125/2013, PROCESSO LICITATORIO nº 86/2013, PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2013 REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE HORAS MÁQUINAS - RETRO-ESCAVADEIRA, CAMINHÃO BASCULANTE, ROLO COMPACTADOR, TRATOR DE ESTEIRA E ESCAVADEIRA HIDRÁULICA - DESTINADAS A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, Empresa TERRAPLANAR TERRAPLANAGEM LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.708.964/0001-05, com sede na cidade de Caçador/SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$
01	250	Horas	Locação de serviços de Retro-Escavadeira, peso operacional mínimo 8.475 kg, potencia motor mínimo 74hp, concha dianteira no mínimo 0,96 m³, profundidade de escavação no mínimo 4390mm, tração 4x4, ano de fabricação no mínimo 2007 ou superior	TERRAPLAN	85,00
03	250	Horas	Locação de serviços de Rolo Compactador, peso operacional mínimo 11.122 kg, potência motor no mínimo de 110hp, motor 4 cilindros turbinado, largura do tambor o mínimo 2.130mm, compactação mínima 16.785 kg, ano igual ou superior 2012, espessura da chapa do tambor 25mm, utilidade liso e com patas, comprimento total 5,51m	TERRAPLAN	140,00
04	150	Horas	Locação de Trator de Esteira, peso operacional mínimo 11.000 kg, potência mínima 110hp, capacidade da lâmina e angulação hidráulica de 3,8 m³, Ripper traseiro, ano igual ou superior 2000, motor 6 cilindros, turboalimentado	TERRAPLAN	140,00
05	500	Horas	Locação de serviços de Escavadeira Hidráulica, peso operacional mínimo de 16.520 kg, motor 6 cilindros turboalimentado, potência motor no mínimo 111hp, lança mínima 5,1m, braço 2,6m, capacidade da concha de no mínimo 0,88 m³ ano igual ou superior a 2010	TERRAPLAN	144,00
VALOR GLOBAL					149.250,00

Ata de Registro de Preço Nº 126 - 2013 - Prefeitura

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 126/2013, PROCESSO LICITATORIO nº 86/2013, PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2013 REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE HORAS MÁQUINAS - RETRO-ESCAVADEIRA, CAMINHÃO BASCULANTE, ROLO COMPACTADOR, TRATOR DE ESTEIRA E ESCAVADEIRA HIDRÁULICA - DESTINADAS A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, Empresa TRANSIMON TRANSPORTES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.535.268/0001-89, com sede na cidade de Maravilha/ SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$
02	1.000	Horas	Locação de serviços de Caminhão Basculante 6x4, capacidade mínima 16m³, motor 6 cilindros turbinado intercooler, ano igual ou superior a 2010	VW2628	68,00
VALOR GLOBAL					68.000,00

Ata de Registro de Preço Nº 17 - 2013 - FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2013, PROCESSO LICITATORIO nº 18/2013, PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2013 – FMAS, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AOS GRUPOS DA MELHOR IDADE, EMPRESA - AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.919.156/0001-94, com sede na cidade de Chapecó, SC, O prazo de validade de registro de preços terá validade pelo período de 12 meses,, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	276	UNID	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL-FORTIFICADA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO- PACOTE COM 05 KILOS	3 COROAS	9,98	2.754,48

8	276	UNID	ACHOCOLATADO EM PÓ, INSTANTÂNEO, INGREDIENTES: ACHOCOLATADO, AÇÚCAR, CACAU EM PÓ, MALTODEXTRINA, MINERAIS, VITAMINAS, EMULSIFICANTE, LECITINA DE SOJA, ANTIOXIDANTE, ÁCIDO ASCÓRBICO E AROMATIZANTES, SEM GLÚTEN, EMBALAGEM 800 G	CELLI	4,60	1.269,60
10	276	PCT	CAFÉ TORRADO E MOÍDO TRADICIONAL, TIPO EXPORTAÇÃO, EMPACOTADO À VÁCUO, EXTRA FORTE, SEM GLÚTEN, FABRICAÇÃO NO MÁXIMO 30 DIAS, EMBALAGEM COM 500 GR	ODE BRESCH	5,99	1.653,24
18	276	UNID	LEITE EM PÓ INTEGRAL DE MIX DE VITAMINAS A,C,D E FERRO SEM GLÚTEN E SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR COM 400G	NINHO	11,50	3.174,00
TOTAL GERAL						8.851,32

Ata de Registro de Preço Nº 18 - 2013 - FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2013, PROCESSO LICITATORIO nº 18/2013, PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2013 – FMAS, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AOS GRUPOS DA MELHOR IDADE, EMPRESA - INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.054.924/0001-06, com sede na Rua Campos Novos, nº 162, Centro, em Caçador/SC, O prazo de validade de registro de preços terá validade pelo período de 12 meses,, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
2	276	PCT	ACUCAR REFINADO BRANCO PACOTE DE 5 KG	DUÇULA	9,80	2.704,80
3	276	UNID	ÓLEO DE SOJA EMBALAGEM 900ML	COAMO	3,25	897,00
4	276	POTE	MARGARINA VEGETAL POTE COM 500G	PRIME	1,68	463,68
14	276	LATA	CREME DE LEITE, INGREDIENTES: GORDURA LÁCTEA- MÍNIMO 35, APRESENTAÇÃO LATA, PRAZO DE VALIDADE 1 ANO, EMBALAGEM 300 GR	TIROL	2,05	565,80
16	552	PCT	MILHO PARA PIPOCA TIPO 01 PACOTE COM 500G	CAROL	2,24	1.236,48
17	276	PCT	BISCOITOS SORTIDOS COM FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FÓLICO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, AROMATIZANTE SINTÉTICO IDÊNTICO AO NATURAL EMBALAGEM COM 800G	DIANA	4,94	1.363,44
19	276	KG	SALSICHA A GRANEL ORIGEM CARNE DE FRANGO, BOVINA E SUINA TIPO TRADICIONAL INGREDIENTES PROTEINA DE SOJA AMIDO SAL CONDIMENTOS NATURAIS RESFRIADA	NAT	6,24	1.722,24
20	276	DUZIA	OVOS DE GALINHA TIPO 02 VERMELHOS GRANDES, FRESCO, CASCA LIVRE DE RACHADURAS E SUJEIRAS CX COM 12	CANTU	4,98	1.374,48
TOTAL GERAL						10.327,92

Ata de Registro de Preço Nº 19 - 2013 - FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2013, PROCESSO LICITATORIO nº 18/2013, PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2013 – FMAS, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AOS GRUPOS DA MELHOR IDADE, EMPRESA - MARCOS BULLE DA COSTA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.489.682/0001-36 com sede na Avenida Barão do Rio Branco, 971, Centro, na cidade de Caçador/SC, O prazo de validade de registro de preços terá validade pelo período de 12 meses,, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
5	276	UNID	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO EMBALAGEM COM 250 GR	TRISANTI	3,43	946,68
6	552	UNID	CHÁ MATE TOSTADO- VÁRIOS SABORES COM 25 SAQUINHOS E CAIXA COM 40 G	MATE REAL	2,89	1.595,28

7	276	UNID	LEITE CONDENSADO INGREDIENTES: LEITE INTEGRAL, AÇÚCAR, LEITE EM PÓ INTEGRAL, LACTOSE, EMBALAGEM 395 G	LACTO PLASA	3,49	963,24
9	276	KG	ERVA MATE PN-1, COM 70% FOLHAS E 30% OUTROS RAMOS, EMBALAGEM 01 KG	MICHE LON	8,00	2.208,00
11	552	PCT	CANJICA DE MILHO TIPO 01 BRANCA EMBALAGEM 500G	CAROL	3,40	1.876,80
12	276	UNID	MILHO EM CONSERVA: MILHO VERDE COZIDOS, PRAZO DE VALIDADE 2 ANOS, EMBALAGEM 300 GR	PREDI LETA	1,70	469,20
13	276	UNID	ERVILHA EM CONSERVA, INGREDIENTES: ÁGUA, AÇÚCAR, ÁCIDO CÍTRICO E SAL, PRAZO DE VALIDADE 2 ANOS, EMBALAGEM 300 GR	PREDI LETA	1,75	483,00
15	276	UNID	DOCE DE FRUTAS CREMOSO, SEM GLÚTEN, COM POLPA DE FRUTAS, DATA DE FABRICAÇÃO NO MÁXIMO 30 DIAS, EMBALAGEM 500 GR	AUREA	2,55	703,80
TOTAL GERAL						9.246,00

Ata de Registro de Preço Nº 20 - 2013 - FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2013, PROCESSO LICITATORIO nº 19/2013, PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2013 – FMAS, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE AGASALHOS (JAQUETAS E CALÇAS) E CAMISETAS DESTINADOS AOS PARTICIPANTES DO CRAS NORTE/MARTELLO, EMPRESA - HARMONIZE IND. E COM. TÊXTIL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.489.202/0001-08, com sede na Rua Emílio Vescovi, 153, Bairro Santa Tereza, na cidade de Videira/SC, O prazo de validade de registro de preços será para o exercício de 2013, findando em 31.12.2013, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

LOTE 01						
ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	400	UNID	JAQUETA EM SELETEL 100% POLIÉSTER COM GRAMATURA DE 114G/M² NA COR PRETA; FORRO FINO, GOLA, DOIS BOLSOS NA FRENTE, DETALHE EM AZUL ROYAL NA FRENTE, COSTAS E MANGAS. FILETE BRANCO NAS MANGAS, FRENTE E COSTAS. SEM PUNHOS. COM ZÍPER ATÉ A GOLA. BORDADO NA FRENTE LADO ESQUERDO E NAS COSTAS ACIMA. COSTURAS COM FIO E LINHA 100% POLIÉSTER. TAMANHOS: P100, M200 E G100 TODOS TAMANHO ADULTO. 200 UND. CRAS/MARTELLO E 200 UND. CRAS/NORTE.	HARMONI ZE	68,45	27.380,00
2	400	UNID	CALÇA EM SELETEL 100% POLIÉSTER COM GRAMATURA DE 114G/M² NA COR PRETA; FORRO FINO. DOIS BOLSOS NA FRENTE. DUAS FAIXAS LATERAIS, UMA BRANCA E OUTRA AZUL ROYAL. ELÁSTICO NA CINTURA. COSTURAS COM FIOS E LINHAS 100% POLIÉSTER. TAMANHOS: P100, M200 E G100 TODOS TAMANHO ADULTO. 200 UND. CRAS/MARTELLO E 200 UND. CRAS/NORTE.	HARMONI ZE	32,7875	13.115,00
TOTAL DO LOTE						40.495,00
LOTE 02						
ITEM	QUANT.	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
3	650	UNID	CAMISETA EM MALHA PV 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE COM GRAMATURA DE 148,38G/M², MANGA CURTA NA COR AZUL ROYAL. DECOTE DA GOLA REDONDO. ESTAMPA NA FRENTE DO LADO ESQUERDO E NAS COSTAS CENTRO ACIMA, COM NO MÍNIMO 4 CORES. COSTURAS COM FIOS E LINHAS 100% POLIÉSTER: TAMANHOS P200, M300 E G150 ADULTO	HARMONI ZE	10,8385	7.045,00
TOTAL DO LOTE						7.045,00

IPASC**Portaria N.º 630, de 20 de Setembro de 2013.**

PORTARIA n.º 630, de 20 de setembro de 2013.
Concede Pensão a MARIA PIACENTINI TRINDADE.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, e de acordo com o inciso I, § 7º, do Art. 40 da Constituição Federal, com redação da Emenda Constitucional n.º 41, de 31/12/03,

RESOLVEM:

Art. 1º. Conceder pensão por morte MARIA PIACENTINI TRINDADE, Matrícula 5946, na condição de cônjuge do Servidor Público Municipal inativo JOÃO GONÇALVES TRINDADE, Matrícula 698, falecido em 02/09/2013, na espécie sem paridade, com benefício integral no valor de R\$ 909,71 (novecentos e nove reais e setenta e um centavos), a serem pagos pelo IPASC, a contar de 03 de setembro de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos a contar de 03 de setembro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 20 de setembro de 2013.

ALCEDIR FERLIN
DIRETOR PRESIDENTE.

ELIETE CATARINA D'AGOSTINI
DIRETORA ADMINISTRATIVA.

Portaria N.º 631, de 25 de Setembro de 2013.

PORTARIA n.º 631, de 25 de setembro de 2013.
Efetua pagamento de horas extras à Servidora FERNANDA FIORELLI.

O Diretor Presidente e a Diretora Administrativa do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/06, e tendo em vista o disposto no inciso I, do artigo 178 e artigo 179, da Lei Complementar n.º 56, de 20 de dezembro de 2004,

RESOLVEM:

Art. 1º - Efetuar o pagamento de quarenta e uma (41) horas extras à Servidora FERNANDA FIORELLI, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, efetuadas no período de 28 a 31 de agosto de 2013 e de 01 a 25 de setembro de 2013, convocada pela Portaria n.º 621, de 27/08/2013, em razão do Censo Previdenciário, regulamentado pela Portaria n.º 600, de 14 de junho de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 25 de setembro de 2013.

ALCEDIR FERLIN
DIRETOR PRESIDENTE.

ELIETE CATARINA D'AGOSTINI
DIRETORA ADMINISTRATIVA.

Portaria N.º 632, de 26 de Setembro de 2013.

PORTARIA n.º 632, de 26 de setembro de 2013.
Revoga Processo Licitatório.

O Diretor Presidente e a Diretora Administrativa do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/06, e tendo em vista o disposto no art. 49, da Lei n.º 8.666/93 e Ata n.º 2/2013 de Reunião da Comissão de Licitação, nomeada pela Portaria n.º 612, de 18/07/2013, que alterou Portaria n.º 606, de 01/07/2013,

RESOLVEM:

Art. 1º - Revogar o Processo Licitatório Carta Convite n.º 01/2013, face o contido na Ata de Reunião da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pela Portaria n.º 612, de 18/07/2013, que alterou Portaria n.º 606, de 01/07/2013, em razão do proponente vencedor apresentar prazo de entrega divergente ao contido respectivo Edital, fato que a Comissão entendeu ser ofensivo à vinculação do instrumento convocatório.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 26 de setembro de 2013.

ALCEDIR FERLIN
DIRETOR PRESIDENTE.

ELIETE CATARINA D'AGOSTINI
DIRETORA ADMINISTRATIVA.

Portaria N.º 624, de 06 de Setembro de 2013.

PORTARIA n.º 624, de 06 de setembro de 2013.
Encerra benefício do Servidor inativo JOÃO GONÇALVES TRINDADE.

O Diretor Presidente e a Diretora Administrativa do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/06,

RESOLVEM:

Art. 1º - Encerrar o pagamento do benefício do Servidor inativo JOÃO GONÇALVES TRINDADE, Matrícula 698, oriundo do Tesouro Municipal, integrado ao IPASC pela Lei Complementar n.º 124, de 04/04/2008, por motivo do seu falecimento ocorrido no dia 02 de setembro de 2013, com efeitos a contar da data de falecimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 06 de setembro de 2013.

ALCEDIR FERLIN
DIRETOR PRESIDENTE.

ELIETE CATARINA D'AGOSTINI
DIRETORA ADMINISTRATIVA.

Camboriú

PREFEITURA

Lei Complementar N.º 062/2013

LEI COMPLEMENTAR N.º 062/2013

Acrescenta parágrafo único ao artigo 288 da Lei Complementar n.º 12/2008.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Acrescenta o parágrafo único ao art. 288 da Lei Complementar n.º 12, de 01 de abril de 2008, passando a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo único. As farmácias poderão receber regulamentação especial na forma estabelecida por ato do Poder Executivo.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,
Em, 25 de setembro de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrada no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

DI 009/2013 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 009/2013 - PMC
Data: 30/09/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE MADEIRA NECESSÁRIA PARA A RECONSTRUÇÃO DE UMA RESIDÊNCIA, EM VIRTUDE DA EROÇÃO PROVOCADA PELA ENCHENTE DE 04/04/2013 E QUE DESDE O EVENTO ESTÁ COLOCANDO EM RISCO IMINENTE A VIDA DOS OCUPANTES, SITUAÇÃO DE EMERGENCIA DECRETO 1620/2013 E 1665/2013.

Valor total: R\$ 2.003,10 (Dois Mil Três Reais e Dez Centavos)

Secretaria: Defesa Civil

Empresa: MADEIREIRA E TRANSPORTES GARDINI LTDA EPP

Embasamento legal: Artigo 24, inciso "IV", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú SC, 30 de Setembro de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
PREFEITA MUNICIPAL

Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.

Benefícios:

- Suporte e atualização do REGIN Municipal;
- Consulta às bases de notas fiscais eletrônicas conjugadas (NFe-C) emitidas junto à SEFAZ/SC;
- Gestão das declarações dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- Integração de prefeituras e cartórios na geração de guia do pagamento do ITBI;
- Agilidade no processo de arrecadação do ITBI;
- Ampliação da arrecadação pela eficiência na fiscalização dos tributos municipais.

As ferramentas de gestão tributária ofertadas pelo CIGA foram desenvolvidas a partir das necessidades dos municípios, apresentadas pelos secretários membros do Colegiado de Secretários de Fazenda Municipais de Santa Catarina (CONFAZ-M/SC).

Os contratantes do PGT, além de acessarem os aplicativos, poderão participar de grupos de estudos relativos ao planejamento tributário municipal, à padronização de legislações tributárias e à personalização e proposição de novos aplicativos.



Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESAO AO PGT – Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN – Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL – Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI – Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

www.ciga.sc.gov.br

Edital de Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 194 - 1042/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 1042/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CYJ4853	54622388E	5029/1	25/06/2013	162 * II
CYJ4853	54622389E	6610/2	25/06/2013	230 * VII
EGI0006	55653840D	5169/1	04/07/2013	165
EGI0006	55653841D	6599/2	04/07/2013	230 * V
EGI0006	55653842D	6912/0	04/07/2013	232
EGI0006	55653843D	5010/0	04/07/2013	162 * I
LZZ1723	54457194E	6599/2	23/06/2013	230 * V
MCR8311	54622326E	6637/2	26/06/2013	230 * IX
MFJ9182	54622222E	6556/1	18/06/2013	230 * I
MGU8038	55958103B	5010/0	22/06/2013	162 * I
MGU8038	55958104B	6599/2	22/06/2013	230 * V
MMB7653	54457198E	6653/1	28/06/2013	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 26 DE SETEMBRO DE 2013

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLÍCIA

Edital de Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 194 - 1046/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 1046/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXU8755	54457352E	6599/2	02/07/2013	230 * V
LXU8755	54457353E	6912/0	02/07/2013	232
MAA2623	54622706E	6920/0	11/07/2013	233
MED4002	54622335E	5045/0	26/06/2013	162 * V
MEK4843	54622174E	6599/2	30/06/2013	230 * V
MGV3216	54622515E	7340/0	04/07/2013	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBÓRIU/SC, 26 DE SETEMBRO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLÍCIA

Campo Alegre

PREFEITURA

Decreto Nº 7.965 de 01 de Outubro de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.965 DE 01 DE OUTUBRO DE 2013

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 300 e Inciso VII e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar o Sr. CRISTIANO MUNHOZ, Registro no Sistema sob nº 955282, para exercer o cargo de Motorista, na função de Motorista (ônibus escolar) Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Nível 3, Sub-Nível 31, Referência A, no valor de R\$ 925,52 (novecentos e vinte cinco reais, cinquenta e dois centavos) mensais, pelo período de 01 de outubro de 2013 à 01 de abril de 2014.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude do contratado ter sido aprovado no Processo Seletivo nº 011/2013, em 1º lugar.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
01 de outubro de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 01/10/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.966 de 01 de Outubro de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.966 DE 01 DE OUTUBRO DE 2013

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 300 e Inciso VII e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar o Sr. ALTAIR DA ROCHA, Registro no Sistema sob nº 955283, para exercer o cargo público de Motorista, na função de Motorista (ônibus escolar), Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com carga

horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Nível 3, Sub-Nível 31, Referência A, no valor de R\$ 925,52 (novecentos e vinte cinco reais, cinquenta e dois centavos) mensais, pelo período de 01 de outubro de 2013 à 01 de abril de 2014.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude do contratado ter sido aprovado no Processo Seletivo nº 011/2013, em 2º lugar.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
01 de outubro de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 01/10/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Ata Leilão 90/2013

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 90/2013, modalidade Leilão)

Ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e treze, na cidade de Campo Alegre, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se às nove horas e trinta minutos, em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz, Irineu Woitskovski Júnior e Gustavo Machado do Amaral membros da Comissão Permanente de Licitações deste Município, nomeada através do Decreto Municipal nº 7.845, e Jefferson Jean Duvoisin, Leiloeiro Municipal, nomeado através do Decreto Municipal 7.902, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 90/2013, modalidade Leilão, para procederem a venda de bem móvel inservível à Administração modalidade LEILÃO. sendo 01 VEÍCULO: - Marca/Modelo: VW Gol 1.6, Fabricação / Modelo: 2006/2007, Cor: Branca, Combustível: Gasolina/Etanol, Categoria: Oficial, Lugares: 5, Placa: MDV8876, Renavam: 895088860, Chassi: 9BWCB05WX7T022185. Inicialmente a Presidente da Comissão Permanente de Licitações declarou aberta a sessão, nominando os presentes, após explicou a forma que será conduzida a sessão, e passou ao credenciamento do único participante interessado em arrematar o bem leiloado. CREDENCIADOS:

Nome	CPF	Endereço	Telefone
Valdiane Aparecida Fuckner	044.449.749-82	Rua Sabino Saloman 00150 – São Bento do Sul/SC	47-96213150

Após o credenciamento e rubrica dos documentos (conforme exigência do edital), a Presidente passou a palavra ao Leiloeiro que passou a conduzir a sessão. O Critério de Julgamento é o requisito MAIOR LANCE, com lance mínimo fixado em R\$ 10.000,00 (dez mil reais). O Leiloeiro enfatizou as condições de arrematação, de acordo com o estabelecido no edital, em especial quanto a forma de pagamento, passando ao início dos lances. Houve apenas um lance da Sra. Valdiane Aparecida Fuckner, no valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), não havendo outra manifestação de lance. O Leiloeiro declara o veículo vendido à Sra. Valdiane Aparecida Fuckner. O pagamento de 10 % (dez por cento) foi realizado em dinheiro, contra apresentação de recibo, sendo que o arrematante tem prazo de 24 horas para depositar o restante do valor na conta

corrente do Município nº 60.449-6, agência 1.715-9 no Banco do Brasil. Somente após quitação o bem será transferido e entregue. Não havendo nada mais a tratar, encerrou-se a presente sessão com a lavratura da presente ata, que vai assinada por todos os presentes:

Contrato 71/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 71/2013

Objeto: prestação de serviços de consultas de urgência/emergência realizadas por instituição hospitalar, destinada à população de Campo Alegre/SC, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o Processo Licitatório, modalidade Pregão Presencial nº. 92/2013. Dotação orçamentária: Convênio com Hospitais e Institutos; Projeto: 1.950 - Convênio com Hospitais e Institutos; Elemento de Despesa: 3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Vigência: 30/09/2013 a 31/12/2013.
Do valor total: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).
Contratado: MATERNIDADE E CIRURGIA N. S. DO ROCIO LTDA
Processo Licitatório, modalidade Pregão Presencial nº. 92/2013 - Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Extrato de Contrato Nº 24/2013 - Saúde

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 24/2013

Objeto: contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de mão de obra mecânica para manutenção dos veículos do Fundo Municipal de Saúde.
Dotação orçamentária: Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 91.00 - Fundo Municipal de Saúde; Unidade: 91.04 - Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica; Função: 10 - Saúde; Subfunção: 303 - Suporte Profilático e Terapêutico; Programa: 56 - Serviços Especializados de Diagnóstico e Terapia; Projeto: 2.028 - Manutenção das Atividades de Diagnóstico e Terapia; Elemento de Despesa: 3.90.309.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros, Pessoa Jurídica; Recurso: 0.119 - Receitas: 0.119 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde (código reduzido: 34).
Valor: R\$ 4.240,00 (quatro mil duzentos e quarenta reais).
Vigência: 26/09/2013 a 31/12/2013.
Contratada: AUTO CAR RINALDINHO LTDA.
Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

CAROLINA DA COSTA TELMA
Gestora

Extrato de Contrato Nº 25/2013 - Saúde

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 25/2013

Objeto: contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de mão de obra mecânica para manutenção dos veículos do Fundo Municipal de Saúde.
Dotação orçamentária: Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 91.00 - Fundo Municipal de Saúde; Unidade: 91.04 - Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica; Função: 10 - Saúde; Subfunção: 303 - Suporte Profilático e Terapêutico; Programa: 56 - Serviços Especializados de Diagnóstico e Terapia; Projeto: 2.028 - Manutenção das Atividades de

Diagnóstico e Terapia; Elemento de Despesa: 3.90.309.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros, Pessoa Jurídica; Recurso: 0.119 - Receitas: 0.119 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde (código reduzido: 34).
Valor: R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais).
Vigência: 26/09/2013 a 31/12/2013.
Contratada: VERONEZI & CIA LTDA - EPP.
Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

CAROLINA DA COSTA TELMA
Gestora

Extrato de Contrato Nº 26/2013 - Saúde

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 26/2013

Objeto: fornecimento de material e mão de obra para execução de REFORMA da Unidade de Saúde de Bateias de Baixo "Rivaldo Rocha Munhoz", à Rua Paulo Hornig, nº. 257, Bateias de Baixo, neste Município.
Dotação orçamentária: Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 91.00 - Fundo Municipal de Saúde; Unidade: 91.01 - Manutenção das Atividades Administrativas; Função: 10 - Saúde; Subfunção: 201 - Atenção Básica; Programa: 52 - Manutenção das Atividades Administrativas da Secret. de Saúde; Projeto: 2.114 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria; Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações; Recurso: 00.01.0099 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde. Os recursos são provenientes do Programa de Requalificação de UBS, do Fundo Nacional de Saúde - Ministério da Saúde (no valor de R\$ 66.383,31) contrapartida com recursos próprios (Municipal).
Valor: R\$ 71.770,33 (Setenta e um mil setecentos e setenta reais e trinta e três centavos).
Vigência: 30/09/2013 a 31/12/2013.
Contratada: LN CONSTRUÇÕES LTDA.
Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

CAROLINA DA COSTA TELMA
Gestora

Homologa Inscrições do Processo Seletivo Simplificado Edital 013/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE – ESTADO DE SANTA CATARINA
HOMOLOGA INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO
SIMPLIFICADO EDITAL 013/2013

MÉDICO IV

INSCRIÇÃO

01

CAMPO ALEGRE/SC, 30 DE SETEMBRO DE 2013.
COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 013/2013



Sistema de
Indicadores de
Desenvolvimento
Municipal
Sustentável

Informações municipais para a promoção do
desenvolvimento sustentável em Santa Catarina
indicadores.fecam.org.br



Campos Novos

PREFEITURA

Portaria Nº 1457/13 de 09/09/2013

PORTARIA Nº 1457/13 de 09/09/2013

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ELIRCE DE MELO SCHUTZ

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ELIRCE DE MELO SCHUTZ do cargo de TECNICO EM APOIO ADMINISTRATIVO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08 de Setembro de 2013.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
09 de Setembro de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1458/13 de 09/09/2013

PORTARIA Nº 1458/13 de 09/09/2013

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) IONE APARECIDA ZAMBOM ROSA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) IONE APARECIDA ZAMBOM ROSA do cargo de TECNICO EM APOIO ADMINISTRATIVO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08 de Setembro de 2013.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
09 de Setembro de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1459/13 de 09/09/2013

PORTARIA Nº 1459/13 de 09/09/2013

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) SIRLEI MARIA DA SILVA FAEDO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) SIRLEI MARIA DA SILVA FAEDO do cargo de TECNICO EM APOIO ADMINISTRATIVO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08 de Setembro de 2013.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
09 de Setembro de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1460/13 de 09/09/2013

PORTARIA Nº 1460/13 de 09/09/2013

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) CARINA VALERIA LAGNI ALVES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) CARINA VALERIA LAGNI ALVES do cargo de INSTRUTOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08 de Setembro de 2013.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
09 de Setembro de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1475/13 de 18/09/2013

PORTARIA Nº 1475/13 de 18/09/2013

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) SINCLAIR TEREZINHA BOZI BERTELLI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) SINCLAIR TEREZINHA BOZI BERTELLI do cargo de Assistente de Gabinete. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
18 de Setembro de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1.473/13 de 17/09/2013

PORTARIA Nº 1.473/13 DE 17/09/2013

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAR POSSÍVEL RESPONSABILIDADE DOS SERVIDORES JOAREZ AGOSTINHO DOS PASSOS E CRISTIANO THADEU ZANOTTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

NELSON CRUZ, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, Inciso VIII da Lei Orgânica, e

Considerando o resultado da Sindicância instaurada pela Portaria

nº 794/2013, que apontou possível prática de infração no exercício das atribuições por parte dos servidores municipais;

Considerando que deve ser assegurado aos servidores o contraditório e a ampla defesa;

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo para apurar possível prática de infração no exercício das atribuições por parte dos servidores Joarez Agostinho dos Passos e Cristiano Thadeu Zanotto, assegurando aos mesmos o direito à ampla defesa e contraditório.

Art. 2º - Designar os Servidores efetivos Viviane Junho, Nilva Sarmiento e Magali Mecabo, sob a Presidência da Primeira, para conduzir o Processo Administrativo.

Art. 3º - Fixar o Prazo de 30 (trinta) dias, para conclusão do Processo Administrativo, observando-se as determinações do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campos Novos e outras previsões legais.

Registre-se, Publique-se, Intime-se.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de setembro de 2013.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1419/13 de 30/08/2013

PORTARIA Nº 1419/13 de 30/08/2013
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR ADÃO CARDOSO DE OLIVEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao servidor ADÃO CARDOSO DE OLIVEIRA referente ao período aquisitivo de 02/02/12 a 04/02/13 a serem gozadas no período de 06/08/13 a 05/09/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
30 de Agosto de 2013.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1420/13 de 30/08/2013

PORTARIA Nº 1420/13 de 30/08/2013
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR ADEMAR GONÇALVES LINS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao servidor ADEMAR GONÇALVES LINS referente ao período aquisitivo de 02/07/08 a 01/07/09 a serem gozadas no período de 15/08/13 a 14/09/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente

Portaria em,
30 de Agosto de 2013.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1422/13 de 30/08/2013

PORTARIA Nº 1422/13 de 30/08/2013
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA LUANA DEBASTIANI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares a servidora LUANA DEBASTIANI referente ao período aquisitivo de 01/03/12 a 28/02/13 a serem gozadas no período de 01/09/13 de 30/09/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
30 de Agosto de 2013.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1423/13 de 30/08/2013

PORTARIA Nº 1423/13 de 30/08/2013
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR ANTONIO SADY RODRIGUES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao servidor ANTONIO SADY RODRIGUES referente ao período aquisitivo de 01/04/12 a 31/03/13 a serem gozadas no período de 15/08/13 a 14/09/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
30 de Agosto de 2013.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1424/13 de 30/08/2013

PORTARIA Nº 1424/13 de 30/08/2013
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA LAIS PICININ BITTENCOURT

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares a servidora LAIS PICININ BITTENCOURT referente ao período aquisitivo de 09/03/11 a 09/03/12 a serem gozadas no período de 29/08/13 a 27/09/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente

Portaria em,
30 de Agosto de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1425/13 de 30/08/2013

PORTARIA Nº 1425/13 de 30/08/2013
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA LURDES
CLAUDETE SURDI BERTELLI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares a servidora LURDES CLAUDETE SURDI BERTELLI referente ao período aquisitivo de 01/03/12 a 28/02/13 a serem gozadas no período de 12/08/13 a 11/09/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente
Portaria em,
30 de Agosto de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1426/13 de 30/08/2013

PORTARIA Nº 1426/13 de 30/08/2013
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA SILMARA DE
FATIMA CARNIEL SILVEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares a servidora SILMARA DE FATIMA CARNIEL SILVEIRA referente ao período aquisitivo de 01/08/12 a 31/07/13 a serem gozadas no período de 20/12/12 a 19/01/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente
Portaria em,
30 de Agosto de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1427/13 de 30/08/2013

PORTARIA Nº 1427/13 de 30/08/2013
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA SANDRA MA-
RIA ROSAR BRESOLA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares a servidora SANDRA MARIA ROSAR BRESOLA referente ao período aquisitivo de 01/04/10 a 01/04/11 a serem gozadas no período de 19/08/13 a 17/09/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente

Portaria em,
30 de Agosto de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1428/13 de 30/08/2013

PORTARIA Nº 1428/13 de 30/08/2013
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA ROSANGELA
APARECIDA CANÔNICA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares a servidora ROSANGELA APARECIDA CANÔNICA referente ao período aquisitivo de 04/02/12 a 04/02/13 a serem gozadas no período de 12/08/13 a 11/09/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente
Portaria em,
30 de Agosto de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1429/13 de 30/08/2013

PORTARIA Nº 1429/13 de 30/08/2013
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA MARCIA
GONÇALVES DE M. MACEDO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares a servidora MARCIA GONÇALVES DE M. MACEDO referente ao período aquisitivo de 19/07/12 a 18/07/13 a serem gozadas no período de 01/07/13 a 30/07/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente
Portaria em,
30 de Agosto de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1430/13 de 30/08/2013

PORTARIA Nº 1430/13 de 30/08/2013
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA MARGARETE
TEREZINHA NICOLOTTI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares a servidora MARGARETE TEREZINHA NICOLOTTI referente ao período aquisitivo de 24/02/12 a 23/02/13 a serem gozadas no período de 02/09/13 a 01/10/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente

Portaria em,
30 de Agosto de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1431/13 de 30/08/2013

PORTARIA Nº 1431/13 de 30/08/2013
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA MARCIA NUNES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares a servidora MARCIA NUNES referente ao período aquisitivo de 02/02/12 a 01/02/13 a serem gozadas no período de 12/08/13 a 11/09/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
30 de Agosto de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1432/13 de 30/08/2013

PORTARIA Nº 1432/13 de 30/08/2013
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA DANIELA GONÇALVES DA SILVA DALLAMICO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares a servidora DANIELA GONÇALVES DA SILVA DALLAMICO referente ao período aquisitivo de 01/03/11 a 01/03/12 a serem gozadas no período de 14/08/13 a 12/09/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
30 de Agosto de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1433/13 de 30/08/2013

PORTARIA Nº 1433/13 de 30/08/2013
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA ILIANE DE FATIMA DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares a servidora ILIANE DE FATIMA DOS SANTOS referente ao período aquisitivo de 01/03/11 a 29/02/12 a serem gozadas no período de 22/12/12 de 21/01/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
30 de Agosto de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1434/13 de 30/08/2013

PORTARIA Nº 1434/13 de 30/08/2013
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA PRISCILA VARGAS VIEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares a servidora PRISCILA VARGAS VIEIRA referente ao período aquisitivo de 10/08/12 a 10/08/13 a serem gozadas no período de 20/08/13 a 18/09/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
30 de Agosto de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1435/13 de 30/08/2013

PORTARIA Nº 1435/13 de 30/08/2013
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA PATRICIA DE OLIVEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares a servidora PATRICIA DE OLIVEIRA referente ao período aquisitivo de 05/07/12 a 04/07/13 a serem gozadas no período de 01/09/13 a 30/09/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
30 de Agosto de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1436/13 de 30/08/2013

PORTARIA Nº 1436/13 de 30/08/2013
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA IVONETE DE LIMA TOTTI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares a servidora IVONETE DE LIMA TOTTI referente ao período aquisitivo de 29/03/12 a 28/03/13 a serem gozadas no período de 31/07/13 a 29/08/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
30 de Agosto de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1437/13 de 30/08/2013

PORTARIA Nº 1437/13 de 30/08/2013

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA DEVAIR ANTUNES DE SOUZA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares a servidora DEVAIR ANTUNES DE SOUZA referente ao período aquisitivo de 14/03/11 a 14/03/12 a serem gozadas no período de 07/08/13 a 05/09/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
30 de Agosto de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1438/13 de 30/08/2013

PORTARIA Nº 1438/13 de 30/08/2013

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA ANA PAULA BITTENCOURT WALTER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares a servidora ANA PAULA BITTENCOURT WALTER referente ao período aquisitivo de 04/02/11 a 03/02/12 a serem gozadas no período de 12/08/13 a 11/09/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
30 de Agosto de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1439/13 de 30/08/2013

PORTARIA Nº 1439/13 de 30/08/2013

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR EDE JOSÉ SCHIMIT

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao servidor EDE JOSÉ SCHIMIT referente ao período aquisitivo de 17/01/10 a 16/01/11 a serem gozadas no período de 01/08/13 a 30/08/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
30 de Agosto de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1440/12 de 30/08/2013

PORTARIA Nº 1440/12 DE 30/08/2013

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA PATRICIA ALVES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a PATRICIA ALVES pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 27 de Agosto de 2013.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
30 de Agosto de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1441/12 de 30/08/2013

PORTARIA Nº 1441/12 DE 30/08/2013

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA FRANCELINA DE FATIMA GERVÁSIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a FRANCELINA DE FATIMA GERVÁSIO pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 03 de Agosto de 2013.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
30 de Agosto de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1442/13 de 30/08/2013

PORTARIA Nº 1442/13 de 30/08/2013

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA ARLETE LURDES MOCELIN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares a servidora ARLETE LURDES MOCELIN referente ao período aquisitivo de 02/07/12 a 01/07/13 a serem gozadas no período de 10/09/13 de 09/10/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
30 de Agosto de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1443/13 de 30/08/2013

PORTARIA Nº 1443/13 de 30/08/2013
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA BIANCA PICCININI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares a servidora BIANCA PICCININI referente ao período aquisitivo de 26/07/12 a 25/07/13 a serem gozadas no período de 29/07/13 de 27/08/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
30 de Agosto de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1444/13 de 30/08/2013

PORTARIA Nº 1444/13 de 30/08/2013
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA SANDRA FERREIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares a servidora SANDRA FERREIRA referente ao período aquisitivo de 27/07/12 a 26/07/13 a serem gozadas no período de 02/01/13 de 31/01/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
30 de Agosto de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1445/13 de 30/08/2013

PORTARIA Nº 1445/13 de 30/08/2013
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA JOSEANE RODRIGUES PEIXOTO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares a servidora JOSEANE RODRIGUES PEIXOTO referente ao período aquisitivo de 27/07/12 a 27/07/13 a serem gozadas no período de 22/07/13 de 20/08/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
30 de Agosto de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1446/13 de 03/09/2013

PORTARIA Nº 1446/13 de 03/09/2013
EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR SILVIO HENRIQUE DE ALMEIDA LOPES SOBRINHO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido o servidor SILVIO HENRIQUE DE ALMEIDA LOPES SOBRINHO do cargo de DIRETOR SUPERINTENDENTE DO FUNDEMA. Retroagindo seus efeitos a 02 de Setembro de 2013. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
03 de Setembro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1447/13 de 03/09/2013

PORTARIA Nº 1447/13 de 03/09/2013
EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA MARLI SAVARIS DOS ANJOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido a servidora MARLI SAVARIS DOS ANJOS do cargo de TECNICO EM APOIO ADMINISTRATIVO. Retroagindo seus efeitos a 02 de Setembro de 2013. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
03 de Setembro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1448/13 de 04/09/2013

PORTARIA Nº 1448/13 de 04/09/2013
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO BRUNA LUIZA DEMETRIO,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a vaga da funcionária efetiva Gorete Terezinha Lins que encontra-se em tratamento de Saúde,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, BRUNA LUIZA DEMETRIO para

exercer o cargo de Professor leigo, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Novembro de 2013.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
04 de Novembro de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1449/13 de 04/09/2013

PORTARIA Nº 1449/13 de 04/09/2013
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO VIRIDIANE LAIS BETIOLO,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, VIRIDIANE LAIS BETIOLO para exercer o cargo de Professor leigo, atribuindo-lhe uma carga horária de 10 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de Novembro de 2013.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
04 de Novembro de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1450/13 de 05/09/2013

PORTARIA Nº 1450/13 DE 05/09/2013
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ROSANE TEREZINHA SANTIN

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga da funcionária efetiva Inelves T. Fornara Lemos, que encontra-se em tratamento de saúde.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ROSANE TEREZINHA SANTIN, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços gerais, junto a Secretaria da Educação e Cultura com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 04 de Setembro de 2013.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
05 de Setembro de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1451/13 de 05/09/2013

PORTARIA Nº 1451/13 DE 05/09/2013
CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO MATERNIDADE A SERVIDORA CAMILA E SÁ.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio maternidade à servidora CAMILA E SÁ no período de 01/09/13 a 18/12/13.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
05 de Setembro de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1453/13 de 06/09/2013

PORTARIA Nº 1453/13 de 06/09/2013
RETIFICA PORTARIA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica, considerando que a Portaria nº 305/13 de 01/02/13, foi efetivada erroneamente,

RESOLVE:

Art. 1º - Retificar a Portaria nº 305/13 de 01/02/13 que nomeia as pessoas a seguir relacionadas para comporem a "Comissão Permanente do Pregão Eletrônico", para "Comissão Permanente do Pregão Eletrônico e Presencial":

Diógenes Zoldan - Pregoeiro
Dayana Thaize dos Santos Ribeiro - Equipe de Apoio
João Maria Moraes Ribeiro Junior - Equipe de Apoio

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
06 de Setembro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1454/13 de 06/09/2013

PORTARIA Nº 1454/13 de 06/09/2013
CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ A SERVIDORA ENISETE DE ANDRADE BATISTA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e tendo em vista o que consta no Benefício de nº 6028400932 junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social,

RESOLVE:

Conceder aposentadoria por Invalidez a servidora ENISETE DE ANDRADE BATISTA, de acordo com o art. 54 da Lei Complementar 003/00 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campos

Novos, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 01 de Setembro de 2013.

Registre-se, Comunique-se, Publica-se.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
06 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1455/13 de 06/09/2013

PORTARIA Nº 1455/13 de 06/09/2013

CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ AO SERVIDOR IVAIR JOSÉ SCHLICKMANN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e tendo em vista o que consta no Benefício de nº 6029460890 junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social,

RESOLVE:

Conceder aposentadoria por Invalidez ao servidor IVAIR JOSÉ SCHLICKMANN, de acordo com o art. 54 da Lei Complementar 003/00 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campos Novos, no cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 01 de Setembro de 2013.

Registre-se, Comunique-se, Publica-se.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
06 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1456/13 de 09/09/2013

PORTARIA Nº 1456/13 DE 09/09/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LEONI DOS SANTOS SILVA

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário LEONI DOS SANTOS SILVA para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços gerais, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
09 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1461/13 de 09/09/2013

PORTARIA Nº 1461/13 de 09/09/2013

ADMITE E NOMEIA SERVIDORA MALGARETE DE FATIMA FEZOLI ZOTTO PARA EMPREGO PÚBLICO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 37 da Constituição federal, inciso IX da Lei Orgânica, na Lei Complementar 07/2007, e ainda nas disposições da Lei Complementar 06/2013; e considerando o resultado da classificação do Edital de Processo Seletivo Simplificado destinado ao preenchimento de vagas em Caráter Temporário e Emergencial nº 01/2013 - Decreto nº 6.794/13 de 26/08/2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir e nomear MALGARETE DE FATIMA FEZOLI ZOTTO, CI nº 1338169, CPF nº 665.277.089-04, para exercer o cargo de Instrutor, com atribuições visando a Execução de Programas Especiais, coordenado pela Secretaria de Assistência Social e da Família.

Art. 2º. O (a) servidor(a) cumprirá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º. O vencimento mensal será de R\$ 900,00 (Novecentos reais).

Art. 4º. O servidor admitido terá sua relação de trabalho regida pelo Estatuto do Servidor Público Municipal.

Art. 5º. Não adquirirá estabilidade no serviço público o servidor admitido nas formalidades previstas nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07, 10/08, 13/08 e 01/09.

Art. 6º. O contrato firmado pelo servidor será pelo prazo de 01 (um) ano, a partir desta data, podendo ser prorrogado por igual período, podendo ser rescindido antecipadamente em caso de extinção ou suspensão do Programa; em conformidade com o Art. 37 da Constituição federal, inciso IX da Lei Orgânica, na Lei Complementar 07/2007 e ainda nas disposições da Lei Complementar 06/2013.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, 09 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal.

Portaria Nº 1462/13 de 09/09/2013

PORTARIA Nº 1462/13 de 09/09/2013

ADMITE E NOMEIA SERVIDORA CARINA VALERIA LAGNI ALVES PARA EMPREGO PÚBLICO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 37 da Constituição federal, inciso IX da Lei Orgânica, na Lei Complementar 07/2007, e ainda nas disposições da Lei Complementar 06/2013; e considerando o resultado da classificação do Edital de Processo Seletivo Simplificado destinado ao preenchimento de vagas em Caráter Temporário e Emergencial nº 01/2013 - Decreto nº 6.794/13 de 26/08/2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir e nomear CARINA VALERIA LAGNI ALVES, CI nº 4797616, CPF nº 054.073.159-55, para exercer o cargo de Instrutor, com atribuições visando a Execução de Programas Especiais, coordenado pela Secretaria de Assistência Social e da Família.

Art. 2º. O (a) servidor(a) cumprirá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º. O vencimento mensal será de R\$ 900,00 (Novecentos reais).

Art. 4º. O servidor admitido terá sua relação de trabalho regida pelo Estatuto do Servidor Público Municipal.

Art. 5º. Não adquirirá estabilidade no serviço público o servidor

admitido nas formalidades previstas nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07, 10/08, 13/08 e 01/09.

Art. 6º. O contrato firmado pelo servidor será pelo prazo de 01 (um) ano, a partir desta data, podendo ser prorrogado por igual período, podendo ser rescindido antecipadamente em caso de extinção ou suspensão do Programa; em conformidade com o Art. 37 da Constituição federal, inciso IX da Lei Orgânica, na Lei Complementar 07/2007 e ainda nas disposições da Lei Complementar 06/2013.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, 09 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal.

Portaria Nº 1463/13 de 09/09/2013

PORTARIA Nº 1463/13 de 09/09/2013

ADMITE E NOMEIA SERVIDORA ELIRCE DE MELO SCHUTZ PARA EMPREGO PÚBLICO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 37 da Constituição federal, inciso IX da Lei Orgânica, na Lei Complementar 07/2007, e ainda nas disposições da Lei Complementar 06/2013; e considerando o resultado da classificação do Edital de Processo Seletivo Simplificado destinado ao preenchimento de vagas em Caráter Temporário e Emergencial nº 01/2013 - Decreto nº 6.794/13 de 26/08/2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir e nomear ELIRCE DE MELO SCHUTZ, CI nº 4507302, CPF nº 444.131.309-87, para exercer o cargo de Instrutor, com atribuições visando a Execução de Programas Especiais, coordenado pela Secretaria de Assistência Social e da Família.

Art. 2º. O (a) servidor(a) cumprirá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º. O vencimento mensal será de R\$ 900,00 (Novecentos reais).

Art. 4º. O servidor admitido terá sua relação de trabalho regida pelo Estatuto do Servidor Público Municipal.

Art. 5º. Não adquirirá estabilidade no serviço público o servidor admitido nas formalidades previstas nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07, 10/08, 13/08 e 01/09.

Art. 6º. O contrato firmado pelo servidor será pelo prazo de 01 (um) ano, a partir desta data, podendo ser prorrogado por igual período, podendo ser rescindido antecipadamente em caso de extinção ou suspensão do Programa; em conformidade com o Art. 37 da Constituição federal, inciso IX da Lei Orgânica, na Lei Complementar 07/2007 e ainda nas disposições da Lei Complementar 06/2013.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, 09 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal.

Portaria Nº 1464/13 de 09/09/2013

PORTARIA Nº 1464/13 de 09/09/2013

ADMITE E NOMEIA SERVIDORA ELOI TEREZINHA PINTO PARA EMPREGO PÚBLICO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 37 da Constituição federal, inciso IX da Lei Orgânica, na Lei Complementar 07/2007, e ainda nas disposições da Lei Complementar 06/2013; e considerando o resultado da classificação do Edital de Processo Seletivo Simplificado destinado ao preenchimento de

vagas em Caráter Temporário e Emergencial nº 01/2013 - Decreto nº 6.794/13 de 26/08/2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir e nomear ELOI TEREZINHA PINTO, CI nº 11863439, CPF nº 438.316.649-00, para exercer o cargo de Instrutor, com atribuições visando a Execução de Programas Especiais, coordenado pela Secretaria de Assistência Social e da Família.

Art. 2º. O (a) servidor(a) cumprirá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º. O vencimento mensal será de R\$ 900,00 (Novecentos reais).

Art. 4º. O servidor admitido terá sua relação de trabalho regida pelo Estatuto do Servidor Público Municipal.

Art. 5º. Não adquirirá estabilidade no serviço público o servidor admitido nas formalidades previstas nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07, 10/08, 13/08 e 01/09.

Art. 6º. O contrato firmado pelo servidor será pelo prazo de 01 (um) ano, a partir desta data, podendo ser prorrogado por igual período, podendo ser rescindido antecipadamente em caso de extinção ou suspensão do Programa; em conformidade com o Art. 37 da Constituição federal, inciso IX da Lei Orgânica, na Lei Complementar 07/2007 e ainda nas disposições da Lei Complementar 06/2013.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, 09 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal.

Portaria Nº 1465/13 de 09/09/2013

PORTARIA Nº 1465/13 de 09/09/2013

ADMITE E NOMEIA SERVIDORA ALICE DEBASTIANI PARA EMPREGO PÚBLICO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 37 da Constituição federal, inciso IX da Lei Orgânica, na Lei Complementar 07/2007, e ainda nas disposições da Lei Complementar 06/2013; e considerando o resultado da classificação do Edital de Processo Seletivo Simplificado destinado ao preenchimento de vagas em Caráter Temporário e Emergencial nº 01/2013 - Decreto nº 6.794/13 de 26/08/2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir e nomear ALICE DEBASTIANI, CI nº 2639228, CPF nº 631.292.809-87, para exercer o cargo de Instrutor, com atribuições visando a Execução de Programas Especiais, coordenado pela Secretaria de Assistência Social e da Família.

Art. 2º. O (a) servidor(a) cumprirá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º. O vencimento mensal será de R\$ 900,00 (Novecentos reais).

Art. 4º. O servidor admitido terá sua relação de trabalho regida pelo Estatuto do Servidor Público Municipal.

Art. 5º. Não adquirirá estabilidade no serviço público o servidor admitido nas formalidades previstas nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07, 10/08, 13/08 e 01/09.

Art. 6º. O contrato firmado pelo servidor será pelo prazo de 01 (um) ano, a partir desta data, podendo ser prorrogado por igual período, podendo ser rescindido antecipadamente em caso de extinção ou suspensão do Programa; em conformidade com o Art. 37 da Constituição federal, inciso IX da Lei Orgânica, na Lei Complementar 07/2007 e ainda nas disposições da Lei Complementar 06/2013.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, 09 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal.

Portaria Nº 1466/13 de 09/09/2013

PORTARIA Nº 1466/13 de 09/09/2013

ADMITE E NOMEIA SERVIDORA IONE APARECIDA ZAMBOM ROSA PARA EMPREGO PÚBLICO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 37 da Constituição federal, inciso IX da Lei Orgânica, na Lei Complementar 07/2007, e ainda nas disposições da Lei Complementar 06/2013; e considerando o resultado da classificação do Edital de Processo Seletivo Simplificado destinado ao preenchimento de vagas em Caráter Temporário e Emergencial nº 01/2013 - Decreto nº 6.794/13 de 26/08/2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir e nomear IONE APARECIDA ZAMBOM ROSA, CI nº 24159620, CPF nº 702.779.319-91, para exercer o cargo de Instrutor, com atribuições visando a Execução de Programas Especiais, coordenado pela Secretaria de Assistência Social e da Família.

Art. 2º. O (a) servidor(a) cumprirá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º. O vencimento mensal será de R\$ 900,00 (Novecentos reais).

Art. 4º. O servidor admitido terá sua relação de trabalho regida pelo Estatuto do Servidor Público Municipal.

Art. 5º. Não adquirirá estabilidade no serviço público o servidor admitido nas formalidades previstas nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07, 10/08, 13/08 e 01/09.

Art. 6º. O contrato firmado pelo servidor será pelo prazo de 01 (um) ano, a partir desta data, podendo ser prorrogado por igual período, podendo ser rescindido antecipadamente em caso de extinção ou suspensão do Programa; em conformidade com o Art. 37 da Constituição federal, inciso IX da Lei Orgânica, na Lei Complementar 07/2007 e ainda nas disposições da Lei Complementar 06/2013.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, 09 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal.

Portaria Nº 1467/13 de 09/09/2013

PORTARIA Nº 1467/13 de 09/09/2013

ADMITE E NOMEIA SERVIDORA SIRLEI MARIA DA SILVA FAEDO PARA EMPREGO PÚBLICO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 37 da Constituição federal, inciso IX da Lei Orgânica, na Lei Complementar 07/2007, e ainda nas disposições da Lei Complementar 06/2013; e considerando o resultado da classificação do Edital de Processo Seletivo Simplificado destinado ao preenchimento de vagas em Caráter Temporário e Emergencial nº 01/2013 - Decreto nº 6.794/13 de 26/08/2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir e nomear SIRLEI MARIA DA SILVA FAEDO, CI nº 292697, CPF nº 347.690.999-91, para exercer o cargo de Instrutor, com atribuições visando a Execução de Programas Especiais, coordenado pela Secretaria de Assistência Social e da Família.

Art. 2º. O (a) servidor(a) cumprirá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º. O vencimento mensal será de R\$ 900,00 (Novecentos reais).

Art. 4º. O servidor admitido terá sua relação de trabalho regida pelo Estatuto do Servidor Público Municipal.

Art. 5º. Não adquirirá estabilidade no serviço público o servidor admitido nas formalidades previstas nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07, 10/08, 13/08 e 01/09.

Art. 6º. O contrato firmado pelo servidor será pelo prazo de 01 (um) ano, a partir desta data, podendo ser prorrogado por igual período, podendo ser rescindido antecipadamente em caso de extinção ou suspensão do Programa; em conformidade com o Art. 37 da Constituição federal, inciso IX da Lei Orgânica, na Lei Complementar 07/2007 e ainda nas disposições da Lei Complementar 06/2013.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, 09 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal.

Portaria Nº 1468/13 de 09/09/2013

PORTARIA Nº 1468/13 de 09/09/2013

ADMITE E NOMEIA SERVIDORA ELIANE DE FATIMA TONIAL DE MACEDO PARA EMPREGO PÚBLICO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 37 da Constituição federal, inciso IX da Lei Orgânica, na Lei Complementar 07/2007, e ainda nas disposições da Lei Complementar 06/2013; e considerando o resultado da classificação do Edital de Processo Seletivo Simplificado destinado ao preenchimento de vagas em Caráter Temporário e Emergencial nº 01/2013 - Decreto nº 6.794/13 de 26/08/2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir e nomear ELIANE DE FATIMA TONIAL DE MACEDO, CI nº 3151495, CPF nº 035.079.229-16, para exercer o cargo de Instrutor, com atribuições visando a Execução de Programas Especiais, coordenado pela Secretaria de Assistência Social e da Família.

Art. 2º. O (a) servidor(a) cumprirá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º. O vencimento mensal será de R\$ 900,00 (Novecentos reais).

Art. 4º. O servidor admitido terá sua relação de trabalho regida pelo Estatuto do Servidor Público Municipal.

Art. 5º. Não adquirirá estabilidade no serviço público o servidor admitido nas formalidades previstas nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07, 10/08, 13/08 e 01/09.

Art. 6º. O contrato firmado pelo servidor será pelo prazo de 01 (um) ano, a partir desta data, podendo ser prorrogado por igual período, podendo ser rescindido antecipadamente em caso de extinção ou suspensão do Programa; em conformidade com o Art. 37 da Constituição federal, inciso IX da Lei Orgânica, na Lei Complementar 07/2007 e ainda nas disposições da Lei Complementar 06/2013.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, 09 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal.

Portaria Nº 1469/13 de 09/09/2013

PORTARIA Nº 1469/13 de 09/09/2013

ADMITE E NOMEIA SERVIDORA ELIANE SIMONE ALVES DALPIS-SOL PARA EMPREGO PÚBLICO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 37 da Constituição federal, inciso IX da Lei Orgânica, na Lei Complementar 07/2007, e ainda nas disposições da Lei Complementar 06/2013; e considerando o resultado da classificação do Edital de Processo Seletivo Simplificado destinado ao preenchimento de vagas em Caráter Temporário e Emergencial nº 01/2013 - Decreto nº 6.794/13 de 26/08/2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir e nomear ELIANE SIMONE ALVES DALPISSOL, CI nº 1517730, CPF nº 501.761.459-15, para exercer o cargo de Instrutor, com atribuições visando a Execução de Programas Especiais, coordenado pela Secretaria de Assistência Social e da Família.

Art. 2º. O (a) servidor(a) cumprirá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º. O vencimento mensal será de R\$ 900,00 (Novecentos reais).

Art. 4º. O servidor admitido terá sua relação de trabalho regida pelo Estatuto do Servidor Público Municipal.

Art. 5º. Não adquirirá estabilidade no serviço público o servidor admitido nas formalidades previstas nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07, 10/08, 13/08 e 01/09.

Art. 6º. O contrato firmado pelo servidor será pelo prazo de 01 (um) ano, a partir desta data, podendo ser prorrogado por igual período, podendo ser rescindido antecipadamente em caso de extinção ou suspensão do Programa; em conformidade com o Art. 37 da Constituição federal, inciso IX da Lei Orgânica, na Lei Complementar 07/2007 e ainda nas disposições da Lei Complementar 06/2013.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, 09 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal.

Portaria Nº 1470/13 de 10/09/13

PORTARIA Nº 1470/13 de 10/09/13

AUTORIZA SERVIDOR A CONDUZIR VEÍCULOS OFICIAIS DA FROTA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e IX da Lei Orgânica, e considerando que eventualmente, na falta ou impedimentos de motoristas, obedecidas as exigências de habilitação, verifica-se a obrigatoriedade de serem autorizados como condutores outros servidores municipais, na condução de veículo oficial,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o servidor DAIANE RAYSEL DE MEIRA, portador da CNH nº 05167371329, categoria AB, ocupante do cargo de Conselheira, do quadro de cargos comissionados da Administração Direta Municipal, a conduzir por período determinado, vinculado ao retorno do motorista Ivo Arnildo Moreira, veículos oficiais da frota da Prefeitura Municipal, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entre em vigor na data de sua expedição, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
10 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1485/13 de 24/09/2013

PORTARIA Nº 1485/13 de 24/09/2013

PRORROGA PRAZO DA PORTARIA Nº 1334/13

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por mais 30 (trinta) dias, o afastamento do servidor Cristiano Thadeu Zanotto, sem prejuízo salarial, pelo período de duração da apuração de possíveis irregularidades, conforme dispõe a Portaria nº 794/13 de 04 de março de 2013, que instaurou a Comissão de Sindicância.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 14 de setembro de 2013.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

24 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1421/13 de 30/08/2013

PORTARIA Nº 1421/13 de 30/08/2013

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR FERMINO ANTUNES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao servidor FERMINO ANTUNES referente ao período aquisitivo de 01/06/10 a 31/05/11 a serem gozadas no período de 20/08/13 a 18/09/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

30 de Agosto de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Canoinhas

PREFEITURA**Publicação da Alteração da Ata de Registro de Preços do Edital de Pregão Presencial Nº 08/2013**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 27/2013

PREGÃO PRESENCIAL N.º 08/2013

ALTERAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede na Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC, torna público, que reajustou preços referente ao Pregão acima. Diante disto, ficaram reajustados os seguintes lotes: n.º 09: tubo circular de concreto simples para águas pluviais, valor anterior R\$ 42,00, valor reajustado R\$ 43,73; n.º 20: meio fio de concreto, valor

anterior R\$ 11,80, valor reajustado R\$ 12,29; n.º21: lajota sextavada em concreto, valor anterior R\$ 28,90, valor reajustado R\$ 30,09; n.º 36: palanque de concreto para cerca, dimensões de 12x12x250cm, valor anterior R\$13,80, valor reajustado R\$ 14,37; n.º 38: palanque de concreto para cerca, dimensões de 10x10x250cm, valor anterior R\$ 15,00, valor reajustado R\$ 15,62 . Informações (047) 3621 7705. O edital alterado está disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link governo/licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

30 de setembro de 2013

Publicação do Aviso de Anulação do Edital de Dispensa de Licitação Nº FMS 02/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º FMS 14/2013.

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º FMS 02/2013

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas/Presidente do Fundo Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, torna público a anulação do Processo Licitatório n.º FMS 14/2013, na Modalidade de Dispensa de Licitação n.º FMS 02/2013, por não haver dotação orçamentária na data do processo. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica o processo ANULADO. Demais informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura do Município de Canoinhas, sito a Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro, Canoinhas/SC, de Segunda a Sexta-feira, no período das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 15h30min.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito/Presidente do Fundo

Capinzal

PREFEITURA

Decreto 116/2013

DECRETO Nº 116, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 0,30 (trinta centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal nº 3.046, de 28 de novembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 0,30 (trinta centavos), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0301.04.122.0015.2009	MANUT DOS SERV GE- RAIS DA AMINISTRAÇÃO	FTE	DR	R\$	0,00
33909300-537	Indenizações e Restitui- ções	0324	54	R\$	0,30
	Total	0324	54	R\$	0,30

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2012, da Prefeitura Municipal de Capinzal, na fonte 0324 Transferências de Convênios Outros, destinação 54 Transferências de Convênios da União, no valor de R\$ 0,30 (trinta centavos), conforme quadro a seguir e demonstrativo em anexo.

Superávit Financeiro

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Superávit Financeiro - Trans- ferências de Convênios Outros				
– União	0324	54	R\$	0,30
Total	0324	54	R\$	0,30

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 27 de setembro de 2013

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal



Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN
Secretário da Administração e Finanças

Decreto 117/2013

DECRETO Nº 117, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013

Dispõe sobre o funcionamento da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o horário de funcionamento da Secretaria Municipal de Infraestrutura das 7 horas às 13 horas.

Art. 2º Os serviços essenciais como o sistema de transporte coletivo urbano de passageiros, coleta de lixo e outros para suprir necessidades de excepcional interesse público, continuarão sendo prestados normalmente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de outubro de 2013.

Capinzal, em 30 de setembro de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN
Secretário da Administração e Finanças

Decreto 118/2013

DECRETO Nº 118, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.

Estabelece os Feriados Municipais para o ano de 2014.

O Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecidos os Feriados Municipais para o ano 2014 nas seguintes datas:

- I - 25 de janeiro - São Paulo Apóstolo, Padroeiro do Município;
- II - 17 de Fevereiro - Emancipação Político-Administrativa do Município;
- III - 18 de Abril - Feriado Religioso de Sexta-Feira da Paixão;
- IV - 19 de Junho - Feriado Religioso de Corpus Christi.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 30 de setembro de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN
Secretário da Administração e Finanças

Catanduvás

PREFEITURA

Decreto Nº 1.930/2013 de 18 de Setembro de 2013.

DECRETO Nº 1.930/2013 DE 18 DE SETEMBRO DE 2013.

Abre ao Orçamento Fiscal do Fundo Municipal de Assistência Social, em favor da Manutenção das Atividades Sórias Geral, Crédito Suplementar no valor de R\$ 20.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás, SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município e art. 4º, parágrafo único da Lei nº 2.386, de 5 de dezembro de 2012.

DECRETA

Art. 1º Fica o Setor Contábil autorizado a reforçar o Orçamento Fiscal do Fundo Municipal de Assistência Social (art. 4º, parágrafo único da Lei nº 2.386, de 5 de dezembro de 2012), em favor da Manutenção da Assistência Social Geral, Crédito Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), para atender a seguinte programação:

ÓRGÃO	30	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
UNID. ORÇ.	3001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
	244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		
	2077	Manutenção da Assistência Social Geral		
	100	3190 – Despesas Correntes	R\$	20.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado a seguir:

ÓRGÃO	30	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
UNID. ORÇ.	3001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
	244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		
	2077	Manutenção da Assistência Social Geral		
	100	3390 – Outras Despesas Correntes	R\$	20.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Catanduvás, SC, 18 de Setembro de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN CLAUDINEI ANTONIO SELLA
Prefeita Municipal Sec. Municipal de Administração.

Registrado e Publicado por esta Secretaria nesta data.

DECRETO Nº 1.931/13 DE 18 DE SETEMBRO DE 2013.

“AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO ORIUNDOS DO PROGRAMA ACESSUAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO, NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.”

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás-Sc, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº 2.386/12



de 05 de Dezembro de 2012, em seu Artigo 4º Inciso I e Lei Federal nº 4.320/64, (Art. 7º, I e 43, § 1º, II e § 3º).

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor Contábil autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 80.820,00 (Oitenta mil, oitocentos e vinte reais), na seguinte Dotação Orçamentária.

ÓRGÃO	30	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
UNID. ORÇ.	3001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
	244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		
	2077	Manutenção da Assistência Social Geral		
	152/67	DESPESAS CORRENTES (3190) – Rec. Programa ACESSUAS	R\$	80.820,00

§ 1º - Os recursos mencionados no Artigo Primeiro são oriundos do Programa ACESSUAS da Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 18 de Setembro de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN CLAUDINEI ANTONIO SELLA
Prefeita Municipal Sec. Municipal de Administração.

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 18/09/2013.

Adendo ao Edital: Processo Licitatório Nº 0084/2013 - Pregão Nº 0051/2013

ADENDO AO EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0084/2013
PREGÃO Nº 0051/2013

A Prefeita do Município de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, Exma. Senhora Gisa Aparecida Giacomini, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI e CONSIDERANDO a necessidade de correção de ordem numérica do Processo Licitatório em questão;

TORNA PÚBLICO para o conhecimento dos interessados, a retificação das disposições que constam do Processo Licitatório supra, conforme segue:

a) Retifica-se a ordem numérica do Pregão que havia sido publicada como nº 0054/2013, alterando para a correta, qual seja, nº 0051/2013.

Destarte, a ordem numérica correta da presente licitação é:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0084/2013
PREGÃO Nº 0051/2013

Sem mais.

Catanduvas - SC, 27 de setembro de 2013.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Portaria Nº 291/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 291/2013

"ALTERA A PORTARIA Nº 309/2012 DE 03 DE AGOSTO DE 2012, QUE NOMEIA A COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOSÉ BRÁULIO INÁCIO, Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência legal que lhe confere o Artigo 70, II, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com o artigo 4º-C, da Lei Complementar nº 047 de 01.12.2010, alterada pela Lei Complementar nº 063 de 12.07.2012,

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado o inciso II do Art.1º da Portaria nº 309/2012 de 03 de agosto de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"I -

II - Secretaria: Crislei Sebold

"

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
25 de setembro de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

Lei Nº 4.565

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
LEI Nº 4.565, DE 29 DE AGOSTO DE 2013.

Dispõe sobre a divulgação, via internet, dos quadros de vagas referentes a escolha de aulas para professores em caráter temporário do Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º O Poder Executivo de Concórdia fica autorizado a divulgar em seu site todos os quadros de vagas referentes a escolha de aulas para professores em caráter temporário.

§ 1º O quadro de vagas deverá ser atualizado no site, excluindo as vagas que forem preenchidas e adicionando novas vagas que surgirem.

§ 2º Nas informações sobre as vagas, deverá constar a escola, disciplina e turnos em que o professor estará em aula.

Art. 2º O Executivo Municipal regulamentará a presente Lei, no

que couber.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 29 de agosto de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Lei Nº 4.566

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.566, DE 5 DE SETEMBRO DE 2013.

Altera a denominação da Rua 25 de Julho localizada nos Bairros Centro e São Miguel.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Altera a denominação da Rua 25 de Julho para RUA JOÃO BAPTISTA SEGALA, localizada nos Bairros Centro e São Miguel.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 5 de setembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Lei Nº 4.567

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.567, DE 9 DE SETEMBRO DE 2013.

Cria o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, no Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD, no Município de Concórdia, com o objetivo de assegurar-lhes o pleno exercício dos direitos individuais e sociais.

Art. 2º Caberá aos órgãos e às entidades do Poder Público assegurar à pessoa com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos quanto à educação, saúde, trabalho, desporto, turismo, lazer, previdência social, assistência social, transporte, edificação pública, habitação, cultura, amparo à infância e à maternidade, e de outros que propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei considera-se pessoa com deficiência, além daquelas citadas no art. 4º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alteração, aquela que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadra nas seguintes categorias:

I - deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II - deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de 41 (quarenta e um) decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;

III - deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

IV - deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 (dezoito) anos e limitações associadas a 2 (duas) ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização dos recursos da comunidade;
- e) saúde e segurança;
- f) habilidades acadêmicas;
- g) lazer; e
- h) trabalho;

V - deficiência múltipla: associação de 2 (duas) ou mais deficiências.

Art. 4º O CMDPD é órgão de caráter deliberativo, consultivo e fiscalizador da política municipal de atendimento dos direitos das pessoas com deficiência, respeitando a legislação vigente, com os seguintes objetivos:

I - elaborar os planos, programas e projetos da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência e propor as providências necessárias à sua completa implantação e ao seu adequado desenvolvimento, inclusive as pertinentes a recursos financeiros e as de caráter legislativo;

II - zelar pela efetiva implantação da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência;

III - acompanhar o planejamento e avaliar a execução das políticas municipais da acessibilidade à educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer, urbanismo e outras relativas à pessoa com deficiência;

IV - acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária do Município, sugerindo as modificações necessárias à consecução da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência;

V - zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de defesa dos direitos da pessoa com deficiência;

VI - propor a elaboração de estudos e pesquisas que visem à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência;

VII - propor e incentivar a realização de campanhas que visem à prevenção de deficiências e à promoção dos direitos da pessoa com deficiência;

VIII - acompanhar, mediante relatórios de gestão, o desempenho dos programas e projetos da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência;

IX - manifestar-se, dentro dos limites de sua atuação, acerca da administração e condução de trabalhos de prevenção, habilitação, reabilitação e inclusão social de entidade particular ou pública,

quando houver notícia de irregularidade, expedindo, quando entender cabível, recomendação ao representante legal da entidade;
X - avaliar anualmente o desenvolvimento da política Estadual/Municipal de atendimento especializado à pessoa com deficiência de acordo com a legislação em vigor, visando à sua plena adequação;
XI - elaborar o seu regimento interno.

Art. 5º O CMDPD será constituído por 14 (quatorze) membros, com representação paritária das instituições governamentais e da sociedade civil, da seguinte forma:

I - 7 (sete) conselheiros titulares, com igual número de suplentes, representantes do Poder Executivo, sendo:

a) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação;

b) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;

c) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

d) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo;

e) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras;

f) 1 (um) representante da Fundação Municipal de Cultura;

g) Fundação Municipal de Esportes;

II - 7 (sete) conselheiros titulares, com igual número de suplentes, representantes de entidades da sociedade civil, de atendimento, defesa, estudos e pesquisa e de garantia dos direitos da pessoa com deficiência, que atuam na área de deficiência auditiva, física, mental, visual e múltipla, organizações patronais, organização de trabalhadores e instituições de pesquisa e ensino superior, inclusive pessoa com deficiência e pais de pessoas com deficiência.

§ 1º A eleição das entidades da sociedade civil, representantes de cada segmento, titulares e suplentes dar-se-á em fórum próprio, convocados bienalmente pelo CMDPD, para esse fim.

§ 2º O CMDPD elegerá, entre seus pares, o Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário, na data da posse dos conselheiros.

Art. 6º O mandato dos membros do CMDPD será de 2 (dois) anos, permitida a recondução por igual período.

Art. 7º Os membros do CMDPD serão nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 8º As funções de conselheiro do CMDPD não serão remuneradas e seu exercício será considerado serviço de relevância pública prestado ao Município.

Parágrafo único. O CMDPD poderá, no Regimento Interno, prever ressarcimento das despesas de transporte e alimentação ou pagamento de diárias aos seus membros.

Art. 9º Cabe à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação prover e aprovar os recursos financeiros, físicos e humanos necessários à operacionalização para o pleno funcionamento do CMDPD.

Art. 10. Todas as matérias pertinentes ao funcionamento do CMDPD serão devidamente disciplinadas pelo seu Regimento Interno.

Art. 11. Os membros do CMDPD poderão ser substituídos mediante solicitação da instituição ou autoridade pública a qual estejam vinculados, apresentada ao referido Conselho, o qual fará comunicação do ato ao Chefe do Poder Executivo.

Art. 12. Perderá o mandato o conselheiro que:

I - desvincular-se do órgão de origem da sua representação;

II - faltar a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) intercaladas sem justificativa, que deverá ser apresentada na forma prevista no Regimento Interno do Conselho;

III - apresentar renúncia ao Conselho, que será lida na sessão seguinte a de sua recepção pela Comissão Executiva;

IV - apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;

V - for condenado por sentença irreversível em razão do cometimento de crime ou contravenção penal.

Parágrafo único. A substituição se dará por deliberação da maioria dos componentes do Conselho, em procedimento iniciado mediante provocação de integrante do Conselho, do Ministério Público ou de qualquer cidadão, assegurada a ampla defesa.

Art. 13. Perderá o mandato a instituição que:

I - extinguir sua base territorial de atuação no Município de Concórdia;

II - tiver constatado em seu funcionamento irregularidade de acentuada gravidade que torne incompatível sua representação no Conselho;

III - sofrer penalidade administrativa reconhecidamente grave.

Parágrafo único. A substituição se dará por deliberação da maioria dos componentes do Conselho em procedimento iniciado mediante provocação de integrante do Conselho, do Ministério Público ou de qualquer cidadão, assegurada a ampla defesa.

Art. 14. O CMDPD realizará, sob sua coordenação, a Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência a cada 2 (dois) anos, órgão colegiado de caráter deliberativo, para avaliar e propor atividades e políticas da área a serem implementadas ou já efetivadas no Município, garantindo-se sua ampla divulgação.

Art. 15. Compete à Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência:

I - avaliar a situação da política municipal de atendimento à pessoa com deficiência;

II - fixar as diretrizes gerais da política municipal de atendimento à pessoa com deficiência no biênio subsequente ao de sua realização;

III - avaliar e reformar as decisões administrativas do CMDPD, quando provocada;

IV - aprovar seu Regimento Interno;

V - aprovar e dar publicidade a suas resoluções, que serão registradas em documento final.

Art. 16. A realização da 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, será instituída pelo Poder Executivo Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta Lei, constituindo uma comissão paritária responsável pela sua convocação e organização, mediante elaboração de Regimento Interno.

Parágrafo único. Na 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência serão eleitos os representantes da sociedade civil, para o mandato de 2 (dois) anos.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

CRISTIANE FERNANDA WERLANG

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de setembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Lei Nº 4.568

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.568, DE 9 DE SETEMBRO DE 2013.

Autoriza o Município aderir ao Programa BADESC Cidades II e tomar empréstimo junto à Agência de Fomento de Santa Catarina S/A - BADESC; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município autorizado a aderir ao Programa BADESC Cidades II.

Art. 2º A adesão ao Programa BADESC Cidades II propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de obras de pavimentação.

Art. 3º Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no art. 2º desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto à Agência de Fomento de Santa Catarina S/A - BADESC, com recursos do Programa BADESC Cidades II, até o montante de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

Parágrafo único. Em garantia aos empréstimos estabelecidos do caput deste artigo, fica o Município autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e/ou do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 4º Para dar continuidade ao Programa BADESC Cidades II, o Município consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias à formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º Por conta dos financiamentos estabelecidos no art. 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5% (cinco por cento) ao ano, acrescidos da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP ou no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de setembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Lei Nº 4.569

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.569, DE 9 DE SETEMBRO DE 2013.

Autoriza o Município contratar financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, pela Caixa Econômica Federal, na qualidade de Agente Financeiro e a oferecer garantias; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município autorizado a contratar e garantir financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, pela Caixa Econômica Federal, na qualidade de Agente Financeiro, no valor de até R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), observadas as disposições legais em vigor para contratação de operações de crédito, as normas e condições específicas aprovadas pelo BNDES para a operação.

Parágrafo único. Os recursos resultantes do financiamento autorizado por esta Lei serão obrigatoriamente aplicados na aquisição de máquinas e equipamentos no âmbito do Programa de Intervenções Viárias - PROVIAS, tratado pelo art. 9º-K da Resolução CMN nº 2.827, de 30 de março de 2001, artigo incluído pela Resolução CMN nº 3.560, de 14 de abril de 2008.

Art. 2º Para garantia do principal e encargos da operação de

crédito, fica o Município autorizado a ceder ou vincular em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, a modo pro solvendo, as receitas a que se refere o art. 159, I, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

§ 1º Para a efetivação da cessão ou vinculação em garantia dos recursos previstos no caput deste artigo, fica o Banco do Brasil autorizado a transferir os recursos cedidos ou vinculados à conta e ordem da Caixa Econômica Federal, e esta, à conta do BNDES, nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, em caso de cessão, ou ao pagamento dos débitos vencidos e não pagos, em caso de vinculação.

§ 2º Fica o Município obrigado a promover o empenho das despesas nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, para cada um dos exercícios financeiros em que se efetuar as amortizações de principal, juros e encargos da dívida, até o seu pagamento final.

Art. 3º Para a garantia acessória da operação de crédito, o Município dá, a título de alienação fiduciária, os bens adquiridos com os recursos do financiamento concedido.

Art. 4º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 5º O orçamento do Município consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento das despesas relativas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de setembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Lei Nº 4.570

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.570, DE 9 DE SETEMBRO DE 2013.

Autoriza abertura de crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a anular parte das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 16 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Unidade Orçamentária 16.01 Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

Projeto/Atividade 16.122.0061.2251 Manutenção das Atividades-Meio do FMHIS

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 22.000,00

Projeto/Atividade 16.481.0062.2253 Ações das Habitações Urbanas

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 30.000,00
TOTAL ANULADO R\$ 52.000,00.
Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º desta Lei, fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:
Órgão 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO
Unidade Orçamentária 09.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação
Projeto/Atividade 08.122.0033.2032 Manutenção das Atividades-Meio da SEDES
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 52.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 52.000,00.
Art. 3º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.108, de 13 de outubro de 2009; 4.416, de 29 de maio de 2012 e 4.482, de 18 de dezembro de 2012, as ações mencionadas nesta Lei.
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de setembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Lei Nº 4.571

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.571, DE 9 DE SETEMBRO DE 2013.

Autoriza o Município celebrar Termo de Concessão de Uso com a Central das Cooperativas da Agricultura Familiar - CECAF; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.
Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município autorizado a celebrar Termo de Concessão de Uso, com a Central das Cooperativas da Agricultura Familiar - CECAF, inscrita no CNPJ sob nº 08.836.467/0001-88, de:

I - 1 (uma) edificação em alvenaria, situada na Rua Leonel Mosele, 205, Centro, denominada "Central de Comercialização da Agricultura Familiar", código patrimonial 20.637;

II - 1 (uma) caminhonete caçamba fechada, marca Renault, modelo Master CC 2,5 DCI, cor branca, chassi 93YBDC1G6DJ393738, ano/modelo 2012/2013, diesel, placa EXY-2858, código patrimonial 54.375.

Parágrafo único. A administração dos bens constantes nos incisos I e II deste artigo ficará a cargo da CECAF, e serão utilizados para comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar, como forma de incentivar as atividades da pequena propriedade rural e dos produtores organizados, ficando sob sua responsabilidade, a administração.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Lei nº 4.071, de 10 de julho de 2009.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de setembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo
JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Lei Nº 4.572

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.572, DE 12 DE SETEMBRO DE 2013.

Institui a Semana Municipal da Pessoa com Deficiência no âmbito do Município de Concórdia; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.
Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica instituída a Semana Municipal da Pessoa com Deficiência, no âmbito do Município de Concórdia, a ser realizada anualmente de 21 a 28 de agosto.

Art. 2º O Executivo Municipal poderá regulamentar esta Lei no que couber.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

CRISTIANE FERNANDA WERLANG

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de setembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 5.827

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.827, DE 23 DE AGOSTO DE 2013.

Altera dispositivos do art. 5º do Decreto nº 3.547, de 22 de setembro de 1994 e alterações, que dispõem sobre a concessão de diárias.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.
No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto nos arts. 70 a 72 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º O art. 5º do Decreto nº 3.547, de 22 de setembro de 1994 e alterações, que dispõem sobre a concessão de diárias, terá os seguintes dispositivos alterados, a partir de 26 de agosto de 2013:

I - a alínea "a" do inciso I passa a vigorar com a seguinte redação: "a) dentro do Estado, exceto a Capital: 4% do subsídio;" (NR)

II - os incisos III e IV passam a vigorar com a seguinte redação: "III - demais servidores, exceto os citados no inciso IV deste artigo:

a) dentro do Estado, exceto a Capital: R\$ 190,00 (cento e noventa reais);
 b) Capital do Estado e fora do Estado, exceto a Capital Federal: R\$ 252,00 (duzentos e cinquenta e dois reais);
 c) Capital Federal: R\$ 315,00 (trezentos e quinze reais);
 IV - servidores ocupantes dos cargos de Motorista, em exercício na Secretaria Municipal de Saúde, atuando no transporte de pacientes: R\$ 252,00 (duzentos e cinquenta e dois reais).” (NR)
 Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
 NEURI ANTONIO SANTHIER
 Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
 Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
 Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de agosto de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
 Diretor Administrativo

Decreto Nº 5.828
 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
 DECRETO Nº 5.828, DE 27 DE AGOSTO DE 2013.
 Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.
 No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.560, de 27 de agosto de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada parte da dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:
 Órgão 19 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
 Unidade Orçamentária 19.01 Fundação Municipal de Cultura
 Projeto/Atividade 13.122.0073.1401 Modernização e Organização Administrativa da FMC
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 35.000,00
 TOTAL ANULADO R\$ 35.000,00.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, fica suplementada a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 19 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
 Unidade Orçamentária 19.01 Fundação Municipal de Cultura
 Projeto/Atividade 13.392.0072.2403 Ações da Difusão Cultural
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 35.000,00
 TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 35.000,00.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
 ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
 Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
 Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
 Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de agosto de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
 Diretor Administrativo

Decreto Nº 5.829
 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
 DECRETO Nº 5.829, DE 27 DE AGOSTO DE 2013.
 Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.
 No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.561, de 27 de agosto de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Ficam anuladas partes das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:
 Órgão 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS
 Unidade Orçamentária 08.01 Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras

Projeto/Atividade 15.451.0032.1009 Modernização Urbanística
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 350.000,00
 Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde
 Projeto/Atividade 10.304.0051.2104 Ações de Vigilância em Saúde
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.6600 Vigilância em Saúde R\$ 10.815,00
 Órgão 20 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária 20.01 Fundação Municipal de Esportes
 Projeto/Atividade 27.122.0074.2451 Manutenção das Atividades-Meio da FMEC

Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 10.000,00
 TOTAL ANULADO R\$ 370.815,00.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, ficam suplementadas as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde
 Projeto/Atividade 10.303.0050.2103 Ações de Média e Alta Complexidade

Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.1.0200 Receitas de Impostos de Saúde R\$ 205.151,88

Projeto/Atividade 10.301.0049.2102 Ações de Atenção Básica
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0200 Receitas de Impostos de Saúde R\$ 44.848,12

Projeto/Atividade 10.303.0052.2105 Assistência Farmacêutica
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0200 Receitas de Impostos de Saúde R\$ 100.000,00

Projeto/Atividade 10.304.0051.2104 Ações de Vigilância em Saúde
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.6600 Vigilância em Saúde R\$ 10.815,00
 Órgão 20 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária 20.01 Fundação Municipal de Esportes
 Projeto/Atividade 27.122.0074.2451 Manutenção das

Atividades-Meio da FMEC
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 10.000,00
 TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 370.815,00.
 Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
 ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
 Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
 Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
 Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de agosto de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
 Diretor Administrativo

Decreto Nº 5.830

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
 DECRETO Nº 5.830, DE 30 DE AGOSTO DE 2013.
 Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.
 No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 9º da Lei nº 4.482, de 18 de dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2012, as dotações constantes no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:
 Órgão 17 FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA
 Unidade Orçamentária 17.01 Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária
 Projeto/Atividade 20.606.0066.2304 Ações da Extensão Rural
 Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
 Fonte de Recursos 0.6.0000 Recursos Ordinários R\$ 5.543,73
 Fonte de Recursos 0.3.0000 Recursos Ordinários R\$ 15.384,05
 TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 20.927,78.
 Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
 JOÃO GIRARDI
 Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
 Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
 Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 30 de agosto de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
 Diretor Administrativo

Decreto Nº 5.831

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.831, DE 3 DE SETEMBRO DE 2013.
 Dispõe sobre a alienação, por leilão, de bens pertencentes ao patrimônio do Município.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 42 da Lei nº 4.416, de 29 de maio de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Ficam definidos como inservíveis e antieconômicos, os bens pertencentes ao patrimônio do Município, constantes no Anexo Único deste Decreto, os quais serão objeto de alienação, por leilão.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
 JOÃO GIRARDI
 Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
 Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
 Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de setembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
 Diretor Administrativo

ANEXO ÚNICO

RELAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS E ANTIECONÔMICOS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO

Nº do Lote	Código Patrimonial	Descrição	Valor da Avaliação – R\$
1	20.054	Automóvel, marca Fiat, modelo Pálio EX, chassi 9BD17140322172836, gasolina, ano/modelo 2002, cor branca, placa MCT-9682	4.200,00
2	20.066	Automóvel, marca Fiat, modelo Uno Mille Fire, chassi 9BD15822524384179, gasolina, ano/modelo 2002, cor branca, placa MBK-0613	2.300,00
3	20.075	Automóvel, marca Ford, modelo Fiesta Street, chassi 9BFBR-ZFHA38436494, gasolina, ano/modelo 2003, cor branca, placa MDQ-2692	2.300,00
4	20.116	Trator agrícola, marca John Deere, modelo 6300 4X4, chassi CQ6300A016384, diesel, ano 2002, cor verde	29.800,00
5	34.523	Distribuidor de adubo orgânico líquido, marca Fatritol, capacidade 4.000 litros, ano 2006	1.300,00
6	38.568	Distribuidor de adubo orgânico líquido, marca Fatritol, modelo VACC 4000, capacidade 4.000 litros, rodado duplo, ano 2007	900,00

Nº do Lote	Código Patrimonial	Descrição	Valor da Avaliação – R\$
7	34.526	Colhedora de forragens, marca Jumil, modelo JM Plus, ano 2006	1.500,00
8	-	Aproximadamente 5 (cinco) toneladas de sucata	1.500,00
9	-	Pecas de trator Komatsu	5.500,00
10	-	Pecas de motoniveladora Caterpillar 120B	4.800,00
11	-	Caçamba basculante, marca Librelatto, com capacidade para 12,00m3 (doze metros cúbicos)	1.800,00
12	-	Aproximadamente 100 kg (cem quilogramas) de banners e placas diversas	50,00

PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Nº do Lote	Código Patrimonial	Descrição	Valor da Avaliação – R\$
13	20.043	Micro-ônibus, marca Agrale/Marcopolo, diesel, ano/modelo 2001/2002, chassi 9BYC22K1S2C001455, cores branca/vermelha/verde, placa MCD-4358	21.300,00
14	31.335	Automóvel, marca Fiat, modelo Uno Mille Fire, chassi 9BD15822764716159, gasolina/álcool, ano/modelo 2005/2006, cor branca, placa MCS-4824	5.800,00
15	44.888	Impressora multifuncional laser color, marca Xerox, modelo 7232	2.400,00

PERTENCENTE AO PATRIMÔNIO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – FUMDEMA

Nº do Lote	Código Patrimonial	Descrição	Valor da Avaliação – R\$
16	36	Automóvel, marca Volkswagen, modelo Gol 1.0, chassi 9BW-CA05X54T106986, gasolina, ano/modelo 2004, cor branca, placa MEL-2462	8.200,00

PERTENCENTE AO PATRIMÔNIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

Nº do Lote	Código Patrimonial	Descrição	Valor da Avaliação – R\$
17	4.337	Automóvel Van para transporte de passageiros, marca Peugeot, modelo Boxer 350 LH Vitre 2.8, chassi 936ZCPMNC82016342, cor branca, diesel, ano/modelo 2007/2008, 16 lugares, placa MFV-8536	30.000,00

PERTENCENTE AO PATRIMÔNIO DO FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA

Nº do Lote	Código Patrimonial	Descrição	Valor da Avaliação – R\$
18	96	Automóvel, marca Fiat, modelo Uno Mille Smart, chassi 9BD15828814271824, gasolina, ano/modelo 2001, cor branca, placa MBG-5683	3.700,00

Decreto Nº 5.832

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.832, DE 3 DE SETEMBRO DE 2013.

Regulamenta o acesso à informação pública, pelo cidadão, no âmbito do Poder Executivo Municipal, cria normas de procedimentos.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 45 da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecidos procedimentos para que a Administração Municipal, Direta e Indireta, cumpra com eficiência e efetividade o previsto na Lei Federal nº 12.527/2011, com regras para a gestão das informações e documentos públicos e sigilosos gerados no âmbito do Poder Executivo, de modo a garantir o disposto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

§ 1º Para efeitos deste Decreto, consideram-se Administração Indireta, a Autarquia e as Fundações Municipais.

§ 2º Como documentos sigilosos podem ser exemplificados a ficha cadastral com os dados pessoais do servidor público, os dados fiscais repassados pelo contribuinte para efeitos de cadastramento e lançamento fiscal, o conteúdo dos envelopes para habilitação e propostas em processos licitatórios de qualquer natureza enquanto a lei exigir que permaneça lacrado, o prontuário médico de pacientes, as notificações compulsórias contendo a identificação de pacientes com doenças infectocontagiosas.

§ 3º Havendo dúvida quanto ao sigilo da informação, em hipóteses diferentes das exemplificadas no § 2º deste artigo, o acesso somente poderá se dar após a concordância do titular do órgão, ou seu representante designado.

§ 4º Aplicam-se as disposições deste Decreto, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos, que recebem recursos públicos ou subvenções sociais, que mantêm contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres com o Município de Concórdia, relativos a aplicação dos recursos ou benefícios recebidos.

Art. 2º A título de orientação, praticidade e segurança na execução das normas deste Decreto, utilizam-se as definições para os termos, constantes no art. 4º da Lei Federal 12.527/2011, a saber:

I - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

II - documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;

III - informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado;

IV - informação pessoal: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;

V - tratamento da informação: conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;

VI - disponibilidade: qualidade da informação que pode ser

conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;

VII - autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;

VIII - integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;

IX - primariedade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.

Art. 3º O Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, no âmbito do Poder Executivo Municipal, será coordenado pela Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Ouvidoria, em conjunto com a Auditoria Geral do Município, a quem compete orientar, cobrar e fiscalizar a efetividade na prestação do serviço das Unidades Administrativas.

§ 1º Compete, também, à Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Ouvidoria, orientar o cidadão sobre o procedimento para acesso à informação pública, por meio de:

I - Diário Oficial do Município;

II - Portal online da Prefeitura Municipal de Concórdia;

III - Central de Atendimento do Centro Administrativo;

IV - Unidades Administrativas Municipais.

§ 2º Todas as Unidades da Administração Municipal Direta e Indireta, elencadas no § 1º do art. 1º deste Decreto, ficam subordinados à Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Ouvidoria, quando se tratar do cumprimento das normas aqui estabelecidas.

Art. 4º Cada Unidade da Administração Direta e Indireta do Município deverá designar 1 (um) servidor, que será responsável por receber, tramitar e responder o pedido de informação relativo ao setor, e disponibilizá-lo no tempo, modo e forma aqui regulamentados.

§ 1º No Portal online do Município, deverá constar em destaque, permanentemente, o endereço físico e virtual onde o interessado poderá requerer a informação desejada, bem como a identificação do servidor responsável pelo serviço, inclusive o número do telefone, pelo qual poderá efetuar contato no horário de expediente.

§ 2º Os servidores designados para este trabalho serão, permanentemente, capacitados para atuarem na implementação e correto funcionamento desta política de acesso à informação.

Art. 5º Nos casos de repasse de recurso público, subvenções sociais ou celebração de contrato de gestão, convênio ou acordo com entidade privada sem fins lucrativos, esta deverá ser alertada formalmente da responsabilidade pelo acesso à informação.

Art. 6º O pedido da informação pública deverá ser feito formalmente por meio físico ou virtual, nele devendo constar, obrigatoriamente:

I - nome, qualificação e número do documento de identidade do solicitante;

II - endereço completo do solicitante;

III - descrição clara e completa da informação ou do documento desejado.

Parágrafo único. A falta de 1 (um) dos requisitos previstos no caput deste artigo, implicará na devolução do requerimento, solicitando a complementação dos dados.

Art. 7º Nos casos em que o interessado solicitar cópia de documento, esta somente poderá ser entregue depois de autenticada pelo servidor responsável pelo fornecimento, ficando a cargo do solicitante o pagamento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados na reprodução e envio de documentos.

§ 1º Se o volume de documentos solicitados for significativo, o solicitante poderá indicar, no requerimento, a empresa para a reprodução das cópias, desde que sediada neste Município.

§ 2º Igual procedimento ao previsto no § 1º deste artigo, dar-se-á, obrigatoriamente, quando o documento estiver fora dos parâmetros da capacidade de reprodução dos equipamentos existentes na Prefeitura.

§ 3º Nas hipóteses previstas nos parágrafos 1º e 2º deste artigo, o original do documento público somente sairá da Unidade

Administrativa, sob a guarda de 1 (um) servidor público que acompanhará o procedimento. Neste caso, as cópias serão entregues ao interessado independentemente da autenticação prevista no caput deste artigo.

§ 4º As cópias reproduzidas em equipamentos da Administração Municipal somente poderão ser executadas após a comprovação do recolhimento dos valores correspondentes ao custo em favor do Município.

§ 5º A Secretaria Municipal de Administração estabelecerá, por Portaria, o documento adequado para o recolhimento e a tabela de preço por fotocópia, utilizando como parâmetro, o preço praticado pelas empresas especializadas sediadas no Município. Havendo divergência de mercado, o preço a ser praticado deverá ser igual ao do menor custo.

Art. 8º A informação, também, poderá ser fornecida em formato digital, via e-mail.

Parágrafo único. Na hipótese da informação solicitada já constar no Portal online do Município, o servidor fornecerá a informação ao requerente, indicando o endereço correto para encontrá-la.

Art. 9º A solicitação, quando da informação disponível, deverá ser respondida no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da data do protocolo.

§ 1º Na impossibilidade de acesso imediato à informação, na forma disposta no caput deste artigo, a Unidade ou entidade que receber o pedido deverá:

I - disponibilizar, no prazo de 20 (vinte) dias, comunicando ao interessado o local e como será fornecida ou o endereço onde poderá ser consultada;

II - o prazo referido no inciso I deste parágrafo poderá ser prorrogado por até 10 (dez) dias, mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o requerente.

§ 2º Em se tratando de informação total ou parcialmente sigilosa, o requerente deverá ser, no prazo estabelecido no caput deste artigo, informado da negativa do fornecimento, bem como da possibilidade de recurso, prazo e condições para sua interposição, indicando a autoridade competente para sua apreciação.

§ 3º Quando se tratar de informação parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa, acompanhada de certidão, extrato ou comunicado da parte sob sigilo.

Art. 10. O interessado na informação pública, que não for atendido satisfatoriamente, terá direito a recurso, no prazo de 10 (dez) dias, a partir da data da ciência da resposta.

Parágrafo único. O recurso previsto no caput deste artigo será formal, contendo as razões do inconformismo e dirigido à autoridade de que trata o art. 3º deste Decreto, a qual se manifestará no prazo de 5 (cinco) dias, da data do protocolo.

Art. 11. O Servidor Público Municipal responsável pelo acesso à informação que descumprir, sob qualquer pretexto, as determinações deste Decreto, destruir ou alterar informação pública, recusar fornecê-la, impor sigilo para obtenção de proveito pessoal ou de má-fé, divulgar informação sigilosa, estará sujeito às penalidades previstas no art. 32 e seguintes da Lei Federal nº 12.527/2011 e no art. 163 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações - Estatuto do Servidor Público Municipal, que serão aplicadas obedecidas as formalidades deste.

Parágrafo único. Idêntica responsabilidade recairá sobre qualquer Servidor Público Municipal que destruir ou alterar informação pública, ou facilitar o acesso àquelas classificadas como sigilosa ou informação pessoal.

Art. 12. É dever dos órgãos e entidades públicas promover a divulgação de todos os atos da Administração, em conformidade com o art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 c/c o disposto no art. 8º da Lei Federal nº 12.527/2011.

Parágrafo único. A divulgação de que trata o caput deste artigo, deverá ser feita independentemente da utilização de outros meios, em sítio oficial do Município, sendo o titular de cada Unidade, responsável direto pela autenticidade e disponibilidade da mesma.

Art. 13. A Assessoria de Comunicação Social do Município manterá o Portal online do Município como um canal de comunicação

entre o governo e a sociedade, facilitando o acesso aos portais de: execução orçamentária, recursos públicos recebidos e/ou transferidos, valores e favorecidos, atos de gestão do Servidor Público Municipal, respeitando os considerados sigilosos, contratos e convênios celebrados e outros termos correlatos.

Art. 14. Ao final de cada mês e até o 5º (quinto) dia do mês subsequente, todos os órgãos da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo Municipal, remeterão à Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Ouvidoria, controladora dos serviços de acesso à informação, relatório de atendimento do mês, para fins estatísticos.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de setembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 5.833

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.833, DE 9 DE SETEMBRO DE 2013.

Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 9º da Lei nº 4.482, de 18 de dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2012, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 02 Gabinete do Prefeito

Unidade Orçamentária 02.01 Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade 04.131.0004.2004 Manutenção da Assessoria de Comunicação Social

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.3.0000 Recursos Ordinários R\$ 150.000,00

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária 06.04 Educação Infantil

Projeto/Atividade 12.365.0017.2018 Ações de Educação Infantil

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.1900 Recursos Ordinários R\$ 15.700,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 165.700,00.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de setembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Decreto Nº 5.834

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.834, DE 9 DE SETEMBRO DE 2013.

Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.570, de 9 de setembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Ficam anuladas partes das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente: Órgão 16 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Unidade Orçamentária 16.01 Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

Projeto/Atividade 16.122.0061.2251 Manutenção das Atividades-Meio do FMHIS

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 22.000,00

Projeto/Atividade 16.481.0062.2253 Ações das Habitações Urbanas

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 52.000,00.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, fica suplementada a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO

Unidade Orçamentária 09.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Projeto/Atividade 08.122.0033.2032 Manutenção das Atividades-Meio da SEDES

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 52.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 52.000,00.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de setembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 5.835

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.835, DE 11 DE SETEMBRO DE 2013.

Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 9º da Lei nº 4.482, de 18 de dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2012, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO

Unidade Orçamentária 09.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Projeto/Atividade 08.244.0036.2035 Ações de Assistência Comunitária

Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.3.0000 Recursos Ordinários R\$ 8.600,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 8.600,00.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de setembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Portaria Nº 127/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 127/2013, DE 3 DE SETEMBRO DE 2013.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 67/2013, de 2 de janeiro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Educação na CI SEMED 1225, de 2 de setembro de 2013.

R E S O L V E :

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I - JORGE ZIR DIAS CARUBIM, ocupante do cargo de Controlador da Divisão de Almoxarifado, no período de 2 a 26 de setembro de 2013;

II - SAMIRA BRESSAN FERREIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, no período de 2 a 16 de setembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 128/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 128/2013, DE 9 DE SETEMBRO DE 2013.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

o uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº

67/2013, de 2 de janeiro de 2013, c/c o disposto na Lei nº 1.874, de 2 de dezembro de 1983 e alteração e no Decreto nº 2.040, de 14 de dezembro de 1983 e alteração.

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, a pedido, a partir de 9 de setembro de 2013, a autorização concedida ao senhor ALBINO BOLSI, para operar com serviço de táxi, no Ponto de Táxi nº 35, localizado no Distrito de Planalto, objeto da Portaria nº 536/96, de 12 de abril de 1996.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 129/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 129/2013, DE 10 DE SETEMBRO DE 2013.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 67/2013, de 2 de janeiro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde, na CI SEMUS 529/2013, de 9 de setembro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a servidora MARIA CRISTINA BERTA, ocupante do cargo de Diretora de Saúde e Medicina do Trabalho, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, a partir de 11 de setembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 130/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 130/2013, DE 13 DE SETEMBRO DE 2013.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 67/2013, de 2 de janeiro de 2013, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e 257, de 9 de dezembro de 2002, e considerando:

- o Adendo nº 266/2013 ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT da Secretaria Municipal de Educação;

- a CI DRH 448/2013, de 12 de setembro de 2013, emitida pela Diretoria de Recursos Humanos.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora ANDREIA MARCON, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, Adicional de Insalubridade, grau médio, correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao período de 5 de dezembro de 2012 à 19 de agosto de 2013.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 131/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 131/2013, DE 16 DE SETEMBRO DE 2013.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, e considerando:

- a necessidade de provimento de vagas surgidas durante a vigência do Edital de Processo Seletivo Público nº 1/2013, de 1º de março de 2013;

- o disposto no inciso IV do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar o número de vagas disponibilizadas para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Programa Estratégia Saúde da Família - ESF, para fins de aproveitamento dos aprovados no Processo Seletivo Público, objeto do Edital nº 1/2013, nos Postos de Saúde:

I - ESF do Bairro Guilherme Reich II: para 7 (sete) vagas;

II - ESF do Bairro Vista Alegre: para 2 (duas) vagas.

Parágrafo único. O candidato aprovado será investido no cargo por ato próprio, à vista das necessidades da Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 26/2013 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº 26/2013 - PMC

O Secretário Municipal de Urbanismo e Obras, torna público que ratificou o ato do Senhor Santo Hermínio de Luca, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do Inciso IV, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 01 de outubro de 2013, para outorga, em caráter emergencial, de concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros no Perímetro Urbano e de Expansão Urbana do Município de Concórdia, envolvendo a mobilização, operação, conservação, limpeza, manutenção e reposição dos veículos e equipamentos necessários, pelo valor mensal de R\$ 9.781,30 (nove mil, setecentos e oitenta e um reais e trinta centavos).

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Extrato do Resultado da Sessão de Habilitação

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

TOMADA DE PREÇOS Nº 15/2013 - PMC

Objeto: contratação de empresa no ramo de estruturas pré-moldada, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão-de-obra) para construção de ponte em concreto pré-moldado sobre o Rio Laranjeiras, na Comunidade de Linha Caravágio, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de nova habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: Apresentaram-se para participar

do certame as licitantes: KERBERMIX ERECHIM SERVIÇOS DE CONCRETAGEM LTDA e a empresa CONSTRUTORA DECA LTDA. Ressalta-se que a licitante CONSTRUTORA DECA LTDA, apresentou documento exigido no item 5.1, alínea "e" ou seja: "Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei (CND ou CPD/EN do INSS)", em nome da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, CNPJ 11.234.780/0001-50, restando desta forma a mesma INABILITADA. Já a empresa KERBERMIX ERECHIM SERVIÇOS DE CONCRETAGEM LTDA apresentou suas documentações de habilitação de acordo com os requisitos exigidos no Edital e foi julgada HABILITADA. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório aos proponentes participantes, para, se tiverem interesse, interponem recurso. Não havendo interposição de recursos, ficam as licitantes habilitadas desde já convocadas a participar da sessão de abertura de seus Envelopes nº 02 - Propostas de Preços, no dia 10 (dez) de outubro de 2013, às 10h00min (dez horas), na Sala de Licitações da Prefeitura de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro.

Concórdia, SC, 30 de setembro de 2013.

CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA

Presidente da C.P.L

Extrato do Resultado da Sessão de Habilitação

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

TOMADA DE PREÇOS Nº 18/2013 - PMC

Objeto: contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) para recuperação asfáltica na Rua Oswaldo Valentim Zandavalli, neste Município, com recursos oriundos próprios e contrapartida do Governo Estadual, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de nova habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: Apresentaram-se para participar do certame as licitantes: BALBINOT TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP, DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA e SETEP CONSTRUÇÕES S.A. Ressalta-se que todas as empresas apresentaram suas documentações de habilitação de acordo com os requisitos exigidos no Edital e foram julgadas HABILITADAS. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório aos proponentes participantes, para, se tiverem interesse, interponem recurso. Não havendo interposição de recursos, ficam as licitantes habilitadas desde já convocadas a participar da sessão de abertura de seus Envelopes nº 02 - Propostas de Preços, no dia 11 (onze) de outubro de 2013, às 10h00min (dez horas), na Sala de Licitações da Prefeitura de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro.

Concórdia, SC, 1º de outubro de 2013.

CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA

Presidente da C.P.L

Pregão Eletrônico Nº 12/2013 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2013 - FMS

Objeto: Aquisição de EPI's para atender os servidores da Unidade de Saúde conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço Por Lote

Recebimento das propostas: até as 08h e 15min do dia 16/10/2013.

Início da Sessão: dia 16/10/2013, às 08h e 30min, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DFInformações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cidadecompras.com.br.

Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0**49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 30 de setembro de 2013.

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Pregão Presencial Nº 113/2013- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2013- PMC

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de café colonial para os dias 22 e 23 de outubro de 2013, em comemoração à semana do servidor Público Municipal, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Recebimento das propostas: até as 09h00min. do dia 16/10/2013

Abertura: dia 16/10/2013 às 15h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 01 de outubro de 2013.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Extrato do Convênio Nº 22/2013- Fmec

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 22/2013- FMEC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, representada pelo seu Superintendente, senhor VILMAR ANTÔNIO BENTZ e o CLUBE ESPORTIVO GUAJUVERA, neste município, inscrito no CNPJ sob nº 78.507.233/0001-72, representado pelo seu Presidente, senhor ORIDES RESMINI.

OBJETO: O objeto do presente Convênio é a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Guajuvira e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 5.000,00

PRAZO: De 25.09.2013 a 31.12.2013.

DATA DA ASSINATURA: 25 de setembro de 2013.

Extrato do Convênio Nº 23/2013- Fmec

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 23/2013- FMEC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, representada pelo seu Superintendente, senhor VILMAR ANTÔNIO BENTZ e o PAULINO FUTEBOL CLUBE, neste município, inscrito no CNPJ sob nº 72.308.133/0001-30, representado pelo seu Presidente, senhor NEUDIR VILSON GASTMANN.

OBJETO: O objeto do presente Convênio é a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Lajeado Paulino e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 2.000,00

PRAZO: De 25.09.2013 a 31.12.2013.

DATA DA ASSINATURA: 25 de setembro de 2013.



O Poder Legislativo
Municipal Acessível ao Cidadão

www.ciga.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL**Balancete Financeiro 09/2013****SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CONCORDIA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Setembro/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		Despesa Orçamentária	206.399,25
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	200.010,88
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	150.677,21
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	49.333,67
		Despesas Intra-orçamentárias	6.388,37
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.388,37
Receita Extra - Orçamentária	479.865,54	Despesa Extra - Orçamentária	229.939,95
DEPÓSITOS	26.266,29	DEPÓSITOS	23.540,70
CONSIGNAÇÕES	26.266,29	CONSIGNAÇÕES	23.540,70
PREVIDÊNCIA SOCIAL	7.682,92	PREVIDÊNCIA SOCIAL	7.682,92
PENSÃO ALIMENTÍCIA	2.034,00	PENSÃO ALIMENTÍCIA	2.034,00
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	9.941,61	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	9.941,61
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA M	3.808,32	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA M	3.808,32
PLANOS DE SEGUROS	63,01	PLANOS DE SEGUROS	63,01
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	2.736,43	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	10,84
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	206.399,25	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	206.399,25
OBRIGAÇÕES A PAGAR	206.399,25	OBRIGAÇÕES A PAGAR	206.399,25
FORNECEDORES	49.396,62	FORNECEDORES	49.396,62
PESSOAL A PAGAR	126.974,65	PESSOAL A PAGAR	126.974,65
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	30.027,98	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	30.027,98
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	247.200,00		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	247.200,00		
REPASSE RECEBIDO	247.200,00		
Saldos anteriores	484.921,78	Saldos atuais	528.448,12
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	473.931,62	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	446.657,21
BANCO C/ MOVIMENTO	10.990,16	BANCO C/ MOVIMENTO	81.790,91
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	964.787,32	Total	964.787,32

CONCORDIA, 30/09/2013

 ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
 Presidente

 DELAIR M. S. DALLEGRAVE
 Contador CRC SC 022.843/O-5



Coronel Freitas

PREFEITURA

Pregão Presencial Nº 28/2013

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº28/2013

Objeto: CONCERTO DO BRITADOR MÓVEL
Tipo: Menor Valor/Global
Entrega dos envelopes: até as 09:00 h do dia 15/10/2013
Abertura dos envelopes: na sequência às 09:00 horas do dia 15/10/2013
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 hrs ou pelo fone 3347.0322.

Coronel Freitas (SC) 01 de Outubro de 2013
MAURI JOSÉ ZUCCO
Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial Nº 41/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2013

O Fundo Municipal de Assistência Social de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE KIT MATERIAIS DE HIGIENE PARA ATENDIMENTO DE CRIANÇAS RECÉM NASCIDAS DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE, SENDO QUE O CONSUMO ESTIMADO SERÁ DO PERÍODO DE 2013, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 15/10/2013, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 15/10/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 27 de Setembro de 2013.
JOÃO CARLOS MARTINS DOS SANTOS DIEGO SEBEM WORDELL
Presidente do Fundo Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial Nº 42/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2013

O Fundo Municipal de Assistência Social de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DA CASA DE PROTEÇÃO INFANTO JUVENIL, CONFORME, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 15/10/2013, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 16:00 horas do dia 15/10/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 27 de Setembro de 2013.
JOÃO CARLOS MARTINS DOS SANTOS DIEGO SEBEM WORDELL
Presidente do Fundo Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial Nº 43/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2013

O Fundo Municipal de Assistência Social de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTO PARA MANUTENÇÃO DA CASA DE PROTEÇÃO INFANTO JUVENIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 16/10/2013, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 16:00 horas do dia 16/10/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 27 de Setembro de 2013.
JOÃO CARLOS MARTINS DOS SANTOS DIEGO SEBEM WORDELL
Presidente do Fundo Pregoeiro

CÂMARA MUNICIPAL**Portaria Nº 21/2013**

PORTARIA Nº 21, de 27 de setembro de 2013
HOMOLOGA RESULTADO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2013
DA CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBANOS.

A PRESIDENTE da Câmara de Vereadores de Curitiba, Estado de Santa Catarina, Vilma Natalina Fontana Maciel, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e em conformidade com o que determina o Edital de Concurso Público n. 001/2013:

RESOLVE:

Art. 1º Fica homologado o resultado do Concurso Público nº 001/2013 para cargos públicos no quadro de pessoal da Câmara de Vereadores de Curitiba conforme quadros a seguir:

Cargo: Contador				
Inscrição	Candidato	Nascimento	T.A.	N.P.E.
0100	JOCIMAR AFONSO COELHO	31/07/1975	28	7.00
0098	CLOVIS ALEXANDRE TRUCHINSKI	13/02/1966	28	7.00
0092	TIAGO FIGUEIREDO BAISCH	04/01/1982	28	7.00
0113	HERCILIO PEITRUKA JUNIOR	02/05/1967	27	6.75
0027	NELSON BATISTA FIGUEREDO	01/06/1969	27	6.75
0047	GABRIELA QUINCOZES DE ALMEIDA	05/06/1984	26	6.50
0096	LUIZ AUGUSTO FONTANA JUNIOR	15/02/1976	24	6.00
0064	ADEMAR DA COSTA LEITE	27/12/1978	23	5.75
0095	GILLIARD SILVEIRA	31/08/1991	23	5.75
0030	ELIANE FRANÇA DE SOUZA PRANDI	03/08/1979	22	5.50
0120	ALEXANDRE WEGNER	14/04/1978	21	5.25
0114	RENATA CAROLINE LIMA	30/11/1986	21	5.25

Cargo: Recepcionista				
Inscrição	Candidato	Nascimento	T.A.	N.P.E.
0006	SILVIA MARIA DE OLIVEIRA CORREA	23/07/1975	31	7.75
0036	GUILHERME CARVALHO SERENA	10/11/1994	31	7.75
0033	ELLEN CRISTINA MOLIM	30/12/1984	27	6.75
0097	DAIANA GABRIELA LIMA PRANDI	02/06/1990	27	6.75
0016	JEANE KARINE MARCON	05/01/1976	26	6.50
0111	BRUNA GRISANG	24/01/1985	26	6.50
0050	REGINA APARECIDA RAICHERT	15/05/1989	25	6.25
0022	RENATA PROENÇA BASTOS	25/04/1993	24	6.00
0046	ANDREZA FRANCI-NEIDE DE BARROS	28/04/1995	24	6.00
0032	RUBIO SARTOR DEBASTIANI	18/05/1991	23	5.75

0002	ANA PAULA PEREIRA	11/12/1982	23	5.75
0021	JANAINA HENNING MENDES DA SILVA	30/08/1982	22	5.50
0110	DENISE APARECIDA CONINCK MONTEIRO	20/11/1969	22	5.50
0086	FERNANDA SUELLEN DE SOUZA	22/07/1994	22	5.50
0126	GISELE RAMOS	14/07/1985	21	5.25
0039	MAICON ZANIR DA SILVA	01/09/1988	21	5.25
0093	JOSIANE TERE-SINHA MELO SCHARF	07/01/1980	21	5.25
0004	FRANCIELLE COUTO	05/11/1985	21	5.25
0011	DEBORA GOMES DA SILVA MORAES	13/01/1990	21	5.25
0041	ANDREIA APARECIDA MIGLIORINI	05/12/1974	20	5.00
0018	GUILHERME KUHNEN	11/12/1994	20	5.00
0119	ALINE APARECIDA BATISTA	11/03/1989	20	5.00

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Curitiba, 27 de setembro de 2013.

VILMA NATALINA FONTANA MACIEL

Presidente

Publicada e registrada aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, no mural da Câmara de Vereadores de Curitiba.

Ermo

PREFEITURA**Decreto N.º 058, de 30 de Setembro de 2013.**

DECRETO N.º 058, de 30 de setembro de 2013.

Dispõe sobre a Nomeação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) do Município de Ermo.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei municipal Nº 013, Art. 4º, de 22 de abril de 1997, decreta;

Art. 1º Ficam Nomeados os Membros Titulares e Suplentes do Conselho Municipal de Assistência Social do município de Ermo, conforme segue:

I - REPRESENTANTES DO GOVERNO:

a) Representante da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social:

- Titular: Jerusa Alexandre;
- Suplente: Marta Pezente.

b) Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo:

- Titular: Márcia Maria da Silva;
- Suplente: Giane Pires Leonardo.

c) Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

- Titular: Ana Paula Canella Cândido;
- Suplente: Adão Rodecze.

II - REPRESENTANTES DOS ÓRGÃOS NÃO GOVERNAMENTAIS

a) Representantes da Igreja Católica:

- Titular: Odilé Frezza Fernandes;
- Suplente: Manoel Leonardo.

b) Representante da Igreja Evangélica:

- Titular: José Fernandes;
- Suplente: Charles Perotoni.

c) Representante da Pastoral da Criança:

sem representantes

Art. 2º O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos, não podendo mais ser renovado por igual período.

Art. 3º A função de conselheiro não será remunerada, considerando-se como serviço público relevante.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 30 de setembro de 2013.
ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LUCIA R. MARCON BORGES
Secretária de Administração e Finanças Interina

Erval Velho

PREFEITURA

Decreto 1775/2013

DECRETO 1775, de 10 de setembro de 2013.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal n. 1318, de 05 de dezembro de 2012 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 67.190,00 (Sessenta e sete mil, cento e noventa reais) para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ/ATIV - 2.037 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.1.90.00.00.00.00.01.00364 - Aplicações Diretas R\$ 67.190,00

Total de Suplementações R\$ 67.190,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2012 (Anexo I).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 10 de setembro de 2013.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN

Secretário de Administração e Finanças

Anexo I - DECRETO N.º 1775/2013, de 10 de setembro de 2013

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO

Exercício de 2012

Fonte de Recurso 0364 - PAB - PMAQ

Ativo Financeiro 105.090,38

(-) Passivo Financeiro (0,00)

Superávit Financeiro 105.090,38

Deduções

Decreto n.º 1775/2013 67.190,00

Saldo 37.900,38

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2012- Anexo 14

DJALMO DE ANDRADE

Técnico Contábil

Decreto 1776/2013

DECRETO 1776, de 10 de setembro de 2013.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal n. 1318, de 05 de dezembro de 2012 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais) para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ/ATIV - 2.037 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.1.90.00.00.00.00.01.0000.64 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Total de Suplementações R\$ 60.000,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, na fonte de recurso 0064.00 - Transferências PAB - PMAQ, conforme § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 10 de setembro de 2013.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1777/2013

DECRETO 1777, de 10 de setembro de 2013.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso de suas atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e Parágrafo I do art. 6º da Lei Municipal n. 1318, de 05 de dezembro de 2012, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Erval Velho, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 07 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJ/ATIV - 2.033 - MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DE ATENÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
Elemento - 33.90.00.00.00.00.00.0050 - Aplicações Diretas
R\$ 7.000,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, na fonte de recurso 0050 - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, conforme § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 10 de setembro de 2013.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1778/2013

DECRETO 1778, de 10 de setembro de 2013.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso de suas atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da

Lei Orgânica; e Parágrafo I do art. 6º da Lei Municipal n. 1318, de 05 de dezembro de 2012, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho, no valor de R\$ 76.500,00 (setenta e seis mil e quinhentos reais) para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
UNIDADE 01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROJ/ATIV - 2.020 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL
Elemento - 31.90.00.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas
R\$ 76.500,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, na fonte de recurso 0018 - FUNDEB - Remuneração, conforme § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 10 de setembro de 2013.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1779/2013

DECRETO 1779, de 10 de setembro de 2013

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso de suas atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e art. 4º da Lei Municipal n. 1318, de 05 de dezembro de 2012, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica suplementada a seguinte dotação no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho, no valor de R\$ 211.200,00 (duzentos e onze mil e duzentos reais):

ÓRGÃO 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
UNIDADE 01 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Proj./Ativ. 2.015 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
Elemento - 31.90.00.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas
R\$ 190.000,00

Elemento - 33.90.00.00.00.00.00.0019 - Aplicações Diretas
R\$ 21.200,00

Total suplementações R\$ 211.200,00

Art. 2º. Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrá à conta da anulação parcial da dotação abaixo discriminada:

ÓRGÃO 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
UNIDADE 01 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Proj./Ativ. 2.015 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
Elemento - 31.90.00.00.00.00.00.0019 - Aplicações Diretas
R\$ 211.200,00

Total Anulações R\$ 211.200,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 10 de setembro de 2013.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN

Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2835/2013

PORTARIA 2835, de 24 de setembro de 2013.

Exonera Servidor Temporário e dá outras providências.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR a pedido a Senhora FERNANDA APARECIDA DA SILVA LOPES, ocupante do cargo temporário de Professor ACT, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho, nomeada pela Portaria 2754, de 13 de fevereiro de 2013.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 24 de setembro de 2013.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN

Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2836/2013

PORTARIA 2836, de 01 de outubro de 2013.

Concede férias a servidores que especifica e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no artigo 64, da Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder férias aos servidores abaixo relacionados pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 01 de outubro à 30 de outubro de 2013, conforme respectivos períodos aquisitivos:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo		
Flavio Ferrari	Operador de Máquinas	16/08/2012	A	15/08/2013
Valdemar Pereira dos Santos	Operador de Máquinas	11/06/2012	A	10/06/2013
Valdir Cardoso de Aguiar	Motorista	11/01/2011	A	10/01/2012

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 01 de outubro de 2013.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN

Secretário de Administração e Finanças

Forquilha

PREFEITURA

Decreto Nº 092, de 26 de Agosto de 2013.

DECRETO Nº 092, DE 26 DE AGOSTO DE 2013.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA).

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.488, de 28 de outubro de 2009, combinado o art. 51, incisos I, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), como segue:

I - Representantes da área governamental:

a) Secretaria de Educação:

1. Titular: Carlene da S. Forgiarini,
2. Suplente: Daiana Candido da Silveira Minatto;

b) Secretaria de Saúde:

1. Titular: Miriela Peruchi Guidarini;
2. Suplente: Fabiane Arns Peruchi;

c) Secretaria de Ação Social:

1. Titular: Lilian Arns Topanotti;
2. Suplente: Roberta Casagrande Gonçalves Pasini;

d) Secretaria de Administração e Finanças

1. Titular: Jadna Colombo Pereira;
 2. Suplente: Silvana Goulart Padoin;
- ##### e) Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente:

1. Titular: Valmir Colombo;
2. Suplente: Andressa Westrup;

f) Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo:

1. Titular: Carlos Alberto Arns Filho;
2. Suplente: José Costa;

g) Procuradoria Geral do Município e Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Econômico:

1. Titular: Ander Luiz Warmling
2. Suplente: Rogério Dagostim;

II - Representantes de organizações de participação popular eleitos pelo Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizado no dia 22/08/2013:

a) Representante das Associações de Moradores:

1. Titular: José Luiz Back
2. Suplente: Edésio Fernando Loch

b) Colégio Sagrada Família:

1. Titular: Irmã Roseli Aparecida Duarte;
2. Suplente: Valcirenne da Silva Barbosa;

c) Igreja Batista Conservadora Betel:

1. Titular: Pastor José Silva dos Santos;
2. Suplente: Valcir da Silva Lopes;

d) Pastoral da Criança:

1. Titular: Daiane Savi;
2. Suplente: Irmã Marinês Gambim Rech

e) Associação dos Clubes de Mães de Forquilha:

1. Titular: Renata De Luca Romancini Ronchi;
2. Suplente: Marilda Casagrande Alexandre;
- f) Associação de Pais e Professores:
 1. Titular: Dirlei Aparecida Gomes Ferreira;
 2. Suplente: Pedro Rech
- g) Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/SC:
 1. Titular: Mabel Tibes da Silva;
 2. Suplente: Keiser Madrid Borges Lopes

Art. 2º O mandato dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) será de 02 (dois).

Art. 3º Nos termos do disposto no art. 89 da Lei nº. 8.069/90, a função do membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), não remunerada, tem caráter público relevante e o seu exercício será considerado prioritário, justificando a ausência a qualquer outro serviço quanto determinado pelo comparecimento às suas Sessões Plenárias, reunião de comissão ou participação em diligência.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 26 de agosto de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 26 de agosto de 2012.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº 89 , de 4 de Agosto de 2013.

DECRETO Nº 89 , DE 4 DE AGOSTO DE 2013.

PRORROGA O DECRETO Nº 72 DE 05 DE JULHO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 51 da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de conformidade com a Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998, de acordo com o que consta do Processo de Sindicância nº 001/2013 e,

CONSIDERANDO a necessidade de mais tempo para a elaboração do Relatório Conclusivo do Processo Administrativo Disciplinar, instituído pelo Decreto nº 72, de 05 de julho de 2013, em face da servidora ZENIR MARCELINO, com supedâneo no artigo 134 da Lei nº 06 de junho de 2002:

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo para a apresentação do Relatório Conclusivo de apuração pela Comissão Especial, designada no Decreto nº 72 de 05 de julho de 2013, por mais 60 (sessenta) dias a contar da publicação deste Decreto, encaminhando-o ao Chefe do Poder Executivo para as demais providências necessárias.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 04 de Setembro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 04 de Setembro de 2013.

ELIZANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Extrato de Contrato FMS Nº. 81/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 81/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA

OBJETO - Constitui objeto do presente Contrato a prestação a aquisição de papel toalha interfolhado, para manutenção das Unidades de saúde municipal, por meio da Secretaria de Saúde do Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 4.990,00 (quatro mil novecentos e noventa reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2013

DOTAÇÃO - 0101.2050.3390 (19), 0101.2051.3390 (27), 0101.2052.3390 (31).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Carta Convite nº. 27/ FMS/2013

DATA DA ASSINATURA - 02 de setembro de 2013

JOSÉ RICARDO JUNKES

Prefeito em Exercício

Extrato de Contrato PMF Nº. 205/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 205/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

OBJETO - O presente Instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de gêneros alimentícios, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e creches da Rede Municipal de Ensino, de FORQUILHINHA/SC.

VALOR - R\$ 19.483,00 (dezenove mil quatrocentos e oitenta e três reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2013.

DOTAÇÃO - 0501.2012.3390 (30), (31).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 129/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 12 de setembro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 215/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 215/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - JEISSON ROCHA DA CUNHA EIRELI ME.

OBJETO - Contratação de empresa especializada para prestar serviços na realização de processo seletivo com prova escrita para admissão em caráter temporária - ACT (professores e auxiliares de educação) para o exercício de 2014, por meio da Secretaria de Educação do Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 7.950,00 (sete mil novecentos e cinquenta reais)

VIGÊNCIA - a vigência contratual terá início a partir da data da assinatura do contrato e terminará 60 (sessenta) dias após o término do prazo de execução.

DOTAÇÃO - 0501.2014.3390 (47).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação nº. 146/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 27 de setembro de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 0293/2013

DECRETO Nº 0293, DE 01 DE OUTUBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2176 de 28 de Fevereiro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Fraiburgo para o exercício de 2013 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 26.500,00 (vinte e seis mil e quinhentos reais), nas seguintes dotações:

08.00 - Secretaria de Saúde
08.01 - Fundo Municipal de Saúde
10.301.0017.2.038 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas 0.3.0400 (69) R\$ 26.500,00

Total R\$ 26.500,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2012, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 01 DE OUTUBRO DE 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2178/2013

PORTARIA Nº 2.178, DE 01 DE OUTUBRO DE 2013.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato da servidora LIOLENE SOUSA SIQUEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 992.932.423-20, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de outubro de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de outubro de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2179/2013

PORTARIA N.º 2.179, DE 01 DE OUTUBRO DE 2013.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0033, de 24 de julho de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1238/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, ANA MARIA DOS SANTOS CHAVES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 060.528.909-32, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de outubro de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de outubro de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2181/2013

PORTARIA Nº 2.181, DE 01 DE OUTUBRO DE 2013.
Revoga Portaria que Ampliou a Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e comunicação interna n.º 1241/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria 2.118, de 11 de setembro de 2013, que ampliou de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora ALESSANDRA DE SOUZA, brasileira, convivente em união estável, inscrita no CPF sob o nº 021.184.719-47, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, a partir de 01 de outubro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de outubro de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso do Pregão Presencial 0026/2013-Sf

Aviso do Pregão Presencial nº 0026/2013 - SF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0026/2013 - SF

Objeto: Aquisição de um conjunto de motobomba para instalação no recalque da estação de tratamento de água da SANEFRAI no

bairro Santo Antonio (ETA), e duas tampas para reposição nas caixas d'água de fibra de vidro de 25.000 litros. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 09:15 horas do dia 17.10.2013. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039/3001. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br. E-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 30 de setembro de 2013.
ELOI RÉGALIN
Presidente da SANEFRAI

Aviso do Pregão Presencial Nº 0006/2013 FME

Aviso do Pregão Presencial nº 0006/2013 - FME
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa do ramo para fornecimento de peças de reposição novas, materiais, e prestação de serviços para retífica do motor do Micro-ônibus Volare A5, 2004/2004, placas MCG 1953, (com substituição mínima das peças). Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:15 horas do dia 16.10.2013. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039/3001. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br e e-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 30 de setembro de 2013.
ANTONIO MARCOS DE ALMEIDA
Superintendente da FME

Aviso do Pregão Presencial Nº 0133/2013-PMF

Aviso do Pregão Presencial nº 0133/2013 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de uma porta para saída de emergência para colocação no Centro de Convivência da Melhor Idade Flor de Maçã. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 9:15 horas do dia 15.10.2013. Abertura: Às 9:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 01 de outubro de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

Extrato do Cancelamento da Ata At12pmf130 _pmf

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DE CANCELAMENTO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT12PMF130
ORGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ORGÃOS PARTICIPANTES: FME e FMS. FORNECEDOR: C. SCHUMACHER & CIA LTDA. OBJETO: CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS A PEDIDO DO FORNECEDOR, COM FULCRO NAS CLÁUSULAS NONA E DÉCIMA DA ATA Nº AT12PMF130, BEM COMO, A DECISÃO DO SR. PREFEITO MUNICIPAL. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0270/2012 - PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0168/2012. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0077/2012. DATA: 30.09.2013.

FRAIBURGO (SC), 01.10.2013.
IVO BIAZZOLO
PREFEITO MUNICIPAL

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



Por meio deste sistema de gestão, é possível organizar serviços, fluxos e protocolos de atendimento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializado de Assistência Social (CREAS), bem como serviços de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Algumas contribuições do PEGASO para as secretarias municipais de assistência social são:

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais - CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br

Editais de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito

Editais de Notificação de Imposição de Penalidade pelo cometimento de infração de Trânsito nº 324:

nº 324 1434/2013

nº 324 1438/2013

nº 324 1442/2013



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 324 1434/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALM6062	55778805D	6920/0	10/04/2013	R\$ 127,69	233
AMF8731	55778814D	6920/0	16/04/2013	R\$ 127,69	233
AZY7070	55351157D	6599/2	15/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
LWR8690	55351317D	6599/2	06/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
LWR8690	55351318D	5010/0	06/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
LWR8690	55351319D	5118/0	06/05/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LWT7948	55351240D	6599/2	01/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
LWT7948	55351241D	6726/1	01/04/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
LWT7948	55351373D	5010/0	01/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
LWT7948	55351374D	5061/0	01/04/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
LWT7948	55351375D	6637/1	01/04/2013	R\$ 127,69	230 * IX
LWT7948	55778801D	6920/0	05/04/2013	R\$ 127,69	233
LXC7699	55351551D	5274/1	13/04/2013	R\$ 191,53	175
LXZ9478	55350866D	5010/0	05/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
LXZ9478	55350867D	5118/0	05/05/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LZL1078	55350518D	6599/2	09/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
LZL1078	55351501D	5045/0	09/04/2013	R\$ 191,53	162 * V
LZL1078	55351502D	5142/0	09/04/2013	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
MJC5588	55351166D	6599/2	01/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
NFY2849	55351725D	5169/1	26/05/2013	R\$ 1.915,38	165
NFY2849	55351726D	5177/0	26/05/2013	R\$ 191,53	166
NFY2849	55351727D	6645/0	26/05/2013	R\$ 127,69	230 * X

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 1 DE OUTUBRO DE 2013

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 324 1438/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BNP6749	55351690D	6726/1	18/06/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
BNP6749	55351691D	6610/2	18/06/2013	R\$ 127,69	230 * VII
BNP6749	55351692D	6637/1	18/06/2013	R\$ 127,69	230 * IX
LZW4516	55348085D	5010/0	22/06/2013	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 1 DE OUTUBRO DE 2013

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 324 1442/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACO8328	55348084D	6653/1	21/06/2013	R\$ 127,69	230 * XI
ADG3296	55778881D	6920/0	11/06/2013	R\$ 127,69	233
LWY0854	55351598D	6408/0	10/06/2013	R\$ 85,12	221
LYD4729	55351522D	6599/2	20/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAJ7944	55350886D	5169/1	26/05/2013	R\$ 1.915,38	165
MAY5852	55351774D	5010/0	07/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
MAY5852	55351775D	5118/0	07/07/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBX8601	55351430D	6599/2	08/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBX8601	55351431D	5169/1	08/06/2013	R\$ 1.915,38	165
MBX8601	55351432D	5177/0	08/06/2013	R\$ 191,53	166
MBX8601	55351596D	6912/0	08/06/2013	R\$ 53,20	232
MFG7437	55351773D	6912/0	25/06/2013	R\$ 53,20	232
MMM9393	55778867D	6920/0	03/06/2013	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 1 DE OUTUBRO DE 2013

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS

DELEGADA DE POLÍCIA

Editais de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito

Editais de Notificação por Autuação pelo cometimento de Infração de Trânsito nº 324:

nº 324 1429/2013

nº 324 1432/2013

nº 324 1436/2013

nº 324 1440/2013

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 324 1429/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACV4599	55778961D	6920/0	07/08/2013	233
LWS2020	55351817D	5045/0	03/08/2013	162 * V
LWS2020	55351818D	5142/0	03/08/2013	164 c/c 162 * V
LWS2020	55351819D	6912/0	03/08/2013	232
LWS2020	55351820D	5177/0	03/08/2013	166
LWS2020	55351822D	5169/1	03/08/2013	165
LYJ1360	55351970D	5118/0	31/07/2013	164 c/c 162 * I
MAM7091	55351809D	6599/2	09/07/2013	230 * V
MFO9481	55351903D	5118/0	14/07/2013	164 c/c 162 * I
MGT1247	55351179D	5274/1	05/08/2013	175
MMM1167	55778925D	6920/0	11/07/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 1 DE OUTUBRO DE 2013

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 324 1432/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGA2211	55351023D	6408/0	08/08/2013	221
LXL9390	55350890D	6599/2	13/08/2013	230 * V
LXL9390	55350892D	5010/0	13/08/2013	162 * I
LXL9390	55350893D	5118/0	13/08/2013	164 c/c 162 * I
LZJ3435	54602732C	6726/1	24/07/2013	230 * XVIII
MAL3349	55351450D	6610/2	11/08/2013	230 * VII
MAL3349	55351825D	6653/1	11/08/2013	230 * XI
MBG7826	55352063D	7340/0	04/08/2013	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 1 DE OUTUBRO DE 2013

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 324 1436/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYN0381	55351532D	5010/0	18/08/2013	162 * I
LYN0381	55351533D	5118/0	18/08/2013	164 c/c 162 * I
MAC5765	55778942D	6920/0	25/07/2013	233
MDC5341	55351781D	5118/0	17/08/2013	164 c/c 162 * I
MDC5341	55351977D	5010/0	17/08/2013	162 * I
MDN8790	55351782D	6610/2	20/08/2013	230 * VII
MHH4604	55778971D	6920/0	19/08/2013	233
MHI4002	55351022D	6599/2	29/07/2013	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 1 DE OUTUBRO DE 2013

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 324 1440/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DMR1513	55351739D	6912/0	15/08/2013	232
DMR1513	55351740D	6637/1	15/08/2013	230 * IX
DMR1513	55351742D	6599/2	15/08/2013	230 * V
DZW2516	55778978D	6920/0	22/08/2013	233
LYI7702	55778950D	6920/0	01/08/2013	233
LYM2245	55350900D	6408/0	24/08/2013	221
LZW4516	55778949D	6920/0	01/08/2013	233
MAU4812	55778954D	6920/0	05/08/2013	233
MBA7080	55352004D	5010/0	01/08/2013	162 * I
MBA7080	55352005D	5118/0	01/08/2013	164 c/c 162 * I
MBD1163	55351182D	5010/0	21/08/2013	162 * I
MBD1163	55351183D	5118/0	21/08/2013	164 c/c 162 * I
MBD1163	55351785D	6599/2	21/08/2013	230 * V
MCQ0361	55351786D	6599/2	26/08/2013	230 * V
MCQ0361	55351982D	5010/0	26/08/2013	162 * I
MCQ0361	55351983D	5118/0	26/08/2013	164 c/c 162 * I
MDS7550	55778953D	6920/0	02/08/2013	233
MHC7894	55778979D	6920/0	22/08/2013	233
MHV9700	55351527D	5169/1	29/07/2013	165
MHV9700	55351528D	5177/0	29/07/2013	166
MIH4933	55351816D	6599/2	29/07/2013	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 1 DE OUTUBRO DE 2013

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS

DELEGADA DE POLICIA

2 / 2



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL**Decreto Legislativo Nº 31/2013**

HOMOLOGA TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E A ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE COLETIVA - AFSC.

PAULO CÉSAR DE OLIVEIRA SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica homologado o terceiro Termo Aditivo ao convênio entre o MUNICÍPIO DE FRAIBURGO e a ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE COLETIVA - AFSC, firmado em 22/08/2013, tendo por objeto a transferência voluntária de recursos financeiros, destinada a auxiliar no custeio de despesas de manutenção das atividades hospitalares, despesas operacionais dos serviços de saúde mantidos exclusivamente pela Associação, ao atendimento hospitalar para toda a população fraiburguense, mediante a concessão no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

Art. 2º. As despesas com o presente Termo Aditivo correrão à conta da dotação específica do orçamento do exercício de 2013, com a seguinte classificação orçamentária:

Órgão 08.00 - SECRETARIA DE SAÚDE
Unidade 08.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
Funcional 10.301.0017.2.038 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Dotação 29
Recursos 3.400 e 1.400
Elemento 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

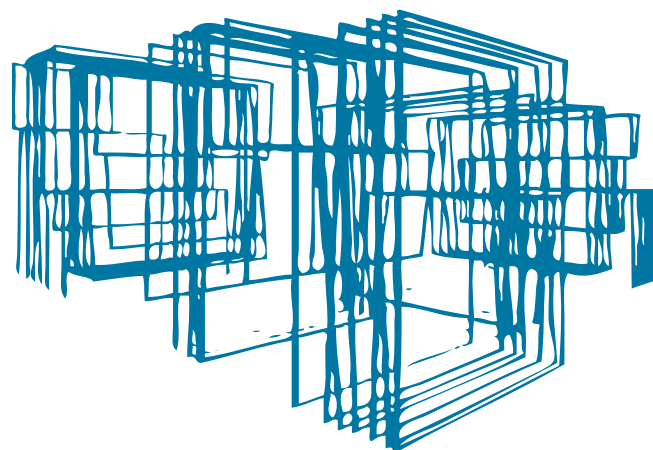
SALA DAS SESSÕES, 01 de outubro de 2013.

PAULO CÉSAR de OLIVEIRA SANTOS

Presidente da Câmara Municipal

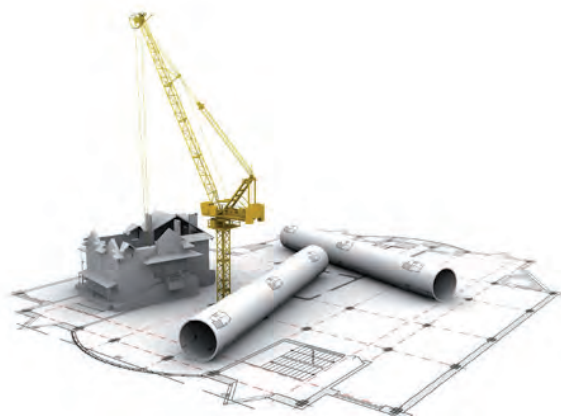
ADILSON JOSÉ DIAS

Gestor Público Legislativo



Programa de Gestão de Obras

Análise de projetos e obras em alto nível:
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br

Garopaba

PREFEITURA

Portaria N.º 713/2013.

PORTARIA N.º 713, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) FÁBIO DE SOUZA.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), de APROVAR o (a) servidor (a) FÁBIO DE SOUZA, matrícula funcional n.º 3269, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de setembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 02/10/2013, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 714/2013.

PORTARIA N.º 714, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) FERNANDO DA SILVA FERREIRA.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), de APROVAR o (a) servidor (a) FERNANDO DA SILVA FERREIRA, matrícula funcional n.º 3556, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de setembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 02/10/2013, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 715/2013.

PORTARIA N.º 715, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) PAULO RICARDO RIBEIRO.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), de APROVAR o (a) servidor (a) PAULO RICARDO RIBEIRO, matrícula funcional n.º 3557, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de setembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 02/10/2013, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 716/2013.

PORTARIA N.º 716, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) PAULO ROBERTO DE SOUZA.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), de APROVAR o (a) servidor (a) PAULO ROBERTO DE SOUZA, matrícula funcional n.º 3601, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de setembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 02/10/2013, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 717/2013.

PORTARIA N.º 717, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) EDNEI JOSÉ VIEIRA.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), de APROVAR o (a) servidor (a) EDNEI JOSÉ VIEIRA, matrícula funcional n.º 3270, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de setembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 02/10/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 718/2013.

PORTARIA N.º 718, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) RAFAEL DE SOUZA.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), de APROVAR o (a) servidor (a) RAFAEL DE SOUZA, matrícula funcional n.º 3271, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de setembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 02/10/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 719/2013.

PORTARIA N.º 719, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) TATIANE DA ROSA THEOPHILO.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), de APROVAR o (a) servidor (a) TATIANE DA ROSA THEOPHILO, matrícula funcional n.º 3559, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de setembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 02/10/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Aviso de Dispensa de Licitação Nº30/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o inciso I do artigo 24 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 181/2013; DL nº. 30/2013; Contratada: E.F.M CONSTRUÇÕES LTDA-EPP; CNPJ: 08.801.232/0001-50; Objeto: Reforma e melhorias na segurança do Prédio do CAPS; Valor: R\$ 13.243,89 (Treze mil duzentos e quarenta e três reais e oitenta e nove centavos) Data da Assinatura: 26/9/2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pr026/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 026/2013

O Município de Garopaba torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando o registro de preço para contratação de profissionais para ministrar oficinas com objetivo de promover ações de acesso à cultura a Secretária de Assistência Social. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 14h55min do dia 14/10/2013. A sessão se dará a partir das 14h00min do dia 14/10/2013, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site www.garopaba.sc.gov.br

Garopaba, 30 de setembro 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Edital PMG / Faz / Nº. 001/2013

EDITAL PMG / FAZ / Nº. 001/2013

DISCIPLINA O LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES COMERCIAIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CARÁTER PROVISÓRIO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA, sito à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, de acordo com a legislação vigente, faz saber a quem possa interessar que estará recebendo inscrições para Ambulantes, Prestação Eventual de Serviço, Atividade Temporária sem Estabelecimento, Atividade Temporária com Estabelecimento Provisório, Atividade Temporária com Estabelecimento Diurno, Atividade Temporária com Estabelecimento Diurno/ Noturno nas modalidades que constam do Objeto deste edital para a temporada de verão 2013/2014.

1. OBJETO

1.1. Comércio Ambulante (isopor/ carrinhos) para venda de: água, refrigerante, sucos de frutas naturais, cerveja em lata, coco verde, milho verde, picolé, salgadinho, doces, rede e similares, salada de frutas,

- 1.2. Prestação Eventual de Serviço: conforme dispostos na Lei nº. 1.107/2006 e suas alterações;
- 1.3. Atividade Temporária sem Estabelecimento;
- 1.4. Atividade Temporária em Estabelecimento Provisório;
- 1.5. Atividade Temporária com Estabelecimento Diurno; (horário de funcionamento);
- 1.6. Atividade Temporária com Estabelecimento Diurno/ Noturno.

2. CONDIÇÕES GERAIS

2.1. Para os efeitos deste EDITAL, os terrenos de marinha e seus acrescidos serão considerados como área pública, exceto quando, legalmente, ocupado por particulares.

2.2. As praias e número de vagas para o exercício do comércio ambulante, são os constantes do presente EDITAL (anexo V), definidos pela Secretaria Municipal Finanças e na Lei Nº. 1.107/2006 e suas alterações e demais legislações aplicáveis.

2.3. Poderão participar apenas pessoas físicas e jurídicas que efetivamente vierem a exercer a atividade pretendida.

2.4. Todo aquele que for classificado a exercer atividades que manipule alimentos e/ ou bebidas, deverá providenciar CARTEIRA DE SAÚDE para ter o alvará de licença liberado.

2.5. A inscrição e o alvará são pessoais e intransferíveis.

2.6. As cadeiras e guarda-sóis para seus clientes deverão estar em perfeito estado de conservação, não sendo admitido tecido rasgado e efeito de oxidação, sob pena de aplicação de multa e cassação da licença (alvará).

3. PRAZO

3.1. O prazo de duração das autorizações emitidas para os proponentes classificados segundo os critérios do presente EDITAL, será de 120 (cento e vinte) dias, de acordo com a Lei Nº. 1.107/2006 e suas alterações.

3.2. O período oficial da temporada de verão, para os efeitos da autorização de que trata o parágrafo anterior, é de 120 (cento e vinte) dias, iniciando-se em 01 de dezembro de 2013 e finalizando em 31 de março de 2014.

3.3. Fica facultado à Administração Pública, a concessão, após o período de inscrição, desde que haja disponibilidade de vagas.

4. DA INSCRIÇÃO E DA DOCUMENTAÇÃO

4.1. Os interessados deverão ingressar com PROCESSO, no período de 25 de setembro de 2013 a 15 de outubro de 2013, no horário compreendido das 13:00 às 18:00 horas, na Sede da Prefeitura Municipal de Garopaba/SC, à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro – Garopaba/SC (protocolo), munidos de cópia de toda a documentação para a atividade que pretende inscrever-se, que consta do objeto do presente edital, conforme segue.

4.2. No Processo de inscrição de que trata o item 4.1, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

4.2.1. Para os objetos 1.1 e 1.2 – Comércio Ambulante, Prestação Eventual de Serviço.

4.2.1.1 Obrigatório sobre pena de indeferimento da inscrição

a) Cópia do CPF e RG, exclusivamente;

b) Comprovante de Residência, sendo:

b.1) Conta de Luz do parente até 2º grau ou companheiro(a) de união estável;

b.2) Conta de Água do parente até 2º grau ou companheiro(a) de união estável;

b.3) Contrato de locação anual, com no mínimo 180 (cento e oitenta) dias de vigência, com firmas reconhecidas anterior a data de publicação do edital.

c) Certidão Negativa de Débitos junto a Fazenda Municipal;

d) 01 (uma) foto 3 x 4 recente (máximos 06 meses);

4.2.1.2 Facultativos, para fins de pontuação e classificação

a) Cópia do(s) alvará(s) de ano(s) anterior(es), que consta a atividade licenciada e local, com no máximo 5 (cinco) anos, se houver;

b) Cópia do Certificado frente e verso de curso de Relações Humanas realizado há no máximo 2 anos

c) Cópia de Certificado frente e verso de curso de Manipulação de Alimentos realizado há no máximo 2 anos

d) Certidão de Antecedentes criminais do Fórum da Comarca de domicílio do requerente e da Comarca de Garopaba.

4.2.1.3 Preenchimento dos formulários que constam dos anexo I, II e VI deste edital, sendo:

a) ficha Cadastral do Ambulante – Anexo I;

b) Chek-list da Documentação – Anexo II;

c) Declaração do candidato que esta ciente dos termos do edital – Anexo VI.

4.2.2. Para os Objetos 1.3, 1.4, 1.5 e 1.6 – Atividade Temporária sem Estabelecimento, Atividade Temporária em Estabelecimento Provisório, Atividade Temporária com Estabelecimento Diurno, Atividade Temporária com Estabelecimento Diurno/ Noturno.

a) Ficha Cadastral Itens 1.3 / 1.4 / 1.5 / 1.6 – Anexo III;

b) Chek-list da Documentação – Anexo IV;

c) Contrato Social (Pessoa Jurídica);

d) Cartão CNPJ (Pessoa Jurídica);

e) Cópia RG e CPF (Pessoa Física), exclusivamente;

f) Certidão Negativa de Débito Municipal;

g) Cópia dos alvarás de anos anteriores, quando houver;

h) Comprovante de residência, contrato de locação ou autorização de uso pelo proprietário do imóvel (todas com reconhecimento de firma em cartório);

5. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E SELEÇÃO

5.1. À comissão julgadora compete a análise e julgamento dos processos, eliminando os que não atendem as disposições do presente Edital.

5.2. A comissão julgadora analisará e atribuirá pontuação, através das informações nas documentações prestadas no processo.

5.3. Estarão classificados os proponentes inscritos que obtiverem a maior pontuação até o preenchimento das vagas previstas neste edital.

5.4. No caso de empate no item 5.3, será classificado aquele que comprovar ter trabalhado por mais tempo, persistindo o empate será classificado o de maior idade.

5.5. Para pontuação serão considerados os seguintes critérios;

5.5.1. Cópia de alvará frente e verso de anos anteriores para a mesma atividade (por alvará) - 1,0 ponto;

5.5.2. Cópia de alvará frente e verso de anos anteriores para atividades diferentes (por alvará) - 0,5 ponto;

5.5.3. Cópia do Certificado frente e verso de curso de Relações Humanas realizado há no máximo 2 anos - 1,0 ponto;

5.5.4. Certidão Negativa de Débitos Municipais - 1,0 ponto;

5.5.5. Cópia de Certificado frente e verso de curso de Manipulação de Alimentos realizado há no máximo 2 anos - 1,0 ponto;

5.5.6. Pais que tenham filhos deficientes físicos sob sua guarda - 1,0 ponto;

5.5.7. Residente em outro Estado da Federação - 0,5 ponto;

5.5.8. Residente no Estado de Santa Catarina - 1,0 ponto;

5.5.9. Residente no Município de Garopaba - 2,0 pontos;

5.5.10. Residente e natural do município de Garopaba - 3,0 pontos;

5.5.11. Certidão negativa de antecedentes Criminais do Fórum da Comarca de Garopaba - 1,0 ponto;

5.5.12. Certidão negativa de antecedentes Criminais do Fórum da Comarca de domicílio - 1,0 ponto;

5.5.13. Infrações cometidas em temporadas anteriores (mercadorias apreendidas, autos de infração) - 1,0 ponto negativo;

6. DA HOMOLOGAÇÃO E DIVULGAÇÃO: OBJETOS 1.1 e 1.2

6.1. Para os objetos 1.1 e 1.2 – Uma vez elaborada a listagem com a classificação dos proponentes, de acordo com o número

de vagas para cada praia e atividade, o resultado será submetido à análise da Comissão Julgadora, para homologação e após para publicidade do ato no mural da Prefeitura Municipal, no dia 04 de novembro de 2013, às 13:30 horas.

7. OBRIGAÇÕES DOS PROPONENTES CLASSIFICADOS

7.1. Manter a área em torno do local estabelecido para a atividade comercial em permanente estado de asseio e limpeza, utilizando cesto de lixo e sacos para a devida armazenagem de detritos.

7.2. É obrigatório a utilização de jaleco, boné e luvas conforme exigência da Vigilância Sanitária.

7.3. É obrigatória a exposição permanente do crachá de identificação com foto e da autorização para funcionamento.

7.4. Os carrinhos e instalações devem respeitar rigorosamente as normas de segurança e os períodos de funcionamento pré-determinados.

7.5. É proibido alterar o local de funcionamento dos equipamentos, nos casos em que ocorre a definição de local para a atividade comercial.

7.6. É proibido depositar caixas ou objetos ao redor do ponto autorizado.

7.7. É obrigatória a remoção dos carrinhos e demais equipamentos utilizados, ao término do trabalho diário, inclusive, e, principalmente, o próprio lixo produzido e coletado.

7.8. Somente poderá operar a pessoa física e jurídica classificada, sendo vedada à locação, sublocação ou venda.

7.9. É proibido depositar quaisquer produtos diretamente sobre o solo (utilizar suporte com o mínimo de 30 cm de altura).

7.10. A ocorrência de infração sanitária grave ou gravíssima acarretará na perda imediata do alvará de licença. A venda de produtos não autorizados será considerada infração sanitária gravíssima.

7.11. Somente será permitida a utilização de utensílios (copos, pratos) de material descartável.

7.12. Os alimentos deverão estar protegidos contra poeira, areia e vetores (insetos).

7.13. Deverá haver disponibilidade de água potável em quantidade suficiente, sendo admitido o uso de bobonas com torneiras e recipiente para coletar a água utilizada.

7.14. A carteira de saúde deverá estar à disposição da Coordenadoria de Vigilância Sanitária, no local de funcionamento.

7.15. Não será permitida a utilização de equipamentos de sonorização.

7.16. A distância mínima entre pontos de mesma atividade comercial será de 100 metros.

7.17. A atividade do objeto I Ambulante I.I deve respeitar rigorosamente o período de funcionamento pré determinado, qual seja, das 08:00 às 20:00 horas.

8. TAXAS DE VALORES DE INSCRIÇÃO

8.1. Os valores para inscrição nas atividades pretendidas são as seguintes:

TABELA DE PREÇOS PARA COBRANÇA DAS ATIVIDADES COMERCIAIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, DE CARÁTER PROVISÓRIO.

I – Atividade Ambulante	II – Valor
Diversos doces	342,30
Diversos salgadinhos	342,30
Picolé	342,30
Cerveja/Refrigerante/Água/Suco/Salada de Frutas	342,30
Milho Verde/Côco Verde	401,72
II – Prestação Eventual de Serviços	II – Valor

Caiaque	905,20
Barco à vela	905,20
Cadeiras, bóias, etc/ Redes e Similares	678,90
Banana – boat	1.357,80
Escuna	1.357,80
III – Atividade Temporária sem Estabelecimento	678,90
IV – Atividade Temporária Estabelecimento Provisório	905,20
V – Atividade Temporária com Estabelecimento Diurno	1.131,50
VI – Atividade Temporária com Estabelecimento Diurno/Noturno	1.874,66

ANEXO II

TABELA DE PREÇOS PARA COBRANÇA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA DAS ATIVIDADES COMERCIAIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, DE CARÁTER PROVISÓRIO

I – Atividade Ambulante	
Diversos doces	R\$ 68,46
Diversos salgadinhos	R\$ 68,46
Picolé	R\$ 68,46
Cerveja/Refrigerante/Água/Suco/Salada de Frutas	R\$ 68,46
Milho Verde/Côco Verde	R\$ 80,34
II – Prestação Eventual de Serviços	
Caiaque	R\$ 181,04
Barco à vela	R\$ 181,04
Cadeiras, bóias, etc/ Redes e Similares	R\$ 135,78
Banana – boat	R\$ 271,56
Escuna	R\$ 271,56
III – Atividade Temporária sem Estabelecimento	R\$ 135,780
IV – Atividade Temporária Estabelecimento Provisório	R\$ 181,04
V – Atividade Temporária com Estabelecimento Diurno	R\$ 226,30
VI – Atividade Temporária com Estabelecimento Diurno/Noturno	R\$ 374,93

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. O comércio de característica sazonal, decorrente da adjudicação dos proponentes vendedores, ficará sujeito à Fiscalização Federal, Estadual e Municipal.

9.2. Os manipuladores de alimentos deverão atender às normas da Vigilância Sanitária e dos Órgãos da Saúde Federal, Estadual e Municipal.

9.3. As autorizações e alvarás, decorrentes do presente processo não poderão ser transferidos a terceiros e devem estar sempre visíveis ao público.

9.4. A Prefeitura Municipal de Garopaba reserva-se o direito de anular ou revogar o presente processo, no todo ou em parte, nos casos previstos em Lei ou conveniência administrativa, técnica ou financeira, sem que por isso, caiba aos participantes direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

9.5. Aplica-se ao presente processo toda a legislação vigente à matéria.

9.6. Somente poderá iniciar a atividade, o indivíduo classificado que tiver em seu poder o devido alvará de licença e ter recolhido à Fazenda Municipal as taxas referentes à Atividade Comercial autorizada.

9.7. Caso o classificado não retire o alvará até 22/11/2013, o mesmo será automaticamente cancelado.

9.8. Todos os adjudicatários que ferirem o presente EDITAL e ou

as Posturas Municipais, além de terem imediatamente cassadas as suas licenças, não poderão participar de novas convocações com a mesma finalidade.

9.9. Após processo protocolado não será mais permitida entrega de documentos posteriores.

9.10. Não será permitida a ligação de energia elétrica e água para os itens 1.1 e 1.2 (Inciso II do art. 15, Lei 1107/2006).

9.11. O requerente, quando for menor que 16 e maior que 14 anos de idade, deve procurar o Comissário da Infância e da Juventude, no Fórum de Garopaba, para solicitar autorização para o trabalho. O desrespeito a essa orientação pode acarretar a perda do Alvará.

9.12. Não será concedido o Alvará para menores de 18 anos para o comércio de bebidas alcoólicas, atividades insalubres e perigosas.

9.13. Os interessados a exercerem atividades que incidam ICMS, deverão procurar a Secretaria da Fazenda do Estado - USEFI – Imbituba/SC, na Rua Alcino Fonseca, nº 51 – Térreo, fone (48) 3255-0482, para que se cadastrem no Regime Especial de Funcionamento de Temporada.

9.13. O presente EDITAL; está a disposição no site www.garopaba.sc.gov.br, no Mural da Prefeitura Municipal e na Secretaria Municipal de Finanças.

10. Anexos a este Edital: Anexo I, Anexo II, Anexo III, Anexo IV, Anexo V, Anexo VI

Garopaba, 30 de setembro 2013.

PAULO SERGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

ANEXO I – EDITAL PMG / FAZ / 001/2013

FICHA CADASTRAL DO AMBULANTE

PROCESSO Nº. ____/____

CONTRIBUINTE: _____

ECONOMICO: _____

DADOS DO REQUERENTE:

Nome: _____

Endereço: _____

_____, Nº. _____ Bairro: _____

Próximo à: _____

Cidade: _____ Fones: _____

RG nº.: _____ CPF nº.: _____ Título

eleitor nº.: _____

DADOS DA ATIVIDADE:

Praia Pretendida: _____

Atividade Pretendida: _____

Horário de Trabalho: _____ Tama-

nho uniforme (____)

Descrição completa do Equipamento: _____

CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO

Item	Descrição	Pontos	Atende	Não Atende	Somatório
01	Cópia de alvará frente e verso de anos anteriores para a mesma atividade (por alvará)	1,0			
02	Cópia de alvará frente e verso de anos anteriores para atividades (por alvará)	0,5			

03	Cópia do Certificado frente e verso de curso de Relações Humanas realizado há no máximo 2 anos	1,0			
04	Certidão Negativa de Débitos Municipais	1,0			
05	Cópia de Certificado frente e verso de curso de Manipulação de Alimentos realizado há no máximo 2 anos	1,0			
06	Pais que tenham filhos deficientes sob sua guarda	1,0			
07	Residente em outro Estado da Federação	0,5			
08	Residente no Estado de Santa Catarina	1,0			
09	Residente no Município de Garopaba	2,0			
10	Residente e natural do município de Garopaba	3,0			
11	Certidão negativa de antecedentes criminais do Fórum da comarca de Garopaba	1,0			
12	Certidão negativa de antecedentes criminais do Fórum da comarca de Domicílio	1,0			
13	Infrações cometidas em temporadas anteriores (mercadorias apreendidas, autos de infração)	-1,0			
TOTAL DE PONTOS >>>>>>>>					

Obs: Declaro que todas as informações prestadas nesta ficha são verdadeiras, bem como, cumpro todas as normas do EDITAL Nº. 001/ PMG/ FAZ/ 2013 Garopaba/SC ____ / ____ / ____

Ass.Servidor

Ass. Requerente

ANEXO II – DOCUMENTAÇÃO – EDITAL PMG / FAZ / 001/2013

Obs.: Relação de todos os documentos necessários a entrada do processo. Cadastrados na solicitação.

1 – CÓPIA DO CPF:	SIM []	NÃO []
2 – CÓPIA RG:	SIM []	NÃO []
3 – COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA:	SIM []	NÃO []
4 – CÓPIA DE ALVARÁ DE ANOS ANTERIORES:	SIM []	NÃO []
5 – CÓPIA DA CERTIDÃO DE CASAMENTO:	SIM []	NÃO []
6 – COMPROVANTE DE DEFICIENTE FÍSICOS:	SIM []	NÃO []
7 – CÓPIA DE CURSO DE RELAÇÕES HUMANAS:	SIM []	NÃO []
8 – CERTIF. CURSO MANIPULAÇÃO ALIMENTO:	SIM []	NÃO []
9 – FOTO 3X4 – RECENTE	SIM []	NÃO []
10 – CETIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS	SIM []	NÃO []
11 – SE FOR O CASO LAUDO MÉDICO QUE COM- PROVE DEFICIÊNCIA DE FILHOS SOB SUA GUARDA	SIM []	NÃO []
12 – CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS DO FORUM DA COMARCA DE GAROPABA	SIM []	NÃO []
13 – CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS DO FORUM DA COMARCA DE DOMICILIO	SIM []	NÃO []

14 – Outros: _____
OBS.: Orientamos a leitura completa do Edital PMG/FAZ/001/2013.

GAROPABA, _____ de _____ de _____

Nome do Requerente _____ Assinatura do Requerente _____

ANEXO III – EDITAL PMG / FAZ / 001/2013

FICHA CADASTRAL ITENS 1.3/1.4/1.5/1.6 – PROCESSO
N.º _____/_____

CONTRIBUINTE: _____

DADOS DO REQUERENTE: _____ ECONOMICO:

Nome: _____

Endereço: _____

Nº. _____

Bairro: _____ Próximo a: _____

Cidade: _____ UF _____ Fones: _____

RG nº.: _____ CPF nº.: _____ Título

eleitor nº.: _____

DADOS DA ATIVIDADE:

Praia Pretendida: _____

Atividade Pretendida: _____

Horário de Trabalho: _____

Descrição completa do Equipamento: _____

Obs: Declaro que todas as informações prestadas nesta ficha são verdadeiras, bem como, cumpro todas as normas do EDITAL Nº. 001/ PMG/ FAZ/ 2013

Garopaba/SC _____ / _____ / _____

Ass. Servidor

Ass. Requerente

ANEXO IV – DOCUMENTAÇÃO – EDITAL PMG / FAZ/ 001/2013 ITENS 1.3 / 1.4 / 1.5 / 1.6

Obs.: Relação de todos os documentos necessários a entrada do processo. Cadastrados na solicitação.

1 – CONTRATO SOCIAL:	SIM []	NÃO []
2 – CNPJ:	SIM []	NÃO []
3 – ÁLVARA VIGILÂNCIA SANITÁRIA:	SIM []	NÃO []
4 – ALVARÁ DE BOMBEIROS:	SIM []	NÃO []
5 – CÓPIA DO CPF:	SIM []	NÃO []
6 – CÓPIA DO RG:	SIM []	NÃO []
7 – COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA:	SIM []	NÃO []
8 – CÓPIA DE ALVARÁ DE ANOS ANTERIORES:	SIM []	NÃO []
9 – CONTRATO DE LOCAÇÃO:	SIM []	NÃO []
10 – CETIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS	SIM []	NÃO []

11 – Outros: _____
OBS.: Orientamos a leitura completa do Edital PMG/FAZ/001/2013.

GAROPABA, _____ de _____ de _____

Nome do Requerente

Assinatura do Requerente

ANEXO V QUADRO DE VAGAS EDITAL 001/2013

I - Perímetro Urbano que não Praia

10 - Carrinhos de Picolé;

II - Praia de Garopaba

12 - Refrigerante em lata/Cerveja/Água Mineral/Suco Natural;

15 - Diversos tipos de Salgadinhos;

03 - Diversos tipos de Doces;

10 - Carrinhos de Milho Verde;

10 - Carrinhos de Picolé;

04 - Côco Verde;

04 - Salada de Frutas;

08 - Vendedores de (Redes 3) Similares (Cangas 3 e Chapéu 2).

Obs. Do Salva vidas para Norte

III - Praia do Ferrugem

08 - Refrigerante em lata/Cerveja/Água Mineral/Suco Natural;

08 - Diversos tipos de Salgadinhos;

03 - Diversos tipos de Doces;

04 - Carrinhos de Milho Verde;

04 - Caixas de Picolé;

04 - Côco Verde;

03 - Salada de Frutas

10 - Vendedores de Redes e Similares.

IV - Outras Praias

08 - Refrigerantes em lata/Cerveja/Água Mineral/Suco Natural;

08 - Diversos tipos de Salgadinhos;

03 - Diversos tipos de Doces;

04 - Carrinho de Milho Verde;

04 - Caixas de Picolé;

03 - Côco Verde;

03 - Salada de Frutas;

10 - Vendedores de Redes e Similares.

ANEXO VI – DECLARAÇÃO EDITAL 001/2013

DECLARAÇÃO

Eu, _____

_____ nacionalidade: _____ Estado

civil: _____

Profissão: _____, RG

nº _____

Órgão expedidor: _____, CPF: _____

Residente: _____

Nº _____

Bairro: _____ Cidade: _____

UF: _____, CEP: _____

DECLARO para os devidos e efeitos legais, que estou ciente de todas as disposições constantes no edital nº PMG/FAZ/001/2013 "DISCIPLINA O LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES COMERCIAIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CARÁTER PROVISÓRIO" e da Lei Municipal nº 1107 de 2006 e alterações posteriores.

Garopaba, ____/____/____

Candidato

Extrato de Ata de Registro de Preço Nº70/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 70/2013
PMG

Ata nº. 70/2013; Processo nº. 169/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. Contratada: TITA EVENTOS EIRELI EPP. Objeto: Registro de preço para aquisição parcelada de marmitas para Secretaria de Infra Estrutura e Serviços Urbanos. Valor: R\$38.737,50; Data da Assinatura: 30/09/2013.

Garuva

PREFEITURA

Decreto Nº 230/2013

DECRETO Nº. 230 de 30 de setembro de 2013

"Dispõe sobre a nomeação do senhor Ivan Palandi, para o cargo comissionado de Diretor de Esporte."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. - Fica nomeado o senhor IVAN PALANDI, portador de CPF nº 248.883.709-15, para o cargo comissionado de Diretor de Esporte - CC2, subordinado a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo.

ART. 2o - Este Decreto entrará em vigor a contar de 01 de outubro de 2013.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Portaria Nº 547/2013

PORTARIA Nº. 547, de 27 de setembro de 2013.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SENHORA ANNE CAROLINE SCHLOGL, PARA O CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 046/09 DE 16 DE OUTUBRO DE 2009.

RESOLVE:

ART. 1o. - Nomear a senhora ANNE CAROLINE SCHLOGL, brasileira, divorciada, portadora do RG nº 2.716.131 e CPF nº 040.176.969-02, para o cargo de Agente Comunitária de Saúde, com provimento de caráter efetivo, para atuar na Microárea 09, localidade do Centro 02, cujas atribuições e responsabilidades constam dos anexos III e IV da Lei Complementar 046/2009.

ART. 2o - O padrão de vencimentos, de acordo com a referida Lei Complementar, é o da referência A, de classe I, da Carreira de Suporte, no valor de R\$ 809,56 (oitocentos e nove reais e cinquenta e seis centavos) mensais, para a carga horária de 220 horas/mês.

ART. 3o - A presente nomeação se dá em razão da classificação obtida pela referida nomeanda no Teste Seletivo Simplificado nº 001/2012, autorizado pela Portaria Municipal nº 003 de 18/01/2012, homologado em 12/03/2012.

ART. 4o - Esta Portaria entra em vigor a contar de 1º de outubro de 2013.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação PMG Nº035/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº035/2013 - Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia

Tipo de julgamento: Menor Preço Global

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de aterro em área estimada de 8330,15 metros quadrados e volume Máximo de 3887,40 metros cúbicos de aterro, conforme memorial descritivo, projeto básico e planilha em anexo.

Entrega e Abertura dos Envelopes: 18/10/2013 às 09:00 horas.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 30 de setembro de 2013.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
RESOLUÇÃO Nº 013/2013

ANDRESA DONEGÁ, presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais e de acordo com decisão colegiada extraordinária do dia 20/09/2013 às 08:30 horas em face do art. 52 da Lei Complementar Municipal nº51/2012.

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado por mais trinta dias o prazo de conclusão

do Processo Administrativo CMDCA 03/2013 promovido em face de Juçara Spengler, Erica Jussara Monteiro Marques e Jocilene da Rocha.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 01 de outubro de 2013.

ANDRESA DONEGÁ

Presidente do CMDCA



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Edital de Notificação

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 147 1565/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAU5068	54534868E	6610/2	15/08/2013	230 * VII
LWS1613	54534892E	6971/0	19/08/2013	238
LWS1613	54534895E	5010/0	19/08/2013	162 * I
LWS1613	54534896E	5118/0	19/08/2013	164 c/c 162 * I
LWS1613	54534897E	6653/1	19/08/2013	230 * XI
LYC2906	55590224D	5169/1	11/09/2013	165
LYC2906	55590225D	6599/2	11/09/2013	230 * V
LYC2906	55590226D	6912/0	11/09/2013	232
LZL5771	54534577E	6637/2	15/08/2013	230 * IX
MAN4343	54535456E	5010/0	11/09/2013	162 * I
MAN4343	54535457E	5118/0	11/09/2013	164 c/c 162 * I
MAN4343	54535459E	6637/1	11/09/2013	230 * IX
MEQ8406	55590090D	5010/0	17/08/2013	162 * I
MEQ8406	55590091D	5061/0	17/08/2013	163 c/c 162 * I
MEQ8406	55590092D	6599/2	17/08/2013	230 * V
MJB3792	54534646E	6637/2	19/08/2013	230 * IX
MJB3792	54534647E	6408/0	19/08/2013	221
MJO5154	55590003D	6645/0	21/08/2013	230 * X
MJT7497	54535000E	6661/0	21/08/2013	230 * XII
MKR6468	54534861E	5142/0	13/08/2013	164 c/c 162 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 1 DE OUTUBRO DE 2013

PAULO NORBERTO KOERICH

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 147 1566/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAU5068	54534867E	5185/1	15/08/2013	167
DMV2145	54826018E	5541/2	28/08/2013	181 * XVII
IRH2618	8147004423	7471/0	10/09/2013	218 * III
JQI9038	8147004430	7455/0	10/09/2013	218 * I
KDJ4410	54826029E	5541/2	29/08/2013	181 * XVII
KIQ1229	8147004393	7463/0	10/09/2013	218 * II
LWS1613	54534890E	5975/0	19/08/2013	204
LWS1613	54534891E	5819/1	19/08/2013	193
LWS1613	54534893E	5835/0	19/08/2013	195
LWS1613	54534894E	7030/2	19/08/2013	244 * I
LWS1613	54534898E	6050/1	19/08/2013	208
LXD3138	8147004342	7455/0	09/09/2013	218 * I
LXJ1940	8147004276	7463/0	03/09/2013	218 * II
LXJ5099	8147004208	7463/0	03/09/2013	218 * II
LXZ5643	8147004537	7455/0	12/09/2013	218 * I
LYL9115	8147004498	7455/0	12/09/2013	218 * I
LYP1062	8147004228	7463/0	03/09/2013	218 * II
LYW3916	8147003989	7463/0	12/08/2013	218 * II
LZC5318	54826051E	5541/2	30/08/2013	181 * XVII
LZG6042	8147004059	7463/0	12/08/2013	218 * II
LZN3799	8147004204	7455/0	03/09/2013	218 * I
MAI1221	8147004473	7463/0	12/09/2013	218 * II
MAM6622	8147004235	7463/0	03/09/2013	218 * II
MAN2916	8147004131	7455/0	05/09/2013	218 * I
MAN4343	54535458E	5452/1	11/09/2013	181 * VIII
MAR9727	8147004440	7455/0	10/09/2013	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAS5337	54534993E	5541/2	13/08/2013	181 * XVII
MBP2165	54534977E	5541/2	08/08/2013	181 * XVII
MBP9725	8147004375	7463/0	10/09/2013	218 * II
MBQ0501	8147004130	7455/0	05/09/2013	218 * I
MBS1085	8147004278	7455/0	03/09/2013	218 * I
MBW4545	8147004055	7471/0	12/08/2013	218 * III
MBX2454	8147004443	7455/0	10/09/2013	218 * I
MBZ7601	54535148E	5568/0	09/09/2013	181 * XIX
MCC2981	8147004538	7463/0	12/09/2013	218 * II
MCG7092	8147004035	7455/0	12/08/2013	218 * I
MCT2615	8147004213	7455/0	03/09/2013	218 * I
MCX1086	8147004283	7463/0	09/09/2013	218 * II
MCZ5033	8147004426	7463/0	10/09/2013	218 * II
MCZ5033	8147004583	7455/0	12/09/2013	218 * I
MDH5539	8147004459	7455/0	10/09/2013	218 * I
MDH8782	8147004185	7455/0	05/09/2013	218 * I
MDJ2449	8147004191	7455/0	05/09/2013	218 * I
MDM9108	54535323E	5185/2	09/09/2013	167
MDP4243	54534989E	5541/2	12/08/2013	181 * XVII
MDQ1513	8147004505	7455/0	12/09/2013	218 * I
MDS6255	8147004209	7455/0	03/09/2013	218 * I
MDW9258	8147004438	7463/0	10/09/2013	218 * II
MED9769	8147004335	7455/0	09/09/2013	218 * I
MEG3394	8147004277	7463/0	03/09/2013	218 * II
MEI8815	54826044E	5541/2	29/08/2013	181 * XVII
MEO1501	8147003934	7455/0	12/08/2013	218 * I
MEP8009	8147004261	7455/0	03/09/2013	218 * I
MES1322	8147004172	7455/0	05/09/2013	218 * I
MEU8928	54826130E	5541/2	09/09/2013	181 * XVII
MEW4387	8147003851	7455/0	12/08/2013	218 * I
MEZ4656	54534972E	5541/2	08/08/2013	181 * XVII
MFG3424	8147004250	7463/0	03/09/2013	218 * II
MFJ9620	8147004211	7455/0	03/09/2013	218 * I
MFL1287	8147004294	7455/0	09/09/2013	218 * I
MFM4784	54534933E	5541/2	03/08/2013	181 * XVII
MFP8788	8147004588	7455/0	12/09/2013	218 * I
MFT2148	8147004038	7455/0	12/08/2013	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFT2312	54534768E	6483/0	20/08/2013	227 * I
MFY0440	8147004121	7455/0	12/08/2013	218 * I
MFZ4524	54534939E	5541/2	03/08/2013	181 * XVII
MFZ5755	8147004036	7455/0	12/08/2013	218 * I
MGE8609	8147004245	7455/0	03/09/2013	218 * I
MGG8468	55590010D	5720/0	06/09/2013	186 * I
MGG8845	8147004488	7455/0	12/09/2013	218 * I
MGH1637	8147004104	7455/0	12/08/2013	218 * I
MGH5816	8147004148	7455/0	05/09/2013	218 * I
MGL4441	8147004285	7455/0	09/09/2013	218 * I
MGN0234	8147003930	7455/0	12/08/2013	218 * I
MGN0440	8147004170	7463/0	05/09/2013	218 * II
MGN6647	8147004469	7455/0	12/09/2013	218 * I
MGO2505	8147004024	7463/0	12/08/2013	218 * II
MGT4556	8147004110	7463/0	12/08/2013	218 * II
MGT6610	8147004437	7455/0	10/09/2013	218 * I
MGT6911	8147004573	7455/0	12/09/2013	218 * I
MGT9198	8147004182	7455/0	05/09/2013	218 * I
MGV3040	8147003994	7463/0	12/08/2013	218 * II
MGY2062	8147004224	7455/0	03/09/2013	218 * I
MGZ2153	8147003719	7455/0	07/08/2013	218 * I
MHA3342	54826089E	5541/2	04/09/2013	181 * XVII
MHC6769	8147004001	7455/0	12/08/2013	218 * I
MHD4953	8147003972	7455/0	12/08/2013	218 * I
MHD6174	8147004429	7455/0	10/09/2013	218 * I
MHE4930	8147004011	7455/0	12/08/2013	218 * I
MHF6769	8147004190	7455/0	05/09/2013	218 * I
MHK1386	8147004175	7455/0	05/09/2013	218 * I
MHK7933	54826095E	5541/2	04/09/2013	181 * XVII
MHL4950	8147004088	7471/0	12/08/2013	218 * III
MHT4434	8147004180	7455/0	05/09/2013	218 * I
MHT8353	8147004056	7455/0	12/08/2013	218 * I
MHX3286	8147004156	7455/0	05/09/2013	218 * I
MIA6033	8147004446	7463/0	10/09/2013	218 * II
MIA6147	54534885E	6491/0	19/08/2013	227 * II
MID2921	8147004032	7463/0	12/08/2013	218 * II
MIE6199	8147004578	7471/0	12/09/2013	218 * III

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIF6912	55590222D	5185/1	11/09/2013	167
MIF6912	55590223D	7366/2	11/09/2013	252 * VI
MIF8366	8147004516	7463/0	12/09/2013	218 * II
MII7667	8147003874	7455/0	12/08/2013	218 * I
MIJ5769	54826065E	5541/2	02/09/2013	181 * XVII
MIK5904	54535145E	5452/1	06/09/2013	181 * VIII
MIT4039	8147004442	7463/0	10/09/2013	218 * II
MIV3031	54534953E	5541/2	07/08/2013	181 * XVII
MIV3031	54534983E	5541/2	12/08/2013	181 * XVII
MIZ0035	8147004458	7463/0	10/09/2013	218 * II
MJV3035	54535142E	5568/0	05/09/2013	181 * XIX
MKA4000	8147003862	7455/0	12/08/2013	218 * I
MKB6851	8147004545	7455/0	12/09/2013	218 * I
MKI8001	8147004508	7455/0	12/09/2013	218 * I
MKO0006	8147004195	7455/0	03/09/2013	218 * I
MKQ9030	8147004419	7455/0	10/09/2013	218 * I
MKV7100	8147004163	7463/0	05/09/2013	218 * II
MKV7100	8147004313	7463/0	09/09/2013	218 * II
MLB1444	8147004535	7455/0	12/09/2013	218 * I
MLB8054	55590016D	5207/0	09/09/2013	169
MMF8884	54534969E	5541/2	08/08/2013	181 * XVII
MNY7578	54535317E	6050/1	06/09/2013	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 1 DE OUTUBRO DE 2013

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1567/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABB2180	55636961D	6408/0	11/07/2013	R\$ 85,12	221
AHO9334	55587571D	5320/0	29/03/2013	R\$ 957,69	176 * V
AJX1575	54534010E	6637/1	11/07/2013	R\$ 127,69	230 * IX
CGS4525	55635795D	6637/2	06/06/2013	R\$ 127,69	230 * IX
LWS0765	54534004E	6599/2	08/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
LWS0765	54534005E	5010/0	08/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
LWS0765	54534006E	6637/1	08/07/2013	R\$ 127,69	230 * IX
LXL3047	55633015D	6408/0	03/04/2013	R\$ 85,12	221
LXU0506	55589493D	5045/0	07/05/2013	R\$ 191,53	162 * V
LXU0506	55589495D	6653/1	07/05/2013	R\$ 127,69	230 * XI
LYR3209	55635188D	6700/0	25/05/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
MAD3045	55633137D	6920/0	25/04/2013	R\$ 127,69	233
MBD7294	55590071D	6599/2	05/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBO1973	54534014E	6637/2	11/07/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MBQ0558	55636967D	7340/0	11/07/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MBU2080	54534016E	6637/1	11/07/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MCD1571	55635819D	5010/0	05/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCF4619	55636982D	5045/0	15/07/2013	R\$ 191,53	162 * V
MCN1165	54534466E	6556/1	29/07/2013	R\$ 191,53	230 * I
MDA0828	55589652D	7340/0	27/03/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MDA0828	55589653D	6912/0	27/03/2013	R\$ 53,20	232
MDC3895	55636816D	5010/0	03/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
MDC3895	55636817D	6599/2	03/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDC3895	55636818D	5118/0	03/07/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDL9169	55589496D	6653/1	10/05/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MDL9169	55589497D	6637/1	10/05/2013	R\$ 127,69	230 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDL9169	55589498D	6637/2	10/05/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MET9423	55636381D	6599/2	03/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFE7719	55636380D	6637/2	03/07/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MFV8443	55636464D	6920/0	13/06/2013	R\$ 127,69	233
MIG0707	55636379D	6637/2	02/07/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MIM9312	54534505E	6599/2	01/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
MJE1731	55636011D	6408/0	06/06/2013	R\$ 85,12	221
MJE1731	55636013D	6912/0	06/06/2013	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 1 DE OUTUBRO DE 2013

PAULO NORBERTO KOERICH

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1568/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABB2180	55636960D	5185/1	11/07/2013	R\$ 127,69	167
AEX9623	55634583D	5541/2	02/04/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
APO2671	8147001684	7455/0	18/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
ARD1456	55633371D	6050/1	06/03/2013	R\$ 191,53	208
ARG6636	55636803D	5541/2	18/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
ATF9716	55634856D	5541/2	11/04/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
BCA0880	8147002849	7455/0	14/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
CQD6067	55634970D	5541/2	16/04/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
DDO0904	8147001929	7455/0	16/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
DGT6868	8147003472	7455/0	01/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
EGQ9546	8147001735	7455/0	06/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
HGX7280	55635306D	5541/2	26/04/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
HJK6687	54534370E	5541/2	11/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
HRM0214	8147003545	7455/0	01/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
IKL4347	55635024D	5541/2	17/04/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
IKW4869	55636317D	5720/0	13/06/2013	R\$ 127,69	186 * I
ILA6955	55635892D	7064/0	27/06/2013	R\$ 191,53	244 * IV
ILA6955	55635893D	5835/0	27/06/2013	R\$ 127,69	195
ILH5710	55636789D	6050/1	09/07/2013	R\$ 191,53	208
ILQ6216	55630824D	5835/0	27/11/2012	R\$ 127,69	195
LRT1163	55633976D	6050/1	21/03/2013	R\$ 191,53	208
LWT8405	55636840D	5541/2	25/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LXU0506	55589494D	5541/1	07/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LYO1850	55636927D	6050/1	11/07/2013	R\$ 191,53	208
LZK9598	55634764D	5541/2	12/04/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LZR1754	55634092D	6050/1	03/04/2013	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZV4047	55634692D	5541/2	09/04/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MAQ0158	8147002775	7455/0	14/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBD4224	8147003613	7455/0	02/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBD7294	55590072D	5835/0	05/07/2013	R\$ 127,69	195
MBD7294	55590073D	5541/1	05/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MCA9932	54534070E	5541/2	27/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MCK7523	55636520D	5541/2	04/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MCQ7923	55636828D	5541/2	22/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MCX1784	55634307D	5959/1	15/04/2013	R\$ 191,53	203 * IV
MCX6199	55636100D	5568/0	18/06/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MCX8375	55636442D	5460/0	06/07/2013	R\$ 85,12	181 * IX
MCY0373	55633587D	6050/1	11/03/2013	R\$ 191,53	208
MCY5263	55636430D	5819/7	05/07/2013	R\$ 574,61	193
MCZ6822	55635913D	5541/2	15/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MCZ6822	55636121D	5541/2	21/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MCZ6822	55636125D	5541/2	23/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MDA0828	55589651D	5835/0	27/03/2013	R\$ 127,69	195
MDA3531	55633036D	5541/1	05/04/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MDF3689	55635705D	6050/1	01/06/2013	R\$ 191,53	208
MDH4722	55636852D	5835/0	04/07/2013	R\$ 127,69	195
MDH9250	55633993D	6050/1	26/03/2013	R\$ 191,53	208
MDH9250	55634814D	5835/0	09/05/2013	R\$ 127,69	195
MDO3624	55636117D	5541/2	21/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MDO5386	8147003547	7455/0	01/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDS6616	8147002786	7455/0	14/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDX0199	55633213D	7030/2	18/02/2013	R\$ 191,53	244 * I
MDY0939	54534444E	5541/2	23/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MDY2712	55636841D	5541/2	25/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MEB1803	55636383D	6041/2	04/07/2013	R\$ 127,69	207
MEJ5167	55636135D	5541/2	23/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MEK2721	54534008E	5568/0	09/07/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MER0094	55636182D	5541/2	28/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MEW6360	55634676D	5541/2	09/04/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MEZ5288	8147003619	7455/0	02/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFE8097	55634493D	5541/2	01/04/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MFK3130	55636217D	5819/7	05/07/2013	R\$ 574,61	193
MFO5702	55635116D	5541/2	22/04/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFO8326	8147003336	7455/0	24/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFS7698	55636433D	5819/7	05/07/2013	R\$ 574,61	193
MFY2366	55636977D	5835/0	14/07/2013	R\$ 127,69	195
MFZ4290	55635562D	5541/2	07/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGA7884	55634018D	5541/2	28/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGB4519	8147003620	7455/0	02/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGC4825	8147001754	7455/0	06/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGC5365	55635003D	5541/2	15/04/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGE8450	55630634D	5185/1	26/06/2013	R\$ 127,69	167
MGH9954	55636156D	5541/2	24/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGM9624	55636854D	6122/0	08/07/2013	R\$ 191,53	214 * I
MGT0647	55636984D	7366/2	15/07/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MGV8741	8147001742	7455/0	06/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGX1212	8147003535	7455/0	01/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHI3457	55634010D	5541/2	26/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHI4266	55633457D	6050/1	27/02/2013	R\$ 191,53	208
MHI7142	55635858D	7366/2	07/06/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MHO6965	55635360D	5541/2	02/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHQ7322	55629835D	5550/0	29/06/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MHT0394	8147002765	7455/0	14/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHT9731	55636846D	5541/2	25/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHV1074	54534507E	7366/2	01/08/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MID3065	55634294D	5541/2	23/03/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MID3065	55634423D	5541/2	25/03/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MID3065	55634776D	5541/2	13/04/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MID3552	55634754D	5541/2	10/04/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MID6050	55589121D	5991/0	17/06/2013	R\$ 191,53	206 * I
MIH9136	8147002740	7455/0	14/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIJ8255	8147003528	7455/0	01/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIK5360	55636102D	5541/2	20/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIT4553	55636275D	5541/2	31/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIV3031	55636941D	5541/2	26/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIV9763	55634772D	5541/2	12/04/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIZ3789	55636389D	5541/1	05/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIZ3789	55636390D	5835/0	05/07/2013	R\$ 127,69	195
MJA4812	55634841D	6050/1	10/06/2013	R\$ 191,53	208
MJB6416	55635039D	5541/2	19/04/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJI9714	55635148D	5541/2	23/04/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJL0364	55636825D	5541/2	17/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJP1680	55633586D	6050/1	11/03/2013	R\$ 191,53	208
MJR8263	55636843D	5541/2	25/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJV2638	8147003358	7455/0	24/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJX1783	8147003603	7455/0	02/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKD9506	55636880D	5541/1	26/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MKT2841	55636948D	5541/2	26/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 1 DE OUTUBRO DE 2013

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 590 840/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBJ6238	8590054089	7463/0	19/09/2012	R\$ 127,69	218 * II
MDL2497	8590054826	7455/0	11/10/2012	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 1 DE OUTUBRO DE 2013

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS
DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 590 841/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFZ5570	8590054456	7455/0	03/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIL0359	8590054319	7463/0	27/09/2012	R\$ 127,69	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 1 DE OUTUBRO DE 2013

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS
DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 685 773/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGS0747	8685035504	6050/3	11/09/2012	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 1 DE OUTUBRO DE 2013

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 685 774/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJC4147	8685033870	6050/3	06/06/2012	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 1 DE OUTUBRO DE 2013

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 685 775/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BJL9008	8685037471	6050/3	25/12/2012	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 1 DE OUTUBRO DE 2013

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 685 776/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEW8384	8685037064	6050/3	04/12/2012	R\$ 191,53	208
ALJ4273	8685037192	6050/3	13/12/2012	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 1 DE OUTUBRO DE 2013

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS
DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 590 842/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEW8384	8590056373	7455/0	02/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
AEW8384	8590056537	7455/0	02/12/2012	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 1 DE OUTUBRO DE 2013

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS
DIRETOR DE TRANSITO

CÂMARA MUNICIPAL**Extrato de Contrato**

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato - CM 011/2013.

Origem: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar.

Contratado: RÁDIO ATIVA FM LTDA-ME

Objeto: serviços de publicidade em Rádio FM local, com audiência majoritária no município de Gaspar, incluindo a produção/gravação da locução pela CONTRATADA, correspondendo cada spot a 30 (trinta) segundos.

Valor do Contrato: R\$ 3.999,00 (três mil e novecentos e noventa e nove reais)

Prazo: 1º de outubro a 18 de dezembro de 2013

Data de Assinatura: 27 de setembro de 2013.

Contrato - CM 012/2013.

Origem: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar.

Contratado: RÁDIO SENTINELA DO VALE LTDA-ME

Objeto: serviços de publicidade em Rádio AM local, com audiência majoritária no município de Gaspar, incluindo a produção/gravação da locução pela CONTRATADA, correspondendo cada spot a 30 (trinta) segundos.

Valor do Contrato: R\$ 3.999,00 (três mil e novecentos e noventa e nove reais)

Prazo: 1º de outubro a 18 de dezembro de 2013

Data de Assinatura: 27 de setembro de 2013.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Presidente da Câmara Municipal de Gaspar

SAMAE**Portaria N. 48 de 01 de Outubro de 2013**

PORTARIA N. 48 DE 01 DE OUTUBRO DE 2013

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR DÁRIO SANSÃO

LOVIDIO CARLOS BERTOLDI, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 60 (sessenta) dias de Licença-Prêmio ao servidor Dário Sansão, ocupante do cargo efetivo de Encanador referente ao período aquisitivo de 01/04/2003 a 28/04/2010, que será gozada a partir de 01/10/2013 a 29/11/2013, convertendo-se 01 (um) mês em pecúnia, como lhe faculta o artigo 116 da mencionada Lei Municipal.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gaspar (SC), 01 de outubro de 2013.

LOVIDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Portaria N. 49 de 01 de Outubro de 2013

PORTARIA N. 49 DE 01 DE OUTUBRO DE 2013

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA ANA PAULA BECKER

LOVIDIO CARLOS BERTOLDI, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Estado de Santa Catarina, no

uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 60 (sessenta) dias de Licença-Prêmio a servidora Ana Paula Becker, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Especializados ANM-I-A referente ao período aquisitivo de 14/07/2008 a 13/07/2013, que será gozada a partir de 01/10/2013 a 29/11/2013, convertendo-se 01 (um) mês em pecúnia, como lhe faculta o artigo 116 da mencionada Lei Municipal.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gaspar (SC), 01 de outubro de 2013.

LOVIDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Governador Celso Ramos**PREFEITURA****Extrato do Segundo Termo Aditivo Referente ao Contrato Nº 110/11**

Extrato do Segundo Termo Aditivo referente ao contrato nº 110/11 PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 110/2011.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos. CONTRATADO: INTELLIBR SISTEMAS LTDA

OBJETO: Aditivo para prorrogação de prazo pelo período de 12 (doze) meses.

Governador Celso Ramos, 31 de julho de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

Guaramirim**PREFEITURA****Extrato de Contrato Nº 03/2013 - PMG**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2013

PREGÃO PRESENCIAL N.º 04/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTIVO COM 5 PORTAS, NA COR BRANCA, COM OPCIONAIS DE FÁBRICA.

Modalidade de Licitação: PREGÃO PRESENCIAL n.º 04/2013.

Órgão Gestor: Fundo Municipal De Assistência Social

Fornecedor: JAVEL JARAGUÁ VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA

CNPJ Nº 79.501.862/0001-58

Valor: R\$29.300,00 (vinte e nove mil e trezentos reais)

Vigência: 27/09/2013 até 31/12/2013.

Guaramirim-SC, 01 de outubro de 2013

LAURO FROHLICH

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2013092815353200704216

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
1	RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	91.221.946,41	91.221.946,41	7.590.692,72	8,32	24.473.086,93	26,83	66.748.859,48
2	RECEITAS CORRENTES	55.864.944,41	55.864.944,41	5.845.560,41	10,46	22.235.732,52	39,80	33.629.211,89
3	RECEITA TRIBUTÁRIA	4.442.100,00	4.442.100,00	571.450,98	12,86	3.072.521,72	69,17	1.369.578,28
4	Impostos	3.202.100,00	3.202.100,00	457.904,02	14,30	2.297.534,42	71,75	904.565,58
5	Taxas	1.220.000,00	1.220.000,00	112.602,25	9,23	770.938,32	63,19	449.061,68
6	Contribuição de Melhoria	20.000,00	20.000,00	944,71	4,72	4.048,98	20,24	15.951,02
7	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.509.000,00	1.509.000,00	238.451,73	15,80	1.015.496,02	67,30	493.503,98
8	Contribuições Sociais	1.359.000,00	1.359.000,00	213.388,82	15,70	894.584,85	65,83	464.415,15
9	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	150.000,00	150.000,00	25.062,91	16,71	120.911,17	80,61	29.088,83
10	Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	RECEITA PATRIMONIAL	1.514.500,00	1.514.500,00	335.212,23	22,13	-961.381,39	-63,48	2.475.881,39
12	Receitas Imobiliárias	10.000,00	10.000,00	709,80	7,10	3.221,40	32,21	6.778,60
13	Receitas de Valores Mobiliários	1.504.500,00	1.504.500,00	334.502,43	22,23	-964.602,79	-64,11	2.469.102,79
14	Receitas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	RECEITA DE SERVIÇOS	160.000,00	160.000,00	27.924,55	17,45	79.807,55	49,88	80.192,45
29	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	37.466.598,00	37.466.598,00	4.513.709,07	12,05	18.438.128,67	49,21	19.028.469,33
30	Transferências Intergovernamentais	26.634.100,00	26.634.100,00	4.074.394,46	15,30	17.132.594,02	64,33	9.501.505,98
31	Transferências de Instituições Privadas	5.000,00	5.000,00	27.441,83	548,84	27.441,83	548,84	-22.441,83
32	Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Transferências de Convênios	10.827.498,00	10.827.498,00	411.872,78	3,80	1.278.092,82	11,80	9.549.405,18

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2013092815353200704216

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

35	Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.772.746,41	10.772.746,41	158.811,85	1,47	591.159,95	5,49	10.181.586,46
37	Multas e Juros de Mora	241.800,00	241.800,00	32.054,32	13,26	94.232,04	38,97	147.567,96
38	Indenizações e Restituições	3.100,00	3.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.100,00
39	Receita da Dívida Ativa	615.000,00	615.000,00	55.546,85	9,03	304.663,82	49,54	310.336,18
40	Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Receitas Correntes Diversas	9.912.846,41	9.912.846,41	71.210,68	0,72	192.264,09	1,94	9.720.582,32
42	RECEITAS DE CAPITAL	35.357.002,00	35.357.002,00	1.745.132,31	4,94	2.237.354,41	6,33	33.119.647,59
43	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	347.957,86	0,00	-347.957,86
44	Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	347.957,86	0,00	-347.957,86
45	Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46	ALIENAÇÃO DE BENS	107.000,00	107.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	107.000,00
47	Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48	Alienação de Bens Imóveis	107.000,00	107.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	107.000,00
49	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	72.500,00	72.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72.500,00
50	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	35.177.502,00	35.177.502,00	1.745.132,31	4,96	1.889.396,55	5,37	33.288.105,45
51	Transferências Intergovernamentais - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	Transferências de Instituições Privadas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Transferências do Exterior - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Transferências de Pessoas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	Transferências de Convênios - Rec. Capital	35.177.502,00	35.177.502,00	1.745.132,31	4,96	1.889.396,55	5,37	33.288.105,45
57	Transferências para o Combate à Fome - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
58	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
59	Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
60	Dívida Ativa Prov. da Amortiz. de Emp. e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61	Receitas de Capital Diversas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62	RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	254.248,70	0,00	995.018,66	0,00	0,00
63	IPREVI	0,00	0,00	254.248,70	0,00	995.018,66	0,00	0,00
64	SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	91.221.946,41	91.221.946,41	7.844.941,42	8,60	25.468.105,59	27,92	65.753.840,82
65	OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Operações de Crédito Internas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Operações de Crédito Externas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2013092815353200704216

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

70	Mobiliária - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Contratual - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	91.221.946,41	91.221.946,41	7.844.941,42	8,60	25.468.105,59	27,92	65.753.840,82	
73	DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-	-
74	TOTAL (VII) = (V+VI)	91.221.946,41	91.221.946,41	7.844.941,42	8,60	25.468.105,59	-	-	-
75	SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	-	-	0,00	-	-	-
76	Superávit Financeiro	-	0,00	-	-	0,00	-	-	-
77	Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-	-

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (f-g)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre. (g)	% (g/f)	
78	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	91.221.946,41	614.328,14	91.836.274,55	6.200.214,57	25.440.453,31	6.352.960,39	22.924.731,44	24,96	68.911.543,11
79	DESPESAS CORRENTES	59.402.366,41	776.429,56	60.178.795,97	5.651.946,23	24.068.538,55	6.050.217,49	22.222.084,15	36,93	37.956.711,82
80	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	27.398.333,50	650.000,00	28.048.333,50	4.193.798,36	15.776.299,99	4.194.008,73	15.774.952,70	56,24	12.273.380,80
81	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	11.000,00	80.000,00	91.000,00	26.883,16	44.101,85	26.883,16	44.101,85	48,46	46.898,15
82	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	31.993.032,91	46.429,56	32.039.462,47	1.431.264,71	8.248.136,71	1.829.325,60	6.403.029,60	19,98	25.636.432,87
83	DESPESAS DE CAPITAL	31.424.580,00	-162.101,42	31.262.478,58	548.268,34	1.371.914,76	302.742,90	702.647,29	2,25	30.559.831,29
84	INVESTIMENTOS	30.389.580,00	-52.101,42	30.337.478,58	417.499,54	1.118.531,47	171.974,10	449.264,00	1,48	29.888.214,58
85	INVERSÕES FINANCEIRAS	210.000,00	-30.000,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00
86	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	825.000,00	-80.000,00	745.000,00	130.768,80	253.383,29	130.768,80	253.383,29	34,01	491.616,71
87	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	245.000,00	0,00	245.000,00	-	-	-	-	-	-
88	RESERVA DO RPPS	150.000,00	0,00	150.000,00	-	-	-	-	-	-
89	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII+IX)	91.221.946,41	614.328,14	91.836.274,55	6.200.214,57	25.440.453,31	6.352.960,39	22.924.731,44	24,96	68.911.543,11
91	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Dívida Mobiliária - Div. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Outras Dívidas - Div. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	91.221.946,41	614.328,14	91.836.274,55	6.200.214,57	25.440.453,31	6.352.960,39	22.924.731,44	24,96	68.911.543,11
99	SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	2.543.374,15	-	-
100	TOTAL (XIV) = (XII+XIII)	91.221.946,41	614.328,14	91.836.274,55	6.200.214,57	25.440.453,31	6.352.960,39	25.468.105,59	-	-

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2013092815353200704216

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
101	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir	27/09/2013	MURAL PÚBLICO

Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.

Fonte:

Nota:

HERVAL DOESTE, 28/09/2013

NELSON GUINDANI
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 50158945972

GILBERTO JOSÉ DURIGON
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CPF.: 73745952987

SIDNEY DALLA VECHIA
CONTADOR
CRC.: 67516050997

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2013092815353200704216

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

CAMPO	CÓDIGO	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-b)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre. (b)	% (b/total b)	%. (b/a)	
1		DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	91.221.946,41	91.836.274,55	6.200.214,57	25.440.453,31	6.352.960,39	22.924.731,44	100,00	24,96	68.911.543,11
2	00001	Legislativa	1.104.000,00	1.354.000,00	177.805,04	807.258,65	177.805,04	807.258,65	3,52	59,62	546.741,35
3	01031	Ação Legislativa	1.104.000,00	1.354.000,00	177.805,04	807.258,65	177.805,04	807.258,65	3,52	59,62	546.741,35
4	01032	Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	02061	Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	02062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	03091	Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	03092	Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	00004	Administração	4.818.946,41	4.818.946,41	699.273,49	2.923.510,59	692.611,05	2.627.750,32	11,46	54,53	2.191.196,09
12	04121	Planejamento e Orçamento	820.000,00	820.000,00	145.842,18	525.552,93	146.708,65	517.776,26	2,26	63,14	302.223,74
13	04122	Administração Geral	3.998.946,41	3.998.946,41	553.431,31	2.397.957,66	545.902,40	2.109.974,06	9,20	52,76	1.888.972,35
14	04123	Administração Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	04124	Controle Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	04125	Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	04126	Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	04127	Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	04128	Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	04129	Administração de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	04130	Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	04131	Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	05151	Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	05152	Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	05153	Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	00006	Segurança Pública	360.000,00	494.461,59	60.514,40	265.739,29	31.046,07	222.476,49	0,97	44,99	271.985,10
28	06181	Policimento	160.000,00	160.000,00	13.047,77	47.403,17	14.105,77	45.145,17	0,20	28,22	114.854,83
29	06182	Defesa Civil	200.000,00	334.461,59	47.466,63	218.336,12	16.940,30	177.331,32	0,77	53,02	157.130,27
30	06183	Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	07211	Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	07212	Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	00008	Assistência Social	1.998.000,00	2.054.135,26	281.092,17	996.269,36	272.377,85	951.186,40	4,15	46,31	1.102.948,86
35	08241	Assistência ao Idoso	33.000,00	33.000,00	3.694,66	8.357,56	3.694,66	8.357,56	0,04	25,33	24.642,44
36	08242	Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37	08243	Assistência à Criança e ao Adolescente	185.000,00	251.043,14	37.241,70	117.140,46	29.492,67	102.436,41	0,45	40,80	148.606,73
38	08244	Assistência Comunitária	1.715.000,00	1.705.092,12	234.497,57	836.884,16	233.532,28	806.505,25	3,52	47,30	898.586,87

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2013092815353200704216

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

39	08331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	65.000,00	65.000,00	5.658,24	33.887,18	5.658,24	33.887,18	0,15	52,13	31.112,82
40	00009	Previdência Social	2.550.000,00	2.850.000,00	453.009,51	1.648.886,49	448.305,75	1.633.562,82	7,13	57,32	1.216.437,18
41	09271	Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42	09272	Previdência do Regime Estatutário	2.550.000,00	2.850.000,00	453.009,51	1.648.886,49	448.305,75	1.633.562,82	7,13	57,32	1.216.437,18
43	09273	Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	09274	Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	00010	Saúde	12.775.000,00	12.845.000,00	1.302.656,91	6.115.775,74	1.329.049,73	5.420.195,80	23,64	42,20	7.424.804,20
46	10301	Atenção Básica	6.605.000,00	6.605.000,00	877.996,39	3.794.283,72	881.761,18	3.650.048,04	15,92	55,26	2.954.951,96
47	10302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.500.000,00	5.570.000,00	328.677,10	1.955.183,11	353.905,77	1.408.147,69	6,14	25,28	4.161.852,31
48	10303	Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	10304	Vigilância Sanitária	300.000,00	300.000,00	44.226,15	174.292,40	41.625,51	169.983,56	0,74	56,66	130.016,44
50	10305	Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51	10306	Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	10331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	370.000,00	370.000,00	51.757,27	192.016,51	51.757,27	192.016,51	0,84	51,90	177.983,49
53	00011	Trabalho	1.143.000,00	1.048.000,00	124.476,49	479.597,83	124.617,49	479.245,33	2,09	45,73	568.754,67
54	11331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	800.000,00	800.000,00	109.352,80	400.120,06	109.352,80	400.120,06	1,75	50,02	399.879,94
55	11332	Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	11333	Empregabilidade	343.000,00	248.000,00	15.123,69	79.477,77	15.264,69	79.125,27	0,35	31,91	168.874,73
57	11334	Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
58	00012	Educação	14.960.000,00	14.965.994,30	1.939.687,59	6.893.846,73	1.930.960,67	6.441.572,77	28,10	43,04	8.524.421,53
59	12361	Ensino Fundamental	7.271.000,00	5.881.994,30	901.310,73	3.705.535,62	928.468,03	3.556.381,31	15,51	60,46	2.325.612,99
60	12362	Ensino Médio	5.000,00	25.000,00	5.429,46	16.540,77	5.429,46	16.540,77	0,07	66,16	8.459,23
61	12363	Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62	12364	Ensino Superior	25.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
63	12365	Educação Infantil	6.051.500,00	7.446.500,00	860.248,27	2.603.441,57	799.699,13	2.329.506,37	10,16	31,28	5.116.993,63
64	12366	Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
65	12367	Educação Especial	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
66	12306	Alimentação e Nutrição	450.000,00	450.000,00	89.729,19	275.168,08	114.394,11	245.983,63	1,07	54,66	204.016,37
67	12331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	595.000,00	595.000,00	82.969,94	293.160,69	82.969,94	293.160,69	1,28	49,27	301.839,31
68	12392	Difusão Cultural	512.500,00	512.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	512.500,00
69	00013	Cultura	1.031.500,00	1.031.500,00	104.306,17	381.503,39	105.496,17	378.528,39	1,65	36,70	652.971,61
70	13391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	13392	Difusão Cultural	1.031.500,00	1.031.500,00	104.306,17	381.503,39	105.496,17	378.528,39	1,65	36,70	652.971,61
72	00014	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
73	14421	Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
74	14422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	14423	Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
76	00015	Urbanismo	15.050.000,00	15.050.000,00	3.880,43	950.362,78	152.391,61	528.274,34	2,30	3,51	14.521.725,66
77	15451	Infra-Estrutura Urbana	13.350.000,00	13.350.000,00	3.880,43	14.851,12	4.105,43	13.501,12	0,06	0,10	13.336.498,88
78	15452	Serviços Urbanos	1.700.000,00	1.700.000,00	0,00	935.511,66	148.286,18	514.773,22	2,25	30,28	1.185.226,78
79	15453	Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
80	00016	Habitação	4.022.000,00	3.732.000,00	82.128,35	91.822,74	1.795,82	8.407,50	0,04	0,23	3.723.592,50

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2013092815353200704216

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

81	16481	Habitação Rural	130.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
82	16482	Habitação Urbana	1.330.000,00	1.330.000,00	75.252,35	75.252,35	0,00	0,00	0,00	0,00	1.330.000,00
83	16122	Administração Geral	2.562.000,00	2.312.000,00	6.876,00	16.570,39	1.795,82	8.407,50	0,04	0,36	2.303.592,50
84	00017	Saneamento	8.470.000,00	8.470.000,00	29.050,82	144.285,32	17.651,72	127.437,32	0,56	1,50	8.342.562,68
85	17511	Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	17512	Saneamento Básico Urbano	8.470.000,00	8.470.000,00	29.050,82	144.285,32	17.651,72	127.437,32	0,56	1,50	8.342.562,68
87	00018	Gestão Ambiental	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
88	18541	Preservação e Conservação Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	18542	Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	18543	Recuperação de Áreas Degradadas	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
91	18544	Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	18545	Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	19571	Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	19572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	19573	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	00020	Agricultura	1.550.000,00	1.592.736,99	235.819,40	731.579,90	151.706,64	567.617,12	2,48	35,64	1.025.119,87
98	20601	Promoção da Produção Vegetal	240.000,00	282.736,99	80.000,00	128.699,99	0,00	0,00	0,00	0,00	282.736,99
99	20602	Promoção da Produção Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	20603	Defesa Sanitária Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	20604	Defesa Sanitária Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	20605	Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	20606	Extensão Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	20607	Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
105	20122	Administração Geral	1.009.000,00	1.009.000,00	155.819,40	602.879,91	151.706,64	567.617,12	2,48	56,26	441.382,88
106	20511	Saneamento Básico Rural	153.000,00	153.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	153.000,00
107	20662	Produção Industrial	116.000,00	116.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	116.000,00
108	20722	Telecomunicações	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
109	20752	Energia Elétrica	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
110	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111	21631	Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	21632	Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	00022	Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
114	22661	Promoção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
115	22662	Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	22663	Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	22664	Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	22665	Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	00023	Comércio e Serviços	980.000,00	1.025.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.025.000,00
120	23691	Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
121	23692	Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	23693	Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2013092815353200704216

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

123	23694	Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
124	23695	Turismo	980.000,00	1.025.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.025.000,00
125	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
126	24721	Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
127	24722	Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	00025	Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	25751	Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130	25752	Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	25753	Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
132	25754	Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
133	00026	Transporte	17.439.000,00	17.439.000,00	477.650,11	2.330.365,88	621.686,87	2.077.302,06	9,06	11,91	15.361.697,94	
134	26781	Transporte Aéreo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135	26782	Transporte Rodoviário	17.439.000,00	17.439.000,00	477.650,11	2.330.365,88	621.686,87	2.077.302,06	9,06	11,91	15.361.697,94	
136	26783	Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	26784	Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	26785	Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
139	00027	Desporto e Lazer	1.724.500,00	1.819.500,00	71.211,73	382.163,48	137.805,95	356.430,99	1,55	19,59	1.463.069,01	
140	27811	Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
141	27812	Desporto Comunitário	1.724.500,00	1.819.500,00	71.211,73	382.163,48	137.805,95	356.430,99	1,55	19,59	1.463.069,01	
142	27813	Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
143	00028	Encargos Especiais	836.000,00	836.000,00	157.651,96	297.485,14	157.651,96	297.485,14	1,30	35,58	538.514,86	
144	28841	Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
145	28842	Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
146	28843	Serviço da Dívida Interna	836.000,00	836.000,00	157.651,96	297.485,14	157.651,96	297.485,14	1,30	35,58	538.514,86	
147	28844	Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148	28845	Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
149	28846	Outros Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150	28847	Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	245.000,00	245.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	245.000,00
152		RESERVA DO RPPS	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
153		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154	00001	Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
156	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	00004	Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159	00006	Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
161	00008	Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
162	00009	Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
163	00010	Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
164	00011	Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: HERVAL DOESTE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.939.430/0001-38

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2013/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2013092815353200704216

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

165	00012	Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
166	00013	Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
167	00014	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
168	00015	Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
169	00016	Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
170	00017	Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
171	00018	Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
172	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
173	00020	Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
174	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
175	00022	Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
176	00023	Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
177	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
178	00025	Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
179	00026	Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
180	00027	Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
181	00028	Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
182		TOTAL (III) = (I + II)	91.221.946,41	91.836.274,55	6.200.214,57	25.440.453,31	6.352.960,39	22.924.731,44	100,00	24,96	68.911.543,11

Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.

Fonte:

Nota:

HERVAL DOESTE, 28/09/2013

NELSON GUINDANI
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 50158945972

GILBERTO JOSÉ DURIGON
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CPF.: 73745952987

SIDNEY DALLA VECHIA
CONTADOR
CRC.: 67516050997

Imbituba

PREFEITURA

Publicação de Extrato de Errata de Pregão Presencial Nº 12/2013 (Dmutran)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
DMUTRAN
ERRATA

COMUNICAÇÃO: onde se lê "o dia 09 DE OUTUBRO DE 2013, às 14:00 Hs", referente ao comunicado de abertura do Pregão nº 12/2013, publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição do dia 27 de setembro de 2013, ler-se-á "o dia 14 DE OUTUBRO DE 2013, às 17:00 Hs".

Imbituba, 02 de outubro de 2013.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Pregoeiro Oficial

Publicação de Extrato de Pregão Presencial Nº 72/2013 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 108/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2013

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 14 de outubro de 2013, licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preço do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para aquisição de suporte ergonômico para os pés, para uso dos funcionários da Prefeitura Municipal de Imbituba. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 02 de outubro de 2013.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Pregoeiro Oficial

Publicação de Extrato de Pregão Presencial Nº 73/2013 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 109/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2013

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 16:00 horas do dia 14 de outubro de 2013, licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preço do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para contratação do serviço de arbitragem para competições municipais, com árbitros federados e acadêmicos vinculados a universidade no curso de educação física. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 02 de outubro de 2013.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Pregoeiro Oficial

Publicação de Extrato de Pregão Presencial Nº 74/2013 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 110/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/2013

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 14 de outubro de 2013, licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preço do tipo menor preço por global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para contratação de uma empresa para aquisição de asfalto usinado a quente para aplicação a frio, para a recuperação de vias públicas. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 02 de outubro de 2013.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Pregoeiro Oficial

Ipumirim

PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº 66/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 66/2013

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 3/2012, Processo de Licitação nº 58/2012, homologado em 26 de julho de 2012.

Objeto: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 69/2.012, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA CRI-COLETA, RECICLAGEM E INSINERA. LIXO LTDA.

Valor: R\$ 27.848,10 (Vinte e Sete Mil Oitocentos e Quarenta e Oito Reais e Dez Centavos)

Assinatura: 26/09/2013 Vigência: 31/12/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: CRI-COLETA, RECICLAGEM E INSINERA. LIXO LTDA, situada na RODOVIA SC 465, KM 14, Bairro RURAL, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.239.339/0001-45.

Irineópolis

PREFEITURA

Lei Complementar N.º 070/2013.

LEI COMPLEMENTAR N.º 070/2013.

“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR N.º 057/2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1.º - Fica alterado no Anexo I, da Lei Complementar n.º 057/2007, que **“Dispõe sobre a reorganização funcional, estabelece o Plano de Carreira, Cargos e Salários dos Servidores Públicos da Administração Direta e Indireta do Município de Irineópolis, e dá outras providências”** os níveis de referência, bem como, o vencimento Mensal do **Engenheiro Civil**, que passa a vigorar na forma prevista nos níveis e valores constantes no Anexo I, conforme redação dada no quadro abaixo:

ANEXO I

TABELA DE VENCIMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

GRUPO OCUPAC	Níveis		Valor inicial em R\$ (A)	Referências								
	Escolaridade	Nível		B	C	D	E	F	G	H	I	J
GP 1	SUP.	20-A	5.000,00	5.150,00	5.304,50	5.627,54	5.796,37	5.970,26	6.149,37	6.333,85	6.523,87	6.719,59
	PÓS	21-A	6.250,00	6.437,50	6.630,62	6.829,54	7.034,43	7.245,46	7.462,82	7.686,70	7.917,30	8.154,82
	MEST.	22-A	6.500,00	6.695,00	6.895,85	7.102,73	7.315,81	7.535,28	7.761,34	7.994,18	8.234,01	8.481,03
	DOUT.	23-A	6.760,00	6.962,80	7.171,68	7.386,83	7.608,43	7.836,68	8.071,78	8.313,93	8.563,35	8.820,25

Art. 2º - Fica também autorizada a ampliação de vagas para o cargo de Engenheiro Civil previstas no Grupo IV, integrante do Anexo II da LC 057/2013, que passará a vigorar com a seguinte redação:

IV – GRUPO OCUPACIONAL PROFISSIONAL (GP)

Escolaridade: Ensino Superior Completo – SUP. registro no conselho de classe se for o caso.

Carga Horária: 44 horas semanais, com exceção de médicos e odontólogos, cuja carga horária mensal é de 22 h/sem.

Cargo	Carga Horária	Vagas	Classe Inicial	Classe Final
Administrador	44	2	20	23
Advogado	44	1	20	23
Assistente Social	30	4	20	23
Bioquímico	44	1	20	23
Contador	44	2	20	23
Coordenador de Informática	44	1	20	23
Enfermeiro	44	3	20	23
Engenheiro Agrônomo	44	1	20	23
Engenheiro Civil	44	2	20-A	23-A
Farmacêutico	44	2	20	23
Médico Veterinário	44	2	20	23
Nutricionista	44	2	20	23
Odontólogo	22	2	20	23
Optometrista	44	1	20	23
Fisioterapeuta	44	2	20	23
Fonoaudiólogo	44	1	20	23
Psicólogo	44	2	20	23
Assessor de Imprensa	44	1	20	23
Médico Clínico Geral	22	1	20	23
Médico Ginecolog. / Obstetra	22	1	20	23
Médico Pediatra	22	1	20	23

Parágrafo único – O servidor que atualmente ocupa o cargo de Engenheiro Civil fica automaticamente enquadrado nos termos desta Lei, a partir do início de sua vigência.

Art. 3º - Fica ainda, autorizada por esta Lei a ampliação de vagas para o cargo de Fiscal de Tributos, bem como, a criação do cargo de **Fiscal de Obras**, previstas no **Anexo II da LC 057/2012**, destinado ao enquadramento do **III – GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO (GTA)**, que passa a vigorar com a



seguinte redação:

III – GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO (GTA)

Escolaridade: Ensino Médio Completo ou Técnico - MED (conforme o cargo)

Carga Horária: 44 horas semanais

Cargo	Carga Horária	Vagas	Classe Inicial	Classe Final
Agente Administrativo	44	16	15	19
Assistente de Educação	44	5	15	19
Assistente de Informática	44	4	15	19
Fiscal de Obras	44	1	15	19
Fiscal de Tributos	44	3	15	19
Técnico de Enfermagem	44	10	15	19
Técnico de Contabilidade	44	1	15	19
Técnico de Segurança do Trabalho	44	1	15	19
Técnico Agrícola	44	2	10	14

Parágrafo único – As atribuições do cargo de **Fiscal de Obras** são aquelas presumidas no anexo I, parte integrante da presente Lei.

Art. 3º - Com a aprovação das alterações previstas no artigo 1º da presente Lei, o **Anexo I da LC 057/2012 – Tabela de Vencimentos da Administração Direta e Indireta**, passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I - TABELA DE VENCIMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

GRUPOS OCUPAC.	Níveis		Valor inicial em R\$ (A)	Referências								
	Escolaridade	Nível		B	C	D	E	F	G	H	I	J
GA	FI	1	635,00	654,05	673,67	693,88	714,70	736,14	758,22	780,97	804,40	828,53
	FC	2	647,70	667,13	687,14	707,76	728,99	750,86	773,39	796,59	820,49	845,10
	MED	3	654,05	673,67	693,88	714,70	736,14	758,22	780,97	804,40	828,53	853,39
	SUP.	4	762,00	784,86	808,41	832,66	857,64	883,37	909,87	937,16	965,28	994,24
	PÓS	5	793,75	817,56	842,09	867,35	893,37	920,17	947,78	976,21	1.005,50	1.035,66
	MEST.	6	825,50	850,27	875,77	902,05	929,11	956,98	985,69	1.015,26	1.045,72	1.077,09
	DOUT.	7	857,25	882,97	909,46	936,74	964,84	993,79	1.023,60	1.054,31	1.085,94	1.118,52
GO	FI	8	865,00	890,95	917,68	945,21	973,57	1.002,77	1.032,86	1.063,84	1.095,76	1.128,63
	FC	9	882,30	908,77	936,03	964,11	993,04	1.022,83	1.053,51	1.085,12	1.117,67	1.151,20
	MED	10	890,95	917,68	945,21	973,57	1.002,77	1.032,86	1.063,84	1.095,76	1.128,63	1.162,49
	SUP.	11	1.038,00	1.069,14	1.101,21	1.134,25	1.168,28	1.203,33	1.239,43	1.276,61	1.314,91	1.354,35
	PÓS	12	1.081,25	1.113,69	1.147,10	1.181,51	1.216,96	1.253,47	1.291,07	1.329,80	1.369,70	1.410,79
	MEST.	13	1.124,50	1.158,24	1.192,98	1.228,77	1.265,63	1.303,60	1.342,71	1.382,99	1.424,48	1.467,22
	DOUT.	14	1.167,75	1.202,78	1.238,87	1.276,03	1.314,31	1.353,74	1.394,35	1.436,19	1.479,27	1.523,65
GTA	MD	15	1.250,00	1.287,50	1.326,13	1.365,91	1.406,89	1.449,09	1.492,57	1.537,34	1.583,46	1.630,97
	FAC.	16	1.500,00	1.545,00	1.591,35	1.639,09	1.688,26	1.738,91	1.791,08	1.844,81	1.900,16	1.957,16
	PÓS	17	1.562,50	1.609,38	1.657,66	1.707,39	1.758,61	1.811,37	1.865,71	1.921,68	1.979,33	2.038,71
	MEST.	18	1.625,00	1.673,75	1.723,96	1.775,68	1.828,95	1.883,82	1.940,33	1.998,55	2.058,50	2.120,26
	DOUT.	19	1.687,50	1.738,13	1.790,27	1.843,98	1.899,30	1.956,28	2.014,96	2.075,41	2.137,67	2.201,80
GP	SUP.	20	2.200,00	2.266,00	2.333,98	2.404,00	2.476,12	2.550,40	2.626,92	2.705,72	2.786,89	2.870,50
	PÓS	21	2.750,00	2.832,50	2.917,48	3.005,00	3.095,15	3.188,00	3.283,64	3.382,15	3.483,62	3.588,13
	MEST.	22	2.860,00	2.945,80	3.034,17	3.125,20	3.218,96	3.315,52	3.414,99	3.517,44	3.622,96	3.731,65
	DOUT.	23	2.970,00	3.059,10	3.150,87	3.245,40	3.342,76	3.443,04	3.546,34	3.652,73	3.762,31	3.875,18
GP 1	SUP.	20-A	5.000,00	5.150,00	5.304,50	5.627,54	5.796,37	5.970,26	6.149,37	6.333,85	6.523,87	6.719,59
	PÓS	21-A	6.250,00	6.437,50	6.630,62	6.829,54	7.034,43	7.245,46	7.462,82	7.686,70	7.917,30	8.154,82
	MEST.	22-A	6.500,00	6.695,00	6.895,85	7.102,73	7.315,81	7.535,28	7.761,34	7.994,18	8.234,01	8.481,03
	DOUT.	23-A	6.760,00	6.962,80	7.171,68	7.386,83	7.608,43	7.836,68	8.071,78	8.313,93	8.563,35	8.820,25
GPE	ESPEC.	24	6.600,00	6.798,00	7.001,94	7.212,00	7.428,36	7.651,21	7.880,75	8.117,17	8.360,69	8.611,51
		25	13.200,00	13.596,00	14.003,88	14.424,00	14.856,72	15.302,42	15.761,49	16.234,33	16.721,36	17.223,00

Art. 4 ° - Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Município de Irineópolis – SC, em 30 de Setembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

ANEXO I - LEI COMPLEMENTAR Nº 070//2013.

Competem ao Fiscal de Obras as seguintes atribuições:

- Fiscalizar, intimar, lavrar autos de infração, embargar, interditar e demolir obras, em desacordo com as normas descritas na legislação Municipal em vigor, em especial às relacionadas no Código Municipal de Obras e Urbanismo;
- Verificar Alvará de Licença de construção ou reforma;
- Acompanhar o andamento das construções, a fim de constatar a sua conformidade com as plantas aprovadas;
- Exercer o embargo de obras em desconformidade com as plantas aprovadas;
- Verificar denúncias, prestar informações e emitir pareceres em requerimentos sobre construção, reformas e demolição de prédios;
- Fiscalizar as ocupações de áreas, logradouros e espaços públicos;
- Fiscalizar a execução das obras de qualquer natureza, realizando as vistorias que julgar necessárias, aplicando, quando for o caso, as penalidades previstas;
- Aperfeiçoar procedimentos de diligência, perícia e fiscalização, objetivando verificar o cumprimento das obrigações instituídas por lei, praticando todos os atos definidos na legislação específica, no exercício regular de suas funções;
- Verificar denúncias e efetuar notificações;
- Analisar, elaborar e proferir decisões, em processos administrativos, nas suas respectivas esferas de competência;
- Estudar, pesquisar e emitir pareceres, inclusive em processos de consulta;
- Elaborar minutas de atos normativos e manifestar-se sobre projetos de lei referentes à matérias relacionadas a sua competência;
- Supervisionar as atividades de disseminação de informações ao Município, visando à simplificação do cumprimento das obrigações instituídas por lei e à formalização de processos;
- Prestar assistência aos órgãos encarregados de consulta e representação judicial do Município;
- Planejar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de fiscalização;
- Coordenar, participar e implantar projetos, planos ou programas de interesse da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo;
- Apresentar estudos e sugestões para o aperfeiçoamento da legislação municipal, relacionada a sua rotina de trabalho, visando o aprimoramento ou implantação de novas rotinas e procedimentos;
- Avaliar e especificar sistemas e programas de informática relativos às atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo;
- Avaliar, planejar, promover, executar ou participar de programas de pesquisa, aperfeiçoamento ou de capacitação dos Fiscais Obras e Urbanismo e demais servidores, relacionados à Secretaria de Obras e Urbanismo;
- Informar processos e demais expedientes administrativos;
- Exercer as atividades de orientação ao contribuinte quanto à interpretação da legislação Municipal e ao exato cumprimento de suas obrigações;
- Outras atribuições designadas pelos seus superiores ou diretamente pelo Prefeito Municipal, relacionadas com as atribuições descritas nos itens anteriores, além das atribuições relacionadas no Código de Obras e Urbanismo Municipal e em outros dispositivos legais.

Lei Complementar N.º 071/2013

LEI COMPLEMENTAR N.º 071/2013.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR N.º 056/2012, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ampliar passando de 05 (cinco) para 06(seis), o número de vagas, para as Funções de Gestão de Direção Escolar, instituído através da Lei Complementar n.º 056/2012, de 08 de fevereiro de 2012, cujo Quadro III, do ANEXO III, da referida Lei Complementar, passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO III**QUADRO DE VAGAS E DE FUNÇÕES DE GESTÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL****III - FUNÇÕES DE GESTÃO - DIREÇÃO ESCOLAR**

DENOMINAÇÃO	Nº DE FUNÇÕES
Direção Escolar	06

Art. 2.º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Irineópolis - SC, 30 de Setembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Lei N.º 1734/2013

LEI N.º 1734/2013 de 30 de Setembro de 2013.

"ALTERA ARTIGOS DA LEI N.º 647/92 DE 27/11/1992 ACRESCENTA ARTIGOS NA LEI N.º 1336/2007 DE 20/11/2007 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º O artigo 18 da Lei n.º 647/92 de 27 de novembro de 1992 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18 Cada Conselho Tutelar" será órgão integrante da Administração Pública Municipal e será composto de 05 (cinco) membros escolhidos pela população local para mandato de 04 (quatro) anos, permitida 01 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.

§ 1º O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 04 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

§ 2º A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

§ 3º No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem, ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor".

Art. 2º Visando garantir aos membros do Conselho Tutelar o pagamento de Gratificação Natalina e de Férias acrescidas de 1/3, bem como a concessão de Licenças, os artigos 2º, 3º e 4º da Lei Municipal n.º 1336/2007, de 20 de dezembro de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Aos ocupantes titulares da função de Conselheiros Tutelares fica assegurado o direito ao recebimento de abono natalino correspondente ao valor mensal de seus subsídios.

Parágrafo único - O subsídio mensal e o abono natalino serão pagos nas mesmas datas de pagamento do funcionalismo público municipal.

Art. 3º Será concedida licença remunerada ao Conselheiro Tutelar, nas seguintes situações:

I - em razão de 01 (um) ano trabalhado, no período de 30 (trinta) dias a título de férias;

II - em razão de maternidade, pelo período de 04 (quatro) meses, com subsídios integrais;

III - em razão de paternidade, pelo período de 05 (cinco) dias, com subsídios integrais;

IV - em razão de doença ou acidente de trabalho, pelo período de 15 (quinze) dias;

V - em razão de casamento do conselheiro, pelo período de 05 (cinco) dias;

VI - em razão de falecimento de parente, consanguíneo ou afim, até o segundo grau, pelo período de 03 (três) dias;

§ 1º Será devido ao conselheiro, por ocasião da licença remunerada de que trata o inciso I, adicional no valor correspondente a um terço do subsídio mensal (terço constitucional de férias).

§ 2º Ao final do mandato, será devido ao conselheiro não reconduzido no cargo, o recebimento de indenização, no valor correspondente ao subsídio mais o adicional de que trata o § 1.º deste artigo, em razão da impossibilidade de usufruir, após o terceiro ano trabalhado, da licença remunerada a título de férias de que trata o inciso I.

§ 3º A concessão da licença remunerada de que trata o inciso I, não poderá ser dada a mais de 01 (um) conselheiro no mesmo período.

§ 4º Durante o período de licença remunerada a título de férias será permitida a convocação de conselheiro suplente.

§ 5º É vedado o exercício de qualquer atividade remunerada durante o período de licença, sob pena de cassação da mesma e destituição da função.

Art. 4º Os membros do Conselho Tutelar serão regidos pelas disposições contidas nesta Lei, vinculados a Administração Pública Municipal como Agentes Honoríficos Detentores de Mandato Eletivo, sendo-lhes assegurada cobertura previdenciária através de contribuições para o Instituto Nacional de Seguro Social - INSS.

Art. 3º Constará da Lei Orçamentária Municipal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar e à remuneração e formação continuada dos conselheiros tutelares.

Art. 4º Permanecem inalterados e em vigor os demais artigos das Leis Municipais n.º 647/1992 e 1336/2007.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Irineópolis (SC), em 30 de Setembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Decreto Nº 2482/2013

Decreto nº 2482/2013.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1663 de 19 de dezembro de 2012, conforme art.13,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas, no montante de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais.)

04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

2.031 - Manutenção de Ações e Serviços Públicos em Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0251 (08) Aplicações Diretas

R\$ 70.000,00

T O T A L R\$ 70.000,00

Art. 2º - Por conta da anulação prevista no artigo anterior, fica suplementada a dotação a seguir especificada, que tem previsão de dispêndio no exercício do valor atribuído.

04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

2.031 - Manutenção de Ações e Serviços Públicos em Saúde

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0251 (03) Aplicações Diretas

R\$ 70.000,00

TOTAL R\$ 70.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 01 de outubro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Portaria N.º 321/2013.

PORTARIA N.º 321/2013.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II - Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1º - PRORROGAR, até a data de 17/12/2013, os efeitos da Portaria n.º 251/2013 de 18/07/2013, que contrata em caráter Temporário a servidora MIRLEY CARLOTTO, nascida em 06/04/1987, portadora do CPF nº 060.962.509-80, RG. nº 9.748.590-9 SESP/SC, para exercer as atividades de Enfermeira para ESF (40h/sem), conforme aprovação em Teste Seletivo da Secretaria Municipal da Saúde, Edital nº 001/2013, homologado em 22/03/2013, e Contrato de Trabalho Temporário nº 011/2013, para desenvolver atividades junto a Estratégia Saúde da Família, em substituição a servidora efetiva Denise Stefaniak Senn, em gozo de férias, bem como em substituição aos demais servidores do mesmo cargo, que usufruirão do benefício nos meses subsequentes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16/09/2013.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 30 de Setembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Portaria N.º 320/2013.

PORTARIA N.º 320/2013.

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1º - PRORROGAR, por 30 (trinta) dias, o prazo para a apresentação do Relatório Final dos trabalhos relativos ao Processo Administrativo Disciplinar, Nº 005/2013, instaurado através da Portaria nº 234/2013, de 05/07/2013.

Art 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 05/10/2013.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), em 30 de Setembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Extrato de Revogação Processo 58/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 58/2013

CONCORRÊNCIA Nº. 04/2013

Conforme determinado através de Ofício, torna publico a REVOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe. Com fulcro no artigo 49, da Lei Federal 8666/93, considerando a necessidade superveniente de readequação do edital. Tão logo seja possível, será aberto novo processo, com suas devidas alterações.

Irineópolis, 30 de setembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

2º Termo Aditivo ao Termo de Compromisso

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COMPROMISSO

2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COMPROMISSO Nº 09/2011 QUE A EMPRESA EMPRESA BRASILEIRA DE NAVEGAÇÃO OLIVEIRA TRANSPORTES LTDA.ME ASSINA PERANTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS - SC - EMPRESA BRASILEIRA DE NAVEGAÇÃO OLIVEIRA TRANSPORTES LTDA - ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 13.480.943/0001-00, com sede situada na Rua 8 de Março, nº 28, Sala 01, Centro, na cidade de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Dirceu de Oliveira, portador do CPF nº 622.286.929-72, RG nº 4.715.323-9 PR, assume o compromisso de cumprir as condições gerais constantes do Termo de Outorga de Permissão de Uso nº. 09/2011 e do 2º Termo Aditivo ao Termo de Outorga de Permissão, do bem público do Edital de Concorrência Pública

nº 02/2011, uma BALSA COM CAPACIDADE PARA 40 TON, MEDINDO TOTAL DO CASCO 16 MT, COMPRIMENTO COM RAMPAS 22,02MT, COMPRIMENTO ENTRE PERPENDICULARES 15,36 MT, BOCA 6MTS, PONTAL 1MT, ciente do seu texto e efeitos correlatados, bem como das obrigações especificadas, definidora dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tem justo e aditado o seguinte: CLÁUSULA PRIMEIRA - Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei n.º 8.666/93, consolidada e Cláusula Terceira do Termo de Compromisso nº 09/2011, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência por mais 06 (seis) meses, até 30.03.2014. CLÁUSULA SEGUNDA - Pela execução do objeto aditado, a Permissionária pagará à Permitente o reajuste de R\$ 81,16 (Oitenta um reais e dezesseis centavos), conforme faculta a alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n.º 8.666/93, consolidada, e Cláusula Segunda do Termo de Outorga de Permissão de Uso nº 09/2011. O valor para pagamento da permissão mensal de uso do bem público passará a ser de R\$ 2.188,91 (dois mil cento e oitenta oito reais e noventa um centavos). CLÁUSULA TERCEIRA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento. - E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento contratual, por seus representantes legais, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis - SC, 30 de setembro de 2013.

DIRCEU DE OLIVEIRA

EMPRESA BRASILEIRA DE NAVEGAÇÃO OLIVEIRA TRANSPORTES LTDA ME
PERMISSIONÁRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

PERMITENTE

Extrato 2º Termo Aditivo ao Termo de Outorga

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

2º TERMO ADITIVO AO

TERMO DE OUTORGA DE PERMISSÃO DE USO Nº 09/2011 - CLÁUSULA PRIMEIRA - Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei n.º 8.666/93, consolidada e Cláusula Quinta do Termo de Outorga de Permissão de Uso nº 09/2011, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência por mais 06 (seis) meses, até 30.03.2014. CLÁUSULA SEGUNDA - Pela execução do objeto aditado, a Permissionária pagará à Permitente o reajuste de R\$ 81,16 (Oitenta um reais e dezesseis centavos), conforme faculta a alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n.º 8.666/93, consolidada, e Cláusula Segunda do Termo de Outorga de Permissão de Uso nº 09/2011. O valor para pagamento da permissão mensal de uso do bem público passará a ser de R\$ 2.188,91 (dois mil cento e oitenta e oito reais e noventa um centavos). CLÁUSULA TERCEIRA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento. E, por estarem justas e contratadas as partes assinam o presente instrumento contratual, por seus representantes legais, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis - SC, 30 de setembro de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

PERMITENTE

DIRCEU DE OLIVEIRA

EMPRESA BRASILEIRA DE NAVEGAÇÃO OLIVEIRA TRANSPORTES LTDA - ME
PERMISSIONÁRIO

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



Por meio deste sistema de gestão, é possível organizar serviços, fluxos e protocolos de atendimento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializado de Assistência Social (CREAS), bem como serviços de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Algumas contribuições do PEGASO para as secretarias municipais de assistência social são:

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais - CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Itaiópolis

PREFEITURA

Editais de Notificações

Editais de Notificações referente ao Mês de Setembro de 2013



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 350 834/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFN8003	59908036D	6920/0	01/08/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 1 DE OUTUBRO DE 2013

LAURO LANGER JUNIOR

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 350 835/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABU2743	59907696D	5169/1	04/08/2013	165
AOY2937	59908213D	6920/0	23/08/2013	233
CMD5061	59907697D	5010/0	04/08/2013	162 * I
CMD5061	59907698D	5169/1	04/08/2013	165
CMD5061	59907699D	6637/1	04/08/2013	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 1 DE OUTUBRO DE 2013

LAURO LANGER JUNIOR

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 350 836/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADQ9805	59907961D	6920/0	26/04/2013	R\$ 127,69	233
AFQ3988	59908013D	5169/1	25/05/2013	R\$ 1.915,38	165
AFQ3988	59908014D	5010/0	25/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
AGJ1236	59907685D	5010/0	19/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
AGJ1236	59907686D	6599/2	19/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
AMP4235	59907963D	5010/0	08/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
AND8179	59907945D	6920/0	28/05/2013	R\$ 127,69	233
CMD5061	59907827D	6599/2	20/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
CMD5061	59907828D	5835/0	20/05/2013	R\$ 127,69	195
LZW2788	59908052D	5010/0	14/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MAL8598	59907688D	5185/1	20/05/2013	R\$ 127,69	167
MAL8598	59907693D	6610/2	09/06/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MAY4395	59907899D	6920/0	26/04/2013	R\$ 127,69	233
MBA9374	59908054D	7366/2	26/05/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MBG5993	59908011D	6920/0	21/05/2013	R\$ 127,69	233
MBW5341	59908010D	6920/0	21/05/2013	R\$ 127,69	233
MCI1114	59907749D	5010/0	18/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCI1114	59907750D	6599/2	18/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDY4342	59907898D	6920/0	26/04/2013	R\$ 127,69	233
MEP0259	59907684D	5010/0	19/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MFJ0013	59907942D	6920/0	28/05/2013	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 1 DE OUTUBRO DE 2013

LAURO LANGER JUNIOR

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 350 837/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABW4099	55233286D	6920/0	13/08/2013	233
AJO3098	55233282D	6920/0	13/08/2013	233
AMT6287	59907845D	5010/0	11/08/2013	162 * I
BXM9147	59908255D	5010/0	15/08/2013	162 * I
BXM9147	59908256D	6599/2	15/08/2013	230 * V
LWT8600	59907700D	6599/2	11/08/2013	230 * V
MDG5734	55233289D	6920/0	13/08/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 1 DE OUTUBRO DE 2013

LAURO LANGER JUNIOR

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 350 838/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALI3792	59908032D	6599/2	02/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
ALI3792	59908033D	5045/0	02/07/2013	R\$ 191,53	162 * V
AMU5047	59907900D	6920/0	26/04/2013	R\$ 127,69	233
ATS3120	59908027D	6599/2	29/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBK6582	59908058D	6599/2	28/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEW8236	59908117D	6599/2	29/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEW8236	59908118D	5010/0	29/06/2013	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 1 DE OUTUBRO DE 2013

LAURO LANGER JUNIOR

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 350 839/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAF3509	59908135D	5207/0	28/08/2013	169
AJT0809	59908178D	5010/0	15/09/2013	162 * I
BOV7801	59908262D	6530/0	24/08/2013	228
CXB6743	59908211D	6920/0	23/08/2013	233
JWX8132	59908215D	6920/0	23/08/2013	233
JWX8142	59908216D	6920/0	23/08/2013	233
MAQ5093	59908217D	6920/0	23/08/2013	233
MHP1226	55233290D	6920/0	28/08/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 1 DE OUTUBRO DE 2013

LAURO LANGER JUNIOR

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 350 840/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADK5660	59908053D	6599/2	20/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
IAZ7003	59908026D	6920/0	26/06/2013	R\$ 127,69	233
LYT4323	59908120D	5045/0	06/07/2013	R\$ 191,53	162 * V
LYT4323	59908122D	6912/0	06/07/2013	R\$ 53,20	232
LYT4323	59908159D	6530/0	06/07/2013	R\$ 127,69	228
LYZ6911	59908034D	5045/0	05/07/2013	R\$ 191,53	162 * V
MAD0652	59907948D	6920/0	09/07/2013	R\$ 127,69	233
MGR2650	59908110D	5010/0	22/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
MGR2650	59908111D	6599/2	22/06/2013	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 1 DE OUTUBRO DE 2013

LAURO LANGER JUNIOR
DELEGADO DE POLÍCIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**Aviso de Licitação**

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL SANTO ANTONIO DE ITAIO-POLIS/SC; Processo Licitatorio Nº 06/2013, Pregão Eletrônico nº 05/2013. Objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais e descartáveis para uso na FHMSA. Data para recebimento das propostas até às 12:00horas do dia 15 de outubro de 2013. Exclusivamente por meio do sistema eletrônico no site www.bll.org.br. Data e hora para sessão dos lances: dia 16 de outubro de 2013 às 08:30horas. O Edital estará à disposição dos interessados no site da Prefeitura de Itaiópolis www.itaioipolis.sc.gov.br. Maiores informações no Fundo Municipal de Saúde fone 047 3652 1787.

LIANDRA TEREZINHA KOPPE
Administradora Hospitalar.

Itapiranga**PREFEITURA****Lei Municipal Nº 2.864, de 1º de Outubro de 2013**

LEI MUNICIPAL Nº 2.864, DE 1º DE OUTUBRO DE 2013.

Abre crédito especial no Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde, exercício de 2013 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal em Exercício de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta LEI:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir o seguinte crédito especial no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, na seguinte dotação:

92.01 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.0133.1018 - Aquisição de Veículos, Equipamento e Material Permanente

44.90.00.00.00.00.00.0125 - Aplicações Diretas

R\$ 12.000,00

44.90.00.00.00.00.00.0122 - Aplicações Diretas

R\$ 4.500,00

Art. 2º Servirá de suporte para o crédito especial, objeto do artigo 1º, a anulação parcial da seguinte dotação Orçamentaria:

92.01 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.0133.1018 - Aquisição de Veículos, Equipamento e Material Permanente

44.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas

R\$ 16.500,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 1º de outubro de 2013.

INACIO OSWALD

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SÉRGIO LUÍS KESSLER

Secretário Municipal de Administração.

Decreto Nº 180, de 30 de Setembro de 2013.

DECRETO Nº 180, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.

Decreta turno único, estipula horário especial de expediente e dá outras providências.

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VII do artigo 59 da Lei Orgânica Municipal e considerando as festividades da Oktoberfest;

Decreta:

Art. 1º Fica estabelecido turno único nas repartições públicas municipais de Itapiranga - SC., no dia 11 de outubro de 2013, cujo expediente ocorrerá no período matutino das 07:00 horas às 12:00 horas.

Parágrafo único. Excetua-se do presente Decreto os serviços considerados de natureza essencial, bem como, o expediente nas creches e escolas municipais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC., 30 de setembro de 2013.

INACIO OSWALD

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SÉRGIO LUÍS KESSLER

Secretário Municipal de Administração.

Decreto Nº 181, de 30 de Setembro de 2013

DECRETO Nº 181, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.

Homologa o Regimento Interno do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CME de Itapiranga SC e dá outras providências.

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base nas disposições da Lei Municipal nº 1.488, de 18 de Setembro de 1992, c/c a Lei Complementar nº 28, de 8 de dezembro de 2009;

Decreta:

Art. 1º- Fica aprovado o REGIMENTO INTERNO do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CME DE ITAPIRANGA SC, constante do Anexo Único do presente Decreto.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 30 de setembro de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios.

SÉRGIO LUÍS KESSLER

Secretario Municipal de Administração.

ANEXO ÚNICO

DO DECRETO Nº 181, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CME

INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL Nº1480, DE 18 DE SETEMBRO DE 1992.

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I - DA DEFINIÇÃO

Art. 1º O Presente Regimento Interno estabelece normas de funcionamento e de reorganização do Conselho Municipal de Educação - CME, de Itapiranga/SC, instituído pela Lei Municipal nº 1480 de 18 de Setembro de 1992.

Art. 2º O Conselho Municipal de Educação - CME, de Itapiranga/SC, órgão colegiado e permanente do Sistema Municipal de Educação - SME, política e administrativamente autônomo, tem caráter deliberativo, normativo, consultivo e fiscalizador sobre os temas de sua competência.

CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS

Art. 3º O Conselho Municipal de Educação - CME tem como objetivo assegurar aos grupos representantes da comunidade o direito de participar da definição das diretrizes da educação, no âmbito do Município, concorrendo para elevar a qualidade dos serviços educacionais.

Art. 4º O Conselho Municipal de Educação - CME de Itapiranga/SC, no exercício de suas atribuições, propugnará para que a educação seja direito de todos e assegurada mediante políticas educacionais, econômicas, sociais e culturais, visando garantir o acesso e a permanência à educação contínua de qualidade, sem qualquer discriminação, e pela gestão democrática nas escolas de seu sistema de ensino.

CAPÍTULO III - DAS FINALIDADES E COMPETÊNCIAS

Art. 5º Ao Conselho Municipal de Educação - CME compete:

I - Fixar normas, nos termos da Lei para:

- a) o ensino fundamental e educação infantil.
- b) o funcionamento e o credenciamento das instituições de ensino no município.
- c) o oferecimento de educação especializada aos alunos com necessidades especiais.
- d) o ensino fundamental destinado a jovens e adultos que a ele não tiverem acesso na idade própria.
- e) o currículo a ser oferecido nos estabelecimentos de ensino.
- f) a criação de estabelecimentos de ensino público de modo a evitar a aplicação inadequada de recursos.
- g) a elaboração do regimento da rede municipal de ensino.
- h) a enturmação de alunos em qualquer ano, série ou ciclo, exceto a primeira do ensino fundamental.
- i) regulamentar e autorizar adequações ao oferecimento de ensino na zona rural.
- j) a progressão continuada, conforme prevê o §.2º do artigo 32 da Lei nº 9394/96.

II - Aprovar:

- a) a transferência de bens afetos às Escolas Públicas Estaduais ou transferências de serviços educacionais ao município.
- b) emitir pareceres sobre convênios ou contratos relativos a assuntos educacionais que o Poder Público pretenda celebrar.
- c) pronunciar-se previamente sobre a criação de estabelecimentos municipais de ensino.
- d) autorizar o funcionamento de instituições que integram o Sistema Municipal de Ensino.
- e) estabelecer medidas que visem à expansão, consolidação e aperfeiçoamento do Sistema Municipal de Ensino.
- f) manifestar-se sobre assuntos e questões de natureza pedagógica, que lhe forem submetidas pelo Prefeito ou Secretário de Educação e de entidades de âmbito municipal ligadas à educação.
- g) exercer outras atribuições, previstos em lei, ou decorrentes de suas funções.

Art.6º O Conselho Municipal de Educação poderá contar com o apoio técnico, jurídico e administrativo, necessário ao atendimento de seus serviços, devendo o mesmo ser o próprio da Prefeitura.

CAPÍTULO IV - DA COMPOSIÇÃO

Art. 7º O CME é composto por 09 (nove) membros, indicado por representatividade de cada setor competente:

I. 02 (dois) representantes dos Pais de alunos efetivamente matriculados na Educação Infantil e Ensino Fundamental na Rede do Sistema Municipal de Ensino,

- a) 01 (um) Representante dos Pais de alunos da Educação Infantil
- b) 01 (um) Representante dos Pais de Alunos do Ensino

fundamental

II. 02 (dois) representantes dos Professores da Rede Pública Municipal de Ensino, sendo efetivos;

a) 01 (um) Professor da Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Ensino;

b) 01 (um) Professor do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino;

III. 01 (um) representante dos funcionários que não pertence ao quadro do magistério.

IV. 01 (um) representante dos professores da Rede Estadual do Ensino, sendo efetivo;

V. 01 (um) representante do Poder Legislativo;

VI. 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal da Educação;

Parágrafo único. A escolha dos membros deverá ser por segmento para um mandato 2 (dois) anos.

CAPÍTULO V - DAS ELEIÇÕES, INDICAÇÕES, SUBSTITUIÇÕES

Art. 8º Os conselheiros serão indicados pela Secretaria da Educação ao Prefeito Municipal que os designará para exercerem suas funções, cujo mandato será de 04 (quatro) anos.

Parágrafo único - No impedimento ou afastamento de membro titular, este, será substituído por um novo conselheiro efetivo, com registro em ata, escolhido pelos demais conselheiros e aprovado pelo prefeito.

Art. 9º Os conselheiros titulares terão seus nomes homologados por ato do Executivo.

Art. 10. A função de membro do Conselho Municipal de Educação - CME não será remunerada, sendo seu exercício considerado relevante serviço prestado à população, tendo prioridade sobre o de quaisquer outras, não se computando, em relação a cargo público exercido cumulativamente, as ausências determinadas pelo comparecimento às sessões do Conselho ou participação em diligências e trabalhos especiais.

Parágrafo único. Os representantes dos docentes terão suas ausências de atividades letivas justificadas, por meio de atestado, emitido pelo Presidente do Conselho Municipal de Educação.

Art. 11. Um novo conselheiro substituirá o membro titular do Conselho em seu impedimento ou afastamento, conforme parágrafo único do Art. 7º.

§ 1º Caracteriza impedimento o não comparecimento do conselheiro titular quando convocado para outra atividade por autoridade do Legislativo, Executivo ou Judiciário.

§ 2º Caracteriza afastamento o não comparecimento do conselheiro titular por motivo de licenças: maternidade, paternidade, de saúde ou aquelas motivadas por interesses pessoais ou interesses de trabalho.

§ 3º A solicitação de afastamento deve conter a justificativa e indicar o período concernente.

§ 4º A solicitação de afastamento será apreciada pelo Plenário.

Art. 12. No caso de vacância da função de conselheiro do Conselho Municipal de Educação - CME, adotar-se-ão os seguintes critérios para a escolha do novo membro que irá cumprir o prazo restante do mandato:

I - caberá à entidade ou ao órgão correspondente indicar novo conselheiro;

II - na vacância até que seja feita nova eleição ou até que seja indicado novo conselheiro, ou se esta se der em prazo igual ou inferior a 180 (cento e oitenta) dias para o término do mandato.

Art. 13. O conselheiro que não comparecer a 03 (três) reuniões consecutivas ou 06 (seis) intercaladas, anualmente, sem justificativa por escrito, até a data da próxima reunião, deverá ser substituído na forma deste regimento.

CAPÍTULO VI - DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Art. 14. O Conselho Municipal de Educação - CME será constituído por:

- I - Plenário
- II - Mesa Diretora

Seção I - Do Plenário

Art. 15. O Plenário é o órgão de deliberação máxima e conclusiva do Conselho Municipal de Educação - Itapiranga/ SC.

Art. 16. Compete aos membros do Plenário:

- I - examinar, avaliar, propor e deliberar soluções às pautas e aos problemas submetidos ao CME;
- II - comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal de Educação;
- III - solicitar diligências em processos que no seu entendimento, não estejam suficientemente instruídos;
- IV - votar e ser votado para integrar a Mesa Diretora e comissões de Conselho Municipal de Educação - CME;
- V - propor alterações no presente regimento;
- VI - exercer outras atribuições e atividades inerentes a sua função de conselheiro da educação;
- VII - deliberar sobre os casos omissos.

Seção II - Mesa Diretora

Art. 17. A Mesa Diretora será formada por 04 (quatro) membros, constituindo-se os seguintes cargos:

- I - Presidente
- II - Vice-presidente
- III - Secretário (a)
- IV - Vice-secretário (a)

Art. 18. O Presidente do Conselho Municipal de Educação - CME, será eleito entre os membros do Conselho Municipal de Educação - CME.

§ 1º O mandato do Presidente será de 02 (dois) anos

§ 2º Cabe ao Presidente:

- I - representar ou designar representantes do Conselho Municipal de Educação - CME, ad referendum do Plenário;
- II - deliberar sobre questões administrativas do Conselho;
- III - solicitar servidores municipais para compor a estrutura de apoio ao Conselho, ouvindo o Plenário;
- IV - solicitar ao órgão competente recursos financeiros e materiais necessários ao funcionamento do Conselho;
- V - instituir comissões especiais para a realização de tarefas relacionadas ao conselho.

Art. 19. Os demais membros da Mesa Diretora serão eleitos pelo Plenário, a cada 02 anos, concomitante com o mandato, através de voto direto de seus integrantes e por maioria simples.

Art. 20. A Mesa Diretora será responsável:

- I - pela convocação, efetivação e coordenação de todas as reuniões ordinárias e extraordinárias do órgão;
- II - pelos assuntos administrativos, econômico-financeiros e operacionais, submetidos à apreciação e deliberação do plenário;
- III - pelo registro e encaminhamento de todas as providências e recomendações determinadas pelo Plenário;
- IV - pela organização e encaminhamento da pauta das reuniões, com antecedência, aos conselheiros;
- V - pela ciência de todas as correspondências expedidas;
- VI - pelo amplo conhecimento público de todas as atividades do Conselho Municipal de Educação - CME - Itapiranga/SC;
- VII - pela elaboração e sistematização de relatório anual de atividades do Conselho Municipal de Educação - CME, submetendo-o ao Plenário.

Art. 21. Em sua ausência, impedimento ou afastamento, o

Presidente será substituído, preferencialmente, por:

a) Vice-presidente.

Parágrafo único. Na impossibilidade deste, caberá ao secretário substituir o Presidente.

CAPÍTULO VII - DO FUNCIONAMENTO**Seção I - Da Convocação**

Art. 22. A convocação das reuniões ordinárias do Conselho Municipal de Educação - CME será feita a todos os seus conselheiros titulares, com no mínimo 08 (oito) dias de antecedência, com documentação por escrito.

§ 1º Caberá a cada membro titular comunicar à Mesa Diretora a sua ausência à reunião.

Seção - II - Das Reuniões

Art. 23. O Conselho Municipal de Educação - CME reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada três meses e, extraordinariamente, nos casos previstos neste regimento, na sala de reuniões, localizado junto ao prédio da prefeitura de Itapiranga.

Parágrafo único - As reuniões extraordinárias para tratar de matérias específicas e/ou urgentes serão convocadas pelo Presidente ou por 1/3 (um terço) dos membros, por meio de comunicação a todos os membros conselheiros.

Art. 24. As reuniões terão a sua duração estimada, que será apreciada, discutida e aprovada no início da sessão plenária.

Art. 25. A sessão plenária do Conselho Municipal de Educação - CME instalar-se-á com a presença da maioria dos seus membros, e suas deliberações serão tomadas pela maioria dos votos dos presentes.

Parágrafo único. Na falta de quorum para instalação do Plenário será automaticamente convocada nova sessão num prazo de 72 (setenta e duas) horas, que se realizará com qualquer número de conselheiros presentes.

Art. 26. As reuniões obedecerão à seguinte ordem:

- I - abertura;
 - II - avisos, comunicações, registros de fatos, apresentação de proposições, correspondências e documentos de interesse do Plenário;
 - III - discussão da matéria em pauta e votação da matéria em pauta;
 - IV - encaminhamentos;
 - V - elaboração da pauta da próxima reunião, diante da necessidade;
 - VI - aprovação da ata da reunião em pauta.
- Parágrafo único. Não será objeto de discussão ou votação, matéria que não conste da pauta, salvo decisão do Plenário.

Art. 27. Cada membro titular terá direito a um voto e, ocorrendo o empate, caberá ao Presidente do Conselho, além do voto ordinário, o voto de qualidade.

Art. 28. As reuniões do Plenário são públicas.

Parágrafo único. O público terá direito à voz, sendo regulamentado o número de intervenções, assim como o tempo destinado a cada uma delas, pelo Plenário do Conselho Municipal de Educação - CME.

Art. 29. O Conselho Municipal de Educação - CME convocará, sempre que necessário, representantes dos diversos setores do Sistema Municipal de Ensino - SME, para esclarecimentos sobre propostas e ações desenvolvidas.

Art. 30. O Conselho Municipal de Educação - CME poderá convidar entidades, cientistas e técnicos nacionais ou estrangeiros para elaborarem estudos ou participarem de comissões instituídas no

âmbito do Conselho Municipal de Educação - CME, sob a coordenação de um de seus membros.

Art. 31. Os presentes assinarão lista de presença ou ata da reunião.

Seção III - Das Deliberações

Art. 32. As deliberações e os assuntos tratados em cada reunião serão registrados em ata, a qual será lida e aprovada e assinada no final da cada reunião.

Art. 33. As deliberações do Conselho serão materializadas em indicações, resoluções e pareceres.

Art. 34. As decisões do Conselho referentes aos incisos V, VII, VIII, e IX do artigo 5º deste Regimento deverão ser complementares homologadas pelo Secretário Municipal de Educação, no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º No caso de haver pedido de reexame do ato levado à homologação, a Mesa Diretora encaminhará para as devidas providências.

§ 2º As razões da recusa do Secretário em homologar decisão do Conselho Municipal de Educação - CME, serão examinadas por Comissão instituída pelo Presidente e da Mesa Diretora.

§ 3º Após avaliar as razões do Secretário e julgando-as imprudentes, no todo ou em partes, o Conselho Municipal de Educação - CME poderá reenviar a matéria para a apreciação, constando suas considerações.

§ 4º Na hipótese de o Secretário não se manifestar no prazo previsto no caput deste artigo, considerar-se-á homologado, tacitamente, o ato decisório.

CAPÍTULO VIII - DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 35. Será realizada uma Conferência Municipal de Educação a cada 04 (quatro) anos ou a qualquer tempo extraordinariamente, observando a temática do Governo Federal, MEC.

§1º A Conferência será convocada pelo Executivo ou pelo Conselho Municipal de Educação - CME, caso aquele não o faça, dentro do prazo determinado no caput deste artigo.

§2º A Conferência será organizada pelo Conselho Municipal de Educação - CME e composta por representações dos vários segmentos sociais para socializar experiências, avaliar a situação da educação no Município e propor diretrizes da política educacional municipal.

CAPÍTULO IX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 36. As disposições do presente regimento poderão ser complementares por meio de resoluções do Plenário, aprovadas por maioria absoluta de seus membros, que se pronunciará sobre casos omissos.

Art. 37. As propostas de alteração total ou parcial desse Regimento Interno deverão ser apreciadas em reunião extraordinária do Plenário, convocada para esse fim, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis e aprovadas por 2/3 (dois terços) do Plenário. Parágrafo único. As propostas de alteração deverão ser encaminhadas à Mesa Diretora, por escrito, com antecedência de 10 (dez) dias da reunião extraordinária.

Art. 38. Os relatórios periódicos e anuais das atividades do Conselho, elaboradas pelos seus respectivos órgãos, devem evidenciar, em redação clara e sucinta, os resultados obtidos nas programações de trabalho.

Art. 39. Este regimento entra em vigor na data de sua aprovação.

Itapiranga - SC 27 de setembro de 2013.

Secretária Municipal de Educação

ELAINE SCHUCK RAMBO

Presidente do Conselho
IVONE SCHLICKMANN

Decreto Nº 179 de 27 de Setembro de 2013

DECRETO Nº 179 DE 27 DE SETEMBRO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, exercício de 2013 e dá outras providências.

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.803, de 4 de dezembro de 2012:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, exercício de 2013, na seguinte dotação orçamentária:

06.01 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - Ensino Fundamental

12.361.0066.2029 - Manut. e Des. das Atividades de Educação - Ensino Fundamental

33.90.00.00.00.00.0113 - Aplicações Diretas

R\$ 4.000,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do art. 1º deste Decreto, a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

06.01 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - Ensino Fundamental

12.361.0066.2029 - Manut. e Des. das Atividades de Educação - Ensino Fundamental

33.90.00.00.00.00.0112 - Aplicações Diretas

R\$ 4.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC., 27 de setembro de 2013.

INACIO OSWALD

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SERGIO LUIS KESSLER

Secretario Municipal de Administração.

Decreto Nº 182, de 1º de Outubro de 2013

DECRETO Nº 182, DE 1º DE OUTUBRO DE 2013.

Abre crédito especial no Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde, exercício de 2013 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal em Exercício de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.864, de 1º de outubro de 2013;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito especial no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, na seguinte dotação:

92.01 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.0133.1018 - Aquisição de Veículos, Equipamento e Material Permanente

44.90.00.00.00.00.0125 - Aplicações Diretas

R\$ 12.000,00

44.90.00.00.00.00.0122 - Aplicações Diretas

R\$ 4.500,00

Art. 2º Servirá de suporte para o crédito especial, objeto do artigo 1º, a anulação parcial da seguinte dotação Orçamentaria:

92.01 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.0133.1018 - Aquisição de Veículos, Equipamento e Material Permanente

44.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas

R\$ 16.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 1º de outubro de 2013.

INÁCIO OSWALD

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SÉRGIO LUÍS KESSLER

Secretário Municipal de Administração.

Portaria Nº 208/2013

Portaria nº 208 de 1º de outubro de 2013

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011; Lei Complementar nº 002/2006;

RESOLVE:

Art.1º. Exonerar, a partir de 1º de outubro de 2013, Marlene Soehn sob matrícula nº 11850/03, do cargo de provimento efetivo de Servente, tendo em vista sua aposentadoria junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga-SC, 1º de outubro de 2013.

INÁCIO OSWALD

Prefeito em Exercício

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

IVAIR PAULO TAVARES

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 209/2013

PORTARIA Nº 209 de 1º de outubro de 2013.

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 2/2006 e Lei Complementar nº 8/2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder acréscimo de 5% (cinco por cento) incorporado no vencimento base, à servidora municipal Monia Datiane Katzer sob matrícula nº 14658/01, tendo em vista a conclusão de Pós Graduação em nível de especialização, Saúde Mental e Coletiva, da área de conhecimento em Ciências Humanas e Sociais, conforme prevê o Art. 18 da Lei Complementar nº 2 de 20 de abril de 2006.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

ITAPIRANGA (SC), 1º de outubro de 2013.

INÁCIO OSWALD

Prefeito em Exercício

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

IVAIR PAULO TAVARES

Diretor de Recursos Humanos

Itapoá

PREFEITURA

Tomada de Preço Nº 07/2013 - Processo Nº 102/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

Preâmbulo (Art. 40, caput)

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 21/10/2013 às 09h:30min, a Sessão Pública de abertura de envelopes de habilitação e propostas, e até as 09h:00min estará recebendo envelopes dos possíveis interessados em participar do certame em epigrafe, o que ocorrerá em sua sede administrativa, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), n.º201, Licitação na modalidade Tomada de Preço nº 07/2013 - Processo nº 102/2013, para a Contratação de empresa com mão de obra especializada e fornecimento de materiais para pavimentação asfáltica 4.560,00 m2 na Avenida Brasil entre ruas 1.300 à 1420 (trecho I), conforme projeto básico, memorial descritivo e planilha orçamentária, partes integrantes do Edital. O Edital contendo especificações em partes poderá ser retirado no site www.itapoa.sc.gov.br, e www.diariomunicipal.sc.gov.br, para retirada da complementação do edital que se dará na sede da Prefeitura na Secretaria de Administração e Finanças/ Licitações e Contratos, será cobrado uma taxa de R\$ 12,00 (Doze reais). O horário disponível para retirada é das 08h:00min às 14h:00min.

Itapoá, 01 de outubro de 2013.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

Prefeito Municipal

Jacinto Machado

PREFEITURA

Portarias Nº. 347 a 360 de 2013

PORTARIA Nº. 347 DE 13 DE SETEMBRO DE 2013.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada a Professora de Séries Iniciais VANUZA FERNANDES, portadora do CPF nº. 658.260.940-87, nível MAG 1A, para atuar na EMEB Figueira, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 13/09/2013 à 12/10/2013, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 348 DE 17 DE SETEMBRO DE 2013.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada a Professora de Séries Iniciais TAMIRIS DA SILVA DA ROSA, portadora do CPF nº. 065.976.929-85, nível MAG 1A, para atuar na EMEB

Figueira, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 17/09/2013 à 12/10/2013, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 349 DE 17 DE SETEMBRO DE 2013.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora MICHELLE DO ROCCIO COSTA DE OLIVEIRA do cargo em (ACT) de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, lotada junto a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 350 DE 17 DE SETEMBRO DE 2013.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada a Professora de Séries Iniciais MICHELLE DO ROCCIO COSTA DE OLIVEIRA, portadora do CPF nº. 004.402.319-73, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Albino Zanatta, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 17/09/2013 à 17/12/2013, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 351 DE 17 DE SETEMBRO DE 2013.

Art. 1º - EXONERAR a servidora LIGIA LUCHTEMBERG MOTA, portadora do CPF nº. 044.526.989-80, OAB/SC nº 27.293 do cargo de Assessor Jurídico, nível DAS-3, lotado junto ao Gabinete do Prefeito, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 352 DE 17 DE SETEMBRO DE 2013.

Art. 1º - Prorrogar os efeitos da Portaria nº. 236 de 15 de abril de 2013, período de contratação da servidora VANICE DA ROCHA DA COSTA, até 17/12/2013, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 353 DE 18 DE SETEMBRO DE 2013.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a servidora NATHALIA DE SOUZA SIMÃO, portadora do CPF nº. 081.474.529-69, do cargo em comissão de Chefe de Divisão Adjunto de Enfermagem, nível DAS-1, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 354 DE 20 DE SETEMBRO DE 2013.

Art. 1º - Prorroga por igual período a Portaria nº. 288, de 23 de setembro de 2011, em que concede Licença sem Vencimentos para tratar de Interesses Particulares, a servidora KARINE MONDO, matrícula nº. 979, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, a serem gozadas no período de 02 (dois) anos consecutivos, a partir de 23/09/2013 à 22/09/2015.

PORTARIA Nº. 355 DE 23 DE SETEMBRO DE 2013.

Art. 1º - Licença saúde, conforme atestado médico, a Servidora Pública Municipal, por motivo de encaminhamento para benefício de auxílio doença junto a Previdência Social, conforme segue:

MAT.	NOME	CARGO
1037	LUCIR DE FÁTIMA PATEL GREGORINI	Servente Educacional

PORTARIA Nº. 356 DE 23 DE SETEMBRO DE 2013.

Art. 1º - Licença saúde, conforme atestado médico, a Servidora Pública Municipal, por motivo de encaminhamento para benefício de auxílio doença junto a Previdência Social, conforme segue:

MAT.	NOME	CARGO
150	MARIA INÊS DOS SANTOS JOSE	Professora

PORTARIA Nº. 357 DE 23 DE SETEMBRO DE 2013.

Art. 1º - Licença saúde, conforme atestado médico, a Servidora Pública Municipal, por motivo de encaminhamento para benefício de auxílio doença junto a Previdência Social, conforme segue:

MAT.	NOME	CARGO
3406	MARILDA DA COSTA DALPONT	Servente Educacional

PORTARIA Nº. 358 DE 23 DE SETEMBRO DE 2013.

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte dias) a servidora LIANE HAHN FERNANDES, matrícula nº. 1935, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, a serem gozadas no período de 23/09/2013 a 20/01/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 359 DE 23 DE SETEMBRO DE 2013.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil ROSIMERI CAMPOS INACIO, portadora do CPF nº. 103.131.049-56, nível MAG AT 1A, para atuar na CEI Pequeno Cidadão, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 23/09/2013 à 17/12/2013, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 360 DE 24 DE SETEMBRO DE 2013.

Art. 1º - Licença saúde, conforme atestado médico, a Servidora Pública Municipal, por motivo de encaminhamento para benefício de auxílio doença junto a Previdência Social, conforme segue:

MAT.	NOME	CARGO
1121	ALAÍDE HENRIQUE BORGES	Servente Educacional

Joaçaba

PREFEITURA

Portaria N.º 1391

PORTARIA Nº 1.391 DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

“DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR os servidores Sr. MARCOS ANTONIO MARTINAZZO e SULANY DE FATIMA B. WELTER para acompanhar e fiscalizar a Ata de Registro de Preço nº 09/2013/FMS, proveniente do Processo Licitatório n.º 35/2013/FMS - Pregão Presencial n.º 28/2013/FMS, de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 23 de setembro de 2013.

ELOI HOFFELDER
Prefeito em exercício

Portaria N.º 1392

PORTARIA Nº 1.392 DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

"DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR a servidora Sra. DEISE CRISTINA CRIPPA para acompanhar e fiscalizar os contratos nº 28 a 30/2013/FMAS proveniente do Processo Licitatório n.º 13/2013/FMAS - Pregão Presencial n.º 11/2013/FMAS, de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 23 de setembro de 2013.

ELOI HOFFELDER

Prefeito em exercício

Portaria N.º 1393

PORTARIA Nº 1.393 DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) MARCIA SALETE VACCARI ZORZZI durante o período de 28 de agosto de 2013 a 20 de dezembro de 2013, para exercer as funções de Professor ACT-SH, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada no edital n.º 005/2013 - Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 28 de agosto de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 24 de setembro de 2013

ELOI HOFFELDER

Prefeito em exercício

Portaria N.º 1394

PORTARIA Nº 1.394 DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, o(a) Senhor(a) VIVIANE HECKLER, do cargo de Técnico de Enfermagem, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, pedido protocolado através do processo n.º 131.428 de 20 de setembro de 2013, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º - Fica declarada a vacância do cargo conforme Art. 34 § 1º

da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 20 de setembro de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 24 de setembro de 2013.

ELOI HOFFELDER

Prefeito em exercício

Portaria N.º 1395

PORTARIA Nº 1.395 DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

"DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR o servidor Sr. LEONARDO POHL para acompanhar e fiscalizar o contrato nº 92/2013/PMJ de 05 de agosto de 2013, proveniente do Processo Licitatório n.º 81/2013/PMJ - Dispensa de Licitação n.º 04/2013/PMJ, de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 05 de agosto de 2013, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 24 de setembro de 2013.

ELOI HOFFELDER

Prefeito em exercício

Portaria N.º 1396

PORTARIA Nº 1.396 DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

"ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ALTERAR A CARGA HORÁRIA do(a) Servidor(a) Sr(a) ALEXANDRE AUGUTO VIDI ROESLER, Professor ACT-LP, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT e Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 de 10 (dez) para 20 (vinte) horas semanais a partir de 02 de setembro de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de setembro de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 24 de setembro de 2013

ELOI HOFFELDER

Prefeito em exercício

Portaria N.º 1397

PORTARIA Nº 1.397 DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

"ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ALTERAR A CARGA HORÁRIA do(a) Servidor(a) Sr.(a) PATRICIA BOTTEGA, Professor ACT-CM, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT e Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a partir de 02 de setembro de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de setembro de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 24 de setembro de 2013
ELOI HOFFELDER
Prefeito em exercício

Portaria N.º 1398

PORTARIA Nº 1.398 DE 24 DE SETEMBRO DE 2013
"ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ALTERAR A CARGA HORÁRIA do(a) Servidor(a) Sr.(a) ROSANE SALETE DE LIMA, Professor ACT-LP, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT e Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais a partir de 03 de setembro de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 03 de setembro de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 24 de setembro de 2013
ELOI HOFFELDER
Prefeito em exercício

Portaria N.º 1399

PORTARIA Nº 1.399 DE 26 DE SETEMBRO DE 2013
"CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo art. 31 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) Sr.(a). RAQUEL TEODORO, Monitor Social, em função da titulação de Graduação, conforme pedido protocolado através do processo n.º 131.164 de 04 de setembro de 2013, ficando enquadrada em função da nova titulação como Monitor Social Nível D-V.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 04 de setembro de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 24 de setembro de 2013
ELOI HOFFELDER
Prefeito em exercício

Portaria N.º 1400

PORTARIA N.º 1.400 DE 26 DE SETEMBRO DE 2013
"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) ELISEU ELIAS PERUZZO, Professor, conforme requerimento protocolado sob n.º 121.180 de 17 de agosto de 2011, referente ao período de 01 de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2006, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 26 de setembro de 2013
ELOI HOFFELDER
Prefeito em exercício

Portaria N.º 1401

PORTARIA N.º 1.401 DE 26 DE SETEMBRO DE 2013
"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) LEONARDO ANTONELLO, Professor, conforme requerimento protocolado sob n.º 121.182 de 17 de agosto de 2011, referente ao período de 01 de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2006, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 26 de setembro de 2013
ELOI HOFFELDER
Prefeito em exercício

Portaria N.º 1402

PORTARIA N.º 1.402 DE 26 DE SETEMBRO DE 2013
"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) JOSE OTÁVIO DALMEDICO, Técnico de Administração, conforme requerimento protocolado sob n.º 121.227 de 18 de agosto de 2011, referente ao período de 01 de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2006, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08

de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 26 de setembro de 2013
ELOI HOFFELDER
Prefeito em exercício

Portaria N.º 1403

PORTARIA N.º 1.403 DE 26 DE SETEMBRO DE 2013
"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) NEIVETE ANTUNES DE OLIVEIRA, Professor, conforme requerimento protocolado sob n.º 121.387 de 31 de agosto de 2011, referente ao período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 26 de setembro de 2013
ELOI HOFFELDER
Prefeito em exercício

Aditivo Contrato 485/2007 TA 06 CONTRATO Nº 485/2007 - TA 06

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado por seu Prefeito em exercício, Sr. ELOI HOFFELDER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ sob nº 10.594.533/0001-00, por seu Gestor, doravante denominado LOCATÁRIO e o Sr. LUIZ EUSEBIO MALISKA, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na Av. Santa Terezinha nº 476, nesta cidade de Joaçaba (SC), portador do CPF nº 134.553.119-20, a seguir denominado simplesmente LOCADOR, resolvem de comum acordo e obedecendo às normas da Legislação Aplicável (Lei 8.245/1991), celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 485/2007, celebrado em 24 de janeiro de 2007, proveniente do Processo de Licitação nº 12/2007, instaurado através da Dispensa nº 12/2007, homologado no dia 24 de janeiro de 2007, que tem como objeto a locação de um imóvel de propriedade do LOCADOR, localizado na Avenida Santa Terezinha, 453, neste Município, e destina-se à instalação de PSF - PROGRAMA SAÚDE NA FAMÍLIA, onde se adita a CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E REAJUSTE, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E REAJUSTE**

O valor mensal a ser pago ao LOCADOR fica reajustado em 6,9716% referente à variação do INPC no período de 01/07/2012 a 30/06/2013, passando de R\$ 1.800,00 para R\$ 1.925,49 (mil novecentos e vinte e cinco reais e quarenta e nove centavos), a partir de 01 de outubro de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões

oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 26 de setembro de 2013.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
LOCATÁRIO

LUIZ EUSÉBIO MALISKA
LOCADOR

(Testemunha 01)

(Testemunha 02)

Recisão Contrato 871/2011 PMJ **RESCISÃO** **CONTRATO Nº 871/2011/PMJ**

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito em exercício, Sr. MARCOS WEISS, resolve celebrar o presente TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL, relativo à prestação pela CONTRATADA de serviços de portaria junto ao prédio da Escola Municipal Rotary Fritz Lucht, neste Município, conforme cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica rescindido, com fundamento no art. 78, XII, da Lei 8.666/93, o contrato nº 871/2011/PMJ, firmado em 12 de dezembro de 2011 com a empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 79.283.065/0001-41, estabelecida na RUA DONA LEOPOLDINA, 26, Bairro CENTRO, no Município de JOINVILLE/SC, proveniente do Processo de Licitação 116/2011/PMJ, instaurado através do Edital PP nº 56/2011/PMJ, homologado em 12/12/2011.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os efeitos deste Termo de Rescisão contarão a partir da data de publicação do extrato do presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões decorrentes desta Rescisão contratual, renunciando as partes a qualquer outro que lhes possa ser mais favorável.

Joaçaba (SC), 30 de setembro de 2013.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
MARCOS WEISS
Prefeito em exercício

Testemunhas:

1. _____

2. _____

Extrato do Contrato de Outorga Nº 047/2013 **EXTRATO DO CONTRATO DE OUTORGA Nº 047/2013**

CONVENIENTE: FUNDAÇÃO MUN DE CULTURA E ESPORTE DE JOAÇABA(SC),

CONVENIADO: CLEBER CARLO

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 2.250,00

Joaçaba - SC, 27 de Setembro de 2013
MIRIAN DOLZAN - Superintendente
CLEBER CARLO - Atleta

Extrato do Contrato de Outorga Nº 048/2013
EXTRATO DO CONTRATO DE OUTORGA Nº 048/2013

CONVENIENTE: FUNDAÇÃO MUN DE CULTURA E ESPORTE DE JOAÇABA(SC),
CONVENIADO: JOSÉ HENRIQUE DE PAULA

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 2.160,00

Joaçaba - SC, 27 de Setembro de 2013
MIRIAN DOLZAN - Superintendente
JOSÉ HENRIQUE DE PAULA - Atleta

Extrato do Contrato de Outorga Nº 049/2013
EXTRATO DO CONTRATO DE OUTORGA Nº 049/2013

CONVENIENTE: FUNDAÇÃO MUN DE CULTURA E ESPORTE DE JOAÇABA(SC),
CONVENIADO: LEANDERSON SANT'ANA CORIOLANO

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 2.250,00

Joaçaba - SC, 27 de Setembro de 2013
MIRIAN DOLZAN - Superintendente
LEANDERSON SANT'ANA CORIOLANO - Atleta

Extrato do Contrato de Outorga Nº 050/2013
EXTRATO DO CONTRATO DE OUTORGA Nº 050/2013

CONVENIENTE: FUNDAÇÃO MUN DE CULTURA E ESPORTE DE JOAÇABA(SC),
CONVENIADO: TALES ANTONIO TESSARO

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 2.250,00

Joaçaba - SC, 27 de Setembro de 2013
MIRIAN DOLZAN - Superintendente
TALES ANTONIO TESSARO - Atleta

PLASS

Resultado da Eleição do Conselho de Administração do PLASS

PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) – PLASS
Av. XV de Novembro, 378 – Centro
89600-000 - Joaçaba – SC
Fone/Fax: 49 – 3527-8804
E-mail – plassjba@gmail.com
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DA ELEIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO PLASS TRÊNIO 2013-2016

COLOCAÇÃO	NOME	VOTOS
1º	REJANE PAGANINI	65
2º	CLEONOR CARLOS BERGENTHAL (Alemão)	49
3º	DANIELE GALVÃO RODRIGUES	47
4º	LURDES FOPPA PANTTI	40
5º	JULIANA DARTORA BESBATI	38
6º	IVONE ZANATTA	35
7º	SULANY DE FATIMA B. WELTER (Sula)	31
8º	JANA TERESINHA PINTO PILGER	28
9º	ADENIR DE JESUS BENITES (Baixinho)	25*
10º	MARIZETE ROSSANA AP. BRASIL	25
11º	MARCOS ANTONIO BORDIN DA ROSA	19
12º	HELLEN CHRISTIAN WUEST DABROWSKI	17
13º	INES MARIA PICOLI GEMELLI	12
14º	NEWDIBERTO NIWALDO A. GHIGGI	04
	NULOS	04
	BRANCO	03
	VÁLIDOS	435
	TOTAL DE VOTOS	442
	NÃO VOTARAM	231

*Critério de Desempate: O candidato com mais tempo de filiação no PLASS (Art. 25 Resolução 07/2013)

JOAÇABA (SC), 30 de setembro de 2013
JULIO CESAR BISSANI
Presidente Comissão Eleitoral

SIMAE

Portaria JHL 152/2013

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 152/2013 DE 30.09.2013
Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba e Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Designar Romalcir Schuck, ocupante do cargo de Mecânico de Manutenção, enquadrado no P-4, N-3 Ref.J-10, sob nº da CNH 02549317508, para exercer a atividade de Condutor de Veículo da Autarquia, estando autorizado a pilotar a motocicleta Placa MAY -8031, no período de 01 de Outubro de 2013 à 30 de Novembro de 2013, que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo, fazendo jus à um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência "A", do Nível 1, do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 2º- O servidor designado como condutor é responsável pela locomoção de servidores em serviço e no transporte de materiais/equipamentos devendo observar todas as regras do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 01 de Outubro de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 30 de setembro de 2013.
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente

Ordem de Serviço 0012/2013 - SIMAE
ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 0012/2013

Autorizo por meio desta, a empresa G.A. VASCONCELLOS ENGENHARIA LTDA a iniciar os serviços referentes a Execução de projeto estrutural da captação e arquitetônico e estrutural da subestação de energia para nova captação de água bruta, no município de Joaçaba, de acordo com as especificações pertinentes ao Processo Licitatório JHL 0041/2013, Tomada de Preços JHL 0006/2013, Protocolo JHL 2092/2013, formalizada pelo Termo de Contrato N.º 0089/2013 de 18 de setembro de 2013.

O valor Global dos serviços e materiais contratados é de R\$ 68.000,00 (Sessenta e oito mil reais), com prazo de execução de 90 (noventa) dias, a partir do recebimento desta Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC) 18 de Setembro de 2013.

Contratante: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
NOME E CARGO: ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente

CONTRATADO: G.A. VASCONCELLOS ENGENHARIA LTDA
Engº Responsável: Gilson Addor de Vasconcellos - Engenheiro Civil
CPF- 423.417.289-87
CREA- 24889-2

RECEBI EM ____/____/____

Ordem de Serviço 0013/2013 - SIMAE
ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 013/2013

Autorizo por meio desta, a empresa CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA - ME a iniciar os serviços referentes à Urbanização do Reservatório de Água Tratada, denominado RAP-008 e Construção Civil da Elevatória de Água Tratada Denominada EAT-024, localizados no Bairro São Francisco, em Luzerna - SC, de acordo com as especificações pertinentes ao Processo Licitatório JHL 0042/2013, Tomada de Preços JHL 0007/2013, Protocolo JHL 2113/2013, formalizada pelo Termo de Contrato N.º 0090/2013 de 18 de setembro de 2013.

O valor Global dos serviços e materiais contratados é de R\$ 137.174,71 (Cento e trinta e sete mil, cento e setenta e quatro reais e setenta e um centavos), com prazo de execução de 120 (cento e vinte) dias, a partir do recebimento desta Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC) 01 de Outubro de 2013.

Contratante: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
NOME E CARGO: ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente

Contratado: CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA - ME
Engº Responsável: Dieison Ramos Glasenapp - Engenheiro Civil
CPF- 017.992.999-29
CREA-S1 058024-5

RECEBI EM ____/____/____

Lages**PREFEITURA****PP 05 e 06-2013 FIA; PP 77 e 78-2013 PML**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Diretoria de Licitações e Contratos

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 05-2013 FIA

Objeto: Aquisição de Equipamentos para a Casa de Apoio a Mulher

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 29/10/2013 às 09:00

Valor Estimado: 24.996,89

Modalidade: PP 06-2013 FIA

Objeto: Aquisição de Longarinas p/ CRENSA

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 30/10/2013 às 09:00

Valor Estimado: 16.035,43

Modalidade: PP 78-2013 PML

Objeto: Aquisição de Materiais Elétricos

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 29/10/2013 às 14:30

Valor Estimado: 33.587,58

Modalidade: PP 77-2013 PML

Objeto: Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual - EPI

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 30/10/2013 às 14:30

Valor Estimado: 11.987,27

A retirada obter-se-á na Diretoria de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00 cada, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 1º de outubro de 2013.

PEDRO MARCOS ORTIZ

Secretário de Administração

Extrato de Convenios 01/2013 À 56/2013 - Lages-SC

TERMO DE CONVÊNIO N.º 001/2013 - FME

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) CLUBE CAÇA E TIRO 1º DE JULHO, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 82.790.593/0001-00, com sede à Rua Cirilo Vieira Ramos, nº 1.700, Bairro Caça e Tiro., na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, fone: (49) 3222-1699, representado neste ato pelo(a) Sr(a) JOSÉ MAXIMILIANO CAPPELLETTI BATALHA, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:



O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido pelo Município para auxílio financeiro nas despesas de representação do Município de Lages nas competições coordenadas pelas Federações do Estado de Santa Catarina e pela Confederação Brasileira nas modalidades esportivas, assim como em todas as etapas dos JASC - Jogos Abertos de Santa Catarina, sendo futsal, bolão 23 masculino e feminino, tiro, tênis de campo e natação nas categorias de base.

O município repassará a quantia de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais.) em 10 (dez) parcelas mensais de R\$. 20.000,00, (vinte mil reais), de acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 002/2013 - FME

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA SUL CATARINENSE - ADSC, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 10.821.944/0001-83, com sede à Rua São José, nº 392 43/44, Bairro Centro., na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, fone: (48) 9617-9299, representado neste ato pelo(a) Sr(a) MARCOS AURÉLIO SORATO, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido pelo Município para auxílio financeiro para implantar o projeto Hipper Escola Futsal/Idiomas neste Município.

1.1- O município repassará a quantia de R\$ 79.000,00 (setenta e nove mil reais.) em 10 (dez) parcelas mensais de R\$. 7.900,00, (sete mil e novecentos reais), de acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 003/2013 - FCL

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) AMIGOS DO MUSEU MALINVERNI FILHO, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 78.492.006/0001-10, com sede à Rua Manoel Thiago de Castro, nº 109, Bairro Centro., na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, fone: (49) 3222 7831, representado neste ato pelo(a) Sr(a) ANGELA MARIA MALINVERNO WESTARB, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido pelo Município para auxílio financeiro objetivando a viabilização da manutenção e conservação do acervo e pagamento de despesas de conservação do Museu Malinverni Filho, neste Município.

O município repassará a quantia de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais.) em 10 (dez) parcelas mensais de R\$. 3.000,00, (três mil reais), de acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 004/2013 - FCL

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu

Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) FUNDAÇÃO INSTITUTO NEREU RAMOS, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 02.540.644/0001-06, com sede à Rua Josaphat Lenzi, 49, Bairro Brusque, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, fone: (49) 3223-9387, representado neste ato pelo(a) Sr(a) ZILDA TE-REZINHA FURLAN FIGUEIREDO, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido pelo Município para auxílio financeiro para realizar o evento "SEMANA SANTA" neste Município.

O município repassará a quantia de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais.) em 01 (uma) parcela), de acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 005/2013 - FME

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) ASSOCIAÇÃO DE HANDEBOL DE LAGES, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 10.939.297/0001-09, com sede à Avenida Marechal Floriano, nº 82, Bairro Centro, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, fone: (49) 9922-4937, representado neste ato pelo(a) Sr(a) JAIR ANTÔNIO BOGONI, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido para auxílio financeiro visando custear despesas da conveniada na promoção de eventos, manutenção de escolinhas, formação de atletas e inclusão social, participação em competições, treinamentos de equipes, entre outras despesas, todas relacionadas à modalidade handebol para a mesma representar o Município de Lages a nível regional, estadual, nacional e internacionalmente.

O município repassará a quantia de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais.) em 10 (dez) parcelas mensais de R\$. 6.000,00, (seis mil reais), de acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 006/2013 - FME

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) ASSOCIAÇÃO LAGEANA DE VOLEIBOL, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 08.726.486/0001-51, com sede à Avenida santa Catarina, nº 1.136, Bairro Santa Helena, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, fone: (49) 9108-9075 , representado neste ato pelo(a) Sr(a) LEONARDO BERTONI CORRÊA PONTALTI, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido para auxílio financeiro visando desenvolver atividades e treinamentos com as equipes de base desta modalidade na categoria masculina, representando o Município de Lages nas competições oficiais.

O município repassará a quantia de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais.) em 10 (dez) parcelas mensais de R\$. 3.000,00, (três mil reais), de acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 007/2013 - FME

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) CLUBE CAÇA E TIRO 1º DE JULHO / BORBA GATO FUTSAL, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 82.790.593/0001-00, com sede à Rua Cirilo Vieira Ramos, nº 1.700, Bairro Caça e Tiro., na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, fone: (49) 3222-1699, representado neste ato pelo(a) Sr(a) JOSÉ MAXIMILIANO CAPPELLETTI BATALHA, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no auxílio financeiro para representar o Município de Lages durante o ano de 2013 no Campeonato Catarinense de Futsal, categoria Sub 15, competição coordenada pela Federação Catarinense de Futebol de Salão e ainda na OLESC, categoria Sub 16, competição coordenada pela FESPORTE.

O município repassará a quantia de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais.) em 10 (dez) parcelas mensais de R\$. 2.500,00, (dois mil e quinhentos reais), de acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 008/2013 - FMAS

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) ASSOCIAÇÃO LAGEANA DA TERCEIRA IDADE - ALTERI, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 78.493.103/0001-28, com sede à Rua Cláudio Galeno, 153, Bairro Várzea, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, fone: (49) 3225-1400, representado neste ato pelo(a) Sr(a) RITA BATALHA PARIZOTTO, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido pelo Município para auxílio financeiro para a manutenção do Centro de Convivência do Idoso neste Município.

O município repassará a quantia de R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais.) em 09 (nove) parcelas de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), de acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 009/2013 - FME

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E RECREATIVA CAMÕES FUTSAL, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 08.700.966/0001-43, com sede à Avenida Luiz de Camões, nº 770, Bairro Coral, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, fone: (49) 3223 4674 , representado neste ato pelo(a) Sr(a) HILDEBRANDO DE ALMEIDA, Presidente, CPF nº 459.506.520-53, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido para auxílio financeiro visando promover e fomentar o esporte, custear despesas na manutenção de escolinha, formação de atletas e inclusão social, participação, entre outras despesas, todas relacionadas à modalidade de futsal.

O município repassará a quantia de R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais.) em 09 (nove) parcelas mensais de R\$. 1.600,00, (um mil e seiscentos reais), de acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 010/2013 - FMAS

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE SURDOS, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 83.398.388/0001-58, com sede à Rua Gerson Luis Fontana, nº 95, Bairro Universitário, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, fone: (49) 3222 5411 , representado neste ato pelo(a) Sr(a) ADEMAR DIONÍSIO VARELA, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido para auxílio financeiro para manutenção da referida entidade.

O município repassará a quantia de R\$ 14.600,00 (quatorze mil e seiscentos reais.) em 10 (dez) parcelas mensais de R\$. 1.460,00, (um mil quatrocentos e sessenta reais), de acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 011/2013 - FME

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) ASSOCIAÇÃO LAGEANA DE BICICROSS, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 07.585.629/0001-90, com sede à Rua Correia Pinto, nº 388, Bairro Centro, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, fone: (49) 3222 8176 , representado neste ato pelo(a) Sr(a) DELVINA ZANOTTO DE SOUZA, Presidente, CPF nº 506.043.769-87, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido para auxílio financeiro visando apoiar esportes radicais nas competições de bicicross com bicicletas especiais semi profissionais ofertadas pela Associação nos campeonatos catarinense e nacional, visando diversificar a prática deste esporte.

O município repassará a quantia de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais.) em 09 (nove) parcelas mensais de R\$. 2.000,00, (dois mil reais), de acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 012/2013 - FME

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E RECREATIVA KI-BOLA, inscrito(a) no CNPJ sob n.º

07.544.771/0001-99, com sede à Avenida Luiz de Camões, nº 210, Bairro Coral, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, fone: (49) 3225 1133, representado neste ato pelo(a) Sr(a) CARLOS FONTANA, Presidente, CPF nº 385.365.449-53, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido para auxílio financeiro visando representar o município de Lages nas competições coordenadas pela FESPORTE bem como JASC e joguinhos na modalidade de futebol de salão.

O município repassará a quantia de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais.) em 09 (nove) parcelas mensais de R\$. 5.000,00, (cinco mil reais), de acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 013/2013 - FME

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA LANCE LIVRE, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 07.720.938/0001-25, com sede à Rua Coronel Córdova, nº 1260, Bairro Centro, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, fone: (49) 8406 5714, representado neste ato pelo(a) Sr(a) CLAUDIO ROBERTO MUNIZ, Presidente, CPF nº 489.912.369-87, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido para auxílio financeiro visando representar o município de Lages nas competições coordenadas pela FESPORTE e pela Liga Serrana na modalidade esportiva de basquete, nas categorias sub 12, sub 13 e sub 14, proporcionando aos meninos carentes a oportunidade de estudar em colégios particulares custeados pela ADLL formando atletas de competição.

O município repassará a quantia de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais.) em 09 (nove) parcelas mensais de R\$. 6.000,00, (seis mil reais), de acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 014/2013

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) LAGES XADREZ CLUBE, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 78.497.690/0001-23, com sede à Avenida Antônio Ribeiro dos Santos, nº 400, Bairro Várzea, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, fone: (49) 3224 9225, representado neste ato pelo(a) Sr(a) MARCO AURÉLIO ZAROR CORDEIRO, Presidente, CPF nº 807.118.479-91, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido para auxílio financeiro visando viabilizar a prática de xadrez na cidade de Lages, representando a cidade em OLESC (jogos da juventude), joguinhos abertos de Santa Catarina, PARA-JASC e JASC.

O município repassará a quantia de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais.) em 09 (nove) parcelas mensais de R\$. 6.000,00, (seis mil reais), de acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 015/2013 - FMAS

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) CENTRO SOCIAL LUPÉRCIO DE OLIVEIRA KOECHE, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 07.839.455/0001-44, com sede à Avenida Caldas Júnior, nº 206, Bairro Santa Helena, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, fone: (49) 8408 4832, representado neste ato pelo(a) Sr(a) JOÃO VOLNI MADRUGA DA SILVA, CPF 194.502.499-15, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido pelo Município para auxílio financeiro para atendimento às famílias carentes, em especial na segurança alimentar e no apoio ao desenvolvimento e amparo familiar.

O município repassará a quantia de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais.) em 10 (dez) parcelas R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) de acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 016/2013 - PML

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) ASSISTÊNCIA SOCIAL SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 83.423.244/0001-04, com sede à Rua Cirilo Vieira Ramos, nº 1434, Bairro Caça e Tiro, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, fone: (49) 3222 7994, representado neste ato pelo(a) Sr(a) ROSA MARIA BEL DONATO, CPF 070.407.099-53, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido pelo Município para auxílio financeiro para proporcionar educação, alimentação, vestuário, recreação, lazer e desenvolvimento psico-motor para crianças de 02 a 05 anos de idade.

O município repassará a quantia de R\$ 53.400,00 (cinquenta e três mil e quatrocentos reais.) em 09 (nove) parcelas, sendo a 1ª de R\$ 10.680,00 e as demais 08 parcelas de R\$ 5.340,00 (cinco mil trezentos e quarenta reais) de acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 017/2013 - FCL

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) ASSOCIAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA MÚSICOS VOLUNTÁRIOS DE LAGES, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 10.693.813/0001-68, com sede à Rua Pará, nº 565, Bairro São Cristóvão, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, fone: (49) 3224 7968, representado neste ato pelo(a) Sr(a) JOED JEFFER FERREIRA DE MELLO, CPF 021.631.099-76, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido pelo Município para auxílio financeiro para ministrar aulas musicais, ensaios e manutenção anual da orquestra e coral Orquestra Sinfônica de Lages

O município repassará a quantia de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais.) em 10 (dez) parcelas R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) de acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 018/2013 - FCL

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO ESPAÇO CULTURAL RECHE, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 089.440.087/0001-67, com sede à Rua Lourenço Dias Batista, nº 559, Bairro Santa Rita, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, fone: (49) 9121 2094, representado neste ato pelo(a) Sr(a) ALCEU LUIZ RECHE, CPF 295.861.949-49, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido pelo Município para auxílio financeiro para a manutenção das atividades do Espaço Cultural Reche.

O município repassará a quantia de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais.) em 10 (dez) parcelas R\$ 3.000,00 (três mil reais) de acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 019/2013 - FMS

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) GRUPO DE APOIO E PREVENÇÃO A DST/HIV/AIDS - RAÍZES, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 06.937.820/0001-90, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 510, Bairro Centro, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, fone: (49) 9947 7025, representado neste ato pelo(a) Sr(a) EDILAMAR TERESINHA ALBANO, CPF 753.375.509-00, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido pelo Município para auxílio financeiro para pagamento de aluguel, compra de alimentos e manutenção da entidade.

O município repassará a quantia de R\$ 12.000,00 (doze mil reais.) em 10 (dez) parcelas R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) de acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 020/2013 - FMS

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) GRUPO DE APOIO REGIONAL PARA REABILITAÇÃO DA AIDS, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 73.886.715/0001-67, com sede à Avenida Marechal Floriano, nº 408, Bairro Centro, na cidade de Lages, Estado de

Santa Catarina, fone: (49) 9967 9944, representado neste ato pelo(a) Sr(a) VERA BRUNHAGO, CPF 573.051.379-87, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido pelo Município para auxílio financeiro para pagamento de aluguel, compra de materiais de expediente, aquisição de alimentos para a manutenção da entidade.

O município repassará a quantia de R\$ 12.000,00 (doze mil reais.) em 10 (dez) parcelas R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) de acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 021/2013 - FMS

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) ACASEF- ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE APOIO SOCIAL E EDUCACIONAL À FAMÍLIA, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 05.664.899/0001-60, com sede à Rua Lauro Muller, nº 141, Bairro Centro, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, fone: (49) 3225 4835, representado neste ato pelo(a) Sr(a) ALEX MARCELO AMARAL DA SILVA, CPF 758.694.629-91, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido pelo Município para auxílio financeiro para pagamento de aluguel, compra de materiais de expediente para a manutenção da entidade.

O município repassará a quantia de R\$ 12.000,00 (doze mil reais.) em 10 (dez) parcelas R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) de acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 022/2013 - PML

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) CRECHE LAR DO CAMINHO, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 78.493.400/0001-73, com sede à Rua Padre Ludovico Kuck, nº 967, Bairro Guarujá, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, fone: (49) 3223 6104, representado neste ato pelo(a) Sr(a) MARISTELA SOUZA SCHIESTL, CPF 461.390.799-34, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido pelo Município com a finalidade de contribuir na manutenção das atividades pedagógicas da entidade, que presta atendimento a 50 crianças carentes de 3 a 4 anos em período integral, e objetiva alimentar, educar e socializar.

O município repassará a quantia de R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais.) em 10 (dez) parcelas R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais) de acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 023/2013 - FMAS

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO

DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) INSTITUTO PATERNIDADE RESPONSÁVEL - PAI, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 07.078.487/0001-74, com sede à Avenida Belizário Ramos, nº 3800, Bairro Centro, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, fone: (49) 3221 3523, representado neste ato pelo(a) Sr(a) ROSANE MAGALI LANG WIGGERS, CPF 219.700.929-04, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido pelo Município com a finalidade de desenvolver em todas as escolas municipais os projetos trabalhando diretamente com os alunos a responsabilidade de cada um dentro de um projeto de vida sem drogas e sem paternidade irresponsável e diminuir o índice de crianças registradas somente no nome da mãe. Em cada escola criar um líder para dar continuidade ao trabalho de prevenção..

O município repassará a quantia de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais.) em 10 (dez) parcelas R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) de acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 025/2013 - FMAS

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) ASSOCIAÇÃO BOM SAMARITANO, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 04.617.128/0001-50, com sede à Rua Manoel Thiago de Castro, nº 660, Bairro Centro, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, fone: (49) 3224 1857, representado neste ato pelo(a) Sr(a) NILSO BUOGO, CPF 088.298.700-30, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido pelo Município com a finalidade de auxílio financeiro para a compra de alimentos para reforço alimentar.

O município repassará a quantia de R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais.) em 09 (nove) parcelas R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) de acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 026/2013 - FMAS

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) ASSOCIAÇÃO LAGEANA DE ASSISTÊNCIA AOS MENORES, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 82.794.546/0001-26, com sede à Avenida Marechal Castello Branco, nº 1400, Bairro Caravágio, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, fone: (49) 3223 2354, representado neste ato pelo(a) Sr(a) ERONILDA CATARINA WURZIUS, CPF 004.824.149-01, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido pelo Município com a finalidade de auxílio financeiro para dar continuidade nas atividades desenvolvidas pela entidade, para pagamento de funcionários e compra de materiais

pedagógicos..

O município repassará a quantia de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais.) em 10 (dez) parcelas R\$ 3.000,00 (três mil reais) de acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 027/2013 - PML

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) ASSOCIAÇÃO RAINHA DA PAZ, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 09.129.89/0001-92, com sede à Rua Eleutério da Silva Furtado, nº 1105, Bairro Centenário, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, fone: (49) 3225-3636, representado neste ato pelo(a) Sr(a) ORCELI LUIZ DA SILVA, CPF 098.393.489-49, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido pelo Município para auxílio financeiro para trabalhos junto à pastoral carcerária, retiros, aconselhamento, cursos, artesanato, eventos assistenciais, dentre outros.

O município repassará a quantia de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais.) em 09 (nove) parcelas de R\$ 3.000,00 (três mil reais) de acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 028/2013 - FME

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) ASSOCIAÇÃO CARNAVALESCA E DESPORTIVA COMUNIDADE DO BAIRRO DA VÁRZEA, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 08.055.250/0001-30, com sede à Avenida 1º de Maio, nº 1922, Bairro da Várzea, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, fone: (49) 3221-0118, representado neste ato pelo(a) Sr(a) LUCIANE APARECIDA DE SOUSA LIMA, CPF 021.559.779-64 Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido para auxílio financeiro visando dar continuidade ao projeto de valorização e oportunidade aos jovens jogadores de futsal de Lages e região serrana, bem como unir 02 equipes com nome respeitado na cidade: Inter/Futsal e ACBV.

O município repassará a quantia de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais.) em 10 (dez) parcelas mensais de R\$. 8.000,00, (oito mil reais), de acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 030/2013 - FME

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E PARADESPORTIVA DE LAGES, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 13.041.657/0001-49, com sede à Rua Marechal Deodoro, Bairro Centro, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, fone: (49) 3224 4134, representado neste ato pelo(a) Sr(a) FRANCISCO JOSÉ FORNARI SOUSA, Presidente, CPF nº 776.809.019-53, tem

justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido para auxílio financeiro visando custear despesas da conveniada na manutenção, viagens, contratação de profissionais e atletas do paradesporto.

O município repassará a quantia de R\$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais.) em 09 (nove) parcelas mensais de R\$. 3.500,00, (três mil e quinhentos reais)

TERMO DE CONVÊNIO N.º 031/2013 - PML

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) ASSOCIAÇÃO DOS CONSELHOS DE PAIS E PROFESSORES DO MUNICÍPIO, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 07.049.709/0001-20, com sede à Avenida Duque de Caxias, nº 618, Bairro Frei Rogério, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, fone: (49) 3289 6500, representado neste ato pelo(a) Sr(a) NOELI PEDROSO PADILHA LEHMANN, CPF 949.873.789-49, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido pelo Município para auxílio financeiro para cobrir despesas com gastos de: pessoal, encargos trabalhistas e previdenciários, caixa escolar e alarmes dos CPPs, instalados dentro das unidades escolares.

O município repassará a quantia de R\$ 2.970.000,00 (dois milhões, novecentos e setenta mil reais.) em 11 (onze) parcelas de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais) de acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 032/2013 - FMAS

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) ASSOCIAÇÃO SERRANA DOS DEFICIENTES FÍSICOS, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 00.720.005.0001-99, com sede à Rua Leontino Ribeiro, nº 144, Bairro Bates, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, fone: (49) 3222-3003, representado neste ato pelo(a) Sr(a) JOÃO CARLOS DE LIZ, CPF 458.121.609-53, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido para auxílio financeiro visando oportunizar aos deficientes físicos a inclusão e reconhecimento humano através das práticas paradesportivas, educacionais, sociais, culturais e toda manutenção e atendimento da Entidade..

O município repassará a quantia de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais.) em 09 (nove) parcelas mensais de R\$. 4.000,00, (quatro mil reais), de acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 033/2013 - FMS

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) CRENDA - CENTRO DE RECUPERAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 02.922.111/0001-80, com sede à Avenida Irmãos Marques, s/nº, Bairro Chapada, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, fone: (49) 3222 2948, representado neste ato pelo(a) Sr(a) ROSI MARIA RODRIGUES DE SOUZA, CPF 623.058.329-15, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido pelo Município para auxílio financeiro para dar continuidade a oferta de serviços de saúde para tratamento de dependentes químicos com 20 (vinte) vagas de pessoas do sexo masculino.

O município repassará a quantia de R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais.) em 12 (doze) parcelas de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) de acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 034/2013 - PML

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) SOCIEDADE LAGEANA DE ASSISTÊNCIA AOS NECESSITADOS - SLAN, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 83.509.521/0001-04, com sede à Av. 1º de Maio, nº 1003, Bairro Popular, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representado(a) neste ato pelo(a) Sr(a) JONES COSTA MACEDO, CPF 025.472.969-00, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido pelo Município para auxílio financeiro para despesas de funcionamento, atendimento e cerce de 115 crianças carentes diariamente 35 idosos, dentre outros.

O município repassará a quantia de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais.) em 10 (dez) parcelas de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) de acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 035/2013 - PML

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES LAGES, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 78.490.828/0001-62, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 178, Bairro Centro, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representado(a) neste ato pelo(a) Sr(a) JOSÉ CARDOSO DE SOUZA, CPF 009.232.619-66, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido pelo Município para auxílio financeiro para apoio à todas as Associações de Moradores deste município, filiadas à Entidade.

O município repassará a quantia de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais.) em 08 (oito) parcelas de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) de acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 036/2013 - PML

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS DO PLANALTO SERRANO - ADEVIPS, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 01.515.579/0001-98, com sede à Rua Cândido Ramos, 182, Bairro Centro, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representado(a) neste ato pelo(a) Sr(a) ADILSON MENDES FRANÇA, CPF 912.904.499-53, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido pelo Município para auxílio financeiro para promover, organizar e integrar ações que beneficiem seus associados, manutenção e custeio de despesas da Entidade.

O município repassará a quantia de R\$ 28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais.) em 08 (oito) parcelas de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais) de acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 037/2013 - PML

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) INSTITUTO JOSÉ PASCHOAL BAGGIO, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 09.198.242/0001-06, com sede à Rua Coronel Córdova, 84, Bairro Centro, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representado(a) neste ato pelo(a) Sr(a) ISABEL CHRISTINA ANTUNES BAGGIO, CPF 522.116.149-49, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido pelo Município para auxílio financeiro para incentivar a leitura através das informações apresentadas no jornal.

O município repassará a quantia de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais.) em 07 (sete) parcelas de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) de acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 038/2013 - PML

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) ACRO - ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES RURAIS ORGANIZADAS, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 78.477.767/0001-01, com sede à Rua Zeca Neves, 218, Bairro Centro, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representado(a) neste ato pelo(a) Sr(a) ANTONIO AMARAL DOS SANTOS, CPF 194.609.709-82, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido pelo Município para auxílio financeiro para a manutenção da entidade.

O município repassará a quantia de até R\$ 1.105.048,15 (um milhão, cento e cinco mil, quarenta e oito reais e quinze centavos) em 08 (oito) parcelas de acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 039/2013 - PML

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) CASA DE APOIO COLIBRI, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 05.934.422/0001-58, com sede à Avenida Belizário Ramos, 1501, Bairro Ipiranga, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representado(a) neste ato pelo(a) Sr(a) NEUSA MARIA LOPES DE OLIVEIRA, CPF 560.072.999-53, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido pelo Município para auxílio financeiro para a manutenção da entidade.

O município repassará a quantia de até R\$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais) em 06 (seis) parcelas de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais) de acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 040/2013 - PML

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) IRMANDADE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 84.954.437/0001-54, com sede à Rua Silvino Duarte Júnior, 135, Bairro Popular, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representado(a) neste ato pelo(a) Sr(a) FRANCISCO CARLOS DA CRUZ, CPF 347.827.109-68, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido pelo Município para auxílio financeiro para pagamento de pessoal, aquisição de material escolar, aquisição de alimentação.

O município repassará a quantia de até R\$ 82.080,00 (oitenta e dois mil e oitenta reais) em 08 (oito) parcelas de R\$ 10.260,00 (dez mil duzentos e sessenta reais) de acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 041/2013 - FME

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) INTERNACIONAL FUTEBOL CLUBE, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 02.347.522/0001-90, com sede à Rua Valério Antunes, nº 611, Bairro Santa Helena, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, fone: (49) 3222 6350, representado neste ato pelo(a) Sr(a) JOSÉ DE MELO, CPF

438.175.809-91, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido para auxílio financeiro para a aquisição de materiais esportivos, pagamentos de profissionais da comissão técnica, compra de medicamentos, transportes para treinos e jogos, alimentação e anuidade junto a federação, arbitragem.

O município repassará a quantia de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais.) em 07 (sete) parcelas mensais de R\$. 4.000,00, (quatro mil reais), de acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 042/2013 - FMAS

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) GRUPO ESPÍRITA OBREIROS DA NOVA ERA, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 01.287.565/0001-64, com sede à Rua Padre Ludovico Kuck, 967, Bairro Guarujá, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representado(a) neste ato pelo(a) Sr(a) NEUSA MARIA LOPES DE OLIVEIRA, CPF 560.072.999-53, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido pelo Município para auxílio financeiro para o atendimento às famílias carentes dos bairros adjacentes a entidade, com sopa comunitária diária de segunda a sábado, entrega de cestas básicas mensais e almoços diários a idosos e dependentes químicos.

O município repassará a quantia de até R\$ 82.000,00 (oitenta e dois mil reais) em 10 (dez) parcelas de R\$ 8.200,00 (oito mil e duzentos reais) acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 043/2013

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) AUTO MECÂNICA BRASIL FUTSAL, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 07.862.421/0001-70, com sede à Avenida Brasil, nº 1126, Bairro Universitário, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, fone: (49) 9983 2590, representado neste ato pelo(a) Sr(a) ADENOR PEREIRA DE SOUZA, CPF 304.663.699-72, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido para auxílio financeiro para desenvolver a prática pedagógica de futsal feminino.

O município repassará a quantia de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais.) em 06 (seis) parcelas mensais de R\$. 6.000,00, (seis mil reais), de acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 044/2013 - FMAS

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º

82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) IRMANDADE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 84.954.437/0001-54, com sede à Rua Silvino Duarte Júnior, S/N, Bairro Várzea, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representado(a) neste ato pelo(a) Sr(a) FRANCISCO CARLOS DA CRUZ, CPF 347.827.109-68, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido pelo Município para auxílio financeiro para o atendimento às 35 famílias em situação de vulnerabilidade social, através de distribuição de cestas básicas.

O município repassará a quantia de R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais) em 06 (seis) parcelas de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais) de acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 045/2013 - FMAS

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE LAR DO MENINO DEUS, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 04.570.238/0001-03, com sede à Rua Blumenau, 669, Bairro Petrópolis, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representado(a) neste ato pelo(a) Sr(a) IRENE VIRGINIA MONDADORI GARGIONI, CPF 566.803.769/04, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido pelo Município para auxílio financeiro para a manutenção dos 35 idosos residentes no Lar Menino Deus.

O município repassará a quantia de R\$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais) em 08 (oito) parcelas de R\$ 3.937,50 (três mil novecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) de acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 046/2013 - FMAS

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) CONFERÊNCIA VICENTINA DE LAGES, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 84.956.416/0001-78, com sede à Rua José do Patrocínio, 50, Bairro Brusque, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representado(a) neste ato pelo(a) Sr(a) PAULO EDSON BRANCO DE OLIVEIRA, CPF 182.324.269-34, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido pelo Município para auxílio financeiro para a manutenção da entidade.

O município repassará a quantia de R\$ 34.650,00 (trinta e um quatro mil, seiscentos e cinquenta reais) em 06 (seis) parcelas de R\$ 5.775,00 (cinco mil setecentos e setenta e cinco reais) de acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 047/2013 - PML

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE LAGES, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 83.227.108/0001-49, com sede à Avenida Belizário Ramos, 2276, Bairro Centro, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representado(a) neste ato pelo(a) Sr(a) LUIZ JOSÉ SPULDARO, CPF 032.240.909-87, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido pelo Município para auxílio financeiro para a Realização da 7ª Assembléia Geral Ordinária do Conselho Estadual do Jovem Empreendedor de Santa Catarina - Lages SC.

O município repassará a quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em parcela única de acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 048/2013 - FMAS

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCACIONAL E DE APOIO AOS DESAMPARADOS DE LAGES, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 75.438.911/0001-02, com sede à Rua MANOEL Thiago de Castro, 660, Bairro Centro, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representado(a) neste ato pelo(a) Sr(a) ADAYR MENDES, CPF 028.686.289-15, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido pelo Município para auxílio financeiro para a manutenção da entidade.

O município repassará a quantia de R\$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais) em 06 (seis) parcelas de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais) de acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 049/2013 - PML

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) FUNDAÇÃO INSTITUTO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO CENTRO DE CIÊNCIAS AGROVETERINÁRIAS - FIEPE/CAV, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 78.491.610/0001-22, com sede à Rua São Jorge, 42, Bairro Coral, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representado(a) neste ato pelo(a) Sr(a) ILDEGARDIS BERTOL, CPF 179.039.040-00, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido pelo Município para auxílio financeiro para o projeto Amigo do Carroceiro.

O município repassará a quantia de R\$ 16.200,00 (dezesesseis mil e duzentos reais) em 06 (seis) parcelas de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) de acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 050/2013 - FME

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) SOCIEDADE PARANAENSE DIVINA PROVIDÊNCIA, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 76.565.183/0002-35, com sede à Rua Lauro Muller, nº 444, Bairro Centro, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, fone: (49) 3222 0391, representado neste ato pelo(a) Sr(a) ROGÉRIO ALENCAR FERRAZ DE ANDRADE, CPF 500.085.360-15, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido para auxílio financeiro para a participação do voleibol feminino de Lages nas competições representando o voleibol da FME e colégio Santa Rosa de Lima.

O município repassará a quantia de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) em 05 (cinco) parcelas mensais de R\$ 5.000,00, (cinco mil reais), de acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 051/2013 - PML

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) INSTITUTO JOSÉ PASCHOAL BAGGIO, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 09.198.242/0001-06, com sede à Rua Coronel Córdova, 84, Bairro Centro, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representado(a) neste ato pelo(a) Sr(a) ISABEL CHRISTINA ANTUNES BAGGIO, CPF 522.116.149-49, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido pelo Município para auxiliar na realização do Festival Internacional Música na Serra.

O município repassará a quantia de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais.) em 03 (três) parcelas de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) de acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 052/2013 - FMAS

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) SOCIEDADE LA-GEANA ASSISTENCIAL ARISTEU RODOLFO - SOLAR ESPÍRITA, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 04.421.192/0001-60, com sede à Rua Getúlio Vargas, 203, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representado(a) neste ato pelo(a) Sr(a) RAFAEL MAINES, CPF 580.460.200-44, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que

será concedido pelo Município para auxílio financeiro para o projeto Amigo do Carroceiro.

O município repassará a quantia de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) em 05 (cinco) parcelas de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) de acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 053/2013 - PML

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 82.793.944/0001-28, com sede à Rua Joaçaba, 280, Bairro Centro na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representado(a) neste ato pelo(a) Sr(a) LEOCLIDES MANFREDI, CPF 098.690.429-53, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido pelo Município para auxílio financeiro para a manutenção da entidade.

O município repassará a quantia de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) em 05 (cinco) parcelas de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) de acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 054/2013 - FCL

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) FUNDAÇÃO DAS ESCOLAS UNIDAS DO PLANALTO CATARINENSE - UNIPLAC, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 84.953.579/0001-05, com sede à Avenida Castelo Branco, 170, Bairro Universitário, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representado(a) neste ato pelo(a) Sr(a) ELUSA DE FÁTIMA CAMARGO DE OLIVEIRA MACHADO, CPF 613.901.439-53, Diretora Executiva, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido pelo Município para auxílio financeiro para a realização do acervo do Museu Thiago de Castro.

O município repassará a quantia de R\$ 27.200,00 (vinte e sete mil e duzentos reais) em 05 (cinco) parcelas de R\$ 5.440,00 (cinco mil, quatrocentos e quarenta reais) de acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 055/2013 - PML

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) CENTRO SOCIAL SANTO ANTÔNIO, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 83.416.743/0001-74, com sede à Rua Adalberto Campolin, 70, Bairro Morro Grande, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representado(a) neste ato pelo(a) Sr(a) FIORINDO BACCIN, CPF 032.279.019-00, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido pelo Município para auxílio financeiro para a manutenção da entidade.

O município repassará a quantia de R\$ 19.668,00 (dezenove mil, seiscentos e sessenta e oito reais) em 07 (sete) parcelas de R\$ 3.278,00 (três mil, duzentos e setenta e oito reais) de acordo com o período de vigência deste termo.

TERMO DE CONVÊNIO N.º 056/2013 - FMAS

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO FREI ROGÉRIO, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 78.475.043/0001-10, com sede à Rua Leoni de Jesus Croda, 265, Bairro Frei Rogério, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representado(a) neste ato pelo(a) Sr(a) CLAUDIA REGINA DA SILVA, CPF 656.078.489-49, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido pelo Município para auxílio financeiro para a construção de Capela Mortuária e base para Conselho de Segurança do Setor 4 da referida Associação de Moradores.

O município repassará a quantia de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) em 03 (três) parcelas de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) de acordo com o período de vigência deste termo.

Lebon Régis

PREFEITURA

Lei Municipal Nº 1.438/2013

LEI MUNICIPAL Nº 1438/2013, 27 de setembro de 2013.

“Declara de utilidade pública a Associação dos Agricultores e Produtores Rurais da Comunidade de São Pedro e São Miguel e dá outras providências.”

LUDOVINO LABAS, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica declarado de utilidade pública, no âmbito administrativo deste município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina a Associação dos Agricultores e Produtores Rurais da Comunidade de São Pedro e São Miguel pessoa jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, de caráter beneficente, com atividades de defesa dos direitos sociais inscrita no CNPJ sob nº 18.535.890/001-00 com sede e foro nesta cidade na Comunidade de São Pedro s/nº, com atividades de organizações associativas voltadas aos interesses dos associados.

Art. 2º. Revogam-se contrárias disposições.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 27 de setembro de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios

CLEUZA MARIA R. TOMACHEUSKI
Secretária de Administração e Finanças

Lei Municipal Nº 1.439/2013

LEI MUNICIPAL Nº 1439/2013, 27 de setembro de 2013.
"Declara de utilidade pública a Associação dos Agricultores e Produtores Rurais da Comunidade de Faxinal São Pedro e dá outras providências."

LUDOVINO LABAS, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública, no âmbito administrativo deste município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina a Associação dos Agricultores e Produtores Rurais da Comunidade de Faxinal São Pedro pessoa jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, de caráter beneficente, com atividades de defesa dos direitos sociais inscrita no CNPJ sob nº 18.679.895/0001-06 com sede e foro nesta cidade na Comunidade de Faxinal São Pedro s/ nº, com atividades de organizações associativas voltadas ao interesses dos associados.

Art. 2º. Revogam-se contrárias disposições.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 27 de setembro de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios

CLEUZA MARIA R. TOMACHEUSKI
Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº 308/2013 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS
HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
PORTARIA Nº. 0308/2013 de 30 de Setembro de 2013.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

RESOLVE:

ART. 1º - EXONERAR A PEDIDO A FUNCIONÁRIA, MARCELI GUEDES MOREIRA, ocupante do cargo de COZINHEIRA, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 30 de Setembro de 2013.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 30 de Setembro de 2013.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

Portaria Nº 309/2013 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS
HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
PORTARIA Nº. 0309/2013 de 30 de Setembro de 2013.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

RESOLVE:

ART. 1º - EXONERAR A PEDIDO O FUNCIONÁRIO, VILMAR JOSÉ DE MIRANDA, ocupante do cargo de VIGIA, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 30 de Setembro de 2013.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 30 de Setembro de 2013.
MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente



Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Extrato Pregão 55/2013

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL
Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2013

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para a aquisição equipamentos de informática de câmaras de segurança, lavadoras de roupas, equipamentos de climatização, maquina de cortar grama, cadeiras, mesas, armários, e materiais de expediente o, no dia 16 de outubro de 2013, as 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 30 de setembro de 2013.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal.

Luzerna

PREFEITURA

Extrato de Homologação - Pregão - FMS - PL 055/2013 - PR 043/2013 - Fraldas Infantis e Geriátricas

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DE FAZENDA e ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
Processo De Licitação Nº 0055/2013/PML
Edital De Pregão Nº 0043/2013/PML

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 055/2013, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço
- Objeto: Aquisição, de forma parcelada, de fraldas infantis e geriátricas destinadas à manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, no atendimento de pacientes do município que fazem uso delas.

- Proponente(s) Vencedora(s):
* ROBERTO TESSARO & CIA LTDA ME
* SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA

- Valor total: R\$ 44.145,00

Luzerna (SC), 30 de setembro de 2013.
WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER
Gestor do FMS

Extrato de Homologação - Pregão - PML - PL 053/2013 - PR 041/2013 - Nutricionista

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DE FAZENDA e ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
Processo Licitatório nº 0053/2013 - PML
Pregão Presencial nº 0041/2013 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0053/2013, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço.

- Objeto: Contratação de nutricionista, com registro no respectivo órgão de classe, para o desenvolvimento de carga horário de 30h (trinta horas) semanais, para o atendimento das determinações, exigências e atribuições preconizadas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), nos termos da Resolução DC/FNDE nº 38, de 16.07.2009, art. 14.

- Proponente(s) Vencedora(s):
*ANDRESSA DALLA LANA

- Valor total: R\$ 15.552,00

Luzerna (SC), 30 de setembro de 2013.
MOISES DIERSMANN
Prefeito Municipal

Extrato Contrato PML.116.13

FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL - CETEPI
Pólo de Inovação Vale do Rio do Peixe - INOVALE
ARISTIDES CIMADON

Extrato do 7º Termo Aditivo ao Contrato FMS.001.10 - Rescisão

EXTRATO DE CONTRATO
FMS 2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº: fms.001.10 - Sétimo Termo Aditivo - Rescisão

MODALIDADE: Pregão fms nº 0016/2009

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS

CONTRATADA: MENON CORRETORA DE SEGUROS LTDA

OBJETO: RESCISÃO do Sétimo Termo Aditivo ao contrato fms.001.10, devido a inclusão de veículo placas MHA 9550, no valor de R\$ 869,08 (oitocentos e sessenta e nove reais e oito centavos), retornando assim, o valor do contrato ao valor então vigente, ou seja, R\$ 18.358,16 (dezoito mil, trezentos e cinquenta e oito reais e dezesseis centavos) e o item 1.1. da Cláusula Primeira e item 2.1. da Cláusula Segunda à redação anterior.

Luzerna(SC), 02 de setembro de 2013.
WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER
Gestor do FMS
CONTRATANTE

SHEILA MANTOANI
MENON CORRETORA DE SEGUROS LTDA
CONTRATADA

Extrato do 9º Termo Aditivo ao Contrato PML.001.10 - Republicado por Incorreção

Republicado por incorreção

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.001.10 - Nono Termo Aditivo

MODALIDADE: Pregão nº 0024/2009

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC)

CONTRATADA: MENON CORRETORA DE SEGUROS LTDA

OBJETO: concordância de ambas as partes, alterar o valor, com a inclusão de veículos, placas MLS 9734, MHA 9540 e MHA 9550, não havendo alteração de valores com relação aos demais veículos, alterando em R\$ 3.955,59 (três mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos) passando o valor total de R\$ 26.049,50 (vinte e seis mil, quarenta e nove reais e cinquenta centavos) para R\$ 30.005,09 (trinta mil, cinco reais e nove centavos), consequentemente, também alterando o item 1.1. da Cláusula Primeira e item 2.1. da Cláusula Segunda.

Luzerna(SC), 02 de setembro de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

SHEILA MANTOANI

MENON CORRETORA DE SEGUROS LTDA

CONTRATADA

1º Ato de Apostilamento Arp 00692013

1º ATO DE APOSTILAMENTO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML 069/2013 de 04/06/2013

APOSTILA de DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML 069/2013 de 04/06/2013, proveniente do Processo Licitatório nº 0031/2013, Pregão nº 0024/2013, celebrada entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA e GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no §8º do art. 65 da Lei 8.666/93, determina o apostilamento à Ata de Registro de Preços pml, 069/2013 de 04/06/2013, proveniente do Processo Licitatório nº0031/2013, Pregão nº 0024/2013 nas dotações orçamentárias:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Secretaria de Obras e Serviços

Atividade - 1101.15.452.0061.2052 - Manutenção dos Serviços Urbanos

Reduzido: 113

Fonte 00 - Recursos Ordinários

EMPENHAMENTO ORDINÁRIO

Luzerna(SC), 20 de setembro de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

4º Ato de Apostilamento - Atas de Registro de Preços PML 048/2013, 049/2013,

4º ATO DE APOSTILAMENTO - ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PML 048/2013, 049/2013, 050/2013, 051/2013, 052/2013, 053/2013 e 054/2013

APOSTILA de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS às ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PML 048/2013, 049/2013, 050/2013, 051/2013, 052/2013, 053/2013 e 054/2013 de 14/05/2013, proveniente do Processo Licitatório nº 0026/2013, Pregão nº 0020/2013,

celebrada entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA e AIRTON SILVA DA MOTTA ME, AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, COR & ARTE COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA, F. R. GIUSTI COMERCIAL LTDA, MERCADO RZ LTDA, OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA e SUPER DELAZERI LTDA.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no §8º do art. 65 da Lei 8.666/93, determina o apostilamento às Atas de Registro de Preços pml, 048/2013, 049/2013, 050/2013, 051/2013, 052/2013, 053/2013 e 054/2013 de 14/05/2013, proveniente do Processo Licitatório nº0026/2013, Pregão nº 0020/2013 nas dotações orçamentárias:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Elemento - 3.3.90.30.07 - Gêneros de Alimentação

Elemento - 3.3.90.30.22 - Material de limpeza e produção de higienização

Elemento - 3.3.90.30.04 - Gás Engarrafado

Elemento - 3.3.90.30.21 - Material de copa e cozinha

Elemento - 3.3.90.30.26 - Material elétrico e eletrônico

Elemento - 3.3.90.30.19 - Material de Acondicionamento e Embalagem

EMPENHAMENTO POR ESTIMATIVA

Atividade - 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Reduzido: 004

Fonte 00 - Recursos Ordinários

Luzerna(SC), 23 de setembro de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Extrato Arp FMS.037.13

EXTRATO DE CONTRATO Nº: fms.37.13

MODALIDADE: Pregão fms nº 43/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS

CONTRATADA: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

OBJETO: aquisição de fraldas infantis e geriátricas destinadas à manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, no atendimento de pacientes do Município que fazem uso delas

VALOR: R\$ 41.388,00 (quarenta e um mil, trezentos e oitenta e oito reais);

VIGÊNCIA: de 12 (doze) meses, a partir da sua publicação.

Luzerna(SC), 30 de setembro de 2013.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER

GESTOR DO FMS

CONTRATANTE

ROBERTO ANTÔNIO TESSARO

ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

FORNECEDOR 1

Extrato Arp FMS.038.13

EXTRATO DE CONTRATO Nº: fms.38.13

MODALIDADE: Pregão fms nº 43/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS

CONTRATADA: SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA

OBJETO: aquisição de fraldas infantis e geriátricas destinadas à manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, no atendimento de pacientes do Município que fazem uso delas
 VALOR: R\$ 2.757,00 (dois mil, setecentos e cinquenta e sete reais)
 VIGÊNCIA: de 12 (doze) meses, a partir da sua publicação.

Luzerna(SC), 30 de setembro de 2013.
 WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER
 GESTOR DO FMS
 CONTRATANTE

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA
 FORNECEDOR 2

Extrato da Arp PML.115.13

EXTRATO DE CONTRATO Nº: ARP.PML. 115.13
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA
 CONTRATADA: ANDRESSA DALLA LANA

OBJETO: contratação de Nutricionista, com registro no respectivo órgão de classe, para o desenvolvimento de carga horária de 30h (trinta) horas semanais, para o atendimento das determinações, exigências e atribuições preconizadas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), nos termos da Resolução DC/FNDE nº 38, de 16.07.2009, art. 14.

Luzerna(SC), 30 de setembro de 2013.
 MOISÉS DIERSMANN
 Prefeito Municipal
 CONTRATANTE

ANDRESSA DALLA LANA
 FORNECEDOR 1

Macieira

PREFEITURA

Abre Credito Especial No Orçamento

LEI Nº665, DE 10 DE SETEMBRO DE 2013.

"Abre Credito Especial no Orçamento de 2013 pelo Excesso de Arrecadação Co- financiamento estado".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no orçamento de 2013 na seguinte programação de despesa:

11.00 Fundo Municipal de Assistência Social
 11.01 Fundo Municipal de Assistência Social
 40.10 Manutenção das Atividades da Assistência social Geral
 33.90-53Aplicações Diretas
 R\$ 1.529,00

Art. 2 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 10 de setembro de 2013.
 EMERSON ZANELLA
 Prefeito Municipal

Cria o Fundo Municipal de Defesa Civil

LEI COMPLEMENTAR Nº 53, DE 03 DE setembro DE 2013

CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE MACIEIRA FUNMDEC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;
 LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º Fica criado o Fundo Municipal de Defesa Civil do Município de Macieira FUNMDEC, vinculado ao Gabinete do Prefeito o qual será administrado por um Conselho Gestor.

Art. 2º Fica instituído o Conselho Gestor, que será composto por 05 membros, sendo o presidente indicado pelo Chefe do Poder Executivo e os demais escolhidos dentre os membros que compõem a Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC.

Parágrafo Único - Os membros do Conselho Gestor não serão remunerados a qualquer título, sendo, entretanto, as atividades desenvolvidas consideradas como serviços públicos relevantes.

Art. 3º O FUNMDEC tem por finalidade captar, controlar e aplicar recursos financeiros, de modo a garantir a execução de ações preventivas, de socorro e de assistência emergencial às populações atingidas por desastres.

Art. 4º Compete ao órgão gestor do FUNMDEC:

I - administrar recursos financeiros;

II - cumprir as instruções e executar as diretrizes estabelecidas pela COMDEC;

III - prestar contas da gestão financeira;

IV - desenvolver outras atividades atribuídas pelo Chefe do Executivo e que sejam compatíveis com os objetivos do FUNMDEC.

Art. 5º Constitui receita do FUNMDEC:

I - as dotações orçamentárias consignadas anualmente no Orçamento Geral do Município, e os créditos adicionais que lhe forem atribuídos;

II - os recursos transferidos da União, Estado ou Município;

III - os auxílios, doações, subvenções e contribuições de entidades públicas ou privadas, nacional ou estrangeiras, destinados a prevenção de desastres, socorro, assistencial e reconstrução;

IV - os recursos provenientes de dotação e contribuições de pessoas físicas e jurídicas;

V - a remuneração decorrente de aplicação no mercado financeiro;

VI - os saldos dos créditos extraordinários e especiais, aberto em decorrência de calamidade pública, não aplicados e ainda disponíveis;

VII - outros recursos que lhe forem atribuídos.

Parágrafo Único - Os recursos do FUNMDEC serão movimentados em conta corrente específica aberta junto a Banco oficial, sediado no Município de Macieira.

Art. 6º Compete a COMDEC, além de supervisionar e fiscalizar os recursos empregados pelo FUNMDEC:

I - fixar as diretrizes operacionais do FUNMDEC;

II - ditar normas e instruções complementares disciplinadoras da aplicação dos recursos financeiros disponíveis;

III - sugerir o plano de aplicação para o exercício seguinte;

IV - disciplinar e fiscalizar o ingresso de receitas;

V - decidir sobre a aplicação dos recursos;

VI - analisar e aprovar mensalmente as contas do FUNMDEC;

VII - promover o desenvolvimento do FUNMDEC e exercer ações para que seus objetivos sejam alcançados;

VIII - apresentar, anualmente, relatório de suas atividades;

IX - definir critérios para aplicação de recursos nas ações preventivas.

Art. 7º O FUNMDEC será implementado em 2013 e suas dotações orçamentárias consignadas anualmente no orçamento geral do Município.

Art. 8º O Poder Executivo no prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta Lei, regulamentará por Decreto o funcionamento do FUNMDEC.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 10 Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Macieira, 03 de SETEMBRO de 2013.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Dispõe Sobre o Plano Plurianual do Município de Macieira 2014/2017

LEI Nº 663, de 03 de setembro de 2013

"Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de MACIEIRA 2014/2017 e dá outras providências."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º - O Plano Plurianual da Administração Pública Municipal de MACIEIRA para o Quadriênio 2014/2017, em cumprimento ao disposto no Art. 165, parágrafo 1º, da Constituição Federal, contemplará as despesas de capital e outras delas decorrentes, as relativas aos Programas de duração continuada e demais ações de governo, estando expressas no Anexo III desta Lei.

Art. 2º - As Planilhas que compõem o Plano Plurianual representados no Anexo III referido no Art. 1º desta Lei, serão estruturadas em Função, Sub-função, Programas, Diagnósticos, Diretrizes, Objetivos, Ações, Tipo de ações (Projeto, Atividade, Operações Especiais), Produto, Unidade de Medida, Meta e indicação da Fonte de Recursos e seus detalhamentos.

Parágrafo Único - Para fins desta Lei considera-se:

I - Função - como função deve-se entender o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao Setor Público;

II - Sub-função - a sub-função representa uma partição da função, visa agregar determinado subconjunto de despesa do setor público;

III - Programa - o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;

IV - Diagnóstico - a identificação da realidade existente, de forma a permitir a identificação, a caracterização e a mensuração dos problemas e necessidades;

V - Diretrizes - conjunto de critérios de ação e decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental;

VI - Objetivos - os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

VII - Ações - o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas a execução do programa;

VIII - Tipo - projeto, atividade e operações especiais;

IX - Produto - os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;

X - Unidade de Medida - identificação da unidade de medida a ser quantificadas nas metas;

XI - Metas - os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar;

XII - Fonte - identificação da origem dos recursos para financiar as ações de cada programa;

XIII - Detalhamento de Fonte - ultimo nível, sendo opcional, detalhando a fonte de recurso.

Art. 3º - Integrarão a presente Lei, juntamente com o Anexo III, Anexo I, com a especificação dos programas e o Anexo II, demonstrativo com as tabelas de identificação de Idusos, fontes de recursos, receitas primárias, receitas não primárias e detalhamento das fontes de recursos e anexo IV especificações das receitas e respectivas fontes com seus detalhamentos.

Art. 4º - A exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei, bem como a inclusão de novos programas, serão propostos pelo Executivo, através de Projeto de Lei de Revisão do Plano

Plurianual ou Projeto de Lei específica.

Art. 5º - O Poder Executivo poderá executar total ou parcial as metas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 6º - A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias no Plano Plurianual poderão ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programas.

Parágrafo Único - De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibiliza-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 7º - As ações serão identificadas em Tipo "0" (Zero) - Operações Especiais, Tipo "01" (Um) - Projeto e Tipo "02" (Dois) - Atividades

Art. 8º - As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos anexos desta Lei, com as respectivas indicações das fontes de recursos e seus detalhamentos.

Art. 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, incluir ou excluir produtos e respectivas metas das ações do Plano Plurianual, desde que estas modificações contribuam para a realização do objetivo do Programa.

Art. 10 - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, incluir ou excluir fontes de recursos dentro de cada programa do Plano Plurianual desde que estas modificações contribuam para a concretização da ação governamental.

Art. 11 - As receitas de Transferências de Capital da União e Estado indicada nas fontes 01.22 - 01.23 - 01.24, serão orçadas em cada Projeto com valor de R\$ 1,00 (um real) para cada fonte e poderão ser suplementadas por ato próprio, utilizando o excesso de arrecadação quando no ingresso de recursos de convênios, ou provável excesso quando na assinatura do convênio, em função das incertezas e falta de planejamento dos órgãos repassadores e para não influenciar diretamente nas metas bimestrais de arrecadação.

Parágrafo Único: As metas fiscais de cada projeto e a indicação dos recursos próprios serão previstos pelo valor real e meta real.

Art. 12 - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem Lei que autorize sua inclusão.

Art. 13 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 14 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de MACIEIRA (SC) em 03 de setembro de 2013

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Para Instituição da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços

LEI Nº664, DE 03 DE SETEMBRO DE 2013.

PARA INSTITUIÇÃO DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e, que deverá ser emitida por ocasião da prestação de serviços no âmbito do Município de Macieira - SC.

Art. 2º A presente Lei será regulamentada através de Decreto Municipal a ser editado pelo Prefeito Municipal, e aprovado pela câmara de Vereadores, cabendo ao referido regulamento, entre

outras atribuições:

- I- Disciplinar a emissão da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e, definindo em especial os contribuintes sujeitos a sua utilização, por faixa de receita bruta ou estrutura operacional;
- II- Definir o prazo de apuração e recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, incidente sobre as operações;
- III- Disciplinar a utilização e conversão do Recibo Provisório de Serviços - RPS e de Notas Fiscais Convencionais.

Art. 3º As pessoas obrigadas e as facultadas, para obter acesso ao sistema de que trata essa Lei, deverão efetuar o cadastramento da solicitação de acesso, por meio da Rede Mundial de Computadores (Internet), no endereço eletrônico www.macieira.sc.gov.br.

§ 1º O acesso ao sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e que conterá dados fiscais de interesse da Administração Fazendária Municipal, será realizado mediante a utilização de senha de acesso.

§ 2º A senha de acesso prevista no parágrafo anterior, será outorgada ao Diretor do Departamento de Arrecadação e Fiscalização ou a quem ele delegar por ato legal, a qual conterá as seguintes funções:

- I- Habilitar e desabilitar usuários;
- II- Criar ou modificar perfis de utilização do sistema; e
- III- Incluir e excluir informações de interesse do contribuinte e da Administração Fazendária no Portal da NFS-e.

Art. 4º Os contribuintes que não forem obrigados e optar espontaneamente pela emissão de NFS-e, ficarão sujeitos aos dispositivos legais desta Lei e à sua regulamentação em caráter definitivo e irretratável.

Art. 5º A falta ou insuficiência no recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, incidente na operação identificada por meio de NFS-e, através de guia específica gerada pelo próprio sistema, sujeitará o infrator aos acréscimos moratórios estabelecidos na legislação Municipal, além dos procedimentos estabelecidos em regulamento.

Art. 6º Os contribuintes que não atenderem à obrigação de emissão de NFS-e, ficarão sujeitos à Multa de R\$ 250,00 (Duzentos e cinquenta reais), observando-se que a cada operação sem o referido documento fiscal, serão aplicadas as multas abaixo especificadas, observadas as seguintes faixas de valores:

- I- até R\$ 500,00 (Quinhentos reais), multa de R\$ 25,00 (Vinte e cinco reais);
- II- de R\$ 500,01 (Quinhentos reais e um centavo) até R\$ 1.000,00 (Mil reais), multa de R\$ 50,00 (Cinquenta reais);
- III- de R\$ 1.000,01 (Mil reais e um centavo) até R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), multa de R\$ 100,00 (Cem reais);
- IV- de R\$ 5.000,01 (Cinco mil reais e um centavo) até R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), multa de R\$ 150,00 (Cento e cinquenta reais); e
- V- acima de R\$ 10.000,01 (Dez mil reais e um centavo), multa de R\$ 200,00 (Duzentos reais).

Parágrafo único. Os valores constantes do caput deste artigo serão reajustados anualmente de acordo com a Legislação Municipal em vigor.

Art. 7º Os bancos e demais instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN ficam dispensados de gerar Notas Fiscais Eletrônicas de Serviços Municipais - NFS-e, devendo manter a escrituração de acordo com plano de contas do BACEN.

Art. 8º Os casos omissos serão resolvidos à parte quando da regulamentação da presente LEI.

Art. 9º A presente Lei, deverá ser regulamentada em até 90

(Noventa) dias, a partir de sua publicação no DOM/SC.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, passando a fazer parte do Código Tributário Municipal, e suas alterações.

Macieira (SC), 03 de setembro de 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Abre Credito Especial

DECRETO Nº1320, DE 10 DE SETEMBRO DE 2013.

"Abre Credito Especial no Orçamento de 2013 pelo Excesso de Arrecadação Co- financiamento estado".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 665 de 10/09/2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no orçamento de 2013 na seguinte programação de despesa:

11.00 Fundo Municipal de Assistência Social
11.01 Fundo Municipal de Assistência Social
40.10 Manutenção das Atividades da Assistência social Geral
33.90-53Aplicações Diretas
R\$ 1.529,00

Art. 2 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de setembro de 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Aprova Desmembramento

DECRETO Nº 1321, 24 de setembro de 2013.

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA URBANA QUE ESPECIFICA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais, e com base no artigo 11 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 021, de 18 de novembro de 2004 (LEI DE PARCELAMENTO DO SOLO URBANO) c/c a Lei Federal 6.766/79 e a Lei Estadual nº 6.063/1982, e,

CONSIDERANDO o pedido de parcelamento apresentado pelos proprietários do imóvel, Sra. Cacilda Maria Locatelli Betinelli e o Sr. Idair Betinelli;

CONSIDERANDO, ainda, que o pedido preenche os requisitos legais.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o desmembramento do terreno urbano, com área de 1639,94m², de propriedade dos Senhores, Sra. Cacilda Maria Locatelli Betinelli e o Sr. Idair Betinelli, localizado entre a Rua Jose Augusto Royer e Rua Ercolin Tasca, no perímetro urbano desta cidade, registrado na Matrícula nº 30397, do CRI da Comarca de Caçador, SC, em conformidade com o mapa e o memorial descritivo em anexo, se tornando parte integrante deste decreto, desmembrando em 04 lotes urbanos:

Art. 2º. A presente aprovação tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de

caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito de Macieira, SC, em 24 de setembro de 2013.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Nomeia Membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social Sobre Distribuição

DECRETO Nº 1318, de 09 de setembro de 2013.

"Nomeia Membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social sobre Distribuição, Transferência, Aplicação dos Recursos e Fiscalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - CACS-FUNDEB".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso das atribuições legais, e de conformidade com a Lei Municipal nº 530, de 08/09/2011,

DECRETA:

Art.1º. Ficam nomeados os membros abaixo relacionados, para comporem o Conselho Municipal do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, para o período de dois anos, a contar desta data:.

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO, SENDO UM DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES:

Iana Spanholo Abraão TITULAR
Rozalino Camuzzato SUPLENTE
Maristela Perego TITULAR
Alzira Locatelli SUPLENTE

REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA:

Viviane Lamonato TITULAR
Cleciane dos S Rodrigues SUPLENTE

REPRESENTANTES DOS DIRETORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS:

Claudia P. A. Tonello TITULAR
Patrícia T. Di Domênico SUPLENTE

REPRESENTANTE DOS SERVIDORES TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS:

Eduardo Miguel Zílio TITULAR
Roseane L da Rosa SUPLENTE

REPRESENTANTE DOS PAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

Evani Domingues Cardoso TITULAR
Jociane de Meira SUPLENTE
Leidimara Recalcatti TITULAR
Maria de Fátima Geraldo SUPLENTE

REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA, SENDO UM INDICADO PELA ENTIDADE DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS:

Sâmara Tasca TITULAR
Juliana Bertotto SUPLENTE
Karoline Santos de Oliveira TITULAR
Gilson Bernardino SUPLENTE

REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Ana Claudia Cerry TITULAR

Bruna Dalmina SUPLENTE

REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR:

Andréia Ap dos Santos Zimmer TITULAR
Edineia Ap Camuzzato SUPLENTE

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Macieira, SC, 09 de setembro de 2013.

EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Regulamenta a Lei Municipal Nº 664, de 03/09/2013

DECRETO Nº 1319, de 09 de setembro de 2013

Regulamenta a Lei Municipal nº 664, de 03/09/2013, que dispõe sobre a instituição da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços no âmbito da Administração Municipal de Macieira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 58, VIII e XXXV da Lei Orgânica, c/c Lei Complementar 007/, e Lei Municipal nº 664, de 03/09/2013.

CONSIDERANDO que há obrigatoriedade dos prestadores de serviços emitirem nota fiscal de serviços, cabendo à administração pública proporcionar meios de desburocratizar a atividade econômica dos contribuintes e de reduzir custos operacionais com a aplicação dos recursos tecnológicos, visando sempre promover a Justiça Fiscal com responsabilidade;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Finanças, através do Departamento de Tributação e Fiscalização, vem disponibilizando e dando suporte técnico necessário para todos os contribuintes, escritórios de contabilidade e substitutos tributários;

CONSIDERANDO que todos os contribuintes de um modo geral possuem uma estrutura mínima de informática que podem auxiliar os prestadores de serviços, quando necessário, ao preenchimento da Nota Fiscal Eletrônica - NFS-e diretamente da página eletrônica do Município na Internet;

CONSIDERANDO que todos os contribuintes prestadores de serviços localizados no Município de Macieira cadastrados, possuem login e senha de acesso para a emissão da Nota Fiscal Eletrônica - NFS-e; e

CONSIDERANDO que o sistema de informática do Município, através do Sistema de ISSQN eletrônico, registra em seu banco de dados individualmente as retenções do ISSQN e outros dados, não sendo necessário emitir uma guia para cada operação,

DECRETA:

CAPÍTULO I

Da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e

SEÇÃO I

Da Definição da NFS-e

Art. 1º Fica instituída a "Nota Fiscal Eletrônica de Serviços", identificada pela sigla "NFS-e", como documento emitido e armazenado eletronicamente em sistema próprio da Prefeitura do Município de Macieira, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços.

Art. 2º A utilização da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e instituída pela Lei Municipal, será obrigatória para os contribuintes abaixo discriminados:

I- todas as empresas que iniciem suas atividades no Município de Macieira;

II- os prestadores de serviços que já estejam obrigados à utilização da NF-e, conforme estabelecido no Anexo Único do Regulamento do ICMS do Estado de Santa Catarina;

III- as sociedades uni profissionais;

IV- os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida, prestem serviços destinados à Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

V- os prestadores de serviços enquadrados na lista de serviços do Anexo I que se enquadrem nas situações abaixo discriminadas:

a) pessoas jurídicas que tenham auferido receita bruta igual ou superior a R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais) no ano calendário anterior;

b) pessoas físicas, constantes do Cadastro Econômico Municipal, que tenham auferido renda superior a R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais) no ano calendário anterior.

Parágrafo único. A partir da publicação do presente decreto, até a data de obrigatoriedade, fica facultado a livre adesão dos prestadores de serviço à utilização da Nota Fiscal Eletrônica. Os contribuintes, não obrigados, que optarem espontaneamente pela emissão da NFS-e ficarão sujeitos aos dispositivos desta Lei e à sua regulamentação em caráter definitivo e irrevogável.

Art. 3º As empresas obrigadas a emitir a NF-e Mercantil poderão incluir no DANFE as informações relativas a NFS-e, enviando ao Município de Porto União as informações (em arquivo xml) relativas aos serviços e ao Estado os arquivos completos, obedecendo as regras específicas de cada ente para a emissão da Nota Fiscal Eletrônica e incluindo o número de série das respectivas notas.

SEÇÃO II

Do Acesso pelo Contribuinte

Art. 4º O acesso ao sistema da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e que conterá dados fiscais de interesse dos contribuintes, será realizado mediante a utilização de senha de segurança.

Art. 5º As pessoas obrigadas e as facultadas, para obter acesso ao sistema de que trata esse Decreto, deverão efetuar o cadastramento da solicitação de acesso, por meio da rede mundial de computadores (Internet), no endereço eletrônico www.macieira.sc.gov.br.

Art. 6º Ao concluir a solicitação o contribuinte deverá emitir o documento "SOLICITAÇÃO DE ACESSO" e apresentá-lo assinado pelo seu representante legal, com firma reconhecida, à Secretaria da Fazenda, direcionado ao Departamento de Fiscalização de Tributos.

Art. 7º As notas fiscais convencionais já confeccionadas antes da data de publicação deste decreto poderão:

I- ser utilizadas até a data de obrigatoriedade para emissão da NFS-e, conforme Art. 2º do presente decreto; ou

II- entregues junto com o documento de "SOLICITAÇÃO DE ACESSO" para serem inutilizadas pela Divisão de Fiscalização Tributária, por solicitação do contribuinte.

Art. 8º Após a solicitação de acesso, na conformidade do artigo 4º desta Lei e comprovação, pela Secretaria da Fazenda, da

regularidade das informações, proceder-se-á o desbloqueio do acesso e em seguida será encaminhado via correio eletrônico (e-mail) para o solicitante, a mensagem referente ao resultado da solicitação de acesso ao sistema da NFS-e.

§ 1º No caso de se constatar qualquer inconsistência nas informações prestadas, a pessoa física ou jurídica interessada na obtenção da senha será informada, via correio eletrônico (e-mail) informado no cadastramento, para no prazo de até dez (10) dias, tomar as providências necessárias ao seu desbloqueio.

§ 2º Decorrido o prazo de que trata o parágrafo anterior, sem que sejam tomadas as providências mencionadas, a pessoa física ou jurídica terá a solicitação de desbloqueio automaticamente rejeitada, caso em que o interessado deverá promover novo cadastramento.

Art. 9º A senha de acesso representa a assinatura eletrônica da pessoa física ou jurídica cadastrada, sendo pessoal e intransferível, podendo ser alterada a qualquer tempo pelo seu detentor.

Art. 10. Será cadastrada apenas uma senha de segurança para cada estabelecimento prestador, levando-se em consideração o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, ou cada número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, junto ao Ministério da Fazenda, desde que estejam em situação regular e ativa perante a Receita Federal, Estadual e Municipal.

Parágrafo único. A liberação de acesso fornecida à pessoa jurídica será concedida ao representante legal indicado no formulário "SOLICITAÇÃO DE ACESSO", e conterá as seguintes funções:

I- habilitar ou desabilitar usuários do sistema da NFS-e;

II- gerar, cancelar, imprimir notas fiscais eletrônicas, emitir relatórios, gerar guias de pagamento, entre outros.

Art. 11. A pessoa física ou jurídica detentora da senha de acesso será responsável por todos os atos praticados no sistema da nota fiscal eletrônica, bem como pelos usuários habilitados ou vinculados e que atuem em seu nome.

SEÇÃO III

Das Informações Necessárias a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e

Art. 12. A Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e conterá as seguintes informações:

I - número sequencial;

II - código de verificação de autenticidade;

III - data e hora da emissão;

IV - identificação do prestador de serviços, com:

a) nome ou razão social;

b) endereço;

c) "e-mail";

d) número de telefone;

e) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

f) inscrição no Cadastro de Contribuintes Mobiliários - CCM.

V - identificação do tomador de serviços, com:

a) nome ou razão social;

b) endereço;

c) "e-mail";

d) número de telefone;

e) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

VI - discriminação do serviço;

VII - valor total da NFS-e;

VIII - valor da dedução se houver;

IX - valor da base de cálculo;

X - código do serviço;

XI - alíquota e valor do ISS;

XII - indicação de isenção ou imunidade relativa ao ISS, quando for o caso;

XIII - indicação de serviço não tributável pelo Município de Macieira, quando for o caso;

XIV - indicação de retenção de ISS na fonte, quando for o caso.

§ 1º A NFS-e conterá, no cabeçalho, as expressões "Prefeitura do Município de Macieira", "Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e" e o endereço eletrônico Oficial do Município www.macieira.sc.gov.br.

§ 2º O número da NFS-e será gerado pelo sistema, em ordem crescente sequencial, sendo específico para cada estabelecimento do prestador de serviços.

§ 3º A identificação do tomador de serviços de que trata o inciso V deste artigo é opcional para os prestadores pessoas físicas ou as sociedades constituídas.

SEÇÃO IV

Da Emissão da NFS-e

Art. 13. Caberá ao Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade, baixar Instrução Normativa, visando definir ou excluir os prestadores de serviços obrigados à emissão de NFS-e, na forma indicada em ato próprio do Diretor de Tributos e Arrecadação da Prefeitura Municipal.

Parágrafo único. O contribuinte, desde que cadastrado no sistema eletrônico de ISS, será considerado habilitado a emitir a NFS-e, respeitando-se as disposições previstas na legislação tributária vigente.

Art. 14. Os prestadores de serviços inscritos no Cadastro de Contribuintes, desobrigados da emissão de NFS-e, poderão optar por sua emissão.

§ 1º A opção tratada neste artigo depende de autorização da Divisão de Fiscalização Tributária, devendo ser solicitada no endereço eletrônico "www.macieira.sc.gov.br", mediante a utilização da Senha Web.

§ 2º A Divisão de Fiscalização Tributária comunicará aos interessados, por meio eletrônico, a deliberação sobre o pedido de autorização.

§ 3º Os prestadores de serviços que optarem pela NFS-e iniciarão sua emissão no primeiro dia do mês subsequente ao do deferimento da autorização, na conformidade do que dispõe este decreto.

Art. 15. A NFS-e deve ser emitida "on-line", por meio da Internet, no endereço eletrônico "www.macieira.sc.gov.br", somente

pelos prestadores de serviços estabelecidos no Município de Porto União, mediante a utilização da Senha Web.

§ 1º O contribuinte que emitir NFS-e deverá fazê-lo para todos os serviços prestados.

§ 2º A NFS-e emitida poderá ser enviada ao tomador de serviços no formato impresso em via única, ou por "e-mail".

Art. 16. No caso de eventual impedimento da emissão "on-line" da NFS-e, o prestador de serviços emitirá Recibo Provisório de Serviços - RPS, que deverá ser substituído por NFS-e na forma deste Decreto.

Parágrafo único. O RPS poderá ser confeccionado ou impresso em sistema próprio do contribuinte, sem a necessidade de solicitação da Autorização de Impressão de Documento Fiscal - AIDF, devendo conter todos os dados que permitam a sua substituição por NFS-e.

§ 1º O RPS deve ser emitido em 2 (duas) vias, sendo a 1ª (primeira) entregue ao tomador de serviços, ficando a 2ª (segunda) em poder do emitente.

§ 2º Independentemente de haver indício, suspeita ou prova fundada de que a emissão do RPS esteja impossibilitando a perfeita apuração dos serviços prestados, da receita auferida e do imposto devido, a Divisão de Fiscalização Tributária poderá exigir do contribuinte a emissão do RPS mediante Autorização de Impressão de Documento Fiscal.

Art. 17. O RPS será numerado obrigatoriamente em ordem crescente seqüencial a partir do número 1 (um), coincidindo sempre com o número seqüencial da nota fiscal eletrônica a ser emitida.

Art. 18. O RPS, tratado nos artigos 6º e 7º, deverá ser substituído por NFS-e até a data limite do vencimento do ISS relativo àquela prestação de serviço.

§ 1º O RPS emitido, para todos os fins de direito, perderá sua validade depois de transcorrido o prazo previsto neste artigo.

§ 2º A substituição fora do prazo e a não-substituição do RPS pela NFS-e, equiparando esta última a não emissão de nota fiscal convencional, sujeitará o prestador de serviços às penalidades previstas na legislação em vigor.

SEÇÃO V

Da Retificação da NFS-e

Art. 19. A NFS-e poderá ser retificada mediante solicitação do contribuinte, ou seu representante legal, devidamente constituído, por meio de processo administrativo, onde deverá conter:

I- identificação do contribuinte;

II- cópia da NFS-e a ser retificada;

III- informação de todas as alterações a serem efetuadas; e

IV- justificativa da retificação.

§ 1º Fica a cargo da Divisão de Fiscalização Tributária, a requisição de quaisquer outros dados ou documentos a fim de instruir o pedido de solicitação previsto no "caput" desse artigo, conforme o caso.

§ 2º Deferido o pedido, será feita a liberação da NFS-e para efetivação das alterações pelo próprio emitente.

§ 3º A retificação da NFS-e não interfere no vencimento do Imposto devido, incorrendo os encargos moratórios previstos na legislação em vigor, em caso de atraso.

SEÇÃO VI

Do Cancelamento da NFS-e

Art. 20. A NFS-e poderá ser cancelada pelo próprio contribuinte até 10 (dez) dias após a emissão ou mediante solicitação do contribuinte, ou seu representante legal, devidamente constituído, por meio de processo administrativo, onde deverá conter:

I- identificação do contribuinte;

II- cópia da NFS-e a ser cancelada; e

III- justificativa do cancelamento.

§ 1º Fica a cargo da Divisão de Fiscalização Tributária, a requisição de quaisquer outros dados ou documentos a fim de instruir o pedido de solicitação previsto no "caput" desse artigo, conforme o caso.

§ 2º Deferido o pedido, será feita a liberação da NFS-e para efetivação do cancelamento pelo próprio emitente.

§ 3º Se o cancelamento se realizar após o pagamento do Imposto devido, o procedimento disposto nesse artigo deverá ser complementado com as providências pertinentes à restituição e/ou compensação de valores.

CAPÍTULO II

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 21. As NFS-e emitidas poderão ser consultadas em sistema próprio da Prefeitura do Município de Porto União, enquanto não transcorrido o prazo prescricional e/ou decadencial.

Art. 22. A empresa cadastrada no Cadastro Municipal de contribuintes, que está obrigada à utilização da "NFS-e" constante do Art. 2º do presente decreto, e não regularizando a adesão no prazo determinado no anexo I, fica sujeita a aplicação de multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), além de outras sanções administrativas.

Art. 23. Os prestadores de serviços, bem como os tomadores ou intermediários de serviços, responsáveis ou não pelo recolhimento do Imposto, ficam dispensados de informar no livro eletrônico de ISS as NFS-e emitidas ou recebidas.

Art. 24. Aos contribuintes prestadores de serviços, que também figurem como sujeitos passivos do ICMS, emitindo as notas fiscais conjugada, que procedam com a identificação no corpo da NFS-e da Fazenda Pública Estadual, as informações relativas ao ISSQN, permanecem as obrigações acessórias em vigor.

§ 1º O Diretor de Arrecadação e Fiscalização será a autoridade competente para decidir acerca das solicitações previstas neste artigo.

§ 2º A Divisão de Fiscalização Tributária poderá solicitar o arquivo digital da NFS-e estadual emitida, sob pena do contribuinte incorrer nas sanções previstas no Código Tributário Municipal.

Art. 25. Caberá à Secretaria Municipal de Finanças e Contabilidade, em conjunto com a Assessoria Jurídica e a Diretoria de Arrecadação e Fiscalização dirimir toda e qualquer dúvida decorrente da aplicação deste Decreto.

Art. 26. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 27. Revogam-se as disposições em contrário.

MACIEIRA, 09 DE SETEMBRO DE 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Anexo I

Lista de Serviços

Item	Descrição	Data limite para implantação
01.	Serviços de informática e congêneres.	01/10/2013
02.	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	01/10/2013
03.	Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.	01/10/2013
04.	Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.	01/10/2013
05.	Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.	01/10/2013
06.	Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.	01/10/2013
07.	Serviços relativos à engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.	01/10/2013
08.	Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.	01/10/2013
09.	Serviços relativos à hospedagem, turismo, viagens e congêneres.	01/10/2013
10.	Serviços de intermediação e congêneres.	01/10/2013
11.	Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.	01/10/2013
12.	Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.	01/10/2013
13.	Serviços relativos à fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.	01/10/2013
14.	Serviços relativos a bens de terceiros.	01/10/2013
16.	Serviços de transporte de natureza municipal.	01/10/2013
17.	Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.	01/10/2013
18.	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	01/10/2013
19.	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	01/10/2013
20.	Serviços portuários, aeroportuários, ferroviários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.	01/10/2013
21.	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	01/10/2013
22.	Serviços de exploração de rodovia.	01/10/2013

23.	Serviços de programação e comunicação visual, desenhos industriais e congêneres.	01/10/2013
24.	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	01/10/2013
25.	Serviços funerários.	01/10/2013
26.	Serviço de coleta remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.	01/10/2013
27.	Serviços de assistência social.	01/10/2013
28.	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	01/10/2013
29.	Serviços de biblioteconomia.	01/10/2013
30.	Serviços de biologia, biotecnologia e química.	01/10/2013
31.	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	01/10/2013
32.	Serviços de desenhos técnicos.	01/10/2013
33.	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	01/10/2013
34.	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	01/10/2013
35.	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	01/10/2013
36.	Serviços de meteorologia.	01/10/2013
37.	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	01/10/2013
38.	Serviços de museologia.	01/10/2013
39.	Serviços de ourivesaria e lapidação.	01/10/2013
40.	Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.	01/10/2013

Admite Servidor Em Caráter Temporário

PORTARIA N.º 3075/2013

"Admite Servidor em Caráter Temporário."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Municipal n.º 59, de 27/06/1994, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, Considerando a necessidade de contratação imediata de Professor, para suprir a demanda, até a realização de concurso Público,; Considerando, a inexistência de servidor efetivo disponível no quadro de servidores municipais, para atender as necessidades; Considerando tratar-se de situação temporária e excepcional para atendimento de interesse público que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, ao Sr.º Paulo Eduardo Gonçalves da Silva, para exercer as funções de Professor MAG-3, com remuneração mensal prevista em Lei, e, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pelo período de 06 de setembro de 2013 a 20 de dezembro de 2013,

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 24 de setembro de 2013.

EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Admite Servidor Em Caráter Temporário

PORTARIA N.º 3076/2013

"Admite Servidor em Caráter Temporário."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Municipal n.º 59, de 27/06/1994, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, Considerando a necessidade de contratação imediata de Professor, para suprir a demanda, até a realização de concurso Público,; Considerando, a inexistência de servidor efetivo disponível no quadro de servidores municipais, para atender as necessidades; Considerando tratar-se de situação temporária e excepcional para atendimento de interesse público que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, ao Sr.º Paulo Eduardo Gonçalves da Silva, para exercer as funções de Professor MAG-3, com remuneração mensal prevista em Lei, e, carga horária de 10 (dez) horas semanais, pelo período de 06 de setembro de 2013 a 20 de dezembro de 2013,

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 24 de setembro de 2013.

EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Alterar Portaria Que Especifica

PORTARIA N.º 3074/2013

"Alterar Portaria que especifica".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Municipal n.º 10, de 23/03/1993 (Estrutura Administrativa) e Lei Complementar nº36, de 18/06/2009.

RESOLVE:

Alterar Portaria nº 3023/2013, que nomeou o Sr., Alex Junior Campagnin, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor da Secretaria de Infraestrutura e desenvolvimento urbano, com remuneração mensal prevista em Lei, com efeitos a contar de 01/07/2013, no que se refere ao cargo alterar para Diretor de Desenvolvimento Rural e Agropecuário, a contar de 01/09/2013.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 24 de setembro de 2013.

EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Alterar Portaria Que Especifica

PORTARIA N.º 3077/2013

"Alterar portaria que especifica."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 38, de 28/12/2009, que dispõe

sobre o Plano de Cargos da Prefeitura Municipal,

RESOLVE:

Cessar efeitos da portaria nº 3048, de 01/08/2013, que alterou a carga horária da servidora, Sr.º Marlise Scapin, a qual retorna para as 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 02/09/2013,

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 24 de setembro de 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Concede Licença Maternidade À Servidora Que Especifica

PORTARIA N.º 3068/2013

“Concede Licença Maternidade à Servidora que Especifica”.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 127 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 002, de 19/06/1995(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Maternidade, a Servidora Pública Municipal, Raquel Tasca, ocupante do cargo de Agente de Copa e Higienização I, por 120(cento e vinte) dias, conforme atestado em anexo, a contar desta data.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 10 de setembro de 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Concede Licença Para Tratamento de Saúde ao Servidor Que Especifica

PORTARIA N.º 3073/2013

“Concede Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica”.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 127 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 002, de 19/06/1995(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal, Serjo Donato Serighelli, ocupante do cargo de Motorista I, no período de 10/09/2013 a 09/10/2013, conforme atestado médico em anexo.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 24 de setembro de 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Concede Licença Para Tratamento de Saúde ao Servidor Que Especifica

PORTARIA N.º 3072/2013

“Concede Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica”.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de

Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 127 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 002, de 19/06/1995(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal, Salete Catarina Linzkievich, ocupante do cargo de professora, no período de 11/09/2013 a 08/01/2014, conforme atestado médico em anexo.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 24 de setembro de 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Conceder Férias ao Servidor Que Especifica

PORTARIA N.º 3070/2013

Conceder Férias ao Servidor que Especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Complementar nº 002, de 19/06/1995, Art.110 (Estatuto dos Servidores Públicos).

RESOLVE:

Art. 1o - CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor Público Municipal Arlindo Locatelli, ocupante do Cargo efetivo de Operador de Maquinas Agrícolas e Rodoviárias II, lotada na Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, por 15 (quinze) dias, a contar de 10/09/2013.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 10 de setembro de 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Conceder Férias ao Servidor Que Especifica

PORTARIA N.º 3069/2013

Conceder Férias ao Servidor que Especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Complementar nº 002, de 19/06/1995, Art.110 (Estatuto dos Servidores Públicos).

RESOLVE:

Art. 1o - CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor Público Municipal Cezar Augusto Pedrozo, ocupante do Cargo efetivo de Motorista II, lotada na Secretaria de Saúde, por 30 (trinta) dias, a contar de 01/09/2013.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 10 de setembro de 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Exonera, Os Servidores Que Especifica

PORTARIA N.º 3071/2013

“Exonera, os Servidores que Especifica”

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 90, parágrafo 1o, inciso I, da Lei Complementar nº 002/95, de 19/06/1995(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, servidores abaixo relacionados:

NOME	CARGO	DATA DA EXONERAÇÃO
Kenili Bassani	Professora	20/09/2013
Leidiana Patrícia de Mello	Age. Copa Higienização	24/09/2013
Adão Damazio	Age Serv Manut II	10/09/2013
Gilmar Bernardino	Age Serv Manut II	18/09/2013
Ana Alice Campagnin	Diretora Desenv Social	17/09/2013

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 24 de setembro de 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Mafra

PREFEITURA

Decreto Nº 3695

DECRETO Nº 3695

Data: 27.09.2013.

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS PELAS CHUVAS.

O Prefeito Municipal de Mafra, ROBERTO AGENOR SCHOLZE, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 68, item XVII da Lei Orgânica do Município, pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, e pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006.

Considerando as fortes chuvas prolongadas que atingem nosso Município entre os dias 19 a 23 do mês de setembro de 2013, provocando o elevado aumento pluviométrico dos rios, córregos que circundam nosso Município, resultando inundações, e conforme o FIDE (formulário de informações do desastre).

Considerando que, como consequências deste desastre, resultaram danos e prejuízos, constantes no FIDE (formulário de informações do desastre), anexo a este Decreto;

Considerando o parecer do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, relatando a ocorrência deste desastre é favorável a declaração de Situação de Emergência.

DECRETA:

Art. 1º Fica decretada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como

INUNDAÇÃO - COBRADE - 1.2.1.0.0, conforme IN/MI nº 01/2012, de 30 de agosto de 2012.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Diretoria Municipal de Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de

facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Diretoria Municipal de Defesa Civil.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I-penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II-Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo Único - Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no art. 5º do Decreto-Lei de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificando de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias, contados a partir da caracterização do desastre.

Art.7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por igual período.

Art.8º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mafra, em 27 de setembro de 2013.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

TADEU DAVID GERONASSO

Secretário Municipal de Administração

Nova Data de Abertura - Pregão Presencial Nº 106/2013

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2013

(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para contratação de empresa especializada para realizar serviços de detonação de 9.000 (nove mil) m³ de rocha tipo cascalho, de acordo com o Termo de doação Rigesa Papel e embalagens Ltda e a Prefeitura Municipal de Mafra/SC, através da

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 22/10/2013, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório, encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafrá (SC), 01 de outubro de 2013.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

JÉSSICA SCHMITZ

Pregoeira Municipal

Maravilha

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 056/2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 056, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013

Altera o valor do vencimento do Cargo de Agente Comunitário de Saúde - ACS e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente LEI:

Art. 1º Fica pela presente Lei alterado o vencimento do Cargo de Agente Comunitário de Saúde, para R\$ 812,50 (oitocentos e doze reais e cinquenta centavos).

Art. 2º O percentual de alteração de que trata o artigo 1º será na ordem 10% (dez por cento) e terá efeito a partir de 1º setembro de 2013.

Art. 3º O item "Agente Comunitário de Saúde - ACS", do anexo I, da Lei Complementar nº 023, de 28 de abril de 2009, o qual foi alterado pela Lei Complementar nº 037, de 22 de junho de 2011, passa a vigorar conforme seguinte:

CARGOS	NÚMERO DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL/HS	VENCIMENTO BASE (R\$)
Agente Comunitário de Saúde - ACS	57	40	812,50

[]

Art. 4º As despesas decorrentes da realização desta Lei serão consignadas no orçamento em vigor.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 30 de setembro de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto Nº 103/2013

DECRETO Nº 103, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013.

NOMEIA AUTORIDADE DE TRÂNSITO E MEMBROS PARA COMPOR A JARI (JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS E INFRAÇÕES) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso VI, do Artigo 77 da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 3.222/2007,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado como Autoridade de Trânsito Municipal, o Sr. Valdemir Andretta, brasileiro, com endereço na Sede da JARI, na Avenida Euclides da Cunha, nº 60, Centro, nesta cidade de Maravilha/SC.

Art. 2º Fica nomeada a composição dos membros da JARI, Junta Administrativa de Recursos e Infrações em conformidade com a Legislação Vigente.

§ 1º Os membros que irão compor a JARI de que trata o "caput" deste artigo, são os seguintes:

a) Um integrante com conhecimento da área de trânsito com, no mínimo, nível médio de escolaridade:

Presidente: Luiz Carlos Tremea

Vice Presidente: Charles Garcia

b) Representantes dos servidores do órgão ou entidade que impôs a penalidade:

Titular: Cinara Geremias

Suplente: Cláudio Zembruski

c) Representantes de entidade representativa da sociedade ligada à área de trânsito:

Titular: Fabiane Gialdi

Suplente: Jandrei Paulo Willinghoefer

§ 2º Os membros da JARI terão mandato de 02 anos, permitida a recondução, por igual período.

Art. 3º Os membros titulares que compõe a JARI serão remunerados pelo Município, com recursos da conta convênio de Trânsito, no valor correspondente a 50% do salário mínimo mensal, para as reuniões necessárias.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 158, de 14 de maio de 2009.

Maravilha - SC, 24 de setembro de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto Nº 104/2013

DECRETO Nº 104, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013.

REGULAMENTA O PARÁGRAFO 3º, DO ARTIGO 91, DA LEI Nº 1.942/1993 - CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina,

no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º O presente Decreto regulamenta a Lei 3.685, de 20 de agosto de 2013, que confere nova redação ao parágrafo 3º, do artigo 91, da Lei nº 1.942/1993 - Código Tributário Municipal.

Art. 2º A vistoria aos estabelecimentos fixos ou não, para emissão de alvará de funcionamentos e permanência será efetuada na seguinte ordem:

- 1º Trimestre - bares, mercados, postos de combustíveis e demais estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas.
- 2º Trimestre - estabelecimentos localizados na região do Centro de Maravilha;
- 3º Trimestre - estabelecimentos localizados na área industrial e nos demais bairros do Município;
- 4º Trimestre - demais estabelecimentos não enquadrados nos trimestres anteriores.

Art. 3º As empresas que necessitem do alvará antes dos prazos estabelecidos neste Decreto deverão solicitar a antecipação da vistoria no Departamento de Fiscalização da Prefeitura Municipal de Maravilha/SC.

Art. 4º O alvará terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de vistoria.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha - SC, 25 de setembro de 2013.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto Nº 105/2013

DECRETO Nº 105, DE 26 DE SETEMBRO DE 2013.
ALTERA O ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 136, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2008 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º O presente Decreto dispõe sobre a alteração do Anexo Único do Decreto nº 136, de 07 de novembro de 2008, o qual aprova o regimento interno do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB no Município de Maravilha.

Art. 2º Fica alterado o artigo 3º do Anexo Único, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Art. 3º O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB terá a seguinte composição, de acordo com o artigo 2º da Lei Municipal nº 3.301/2008 e conforme estabelecido no inciso LV, do artigo 24 da Lei 11.494/2007:

I- Dois (2) representantes do Poder Executivo Municipal dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;

II- Um (1) representante dos Professores da Educação Básica Pública;

III- Um (1) representante dos diretores das escolas básicas públicas;

IV- Um (1) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;

V- Dois (2) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

VI- Dois (2) representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas;

VII- Um (1) representante do Conselho Municipal de Educação;

VIII- Um (1) representante do Conselho Tutelar.

Parágrafo único. Os membros de que tratam os incisos II, III, IV, V e VI deste artigo serão indicados pelas respectivas representações após processo eletivo organizado para escolha dos indicados pelos respectivos pares.

Art. 3º Fica alterado o artigo 4º do Anexo Único, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

DO FUNCIONAMENTO

Das Reuniões

Art. 4º As reuniões ordinárias do Conselho serão realizadas bimestralmente, conforme programado pelo colegiado.

Art. 4º As demais disposições do Anexo Único do Decreto nº 136, de 07 de novembro de 2008, permanecem inalteradas.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha - SC, 26 de setembro de 2013.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto Nº 106/2013.

DECRETO Nº 106, DE 26 DE SETEMBRO DE 2013.
NOMEIA COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão para fins de acompanhamento da Progressão Funcional Horizontal do Magistério Público Municipal, que será composta pelos seguintes membros:

- ASTA D. L. NERLING
- DÉRCIO ROQUE HERMANN
- MARISETE PERONDI
- NOELI S. DELAZERE
- RAQUEL ROLLWAGEN

Art. 2º Os serviços prestados pelos membros da Comissão são de caráter relevante não onerando os cofres públicos com qualquer

despesa.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam as disposições em contrário.

Maravilha/SC, 26 de setembro de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado na data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto Nº 107/2013.

DECRETO Nº 107, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.

HOMOLOGA RELATÓRIO DE PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO DAS COMISSÕES DO PROCESSO SELETIVO/EDITAL Nº 002/2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 77, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e considerando o relatório apresentado pelas Comissões Municipais Executora e de Acompanhamento e Fiscalização nomeadas respectivamente pelos Decretos nº 096/2013 e 098/2013, em relação ao Processo Seletivo/Edital nº 002/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica Homologado o Relatório de Pedido de Isenção de Taxa de Inscrição do Processo Seletivo/Edital nº 002/2013, de 17 de Setembro de 2013, emitido pelas Comissões Municipais Executora e de Acompanhamento e Fiscalização que segue anexo a este Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha - SC, 30 de Setembro de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado na data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

RELATÓRIO DE PEDIDOS DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

EDITAL Nº 002/2013

PROCESSO SELETIVO PARA A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE 01 (UM) FISCAL DE OBRAS, 05 (CINCO) AUXILIARES DE SERVIÇOS GERAIS, 01 (UM) ENGENHEIRO AGRÔNOMO E 39 (TRINTA E NOVE) AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE.

A Comissão Municipal de Acompanhamento e Fiscalização, nomeada pelo Decreto nº 098/2013 e a Comissão Executora nomeada pelo Decreto nº 096/2013, do Processo Seletivo/Edital nº 002/2013 para a Contratação Temporária de 01 (um) Fiscal de Obras, 05 (cinco) Auxiliares de Serviços Gerais, 01 (um) Engenheiro Agrônomo e 39 (trinta e nove) Agentes Comunitários de Saúde, apresenta o Relatório de Pedidos de Isenção de Taxa de Inscrições recebidas entre os dias 20/09 a 26/09/2013, torna público que:

I) NÃO HOUVE candidatos que solicitaram pedido de isenção da

taxa de inscrição nos prazos e termos previstos pelo Edital de Processo Seletivo nº 002/2013 e suas retificações;
II) Seguem inalteradas as demais disposições e etapas do Edital de Processo Seletivo nº 002/2013 e suas retificações.

Maravilha - SC, 30 de Setembro de 2013.

CLAUDIA ADRIANA LANG VENDRAME

Presidente da Comissão

Membros:

MARILIA DESSBESELL

MIRIANE SARTORI

TAISE MAIARA DE SOUZA LEITE

CLEITON BORGARO

Massaranduba

PREFEITURA

Extrato do Protocolo de Intenções

EXTRATO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA (CISNORDESTE/SC)

Os municípios adiante discriminados, consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina (CIS/AMUNESC), por meio de seus respectivos chefes do poder executivo, reunidos na 2ª Assembleia Extraordinária de Prefeitos do CIS/AMUNESC, na sede da Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina (AMUNESC), na cidade de Joinville, às 14:30 horas do dia 17 de setembro de 2013, resolvem subscrever este Protocolo de Intenções com o objetivo de transformar o CIS/AMUNESC em consórcio público, nos termos da Lei federal nº 11.107/05 e do Decreto federal nº 6.017/07, com personalidade jurídica de direito público, sob a forma de associação pública, mantida a denominação, alterando-se a sigla para CISNORDESTE/SC.

Uma vez firmado o presente Protocolo de Intenções e devidamente publicado, os chefes do poder executivo dos municípios comprometem-se a encaminhá-lo para ratificação legal, estabelecendo-se o novo consórcio a partir da vigência da ratificação da última lei dentre o número mínimo de municípios exigidos para constituição do consórcio, procedendo-se à celebração do Contrato de Consórcio Público.

A transformação do CIS/AMUNESC em consórcio público tem por objetivo a adequação do mesmo às novas normas jurídicas, condição necessária à adequada prestação dos serviços públicos de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), além de permitir a otimização dos recursos públicos disponíveis e cumprir a atribuição dos municípios na consecução do direito fundamental de todos os cidadãos a receberem atendimento de saúde digno e eficaz.

Desse modo, os chefes do poder executivo dos Municípios de Araquari, Balneário Barra do Sul, Barra Velha, Campo Alegre, Corupá, Garuva, Guaramirim, Itapoá, Jaraguá do Sul, Joinville, Massaranduba, Rio Negrinho, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, São João do Itaperiú, Schroeder, do Estado de Santa Catarina, e Piên, do Estado do Paraná, resolvem celebrar o presente Protocolo de Intenções, contendo as cláusulas necessárias para a transformação e funcionamento do CISNORDESTE/SC, as quais integrarão o corpo do Contrato de Consórcio Público a ser celebrado com a ratificação legal do protocolo de intenções.

A íntegra do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina (CISNORDESTE/SC) encontra-se disponível no sítio www.cisamunesc.sc.gov.br.

Massaranduba, 30 de setembro de 2013

MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Meleiro

PREFEITURA

Portaria N.º 010/2013

PORTARIA n.º 010/2013

DISPÕE SOBRE A EFETIVAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO SAMAE EM ESTÁGIO PROBATÓRIO QUE RELACIONAM

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 22 e seguintes da Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000, resolve:

CONSIDERANDO, o término do estágio probatório de 03 (três) anos dos servidores públicos relacionados.

CONSIDERANDO, que os servidores públicos do SAMAE relacionados no Anexo Único da presente Portaria foram avaliados e aprovados pela Comissão Especial de Avaliação de Desempenho dos Servidores Municipais em Estágio Probatório desta Prefeitura, constituída pelo Decreto nº 034/2013, de 08 de maio de 2013, tendo como fundamentação legal o Decreto nº 138/2002, de 06 de agosto de 2002, que regulamentou a Avaliação de Desempenho do Servidor Municipal em Estágio Probatório, o 4º do Artigo 41 da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 19, de 14 de junho de 1998, e artigos 22 e seguintes da Lei Municipal nº 809, de 03 de abril de 2000 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CONSIDERANDO, Que a ficha de avaliação de Desempenho dos Servidores em Estágio Probatório foi aprovada pela Comissão Especial de Avaliação de Desempenho dos Servidores Municipais em Estágio Probatório desta Prefeitura, resolve:

EFETIVAR

Artigo 1.º Os servidores públicos do SAMAE relacionados no Anexo Único da presente Portaria, por terem sido avaliados e aprovados no estágio probatório.

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/10/2013.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Setembro de 2013.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

ANEXO ÚNICO

(Art. 1º. Da Portaria nº 010/2013, de 30 de setembro de 2013)

Nº	NOME DO SERVIDOR	CARGO	DATA DE NOMEAÇÃO	RESULTADO	SITUAÇÃO DO SERVIDOR (A)
----	------------------	-------	------------------	-----------	--------------------------

9	Juliano Fernandes	Operador de Estação (ETA/ETE)	01/10/2010	Aprovado	Efetivo
12	Daiane de Luca	Química	01/10/2010	Aprovada	Efetiva
13	Mônica Grazielle Búrigo	Agente Administrativa	01/10/2010	Aprovada	Efetiva

Meleiro, 30 de Setembro de 2013.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 357/2013

PORTARIA n.º 357/2013

PRORROGA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e Lei nº 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

PRORROGAR

Art. 1º A Portaria nº 325/2013 da Senhora GREICE KELLI MANOEL SERAFIM, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Nápole, em substituição à servidora Marlene Aléssio Zanelatto, virtude de Licença Saúde, até o retorno da mesma.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 26/09/2013.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 26 de Setembro de 2013.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm e Finanças

Portaria N.º 358/2013

PORTARIA n.º 358/2013

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigo 79, inciso VII, da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º A pedido, licença prêmio por 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal VANESSA DELAIR TORETI SCARABELOTTI, ocupante do cargo de Professora Efetiva, com carga horária de 40

(quarenta) horas semanais, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 30 de Janeiro de 2005 a 28 de Janeiro de 2010, conforme dispõe o caput do artigo 79 inciso VII, da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/10/2013.

Art 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Setembro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 359/2013

PORTARIA n.º 359/2013

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 910/2002, Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora JULIANA NICOSKI ALAMINI, para ocupar o cargo de Professora ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em substituição à servidora Vanessa Delair Toreti Scabelot, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em virtude de Licença Prêmio, até o retorno da mesma. Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/10/2013.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Setembro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 360/2013

PORTARIA n.º 360/2013

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 910/2002, Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora SAMIRA BRISTOT DE FREITAS, para ocupar o cargo de Professora ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em substituição à servidora Vanessa Delair Toreti Scabelot, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em virtude de Licença Prêmio, até o retorno da mesma. Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/10/2013.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Setembro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 361/2013

PORTARIA n.º 361/2013

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 809/2000 e suas alterações e Lei n.º 1414/2010, de 26 de março de 2010, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhorita JÉSSICA ZEFERINO GOMES, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde - ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação Orçamentária 3.1.90.00.00.00.00 - Pessoal e encargos sociais do Orçamento vigente.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/10/2013.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 240/2011.

Meleiro, 30 de Setembro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 362/2013

PORTARIA n.º 362/2013

DISPÕE SOBRE A EFETIVAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 22 e seguintes da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000, resolve:

CONSIDERANDO, o término do estágio probatório de 03 (três)

anos do servidor público relacionado.

CONSIDERANDO, que o servidor público relacionado no Anexo Único da presente Portaria foi avaliado e aprovado pela Comissão Especial de Avaliação de Desempenho dos Servidores Municipais em Estágio Probatório desta Prefeitura, constituída pelo Decreto nº 034/2013, de 08 de maio de 2013, tendo como fundamentação legal o Decreto nº 138/2002, de 06 de agosto de 2002, que regulamentou a Avaliação de Desempenho do Servidor Municipal em Estágio Probatório, o 4º do Artigo 41 da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 19, de 14 de junho de 1998, e artigos 22 e seguintes da Lei Municipal nº 809, de 03 de abril de 2000 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CONSIDERANDO, Que a ficha de avaliação de Desempenho do Servidor em Estágio Probatório foi aprovada pela Comissão Especial de Avaliação de Desempenho dos Servidores Municipais em Estágio Probatório desta Prefeitura, resolve:

EFETIVAR

Artigo 1.º O servidor público relacionado no Anexo Único da presente Portaria, por ter sido avaliado e aprovado no estágio probatório.

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/10/2013.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Setembro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

ANEXO ÚNICO

(Art. 1º. Da Portaria nº 362/2013, de 30 de setembro de 2013)

Nº	NOME DO SERVIDOR	CARGO	DATA DE NOMEAÇÃO	RESULTADO	SITUAÇÃO DO SEVIDOR (A)
1164	Thiago Manfredini Zanette	Advogado	01/10/2010	Aprovado	Efetivo

Meleiro, 30 de Setembro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 363/2013

PORTARIA n.º 363/2013

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

PRORROGAR

Art.1º A Portaria nº 164/2013 da Senhorita MARIANA BORTOLUZZI PORTO, a ocupante do cargo de Agente Administrativa, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por um período de até 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período. Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/10/2013.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Setembro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm e Finanças

Portaria N.º 364/2013

PORTARIA n.º 364/2013

CONCEDER FÉRIAS POR TRINTA DIAS À SERVIDORA QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias à servidora pública municipal VIVIANI MARTINS DOS SANTOS - matrícula nº 793, ocupante do cargo Enfermeira, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, referente ao período aquisitivo de 07/05/2012 a 06/05/2013.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/10/2013.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Setembro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 366/2013

PORTARIA n.º 366/2013

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE MÉDICA-GINECOLOGISTA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica

Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei 910/2002, de 13 de março de 2002, e Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

PRORROGAR

Art. 1º A Portaria nº 117/2012 da Senhora MICHELE SILVIA WOLF PIMENTEL, ocupante do cargo de Médica-Ginecologista, exercendo suas atividades vinculadas à Secretaria de Saúde, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, por um período até 23 de Outubro de 2013, conforme Art. 10, II, "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADTC, que veda a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez, até cinco meses após o parto.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 01 de Outubro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm e Finanças

Portaria N.º 367/2013

PORTARIA n.º 367/2013

TRATA DO ENQUADRAMENTO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei 809/2000 e suas alterações e Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de Dezembro de 2011, resolve:

ENQUADRAR

Art. 1º O servidor público abaixo relacionado, considerando o Término e Aprovação do Estágio Probatório e a conseqüente Efetivação, conforme Tabela Salarial do Anexo IV da Lei Complementar nº 034/2011.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	TEMPO	NÍVEL/ REFERÊNCIA
Thiago Manfredini Zanette	Advogado	20	01/10/2010	1 C

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 01 de Outubro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 011/2013

PORTARIA n.º 011/2013

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1º Conceder férias por 30 (trinta) dias ao servidor público municipal ÉRICK SARTOR - matrícula 15, ocupante do cargo de Operador de Estação (ETA/ETE) do SAMAE, referente ao período aquisitivo de 18/05/2012 a 17/05/2013.

Art. 2º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/10/2013.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Setembro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 365/2013

PORTARIA n.º 365/2013

TRATA DA PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, e Lei n.º 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

PRORROGAR

Art. 1º A Portaria de nº 115/2012, do Senhor ZAMIR XAVIER DE MOURA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano, por um período de até 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.
Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 01 de Outubro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Aviso de Licitação Deserta - Pregão Presencial N.º 014/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA
PREGÃO PRESENCIAL N.º 014/2013

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados, conforme consta em ata, que no referido Pregão Presencial n.º. 014/2013, não houve comparecimento de licitantes interessados, sendo então a sessão encerrada e considerada como deserta.

Meleiro, 26 de setembro de 2013.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA

Decreto Nº 066/2013, de 30 de Setembro de 2013

DECRETO Nº 066/2013, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.

"HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO MUNICIPAL EDITAL Nº 002/2013"

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos da legislação municipal, e à vista do resultado apresentado pela Comissão de Avaliação do referido certame,

RESOLVE:

Art. 1º. Homologar o resultado final do Processo Seletivo Municipal, edital nº 002/2013 conforme relação constante do ANEXO I deste Decreto.

Art. 2º. A nominata dos classificados e quadros de notas estão dispostos no Anexo I – que é parte integrante deste decreto.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 30 de setembro de 2013.
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
Prefeito Municipal

ANEXO I CLASSIFICAÇÃO FINAL

PT: Pontuação de Títulos
NF: Nota Final

Cargo: Fonoaudióloga (20 hs)

NOME	CURSOS	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
JOSIANE DE SOUZA COSTA POY	ESPECIALIZAÇÃO PÓS	05	1º
	CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO	04	
TOTAL		09 PONTOS	

NATALIA ACHILES MANGANELI	ESPECIALIZAÇÃO PÓS CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO	05 04	2º
TOTAL		09 PONTOS	
KELLY DE MELLO MOREIRA	ESPECIALIZAÇÃO PÓS CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO	05 03	3º
TOTAL		08 PONTOS	
DESEMPATE	TEMPO DE SERVIÇO	EMPRESA	CARGO
JOSIANE DE SOUZA COSTA POY	1 ANO E 1 MÊS -2012	ISO INST SAUDE OCUPACIONAL	FONOAUDIÓLOGA
JOSIANE DE SOUZA COSTA POY	7 MESES - 2011	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS EXCEPCIONAIS-CURITIBANOS -SC	FONOAUDIÓLOGA
JOSIANE DE SOUZA COSTA POY	6 MESES E 23 DIAS 2013	PREFEITURA – MONTE CARLO -SC	FONOAUDIÓLOGA
JOSIANE DE SOUZA DA COSTA POY	7 MESES	SEGMENTE-FRAIBURGO - SC	FONOAUDIÓLOGA
TOTAL	3 ANOS 1 MES 23 DIAS		
NATÁLIA ACHILES MANGANELI	2 ANOS 7 MESES E 29 DIAS	PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO	FONOAUDIÓLOGA
TOTAL	2 ANOS 7 MESES E 29 DIAS		

Monte Carlo (SC), 30 de setembro de 2013.
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Ata de Registro de Preços Nº 95/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 95/2013

Aos vinte e três dias do mês de Setembro do ano de dois mil e treze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DOS BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE MONTE CARLO E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO e ÓRGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: CONCRETOS CRUZEIRO INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Tirolesa, 240, na cidade de Joaçaba-SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 75.493.908.0001.83 neste ato representada pelo Sr. FERNANDO REGENSBURGER, portador do CPF nº 196.410.609.53 doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos

indicados nesta Ata.

1 – DO OBJETO

1.1. – O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de TUBOS DE CONCRETO.

1.2. – A descrição detalhada dos produtos relativos a esta licitação é aquela constante do Anexo VII.

1.3. – As licitantes poderão concorrer para os lotes que lhe forem convenientes.

2 – DA EXECUÇÃO

2.1 - A licitante vencedora efetuará as entregas dos materiais mediante a solicitação formal do Departamento de Compras, deste município, nas quantidades solicitadas e no prazo máximo de 05 (CINCO) dias, emitindo as NFs no momento da entrega dos referidos materiais.

2.2 – Os materiais serão recebidos provisoriamente pelo Diretor do Departamento de Compras do município o qual terá um prazo de 5 (cinco) dias úteis para promover a análise e o recebimento definitivo dos mesmos.

2.2.1. – O recebimento definitivo do material somente se efetivará com a atestação do departamento de interessado de que o mesmo atende a todas as exigências estabelecidas no edital.

2.2.2 – Será rejeitado o material entregue que não corresponder às especificações contidas no anexo do presente edital, cabendo a contratada promover a sua substituição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais cabíveis.

2.2.3. – As despesas decorrentes da retirada do material pelo departamento rejeitado e da entrega do material substituído no mesmo local correrão por conta da CONTRATADA.

2.3 – As empresas que participarem desta licitação, se obrigam a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 – Pela entrega das peças o FORNECEDOR receberá a importância de R\$ 40.500,00 pelo ITEM nº 05 E 06:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
5	TUBO DE CONCRETO 80CM DIAMETRO COM MALHA	UNI	100,00	167,00	16.700,00
6	TUBO DE CONCRETO 100CM DIAMETRO COM MALHA	UN	100,00	238,00	23.800,00

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 – Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da presente Ata, salvo por motivo de força maior, devidamente demonstrados e provados.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS

5.1 - O pagamento pela entrega dos materiais, corresponderá ao quantitativo entregue, multiplicado pelo preço unitário respectivo ofertado pela contratada para cada um deles em sua proposta, será feito em favor da licitante vencedora, mediante crédito em conta corrente de titularidade do fornecedor devidamente identificado, após as publicações mensais, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura.

5.2. – A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao recebimento definitivo dos materiais e/ou equipamentos e emissão da nota fiscal.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.1 – Será de responsabilidade da licitante vencedora:

- Entregar os materiais nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;
 - Entregar os materiais licitados, somente com autorização expressa e formal do Diretor do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por ele,
 - Fazer constar na Nota Fiscal o número da autorização de fornecimento referenciado no item anterior.
 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.
- injustificadamente, a empresa é obrigada a substituí-lo imediatamente, com igual ou superior capacidade.
- A entrega – transporte, carga e descarga, dos materiais do presente edital serão por conta e risco do fornecedor, devendo deposita-los nas dependências do Departamento de Obras – Garagem municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes poderão aplicar, ao (s) FORNECEDOR (ES) as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente.
- c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho ou documento equivalente, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

7.2 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores e cláusula anterior

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- I - convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II - frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido; e
- III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- I - liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da entrega dos SERVIÇOS, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do Município e seus fundos participantes, e, ao ser aprovada as dotações para o exercício de 2013, o contador emitirá certidão atualizando as mesmas, como segue:

CÓD REDUZ	UNIDADE ORÇAMENT	PROJ/ ATIVID	ELEMENTO DESPESA	R\$ SALDO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO				
3	01	2004	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	107.290,72
8	05	2005	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	74.629,46
13	04	2006	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	46.760,27
23	03	2027	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	5.591,88
28	03	2025	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	18.200,00
31	03	2026	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	107.579,36
34	04	2007	3.3.90.00.00.00.00.00.0024	12.613,65
38	05	2038	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	31.978,17
78	01	2013	3.3.90.00.00.00.00.00.0019	42.366,37
53	01	2014	3.3.90.00.00.00.00.00.0019	179.670,28
87	02	2020	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	4.753,57
91	03	2029	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	27.976,67
94	04	2039	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	19.663,36
99	01	2024	3.3.90.00.00.00.00.00.0016	37.500,00
112	02	2023	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	187.539,29
115	03	2022	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	5.900,04
118	10	2036	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	8.255,88
122	01	2008	3.3.90.00.00.00.00.00.0052	14.665,28
126	01	2010	3.3.90.00.00.00.00.00.0052	112.3643,37
130	01	2011	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	34.863,87
138	01	2035	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	485,40

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

12.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 34/2013, Pregão Presencial nº 23/2013 – Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

13.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será 12 meses.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura

pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os materiais e/ou equipamentos que dele poderão advir.

14.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

14.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

14.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

14.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

14.5.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

14.5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

14.5.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo - SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam á presente Ata em DUAS vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 23 de Setembro de 2013.

ASSINATURAS	
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA Órgão Gerenciador	
CONCRETOS CRUZEIRO INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA FERNANDO REGENSBURGER Fornecedor	
TESTEMUNHAS	
VANDERLÉIA ALVES FERNANDES 077.361.879.16	DELCIR BARZOTTO 522.218.229.00

Ata de Registro de Preços Nº 96/2013 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 96/2013

Aos vinte e três dias do mês de Setembro do ano de dois mil e treze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE RE-EQUIPAMENTO DOS BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE MONTE CARLO E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO e ÓRGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: DELCIR BOESING - ARTEFATOS DE CIMENTO SIDART pessoa jurídica de direito privado, situada na Rodovia SC 303 - Vila Bressan, na cidade de Pinheiro Preto-SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 07.515.006.0001.40 neste ato representada pelo Sr. DELCIR BOESING, portador do CPF nº 513.966.029.68 doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1 - DO OBJETO

1.1. - O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de TUBOS DE CONCRETO.

1.2. - A descrição detalhada dos produtos relativos a esta licitação é aquela constante do Anexo VII.

1.3. - As licitantes poderão concorrer para os lotes que lhe forem convenientes.

2 - DA EXECUÇÃO

2.1 - A licitante vencedora efetuará as entregas dos materiais mediante a solicitação formal do Departamento de Compras, deste município, nas quantidades solicitadas e no prazo máximo de 05 (CINCO) dias, emitindo as NFs no momento da entrega dos referidos materiais.

2.2 - Os materiais serão recebidos provisoriamente pelo Diretor do Departamento de Compras do município o qual terá um prazo de 5 (cinco) dias úteis para promover a análise e o recebimento definitivo dos mesmos.

2.2.1. - O recebimento definitivo do material somente se efetivará com a atestação do departamento de interessado de que o mesmo atende a todas as exigências estabelecidas no edital.

2.2.2 - Será rejeitado o material entregue que não corresponder às especificações contidas no anexo do presente edital, cabendo a contratada promover a sua substituição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais cabíveis.

2.2.3. - As despesas decorrentes da retirada do material pelo departamento rejeitado e da entrega do material substituído no mesmo local correrão por conta da CONTRATADA.

2.3 - As empresas que participarem desta licitação, se obrigam a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO



3.1 - Pela entrega das peças o FORNECEDOR receberá a importância de R\$ 119.515,00 pelo ITEM nº 02, 03 E 04:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
2	TUBO DE CONCRETO DE 0,30 CM SIMPLIS C2	UN	2.500,00	13,65	34.125,00
3	TUBO DE CONCRETO DE 0,40 CM SIMPLIS C2	UN	2.500,00	19,50	48.750,00
4	TUBO DE CONCRETO DE 0,60 CM SIMPLIS C2	UN	800,00	45,80	36.640,00

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 - Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da presente Ata, salvo por motivo de força maior, devidamente demonstrados e provados.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS

5.1 - O pagamento pela entrega dos materiais, corresponderá ao quantitativo entregue, multiplicado pelo preço unitário respectivo ofertado pela contratada para cada um deles em sua proposta, será feito em favor da licitante vencedora, mediante crédito em conta corrente de titularidade do fornecedor devidamente identificado, após as publicações mensais, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura.

5.2. - A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao recebimento definitivo dos materiais e/ou equipamentos e emissão da nota fiscal.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.1 - Será de responsabilidade da licitante vencedora:

- Entregar os materiais nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;
- Entregar os materiais licitados, somente com autorização expressa e formal do Diretor do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por ele,
- Fazer constar na Nota Fiscal o número da autorização de fornecimento referenciado no item anterior.
- Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93. injustificadamente, a empresa é obrigada a substituí-lo imediatamente, com igual ou superior capacidade.
- A entrega - transporte, carga e descarga, dos materiais do presente edital serão por conta e risco do fornecedor, devendo deposita-los nas dependências do Departamento de Obras - Garagem municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes poderão aplicar, ao (s) FORNECEDOR (ES) as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento)

por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente.

c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho ou documento equivalente, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

7.2 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores e cláusula anterior

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido; e
- convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 - O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002. § 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da entrega dos SERVIÇOS, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do Município e seus fundos participantes, e, ao ser aprovada as dotações para o exercício de 2013, o contador emitirá certidão atualizando as mesmas, como segue:

CÓD REDUZ	UNDIDA-DE ORÇAMENT	PROJ/ATIVID	ELEMENTO DESPESA	R\$ SALDO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO				
3	01	2004	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	107.290,72
8	05	2005	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	74.629,46
13	04	2006	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	46.760,27
23	03	2027	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	5.591,88
28	03	2025	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	18.200,00
31	03	2026	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	107.579,36
34	04	2007	3.3.90.00.00.00.00.00.0024	12.613,65
38	05	2038	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	31.978,17
78	01	2013	3.3.90.00.00.00.00.00.0019	42.366,37
53	01	2014	3.3.90.00.00.00.00.00.0019	179.670,28
87	02	2020	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	4.753,57
91	03	2029	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	27.976,67
94	04	2039	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	19.663,36
99	01	2024	3.3.90.00.00.00.00.00.0016	37.500,00
112	02	2023	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	187.539,29
115	03	2022	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	5.900,04
118	10	2036	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	8.255,88
122	01	2008	3.3.90.00.00.00.00.00.0052	14.665,28
126	01	2010	3.3.90.00.00.00.00.00.0052	112.3643,37
130	01	2011	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	34.863,87
138	01	2035	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	485,40

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

12.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 34/2013, Pregão Presencial nº 23/2013 - Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

13.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será 12 meses.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os materiais e/ou equipamentos que dele poderão advir.

14.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação,

desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

14.3 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

14.4 - O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

14.5 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

14.5.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

14.5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

14.5.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo - SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em DUAS vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 23 de Setembro de 2013.

ASSINATURAS

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Órgão Gerenciador

DELCIR BOESING - ARTEFATOS DE CIMENTO SIDART

DELCIR BOESING

Fornecedor

TESTEMUNHAS

VANDERLÉIA ALVES FERNANDES

077.361.879.16

DELCIR BARZOTTO

522.218.229.00

Ata de Registro de Preços Nº 97/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 97/2013

Aos vinte e três dias do mês de Setembro do ano de dois mil e treze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE RE-EQUIPAMENTO DOS BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE MONTE CARLO E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO e ÓRGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: ELIMAR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Rodovia SC 303 Km 177,5 - Gramados, na cidade de Rio Das Antas-SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 09.077.085.0001.80 neste ato representada pelo Sr. ELISIANE DUARTE SCUR, portador do CPF nº 046.918.679.88 doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1 - DO OBJETO

1.1. - O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de TUBOS DE CONCRETO.

1.2. - A descrição detalhada dos produtos relativos a esta licitação é aquela constante do Anexo VII.

1.3. - As licitantes poderão concorrer para os lotes que lhe forem convenientes.

2 - DA EXECUÇÃO

2.1 - A licitante vencedora efetuará as entregas dos materiais mediante a solicitação formal do Departamento de Compras, deste município, nas quantidades solicitadas e no prazo máximo de 05 (CINCO) dias, emitindo as NFs no momento da entrega dos referidos materiais.

2.2 - Os materiais serão recebidos provisoriamente pelo Diretor do Departamento de Compras do município o qual terá um prazo de 5 (cinco) dias úteis para promover a análise e o recebimento definitivo dos mesmos.

2.2.1. - O recebimento definitivo do material somente se efetivará com a atestação do departamento de interessado de que o mesmo atende a todas as exigências estabelecidas no edital.

2.2.2 - Será rejeitado o material entregue que não corresponder às especificações contidas no anexo do presente edital, cabendo a contratada promover a sua substituição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais cabíveis.

2.2.3. - As despesas decorrentes da retirada do material pelo departamento rejeitado e da entrega do material substituído no mesmo local correrão por conta da CONTRATADA.

2.3 - As empresas que participarem desta licitação, se obrigam a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1 - Pela entrega das peças o FORNECEDOR receberá a importância de R\$ 11.500,00 pelo ITEM nº 01:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Co-tada	Preço Unitário	Preço Total
1	TUBO DE CONCRETO DE 0,20 CM SIMPLES C2	UN	1.000,00	11,50	11.500,00

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 - Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da presente Ata, salvo por motivo de força maior, devidamente demonstrados e provados.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS

5.1 - O pagamento pela entrega dos materiais, corresponderá ao quantitativo entregue, multiplicado pelo preço unitário respectivo ofertado pela contratada para cada um deles em sua proposta, será feito em favor da licitante vencedora, mediante crédito em conta corrente de titularidade do fornecedor devidamente identificado, após as publicações mensais, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura.

5.2. - A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao recebimento definitivo dos materiais e/ou equipamentos e emissão da nota fiscal.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.1 - Será de responsabilidade da licitante vencedora:

a) Entregar os materiais nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

b) Entregar os materiais licitados, somente com autorização expressa e formal do Diretor do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por ele, c) Fazer constar na Nota Fiscal o número da autorização de fornecimento referenciado no item anterior.

d) Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as

obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

injustificadamente, a empresa é obrigada a substituí-lo imediatamente, com igual ou superior capacidade.

e) A entrega - transporte, carga e descarga, dos materiais do presente edital serão por conta e risco do fornecedor, devendo deposita-los nas dependências do Departamento de Obras - Gestão municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes poderão aplicar, ao (s) FORNECEDOR (ES) as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento

equivalente.

c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho ou documento equivalente, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

7.2 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores e cláusula anterior

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I - convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido; e

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 - O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas,

assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da entrega dos SERVIÇOS, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do Município e seus fundos participantes, e, ao ser aprovada as dotações para o exercício de 2013, o contador emitirá certidão atualizando as mesmas, como segue:

CÓD REDUZ	UNIDADE ORÇAMENT	PROJ/ATIVID	ELEMENTO DESPESA	R\$ SALDO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO				
3	01	2004	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	107.290,72
8	05	2005	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	74.629,46
13	04	2006	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	46.760,27
23	03	2027	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	5.591,88
28	03	2025	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	18.200,00
31	03	2026	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	107.579,36
34	04	2007	3.3.90.00.00.00.00.00.0024	12.613,65
38	05	2038	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	31.978,17
78	01	2013	3.3.90.00.00.00.00.00.0019	42.366,37
53	01	2014	3.3.90.00.00.00.00.00.0019	179.670,28
87	02	2020	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	4.753,57
91	03	2029	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	27.976,67
94	04	2039	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	19.663,36
99	01	2024	3.3.90.00.00.00.00.00.0016	37.500,00
112	02	2023	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	187.539,29
115	03	2022	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	5.900,04
118	10	2036	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	8.255,88
122	01	2008	3.3.90.00.00.00.00.00.0052	14.665,28
126	01	2010	3.3.90.00.00.00.00.00.0052	112.3643,37
130	01	2011	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	34.863,87
138	01	2035	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	485,40

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

12.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 34/2013, Pregão Presencial nº 23/2013 - Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

13.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será 12 meses.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os materiais e/ou equipamentos que dele poderão advir.

14.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

14.3 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se

a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

14.4 - O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

14.5 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

14.5.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

14.5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

14.5.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo - SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em DUAS vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 23 de Setembro de 2013.

ASSINATURAS

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
Órgão Gerenciador

ELIMAR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
ELISIANE DUARTE SCUR
Fornecedor
TESTEMUNHAS

VANDERLÉIA ALVES FERNANDES
077.361.879.16

DELCIR BARZOTTO
522.218.229.00

Morro da Fumaça

PREFEITURA

Registro de Preços Nº 073/2013

MUNICÍPIO DE MORRO FUMAÇA- SC. PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2013. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E UTENSÍLIOS DOMESTICOS, CONFORME ANEXOS DO EDITAL - DATA 14/10/2013 - 09:00 horas. LOCAL: Setor de Licitação da Secretaria de Administração e Planejamento, Rua Vinte de Maio, 100, Centro.

Morro da Fumaça - SC.
MICHEL ANTONIO MACCARI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS.

Navegantes

PREFEITURA

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 139/2013 PMN - Retificado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 139/2013 PMN
RETIFICADO

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE RACHÃO BRITADO (DIMENSÃO ENTRE 100 A 400MM) PARA SER UTILIZADO NA MANUTENÇÃO DE OBRAS E VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Retificado devido alteração do preço unitário. Nova Data da entrega dos envelopes: dia 14/10/2013 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: dia 14/10/2013 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 01 de outubro de 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 163/2013

EXTRATO CONTRATUAL Nº 163/2013.

Contrato Nº.: 163/2013.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratada: CADRECON ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA.

Vigência : Início: 28/09/2013 Término: 27/12/2013.

Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.:82/2012.
Recursos: Dotação: 1.088 4.4.90.00.00.00.00.

Objeto: QUINTO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 92/2012, CONCORRÊNCIA Nº 82/2012 REFERENTE À OBRA DE CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DO ESPORTE E DA CULTURA, NO BAIRRO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA CADECROEN ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA.

Navegantes, 27 de setembro de 2013

Extrato Decisão Administrativa Nº 116/2013 - Geomais - Retificado

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO
TOMADA DE PREÇOS Nº 116/2013

Aos 25 (vinte e cinco) dias de setembro de 2013, às 15:00 horas, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, designados pela Portaria número 1165 de março de 2013, com intuito de analisar e julgar o Recurso Administrativo inerente a Tomada de Preços nº 116/2013, cujo objeto é a TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS PARA URBANIZAÇÃO DA VILA ESPERANÇA LOCALIZADA NO BAIRRO MEIA PRAIA NO MUNICÍPIO DE NAVAGANTES/SC CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº 0352.439-24/2011/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, DO PROGRAMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABILITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, protocoladas pela empresa GEOMAIIS GEOTECNOLOGIA LTDA - CNPJ: 09.391.371/0001-16, em 24/09/2013.

PRELIMINARMENTE

A Comissão Permanente de Licitação resolve receber o Recurso Administrativo conforme prevê o Art. 109º inciso I da Lei 8.666/93 que regulamentou as Licitações e os Contratos Administrativos no Âmbito Nacional:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) habilitação ou inhabilitação do licitante;

Passando-se a fase de análise do inteiro teor do recurso com fulcro nos fatos e fundamentos a seguir descritos.

Passando-se a fase de análise do inteiro teor do recurso com fulcro nos fatos e fundamentos a seguir descritos.

DO RECURSO:

Em síntese, manifesta-se a empresa GEOMAIIS GEOTECNOLOGIA LTDA arguindo o que segue e ao final requer seja dado provimento ao RECURSO que pleiteia:

a) A recorrente pleiteia o conhecimento do presente recurso e a reconsideração da decisão prolatada pela Comissão Permanente de Licitação no que tange a desclassificação da empresa GEOMAIIS GEOTECNOLOGIA LTDA, para participar da fase de abertura das propostas de preços.

Foram elencados os dispositivos arguidos, a fim de responder aos questionamentos de forma individualizada, conforme segue:

a) - DOS FATOS

A empresa por hora Requerente impetrou o presente Recurso Administrativo solicitando a reconsideração dos termos presentes na ata oriunda da Tomada de Preços nº 116/2013 que visa à contratação de EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS PARA URBANIZAÇÃO DA VILA ESPERANÇA LOCALIZADA NO BAIRRO MEIA PRAIA NO MUNICÍPIO DE NAVAGANTES/SC CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº 0352.439-24/2011/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, DO PROGRAMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABILITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.

Alega a proponente que é especializada no ramo de elaboração de estudos e projetos de urbanização e devidamente credenciada junto aos órgãos responsáveis pela autorização e fiscalização de serviços compatíveis ao objeto licitado e que cumpriu a todas as determinações do edital estando apta a prosseguir habilitada nos

trabalhos inerentes ao presente certame licitatório.

b)- DAS EXIGENCIAS LEGAIS

As alegações das demais participantes que pesam sobre a habilitação da impetrante do presente recurso administrativo incidem sobre a inobservância da necessidade de apresentação de termo de habilitação expressa, uma vez que o item 5.1.5 do presente edital exige a apresentação da referida declaração, contudo o mesmo item faz referencia ao anexo II, onde encontra-se a Declaração de Cumprimento ao Disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Considerando ao fato acima exposto assim como o evento da supracitada proponente ter apresentado declaração de inexistência de fato impeditivo a habilitação cujo teor preenche os requisitos necessários a habilitação da mesma, não é aceitável que a proponente seja penalizada pela incidência de um equívoco da administração pública municipal.

É importante frisar, ainda, que a doutrina jurídica brasileira consagrou o princípio de que as normas referentes às compras e contratações no setor público devem sempre ser interpretadas em favor da ampliação do número de concorrentes nos certames, assim como a conduta dos agentes da Administração Pública deve ser moralmente compatível com os bons costumes e regras da boa administração.

CONCLUSÃO:

Diante do exposto, a Comissão Permanente de Licitação decidiu pela procedência do presente recurso administrativo, determinando o seguinte:

1) O deferimento do Recurso Administrativo protocolado pela proponente e consequentemente a classificação da mesma para participação da próxima fase do certame.

É a decisão.

HUMBERTO GALVEZ JUNIOR
Presidente da Comissão de Licitação

Membros da Comissão de Licitação:

DOUGLAS LEMOS

MARIA BENEDITA CORRÊA

PATRÍCIA APARECIDA GUALBERTO

FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO

Extrato Decisão Administrativa Nº 116/2013 - Vpc- Retificado

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO
TOMADA DE PREÇOS nº 116/2013

Aos 25 (vinte e cinco) dias de setembro de 2013, às 15:00 horas, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, designados pela Portaria número 1165 de março de 2013, com intuito de analisar e julgar o Recurso Administrativo inerente a Tomada de Preços nº 116/2013, cujo objeto é a TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS PARA URBANIZAÇÃO DA VILA ESPERANÇA LOCALIZADA NO BAIRRO MEIA PRAIA NO MUNICÍPIO DE NAVAGANTES/SC CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº 0352.439-24/2011/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, DO PROGRAMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABILITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, protocoladas pela empresa VPC Brasil Tecnologia Ambiental e Urbanismo Ltda - CNPJ: 05.945.216/0001-43, em 20/09/2013.

PRELIMINARMENTE

A Comissão Permanente de Licitação resolve receber o Recurso Administrativo conforme prevê o Art. 109º inciso I da Lei 8.666/93 que regulamentou as Licitações e os Contratos Administrativos no Âmbito Nacional:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) habilitação ou inabilitação do licitante;

Passando-se a fase de análise do inteiro teor do recurso com fulcro nos fatos e fundamentos a seguir descritos.

Passando-se a fase de análise do inteiro teor do recurso com fulcro nos fatos e fundamentos a seguir descritos.

DO RECURSO:

Em síntese, manifesta-se a empresa VPC Brasil Tecnologia Ambiental e Urbanismo Ltda arguindo o que segue e ao final requer seja dado provimento ao RECURSO que pleiteia:

a) A recorrente pleiteia o conhecimento do presente recurso e a reconsideração da decisão prolatada pela Comissão Permanente de Licitação no que tange a desclassificação da empresa VPC/Brasil Tecnologia Ambiental e Urbanismo Ltda, para participar da fase de abertura das propostas de preços.

Foram elencados os dispositivos arguidos, a fim de responder aos questionamentos de forma individualizada, conforme segue:

a) - DOS FATOS

A empresa por hora Requerente impetrou o presente Recurso Administrativo solicitando a reconsideração dos termos presentes na ata oriunda da Tomada de Preços nº 116/2013 que visa à contratação de EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS PARA URBANIZAÇÃO DA VILA ESPERANÇA LOCALIZADA NO BAIRRO MEIA PRAIA NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº 0352.439-24/2011/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, DO PROGRAMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABILITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.

Considerando a nota de esclarecimento apresentada pela empresa proponente, verificou-se que o documento presente na página 40 e 41 apesar de não estar acervado pelo CREA, o mesmo pode ser considerado como atestado de capacidade técnica uma vez que o referido documento encontra-se devidamente autenticado e no que tange a necessidade da apresentação de acervo cumpre esclarecer que a empresa por hora proponente apresentou diversos outros documentos que se encontram devidamente acervados pelo CREA-PR como por exemplo o documento presente na página 45, suprimindo assim a exigência editalícia.

Contudo ainda resta esclarecer que os atestados de capacidade técnica apresentados da página 57 em diante são de profissionais das áreas Sociológicas e Advocatícias não estando sujeitos a aprovação do Conselho Regional de Engenharia e Arquiteturas - CREA. Quanto a declaração presente no Item 5.11.5 verificou-se que apesar do título não coincidir com o presente no Edital o inteiro teor do documento supre todas as necessidades da Administração Pública Municipal.

CONCLUSÃO:

Diante do exposto, a Comissão Permanente de licitação decidiu pela procedência do presente recurso administrativo, determinando o seguinte:

1) O deferimento do Requerimento protocolado pela empresa VPC/Brasil Tecnologia Ambiental e Urbanismo Ltda a classificação

da proponente para participar da próxima fase do certame.

É a decisão.

HUMBERTO GALVEZ JUNIOR
Presidente da Comissão de Licitação

Membros da Comissão de Licitação:
PATRÍCIA APARECIDA GUALBERTO
MARIA BENEDITA CORRÊA
FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO
DOUGLAS LEMOS

Extrato Ata Registro de Preço Nº 52/2013 FMS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 52/2013.
O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços FMS nº 52/2013, relativa ao Pregão Presencial FMS nº 52/2013 - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Empresa: PROMEDIC A G KIENEN & CIA LTDA.
Valor: R\$ 6.050,00 (seis mil e cinquenta reais)

Vigência: 27/09/2014.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.
Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 27 de setembro de 2013.
CARLA CLAUDINO
Pregoeira

Extrato Ata Registro de Preço Nº 54/2013 FMS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 54/2013.
O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços FMS nº 54/2013, relativa ao Pregão Presencial FMS nº 54/2013 - contendo os preços registrados pela empresa listada abaixo:

Empresa: ITAOX COMÉRCIO DE GASES INDUSTRIAIS LTDA.
Valor: R\$ 84.725,00 (oitenta e quatro mil setecentos e vinte e cinco reais).

Vigência: 27/09/2014.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.
Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 27 de setembro de 2013.
CARLA CLAUDINO
Pregoeira

Nova Trento

PREFEITURA

Resultado e Homologação - Pregão Presencial Nº 065/2013

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 065/2013
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2013
HOMOLOGAÇÃO: 01/10/2013
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

OBJETO: Prestação de Serviços de profissionais de nível superior com formação na área de Arquitetura e Urbanismo.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

VENCEDOR DO CERTAME:

HELOISA FRANZÓI (CPF nº 056.338.969-98) - Valor para 12 meses de contrato: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

HOMOLOGO o procedimento licitatório em 01/10/2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

Contrato N° 125/2013

CONTRATO N° 125/2013

Origem: Processo Licitatório de nº 101/2013, Pregão Presencial nº 065/2013 - Homologação 01/10/2013. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratada: HELOISA FRANZÓI, arquiteta, brasileira, solteira, residente e domiciliada à rua Nicolau Bado, 269, bairro Besenello, Nova Trento/SC, portadora do CPF nº 056.338.969-98, RG nº 4.186.507, expedida em 21/07/2009, PIS/PASEP 137.16535.72-8, CAU nº A65023-4 Objeto do Contrato: O presente contrato tem por objeto a Prestação de Serviços de profissionais de nível superior com formação na área de Arquitetura e Urbanismo. Vigência: 12 meses. O valor total para 2013 é de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), correspondente a R\$ 2.000,00 (dois mil reais)/mês.

Nova Trento, 01 de Outubro de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

SAMAE

Resumo Contrato 000029 _2013 Laske & Feyh Sociedade Simples de Advocacia

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE NOVA TRENTO

CNPJ: 95.785.267/0001-48

RUA DOS IMIGRANTES, nº 356

C.E.P.: 88270-000 -Nova Trento -SC

Mês/Ano da Assinatura: Setembro/2013.

Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: LASKE & FEYH SOCIEDADE SIMPLES DE ADVOCACIA
CPF: 00.532.330/0001-28

Modalidade: Dispensa de Licitação p Compras e Serviços

Número do Contrato ou Aditivo: 000029/2013

Fundamento Legal: 8666/93

Objeto:

A CONTRATADA prestará para o SAMAE os serviços de organização e realização do Concurso Público, para o preenchimento de vagas ao cargo de Encanador, com as tarefas de minutar o Edital do Concurso, o Edital de Homologação das Inscrições e a Portaria de nomeação da Comissão do Concurso, bem como elaborar, aplicar e corrigir provas escrita e prática, apresentando resultado final, em documento hábil, para a devida homologação pelo Diretor.

Data da Assinatura: 09/09/2013

Data da Publicação no Diário Oficial: 02/10/2013

Vigência: 20/09/2013 à 20/01/2014

Programa	de	Trabalho:	15.01	17.512.0001
----------	----	-----------	-------	-------------

2.013.3.3.90.00.00.00.00

Número do Empenho: 265/2013

Valor: 4.500,00

Forma de Pagamento: À Prazo na Entrega da Homologação Final

CARLOS TARCISIO BATTISTI

DIRETOR DO SAMAE

Resumo Contrato N 000028 _2013 José Luiz Casett

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE NOVA TRENTO

CNPJ: 95.785.267/0001-48

RUA DOS IMIGRANTES, nº 356

C.E.P.: 88270-000 -Nova Trento -SC

Mês/Ano da Assinatura: Setembro/2013.

Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: JOSÉ LUIZ CASETT

CPF: 481.510.849-87

Modalidade: Dispensa de Licitação p Compras e Serviços

Número do Contrato ou Aditivo: 000028/2013

Fundamento Legal: 8666/93

Objeto:

Cessão de direito de uso de uma área de 1.5mts por 2,5mts, totalizando 4 m², localizado a Rua Brusque,s/nº Bairro Espreado, integrante de área maior de propriedade do Sr. José Luiz Casett, do cedente, devidamente registrada no Registro de Imóveis da Comarca de São João Batista sob nº 16.062-Av.6-170-Protocolo nº 35.233. São João Batista, 21 de outubro de 2011 certificado pelo registro de imóveis da Comarca de São João Batista.

Data da Assinatura: 09/09/2013

Data da Publicação no Diário Oficial: 02/10/2013

Vigência: 09/09/2013 à 31/12/2013

Programa	de	Trabalho:	15.01	17.512.0001
----------	----	-----------	-------	-------------

2.013.3.3.90.00.00.00.00

Número do Empenho: 253/2013

Valor: 3.000,00

Forma de Pagamento: À Vista na Entrega

CARLOS TARCISIO BATTISTI

DIRETOR DO SAMAE

Resumo Contrato N° 000027/2013 Comercio Eletrico São Jose

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE NOVA TRENTO

CNPJ: 95.785.267/0001-48

RUA DOS IMIGRANTES, nº 356

C.E.P.: 88270-000 -Nova Trento -SC

Mês/Ano da Assinatura: Setembro/2013.

Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: COMÉRCIO DE MATERIAL ELÉTRICO SÃO JOSÉ LTDA

CNPJ:08.720.381/0001-95

Modalidade: Dispensa de Licitação p/Obras e Serv. Engenharia

Número da Licitação: DL nº 2/2013

Número do Contrato ou Aditivo: 000027/2013

Fundamento Legal: 8666/93

Objeto:

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA RECALQUE TIPO

BOOSTER NA LOCALIDADE DO ESPRAIADO, MUNICIPIO DE NOVA TRENTO-SANTA CATARINA.

Data da Assinatura: 09/09/2013

Data da Publicação no Diário Oficial: 02/10/2013

Vigência: 09/09/2013 à 15/10/2013

Programa de Trabalho: 15.01 17.512.0001

2.013.3.3.90.00.00.00.00

Número do Empenho: 254/2013

Valor: 14.775,00

Forma de Pagamento: À Vista na Entrega

CARLOS TARCISIO BATTISTI
DIRETOR DO SAMAE**Palhoça****PREFEITURA****Portaria Nº. 2939/2013.**

PORTARIA Nº. 2939/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, DAYANA METZKER SILVA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a con-tar de 12/09/2013.

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de AdministraçãoSHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e CulturaMILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos**Portaria Nº. 2940/2013.**

PORTARIA Nº. 2940/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade a funcionária con-for-me anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor em 01 de agosto de 2013.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	VALOR
800263	Adriana Eni Moreira	R\$ 500,00
802084	Débora Letícia Hermann	R\$ 500,00
800398	Graziela Cardoso	R\$ 1.000,00
801099	Karina Zolia Jacomelli	R\$ 600,00
800920	Luci Terezinha Espindola Pierri	R\$ 500,00
800889	Marlene Dutra Cardoso	R\$ 400,00
800889	Marlene Maria Martins Batisti	R\$ 400,00
802072	Samir Manoel Medeiros	R\$ 1.000,00
800894	Viviane Meyer	R\$ 500,00

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de AdministraçãoMILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos**Portaria Nº. 2941/2013.**

PORTARIA Nº. 2941/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	A contar de
Francys João Balestreri	20	15	01/09/2013 a 15/12/2013
Rosa Maria Castillo e Castillo	20	15	01/09/2013 a 15/12/2013
Shirley K. D. Verissimo	15	10	01/09/2013 a 15/12/2013

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de AdministraçãoSHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e CulturaMILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos**Portaria Nº. 2942/2013.**

PORTARIA Nº. 2942/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1. CONSTITUIR a Comissão Administrativa Provisória de Desenvolvimento e Elaboração do Novo Código Sanitário do Município de Palhoça.
2. DESIGNAR os servidores Osvaldo Ramos Maciel, ocupante do cargo de provimento efetivo de fiscal de vigilância sanitária, sob

matrícula nº. 400232, Rodrigo Tenfen Legat, ocupante do cargo de provimento efetivo de fiscal de vigilância sanitária, sob matrícula nº. 400223, Marcos Antídio de Lima, ocupante do cargo de provimento efetivo de fiscal de vigilância sanitária, sob matrícula nº. 401033 e Renata Batista, ocupante do cargo de provimento efetivo de fiscal de vigilância sanitária, sob matrícula nº. 401162, para juntos comporem e conduzirem os trabalhos da Comissão Administrativa Provisória de Desenvolvimento e Elaboração do Novo Código Sanitário do Município de Palhoça, ficando a presidência sob responsabilidade do primeiro.

3. A Comissão deverá elaborar as normas internas regulamentando suas atribuições e competências.

4. O período de constituição da Comissão e entrega do Relatório Final e Minuta do Projeto de Lei será de 90 (noventa) dias, contados a partir da publicação desta portaria, podendo ser prorrogado por até 45 dias, justificadamente.

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2943/2013.

PORTARIA Nº. 2943/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora RAQUEL DE CARVALHO GOMES, matrícula nº. 800707, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura. A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 01, item 03.

Pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a contar de 21/08/2013, de acordo com as folhas 39 e 40.

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 2944/2013.

PORTARIA Nº. 2944/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO CECILIA SILVEIRA VILAMIL, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 16/09/2013.

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 2945/2013.

PORTARIA Nº. 2945/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO FLAVIA MONTIBELLER, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 10/09/2013.

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHAARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 2946/2013.

PORTARIA Nº. 2946/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO BRUNA SCHWEITZER DELDUQUE MELO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Social, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 17/09/2013.

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 2947/2013.

PORTARIA Nº. 2947/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO PRISCILA CARDOSO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Social, com carga horária

de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, con-forme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 17/09/2013.

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 2948/2013.
PORTARIA Nº. 2948/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
NOMEAR POR CONCURSO SUZY CONCEIÇÃO MARQUES, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Social, com carga horária de 30 (trinta) ho-ras/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Di-reta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 17/09/2013.

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 2949/2013.
PORTARIA Nº. 2949/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
NOMEAR POR CONCURSO MARIA JUSSARA BAIROS DE MELLO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Social, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 17/09/2013.

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 2950/2013.
PORTARIA Nº. 2950/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO CECILIA SILVEIRA VILAMIL, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Social, com carga horária de 30 (trinta) ho-ras/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Di-reta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 17/09/2013.

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 2951/2013.
PORTARIA Nº. 2951/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
NOMEAR POR CONCURSO JUCENIA JUDITE DE SOUZA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Social, com carga horária de 30 (trinta) ho-ras/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Di-reta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 17/09/2013.

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 2952/2013.
PORTARIA Nº. 2952/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SILVIO ANTONIO DUARTE, matrícula nº. 500189, titular do cargo de Artífice, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Infraestrutu-ra, Energia, Telecomunicação e Transporte, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/05/2008 a 02/05/2013, por 02 (dois) meses, a com efeitos a contar de 16/09/2013 à 16/11/2013.

Palhoça, SC, em 09 de setembro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3076/2013.
PORTARIA Nº. 3076/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria 2695 de 28 de agosto de 2013, que Concedeu Esta-bilidade a servidora BRUNA MELLER SOARES, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 28/08/2013, tendo em vista o equívoco, sendo que a referida servidora não completou todas as avaliações em 2013, com base na SÚMULA nº 473 do STF.

Palhoça, SC, em 25 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Pregão Presencial Nº 179/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 179/2013

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 15 de outubro de 2013, às 14:00, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 179/2013, que tem por objeto a contratação de serviços de demolição de construções irregulares para a Secretaria de Infra-Estrutura, Trânsito e Defesa Civil. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 30 de setembro de 2013.
A PREGOEIRA.

Resultado Pregão Nº 164/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL nº 163/2013

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 163/2013, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a contratação de empresa para fornecimento e instalação de divisórias para a Secretaria de Educação e Unidades de Ensino deste Município, de acordo com as especificações do Anexo I, que é parte integrante do edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:
BARRAÇÃO DECORAÇÕES LTDA. - ME ficou classificada em 1º lugar totalizando R\$ 52.294,00 (cinquenta e dois mil, duzentos e noventa e quatro reais).

Palhoça, 30 de setembro de 2013.

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº101/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º101/2013 - Pregão Presencial 34/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa RESTAURANTE E LANCHONETE MIGLIORINI LTDA. OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de refeições em porções individuais (tipo marmita) destinada aos servidores da Secretaria Municipal de Saúde em atividade nas campanhas de vacinação, capacitações na área da Vigilância Epidemiológica. DATA: 09/09/2013 à 08/09/2014.

Item	Quant.	Descrição do Item	Preço Unitário	Preço total
01	2.000	Fornecimento de refeição pronta (almoço) embalada, marmita,	R\$11,00	R\$22.000,00

CÂMARA MUNICIPAL**Projeto de Lei Nº 119/2013**

PROJETO DE LEI Nº 119/2013.

CONVÊNIO. Associação Empresarial de Palhoça - ACIP, com intervenção da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina - FACISC.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação Empresarial de Palhoça - ACIP, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ 73.278.152/0001-24, com sede na Praça 7 de setembro, n. 10, Centro, Palhoça/SC, CEP 88.130-200, com intervenção da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina - FACISC, inscrita no CNPJ n. 78.354.636/0001-29, tendo como objetivo a operacionalização do fornecimento de Vale-Alimentação, através da exclusiva emissão, utilização e administração de cartões magnéticos denominados UTIL Alimentação, apto a receber crédito em dinheiro correspondentes carga dos cartões, aos servidores públicos municipais usuários, detentores de cargo de provimento efetivo, aos detentores de cargos comissionados e aos que exerçam funções temporárias, integrantes do Quadro de Pessoal da Administração Pública Municipal, inclusive autárquica e fundacional, a ser efetuado a custo zero.

Art. 2º A despesa com a execução desta Lei, corre por conta da dotação específica do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 26 de setembro de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze.

Decreto Legislativo Nº 276/2013

DECRETO LEGISLATIVO Nº 276/2013.

APROVA MINUTA DO TERMO DE CONVÊNIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PALHOÇA - ACIP.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado Minuta do Termo de Convênio, que entre si celebram o Município de Palhoça e a Associação Empresarial de Palhoça - ACIP, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 26 de agosto de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 039/2013

Papanduva

CÂMARA MUNICIPAL

Ata de Audiência Pública Nº 0032013

Ata da 3ª Audiência Pública do ano de 2013, correspondente à Prestação das Contas do Município de Papanduva, realizada em 26 de setembro de 2013 às 18:00 horas

Em 26 de setembro de 2013, às 18:00 horas na Sede da Câmara Municipal de Papanduva, o Senhor Vereador Alois Mikalovicz, Membro da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal, cumprimentando a todos os internautas e presentes, declarou aberta a presente Audiência Pública da prestação de contas do município, referente ao 2º quadrimestre de 2013, abordando que esta Audiência Pública atende a exigência do Art. 9º, parágrafo 4º da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal). Na sequência o Senhor Alois Mikalovicz, passou a palavra para o representantes do Poder Executivo, responsável pela apresentação das informações patrimoniais, financeiras e orçamentárias do município. O senhor Fábio José Padilha, Secretário Municipal de Administração de Papanduva, assumiu a responsabilidade pela continuação da audiência, cumprimentou todos os presentes e internautas e informou que os esclarecimentos seguintes, correspondem às contas do município, correspondente ao 2º quadrimestre de 2013. O Senhor Fábio José Padilha fazendo o uso da palavra, começou a exposição das informações, declarando que objetivo de sua presença era de, apresentar a prestação de contas do município de Papanduva, referente ao 2º quadrimestre de 2013, atendendo assim a exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal. Inicialmente foi focado o Princípio do Equilíbrio Orçamentário, onde foi esclarecido a todos os presentes que o montante das receitas devem sempre estar equilibrado ao montante das despesas. Com relação aos valores do 2º quadrimestre de 2013, o Senhor Fábio José Padilha comentou que a previsão da receita para o período de janeiro à agosto era de R\$ 23.491.000,00 e que foram arrecadadas R\$ 24.487.665,36, sendo arrecadado R\$ 996.665,36 a mais que o previsto; as despesas foram autorizadas em R\$ 23.564.000,00, e executadas em R\$ 22.120.354,49, sendo R\$ 1.443.645,51 a menos que a despesa autorizada, sendo que a despesa foi menor que a prevista; resultando assim, através do comparativo entre as receitas e as despesas no cumprimento das metas, um superávit de R\$ 2.367.310,87, ou seja, a arrecadação foi maior que as despesas. O senhor Fábio comentou que a legislação exige que sejam feitos e apresentados

os cálculos do superávit com todas as receitas do município, mas o resultado alcançado engloba os recursos do Instituto de Previdência, o qual possui destinação específica, portanto foi elaborado um novo cálculo apenas com os recursos livres, o qual apresentou os seguintes valores: RECEITAS R\$ 14.434.335,02 - DESPESA R\$ 14.341.821,14 - RESTOS A PG R\$ 749.548,91, totalizando um DÉFICIT de R\$ 657.035,03. Foi abordada a informação de que este déficit se originou pelo motivo de que o governo atual já pagou aproximadamente R\$ 1.000.000,00 de dívidas que ficaram da gestão anterior. Com relação às metas do resultado primário, este era previsto na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) em (-) R\$ 2.180.000,00 e o realizado foi de R\$ 2.362.432,92, totalizando um resultado de (-) R\$ 4.542.432,92. O resultado nominal era previsto em (-) R\$ 110.000,00 e o realizado foi de R\$ 1.278.104,20, totalizando um resultado de () R\$ 1.388.104,20. O Senhor Fábio José Padilha também abordou os gastos com investimentos, os quais estavam previstos até o mês de agosto em R\$ 5.047.000,00 e foram executados R\$ 1.389.240,08, restando uma diferença a executar de R\$ 3.657.759,92. Na saúde, foi informado que o mínimo a ser gasto é 15% da receita tributária do município, equivalente a R\$ 2.412.954,91, neste período foram gastos 25,55% equivalente a R\$ 4.110.554,51, ou seja, foram aplicados R\$ 1.697.599,60 a mais que o mínimo exigido pela Constituição Federal. Na educação foram gastos 25,61% equivalente a R\$ 4.127.629,58, onde o mínimo a ser gasto é de 25% da receita do município, equivalente a 4.028.827,98 neste período, ou seja, foram aplicados R\$ 98.801,60 a mais que o mínimo exigido pela Constituição Federal. Com relação ao FUNDEB, o mínimo a ser gasto na valorização do magistério é de 60%, equivalente a R\$ 1.957.527,72 neste período, sendo gasto 66,45%, equivalente a R\$ 2.218.072,11, ou seja, foram aplicados R\$ 260.544,39 a mais que o mínimo exigido por lei. O Senhor Fábio José Padilha também comentou sobre as Despesas com pessoal do Poder Executivo - Prefeitura, onde o máximo a ser gasto da Receita Corrente Líquida média dos últimos 12 meses (setembro/2012 à agosto/2013) é de 54% correspondente a R\$ 17.180.624,41, porém foram gastos 47,25%, equivalente a R\$ 15.032.343,27, ou seja, foram aplicados R\$ 2.148.281,14 a menos que o limite máximo estipulado em lei. Com relação ao Poder Legislativo - Câmara Municipal, o máximo ser gasto da Receita Corrente Líquida do município, média dos últimos 12 meses é de 6% equivalente a R\$ 1.908.958,27 neste período, porém foram gastos 2,33%, representando R\$ 740.569,32, ou seja, foram gastos R\$ 1.168.388,95 a menos que o limite legal. Sobre a alienação de ativos ou venda de bens móveis do município, foi afirmado que no período esta possuía um saldo anterior de R\$ 1.446,14, não houve receita, e o saldo está aplicado originando um rendimento no valor de R\$ 31,85, não houve aplicação em equipamentos e materiais permanentes, resultando em um saldo a aplicar de R\$ 1.477,99. Referente à dívida flutuante, esta possuía saldo anterior de R\$ 2.756.862,10, no decorrer do período houve a inscrição de R\$ 2.653.618,84, e foram pagas R\$ 3.281.690,75, onde o saldo a pagar ficou em R\$ 2.128.790,19. Com relação à dívida fundada interna, esta possuía um saldo inicial de R\$ 849.447,06, houve a inscrição de R\$ 910.087,83 e foram pagos até o mês de agosto R\$ 119.721,13, restando um saldo de R\$ 1.639.813,76. Na sequência o Senhor Fábio José Padilha, comentou que as informações que a lei exige que sejam apresentadas em Audiência Pública são estas colocadas aqui; e para finalizar sua fala, agradeceu a Comissão e ao Poder Executivo pela oportunidade de representá-lo, agradecendo também a Câmara Municipal pela divulgação da audiência, informando que foi o Sistema de Controle Interno e a Contabilidade do município que foram responsáveis pela elaboração e a Secretaria Municipal da Administração responsável pela apresentação das informações. Na sequência foi aberto espaço para o público fazer questionamentos, onde na oportunidade o senhor Alois Mikalovicz, membro da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal, solicitou ao senhor Fábio que explicasse a diferença entre a DÍVIDA FLUTUANTE e a DÍVIDA INTERNA FUNDADA, onde o Secretário de Administração informou

que a DÍVIDA FLUTUANTE é aquela que agrega valores de restos a pagar, DDOs e retenções e a DÍVIDA INTERNA FUNDADA agrega os valores de financiamentos. Não havendo mais questionamentos e com nada mais havendo a tratar, o Senhor Alois Mikalovicz, membro da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Papanduva, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a presente Audiência Pública. A lista de presença em anexo possui valor de confirmação de presença das pessoas participantes. Plenário da Câmara Municipal de Papanduva, em 26 de setembro de 2013.

Paulo Lopes

PREFEITURA

Errata

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PAULO LOPES
ERRATA
PORTARIA Nº 225/2013

A portaria nº 225/2013, que Instaura Processo Administrativo Disciplinar, Nomeia Comissão Processante e dá outras Providências, publicada no (DOM) Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina no dia 01/10/2013, onde se lê: PORTARIA Nº 225/2013. Leia-se: PORTARIA Nº 408/2013.

Município de Paulo Lopes - SC, 01 de Outubro de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 409/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 409/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora. Pública Municipal efetiva e estável, Jade Maria Gomes Bittencourt da Silveira, brasileira, portadora do CPF nº 664.628.789-91, matrícula nº 14, ocupante do Cargo de Professora, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, até 10/10/2013 conforme benefício nº 6033533740 em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 01 de Outubro de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 410/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 410/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal, Mariana de Souza Rosa, brasileira, portadora do CPF nº 070.741.839-97, matrícula nº 10856 ocupante do Cargo em Comissão de Diretora de Departamento de Tributação e Fiscalização, à disposição da Secretaria Municipal de Finanças, até 30/11/2013 conforme benefício nº 6031129730 em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 30 de Setembro de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 411/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 411/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal, Juliana Alaerte de Oliveira, brasileira, portadora do CPF nº 008.669.159-74, matrícula nº 10873 ocupante do Cargo de Professora, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, até 03/10/2013 conforme benefício nº 6035200269 em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 01 de Outubro de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 412/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 412/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao Servidor Público Municipal, efetivo e estável, Orlando Lima, brasileiro, portador do CPF nº 664.629.599-91, matrícula nº 999, ocupante do Cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, à disposição da

Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, de 30/09/2013 até 14/10/2013, conforme atestado em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 01 de Outubro de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração

Aviso Concorrência Pública Nº. 49/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 49/2013

O Município de Paulo Lopes torna público que realizará licitação na modalidade de Concorrência Pública, do tipo Menor Preço Global, objetivando a contratação de empresa para execução de coleta, transporte e manejo de resíduos sólidos, com abertura das propostas às 09:00 horas do dia 04 de novembro de 2013. O edital encontra-se à disposição no site www.paulolopes.sc.gov.br

Paulo Lopes, 01 de outubro de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 23/2013

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº. 23/2013
Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº. 23/2013, de 06/02/2013 conforme Processo Licitatório 02/2013. Tendo como contratante a Prefeitura Municipal de Paulo Lopes e contratada INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. CNPJ nº 12.889.035/0001-02, Objeto: acréscimo de R\$ 1.066,25 (Hum mil e sessenta e seis reais e vinte e cinco centavos) referente ao reajuste de preço dos itens nº 100, 103, 164,165 e 201 conforme parecer jurídico anexo ao processo licitatório.

24 de setembro de 2013
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº 10, de 01 de Outubro de 2013.

PORTARIA Nº 10, DE 01 DE OUTUBRO DE 2013.
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA ALESSANDRA DE COSTA - PARA O EXERCÍCIO DO CARGO PÚBLICO DE CONTADOR(A) - NÍVEL R-01 - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDISON ANTONIO MÂNICA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. II, do art. 49, da Lei Orgânica Municipal, e também o inciso XXVIII do art. 28 do seu Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias a servidora ALESSANDRA DE

COSTA, brasileira, solteira, residente e domiciliado em Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, ocupante do cargo estatutário de CONTADOR(A) - NÍVEL R-01, 20 dias de férias, referente ao período aquisitivo de 10.03.2011 à 09.03.2012, com o gozo de 01 de outubro de 2013 a 20 de outubro de 2013, sendo que os 10 (dez) dias restantes serão convertidos em abono pecuniário.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PINHEIRO PRETO - SC, 01 DE OUTUBRO DE 2013.
EDISON ANTONIO MÂNICA
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Pinheiro Preto/SC

Pomerode

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 256 de 30 de Setembro de 2013.

LEI COMPLEMENTAR Nº 256 DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.
REVOGA A LEI COMPLEMENTAR Nº 107 DE 27 DE JULHO DE 2005.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que me confere o a Lei Orgânica do Município, faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica revogada na íntegra a Lei Complementar nº 107 de 27 de julho de 2005.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor a partir do dia 1º de outubro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 12 de setembro de 2013.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

Lei Ordinária Nº 2.581 de 30 de Setembro de 2013.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.581 DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.
FIXA O VENCIMENTO DOS CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE POMERODE, DO ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os vencimentos dos servidores públicos ocupantes de cargos efetivos e em comissão do Poder Legislativo do Município de Pomerode, postos pela Resolução Nº 42/2013, visam a:

- I - valorização profissional do servidor;
- II - adoção de instrumentos de gestão de recursos humanos;
- III - articulação de cargos, carreiras e especialidades de acordo com as demandas do Poder Legislativo de Pomerode;
- IV - melhor aproveitamento dos recursos humanos;
- V - melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Art. 2º - Para fins desta Lei consideram-se os seguintes conceitos básicos:

I - Vencimento: retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado nesta Lei;

II – Remuneração: o vencimento dos cargos públicos, acrescidos das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidos em lei.

Art. 3º - Fica adotada a atual Tabela de Referências de Vencimentos praticada pelo Poder Executivo Municipal, instituída através da Lei Complementar 85 de 07 de fevereiro de 2003, atualizada pela Lei Complementar nº 248/2013, ficando fixados os valores dos vencimentos dos cargos dos servidores públicos efetivos e em comissão do Poder Legislativo do Município de Pomerode nas seguintes referências:

I – CARGOS EFETIVOS

Nº	CARGO	REFERÊNCIA INICIAL
01	Procurador Jurídico	95
02	Contador	76
03	Secretário Executivo	66
04	Secretário Legislativo	66

II – CARGOS EM COMISSÃO

Nº	CARGO	REFERÊNCIA
01	Diretor Administrativo e Financeiro	80
02	Assessor Parlamentar Especial	73
03	Assessor de Comunicação	47

Art. 4º - Os valores das remunerações dos servidores efetivos e comissionados serão revisados anualmente na mesma data e pelo mesmo índice adotado pelo Poder Executivo, nos termos do art. 53, § 4º da Lei Complementar nº 74, de 05 de dezembro de 2001.

Art. 5º - O servidor público ocupante de cargo efetivo que assumir uma função gratificada de Assessor de Gravação Áudio e Vídeo ou de Assessor da Câmara Mirim fará "jus" a uma gratificação que consiste em até quarenta por cento calculados sobre o vencimento básico do titular.

Art. 6º - O servidor público ocupante de cargo efetivo nomeado para ocupar um cargo em comissão cujo vencimento do cargo em comissão seja inferior ao vencimento do cargo efetivo poderá optar pelo maior.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de outubro de 2013, revogadas integralmente as Leis Municipais nºs 1799 de 13 de abril de 2005 e a Lei Municipal nº 2062 de 18 de dezembro de 2007.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 2013.

ROLF NICLODELLI
Prefeito Municipal

Lei Ordinária N.º 2.582 de 30 de Setembro de 2013.

LEI ORDINÁRIA N.º 2.582 DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.
DISPÕES SOBRE A CONCESSÃO DE AUXÍLIO -ALIMENTAÇÃO AIS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE POMERODE-SC.

ROLF NICLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica instituído auxílio-alimentação para os servidores públicos do Poder Legislativo do Município de Pomerode-SC, que tenham jornada semanal de quarenta horas.

Parágrafo único - Para fins deste artigo consideram-se servidores públicos:

I - os ocupantes de cargos efetivos;

II - os ocupantes de empregos públicos;

III - os titulares de cargos em comissão ou funções de confiança.

Art. 2º - A concessão do auxílio-alimentação será feita em pecúnia e terá caráter indenizatório.

Art. 3º - O servidor que acumule cargo ou emprego, na forma da Constituição Federal, fará jus a percepção de um único auxílio-alimentação.

Art. 4º - O auxílio-alimentação não será:

I - incorporado ao vencimento, remuneração, provento ou pensão;

II - configurado como rendimento tributável e nem sofrerá incidência de contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor público;

Art. 5º - O auxílio-alimentação será custeado com recursos do Poder Legislativo de Pomerode.

Art. 6º - O auxílio-alimentação não é acumulável com outros de espécie semelhante, tais como auxílio para a cesta básica ou vantagem pessoal originária de qualquer forma de auxílio ou benefício alimentação.

Art. 7º - Considerar-se-á para o desconto do auxílio-alimentação, por dia não trabalhado, a proporcionalidade de 22 dias.

Art. 8º - Para os efeitos deste artigo, considera-se como dia trabalhado a participação do servidor em programa de treinamento regularmente instituído, conferências, congressos, treinamentos, ou outros eventos similares, sem deslocamento da sede.

Art. 9º - As diárias sofrerão desconto correspondente ao auxílio-alimentação a que fizer jus o servidor, exceto aquelas eventualmente pagas em finais de semana e feriados, observada a proporcionalidade prevista no art. 7º.

Art. 10 - O valor unitário do auxílio alimentação corresponderá a R\$ 13,00 (treze reais) por dia útil efetivamente trabalhado, observado o limite mensal de 22 (vinte e dois) dias para o servidor que tiver frequência integral durante o mês de competência.

Parágrafo Único - O reajuste anual será na mesma data e percentual àquele aplicado às remunerações.

Art. 11 - As despesas com auxílio-alimentação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

01.00 - Câmara de Vereadores

01.001 - Atividades Legislativas

001.031.0001.2000 - Manutenção das Atividades Legislativas

3.3.90.46.01.00.00.00 - Auxílio - alimentação em pecúnia.

Art. 12 - O auxílio-alimentação não será pago nos seguintes afastamentos:

I - para frequentar curso de graduação e pós-graduação;

II - licença para concorrer e/ou exercer mandato eletivo;

III - licença para tratar de interesses particulares;

IV - licença para prestar serviço militar;

V - licença para tratamento de saúde, de doença profissional ou por acidente de serviço;

VI - licença por motivo de doença em pessoa da família;

VII - licença para repouso à gestante, à adotante e paternidade;



VIII - licença por motivo de afastamento de cônjuge ou companheiro;
IX - licença para atividade política e desempenho de atividade classista;
X - passagem para a inatividade;
XI - nas licenças-prêmio e nas férias;
XII - licenças por falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados ou adotados e irmãos.

Art. 13. - Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de outubro de 2013.

Município de Pomerode, 30 de setembro de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Editais de Licitação Pregão Presencial N.º 051/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 051/2013

Processo Administrativo n.º 100/2013.

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO PICKUP, ZERO KM, ANO DE FABRICAÇÃO E MODELO 2013/2014, EM LINHA DE PRODUÇÃO, ATRAVÉS DE RECURSOS DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID, REFERENTE AO CONTRATO NR. 0361.099-09, ENTRE O MUNICÍPIO DE POMERODE E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, RELATIVO AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO A GESTÃO E FISCAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS - PNAFM, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO.

Entrega dos envelopes: Até as 09:00 horas do dia 15/10/2013.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 09:00 horas do dia 15/10/2013.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Departamento de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode - Rua XV de Novembro, n.º 525, Centro - Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode SC, 01 de Outubro de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

Porto Belo

PREFEITURA

Decreto Nº 1.132/2013

DECRETO Nº 1.132, DE 20 DE SETEMBRO DE 2013.

ESTRUTURA O PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA IDENTIDADE AÇORIANA NO QUE SE REFERE A CARACTERIZAÇÃO DA ARQUITETURA E REGULAMENTA O ITEM 5 DO ANEXO III DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 033 DE 10 DE JUNHO DE 2011 E LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 042 DE 27 DE

NOVEMBRO DO ANO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, regulamenta a presente matéria:

Considerando a promoção da política de desenvolvimento urbano insculpido na Lei Municipal Complementar nº 042 de 27 de novembro do ano de 2012;

Considerando o fomento a manutenção e resgate histórico da arquitetura luso/açoriana;

Considerando a necessidade de regulamentação no mínimo parcialmente do Programa de Preservação e Recuperação da Identidade Açoriana;

Considerando o poder regulamentar,

DECRETA:

Art. 1º - A caracterização arquitetônica com base luso/açoriana dos imóveis prevista neste decreto é parte integrante do Programa de Preservação e Recuperação da Identidade Açoriana.

Art. 2º - O padrão urbanístico com base na arquitetura luso/açoriana de que trata o artigo 8º da Lei Complementar 042 de 27 de novembro do ano de 2012, deverá observar os seguintes critérios:
I - Portas ou portas balcão com vergas reta ou de nível, alterada ou canga de boi, curva e recurva, arco abatido ou pleno, ogival ou em ponta;

II - Janelas com vergas reta ou de nível, alterada ou canga de boi, curva e recurva, arco abatido ou pleno, ogival ou em ponta;

III - Beiral em beira-seveira, com cachorros, cimalha ou outro estilo reconhecidamente luso/açoriano, devendo sempre compor com cornijas,

IV - Telhas em estilo colonial na cor cerâmica natural ou queimada;

Art. 2º - Não serão aceitos vidros espelhados ou coloridos, com exceção das cores cinza e bronze, além do translúcido, bem como gradis de terraços e sacadas em alumínio, além de edificações em tijolo a vista ou cru.

Art. 3º - A análise e aprovação do coeficiente de aproveitamento para fins de construção com base estilo luso/açoriano compete exclusivamente a Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, observando-se o previsto no item 5 do anexo III da Lei Complementar Municipal 033/2011.

Art. 4º - A concessão de isenção de outorga onerosa disposta no artigo 8º e seus incisos da Lei Complementar Municipal nº 042/2012, prescindirá parecer prévio do Conselho das Cidades.

Art. 5º - Casos omissos poderão ser definidos por comissão constituída por um membro da Fundação Municipal de Turismo, um membro da Fundação Municipal de Cultura e um membro da Secretaria Municipal de Planejamento indicados pelo Chefe do Poder Executivo, cujos membros comporão o órgão definido no item 5 do anexo III da Lei Complementar Municipal 033/2011.

Art. 6º - Este instrumento é parte componente do Programa de Preservação e Recuperação da Identidade Açoriana.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 23 dias do mês de setembro de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

Decreto Nº 1.133/2013

DECRETO Nº 1.133, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013.

ALTERA OS ITENS QUE MENCIONA, DO ARTIGO 7º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 1.125, DE 27 DE AGOSTO DE 2013, CONFORME ESPECIFICA.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 41 da Lei Orgânica do Município, bem como o disposto no artigo 339 da Lei Complementar

Municipal nº 33/2011, e,
Considerando o requerimento formulado pela Secretaria de Planejamento Urbano,
Considerando a necessidade de correção das áreas de domínio público,

DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados os itens que menciona do artigo 7º do Decreto Municipal nº 1.125, de 27 de agosto de 2013, passando a ter a seguinte redação:

Art. 7º As áreas abaixo descritas serão transferidas ao domínio público:

I - Área Verde:

a) Área Verde 01 - Um terreno com área de 8.433,98m² (oito mil quatrocentos e trinta e três metros e noventa e oito centímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: Frente ao norte em dois lances o primeiro medindo 38,73 metros, o segundo em curva medindo 101,59 metros, ambos com a Avenida Principal; fundos ao sul em três lances o primeiro medindo 120,24 metros, o segundo medindo 60,15 metros, e o terceiro com 65,73 metros, todos com Prefeitura Municipal de Porto Belo; lado direito a leste em dois lances, o primeiro medindo 30,00 metros com Lote nº12 da quadra 01, e o segundo medindo 86,14 metros, sendo 14,75 metros com o Lote nº 09 da quadra 01, 51,52 metros com o Equipamento Urbano e Comunitário 2 e 19,86 metros com o com o Lote nº 01 da quadra 01; lado esquerdo a oeste medindo 24,00 metros, sendo 12,16 metros com o Lote nº 01 e 11,84 metros com o Lote nº02, ambos da quadra 06. []

II - Área de Equipamento Urbano e Comunitário:

a) Equipamento Urbano e Comunitário 1 - Um terreno com área de 4.864,24m² (quatro mil oitocentos e sessenta e quatro centímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: Frente ao leste medindo 51,27 metros, sendo 28,54 metros com a Rua F e 22,73 metros com a Área de Interesse Social; fundos a oeste medindo 48,05 metros com Afonso da Silva; lado direito ao sul medindo 96,92, sendo 15,00 metros com o Lote nº 01, 15,00 metros com o Lote nº 02, 15,00 metros com o Lote nº 03, 15,00 metros com o Lote nº 04, 15,00 metros com o Lote nº 05 e 21,92 metros com o Lote nº 06, todos da quadra 05; lado esquerdo ao norte medindo 99,06 metros, sendo 18,56 metros com a Área de Interesse Social e 80,50 metros com Romeu Ernesto Willecke. []

IV - Área Destinada ao Sistema Viário:

a) Avenida Governador Celso Ramos - Um terreno com área de 682,26m² (seiscentos e oitenta e dois metros e vinte e seis centímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: Frente a leste medindo 208,97 metros confronta com a Rodovia SC 412; fundos a oeste medindo 210,92 metros, sendo 16,90 metros com o lote nº 01, 21,58 metros com lote nº 02 e 23,68 metros com o lote nº 03, todos da quadra 01, 29,21 metros com a Avenida Principal, 29,08 metros com o lote nº 01, 28,56 metros com o lote nº 02, 27,72 metros com o lote nº 03 e 34,19 metros com o lote nº 04, todos da quadra 02; lado direito ao sul medindo 5,42 metros com Prefeitura Municipal de Porto Belo; lado esquerdo ao norte medindo 1,89 metros com Rua Existente.

V - Descrição do Sistema Viário:

a) Rua "A" - Uma área de com 1.567,22m² (um mil quinhentos e sessenta e sete metros e vinte e dois centímetros quadrados), com largura igual a 12,00 metros com as seguintes medidas e confrontações: Frente ao sul medindo 32,00 metros confrontando com a Avenida Principal; fundos ao norte medindo 31,99 metros confrontando com a Rua Existente; lado esquerdo a leste medindo 128,62 metros, sendo 14,14 metros em curva e 20,00 metros em linha reta ambos com o lote 07, 15,00 metros com o lote 08, 15,00 metros com o lote 09, 15,00 metros com o lote 10, 15,00 metros com o lote 11, 19,10 metros em linha reta e 15,38 metros em curva ambos com o lote 14, todos da quadra 02; lado direito a oeste medindo 128,22 metros, sendo 14,14 metros em curva e 20,00 metros em linha reta ambos com o lote 01, 12,00 metros

com o lote 05, 13,00 metros com o lote 06, 13,00 metros com o lote 07, 15,00 metros com o lote 08, 25,04 metros em linha reta e 16,04 metros em curva ambos com o lote 39, todos da quadra 03.
b) Rua "B" - Uma área com 1.021,60m² (um mil e vinte e um metros e sessenta centímetros quadrados), com largura igual a 12,00 metros com as seguintes medidas e confrontações: Frente ao sul medindo 32,12 metros confrontando com a Avenida Principal; fundos ao norte medindo 32,86 metros em curva, sendo 16,43 metros em curva com o lote 12 e 16,43 metros em curva com o lote 20 ambos da quadra 03; lado esquerdo a leste medindo 72,26 metros, sendo 14,14 metros em curva e 20,00 metros em linha reta ambos com o lote 04, 12,00 metros com o lote 09, 13,00 metros com o lote 10, 11,06 metros em linha reta e 2,06 metros em curva ambos com o lote 11, todos da quadra 03; lado direito a oeste medindo 72,18 metros, sendo 14,05 metros em curva e 20,01 metros em linha reta ambos com o lote 13, 12,00 metros com o lote 17, 13,00 metros com o lote 18, 11,06 metros em linha reta e 2,06 metros em curva ambos com o lote 19, todos da quadra 03.
c) Rua "C" - Uma área com 1.158,13m² (um mil cento e cinquenta e oito metros e treze centímetros quadrados), com largura igual a 12,00 metros com as seguintes medidas e confrontações: Frente ao sul medindo 30,29 metros confrontando com a Avenida Principal; fundos ao norte medindo 32,87 metros em curva, sendo 16,44 metros em curva com o lote 24 e 16,43 metros em curva com o lote 33 ambos da quadra 03; lado esquerdo a leste medindo 79,71 metros, sendo 16,03 metros em curva e 25,56 metros em linha reta ambos com o lote 16, 12,00 metros com o lote 21, 13,00 metros com o lote 22, 11,06 metros em linha reta e 2,06 metros em curva ambos com o lote 23, todos da quadra 03; lado direito a oeste medindo 85,53 metros, sendo 11,17 metros em curva e 24,24 metros em linha reta ambos com o lote 25, 12,00 metros com o lote 29, 12,00 metros com o lote 30, 13,00 metros com o lote 31, 11,06 metros em linha reta e 2,06 metros em curva ambos com o lote 32, todos da quadra 03.
d) Rua "D" - Uma área com 1.665,58m² (um mil seiscentos e sessenta e cinco metros e cinquenta e oito centímetros quadrados), com largura igual a 12,00 metros com as seguintes medidas e confrontações: Frente ao sul medindo 32,11 metros confrontando com a Avenida Principal; fundos ao norte medindo 31,91 metros com a Rua Existente; lado esquerdo a leste medindo 140,62 metros, sendo 12,84 metros em curva e 28,45 metros em linha reta ambos com o lote 28, 12,00 metros com o lote 34, 12,00 metros com o lote 35, 13,00 metros com o lote 36, 13,00 metros com o lote 37, 15,00 metros com o lote 38, 18,95 metros em linha reta e 15,38 metros em curva ambos com o lote 54, todos da quadra 03; lado direito a oeste medindo 134,23 metros, sendo 15,49 metros em curva e 21,97 metros em linha reta ambos com o lote 01, 13,00 metros com o lote 04, 13,00 metros com o lote 05, 13,00 metros com o lote 06, 13,00 metros com o lote 07, 14,00 metros com o lote 08, 16,89 metros em linha reta e 13,88 metros em curva ambos com o lote 25, todos da quadra 04.
e) Rua "E" - Uma área com 1.077,44m² (um mil e setenta e sete metros e quarenta e quatro centímetros quadrados), com largura igual a 12,00 metros com as seguintes medidas e confrontações: Frente ao sul medindo 31,53 metros confrontando com a Avenida Principal; fundos ao norte medindo 32,12 metros em curva, sendo 15,79 metros em curva com o lote 13 e 16,33 metros em curva com o lote 20 ambos da quadra 04; lado esquerdo a leste medindo 79,59 metros, sendo 12,66 metros em curva e 14,66 metros em linha reta ambos com o lote 03, 13,00 metros com o lote 09, 13,00 metros com o lote 10, 13,00 metros com o lote 11, 9,07 metros em linha reta e 4,20 metros em curva ambos com o lote 12, todos da quadra 04; lado direito a oeste medindo 75,79 metros, sendo 15,49 metros em curva e 20,15 metros em linha reta ambos com o lote 14, 13,00 metros com o lote 17, 13,00 metros com o lote 18, 11,07 metros em linha reta e 3,08 metros em curva ambos com o lote 19, todos da quadra 04.
f) Rua "F" - Uma área com 864,23m² (oitocentos e sessenta e quatro metros e vinte e três centímetros quadrados), com largura

igual a 12,00 metros com as seguintes medidas e confrontações: Frente ao sul medindo 31,53 metros confrontando com a Avenida Principal; fundos ao norte medindo 12,00 metros com a Área de Interesse Social; lado esquerdo a leste medindo 79,50 metros, sendo 12,66 metros em curva e 12,84 metros em linha reta ambos com o lote 16, 13,00 metros com o lote 21, 13,00 metros com o lote 22, 13,00 metros com o lote 23, 15,00 metros com o lote 24, todos da quadra 04; lado direito a oeste medindo 75,82 metros, sendo 15,49 metros em curva e 31,79 metros em linha reta ambos com o lote 01 da quadra 05 e 28,54 metros com o Equipamento Urbano e Comunitário 1.

g) Rua "H" - Uma área com 673,06m² (seiscentos e setenta e três metros e seis centímetros quadrados), com largura igual a 12,00 metros com as seguintes medidas e confrontações: Frente ao norte medindo 32,00 metros confrontando com a Avenida Principal; fundos ao sul medindo 47,17 metros em curva, sendo 5,55 metros e 12,00 metros ambos em curva confrontando o lote 08 da quadra 01, 24,00 metros em curva com o Equipamento Urbano e Comunitário 2 e 5,62 metros em curva com o lote 09 da quadra 01; lado esquerdo a oeste medindo 41,20 metros, sendo 14,14 metros em curva e 20,00 metros em linha reta ambos com o lote 10 e 7,06 metros com o lote 09, todos da quadra 01; lado direito a leste medindo 41,20 metros, sendo 14,14 metros em curva e 20,00 metros em linha reta ambos com o lote 06 e 7,06 metros com o lote 07 ambos da quadra 01.

h) Rua "I" - Uma área com 376,57m² (trezentos e setenta e seis metros e cinquenta e sete centímetros quadrados), com largura igual a 12,00 metros com as seguintes medidas e confrontações: Frente ao norte medindo 32,13 metros confrontando com a Avenida Principal; fundos ao sul medindo 12,00 metros com a Rua Sem Denominação; lado esquerdo a oeste medindo 38,56 metros, sendo 12,98 metros em curva e 10,56 metros em linha reta ambos com o lote 02 e 15,02 metros com o lote 01, ambos da quadra 07; lado direito a leste medindo 38,22 metros, sendo 18,38 metros em curva e 7,52 metros em linha reta ambos com o lote 01 e 12,32 metros com o lote 02, ambos da quadra 06.

i) Rua "J" - Uma área com 825,91m² (oitocentos e vinte e cinco metros e noventa e um centímetros quadrados), com largura igual a 12,00 metros com as seguintes medidas e confrontações: Frente ao norte medindo 31,18 metros confrontando com a Avenida Principal; fundos ao sul medindo 12,00 metros com Severiano Francisco dos Santos Filho; lado esquerdo a oeste medindo 75,34 metros, sendo 12,66 metros em curva e 10,70 metros em linha reta ambos com o lote 01, 13,00 metros com o lote 03, 13,00 metros com o lote 04, 13,00 metros com o lote 05, 12,98 metros com o lote 06, todos da quadra 08; lado direito a leste medindo 71,54 metros, sendo 15,49 metros em curva e 10,77 metros em linha reta ambos com o lote 10, 15,00 metros com o lote 11, 15,00 metros com o lote 12, 15,28 metros com o lote 13, todos da quadra 07.

j) Avenida Principal - Uma área com 14.863,69m² (quatorze mil oitocentos e sessenta e três metros e sessenta e nove centímetros quadrados) com largura igual a 25,00 metros na parte 01 e 30,00 metros na parte 02 com as seguintes medidas e confrontações: Frente a leste medindo 29,21 metros confrontando com a Área destinada ao sistema viário da Avenida Governador Celso Ramos; fundos a oeste medindo 30,00 metros com Afonso da Silva; lado esquerdo ao norte medindo 559,32 metros, sendo 7,95 metros em curva e 46,86 metros em linha reta ambos com o lote 01, 12,00 metros com o lote 05, 12,00 metros com o lote 06, 8,00 metros com o lote 07, todos da quadra 02, 32,00 metros com a Rua A, 8,00 metros com o lote 01, 12,00 metros com o lote 02, 12,00 metros com o lote 03, 8,00 metros com o lote 04, todos da quadra 03, 32,12 metros com a Rua B, 7,88 metros com o lote 13, 12,06 metros com o lote 14, 12,23 metros com o lote 15, 5,35 metros com o lote 16, todos da quadra 03, 30,29 metros com a Rua C, 12,36 metros com o lote 25, 12,16 metros com o lote 26, 12,00 metros com o lote 27, 9,82 metros com o lote 28, todos da quadra 03, 32,11 metros com a Rua D, 3,07 metros com o lote 01, 13,27 metros com o lote 02, 20,40 metros com o lote 03,

todos da quadra 04, 31,53 metros com a Rua E, 3,07 metros com o lote 14, 13,27 metros com o lote 15, 20,40 metros com o lote 16, todos da quadra 04, 31,53 metros com a Rua F, 3,07 metros com o lote 01, 15,31 metros com o lote 02, 15,31 metros com o lote 03, 15,31 metros com o lote 04, 15,31 metros com o lote 05, 21,28 metros com o lote 06, todos da quadra 05; lado direito ao sul medindo 564,16 metros, sendo 5,86 metros em curva e 51,52 metros em linha reta ambos com o lote 03, 12,00 metros com o lote 04, 12,00 metros com o lote 05, 8,00 metros com o lote 06, todos da quadra 01, 32,00 metros com a Rua H, 8,00 metros com o lote 10, 12,00 metros com o lote 11, 14,93 metros com o lote 12, todos da quadra 01, 38,73 metros em linha reta e 101,59 metros em curva ambos com a Área Verde 01, 33,69 metros com o lote 01 da quadra 06, 32,13 metros com a Rua I, 17,53 metros com o lote 02, 13,78 metros com o lote 03, 13,78 metros com o lote 04, 13,78 metros com o lote 05, 13,78 metros com o lote 06, 13,78 metros com o lote 07, 13,78 metros com o lote 08, 13,78 metros com o lote 09, 28,58 metros com o lote 10, todos da quadra 07, 31,18 metros com a Rua J, 12,24 metros com o lote 01 e 15,72 metros com o lote 02 ambos da quadra 08.

Art. 2º Os demais dispositivos do Decreto nº 1.125/2013, não modificados por este Decreto, permanecem inalterados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 24 dias do mês de setembro de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
PREFEITO DE PORTO BELO

Editais de Convocação - 1ª Conferência Extraordinária da Cidade

Editais de Convocação

1ª CONFERÊNCIA EXTRAORDINÁRIA DA CIDADE

Capítulo I

DOS OBJETIVOS E FINALIDADES

Art. 1º. Fica convocada a 1ª Conferência Extraordinária da Cidade, em conformidade com o § 2º, do Art. 173, do Código Urbanístico, Lei Complementar nº 33, de 10 de junho de 2011, que será realizada no dia 17 de outubro de 2013, das 13:30 às 20:00 horas e dia 18 de Outubro das 09:00 às 17:00 horas, sob a coordenação do Conselho da Cidade de Porto Belo - CONCIBELO, com o apoio da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano de Porto Belo.

Art. 2º. A 1ª Conferência Extraordinária da Cidade tem por objetivos e finalidades:

I - debater e avaliar as propostas de alteração ao Código Urbanístico, Lei Complementar 33/2011, sugeridas pelo Conselho da Cidade de Porto Belo;

II - sensibilizar e mobilizar a sociedade para o estabelecimento de agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes nas cidades;

III - propiciar a participação popular de diversos segmentos da sociedade para a formulação de proposições e a realização de avaliações sobre o futuro de Porto Belo, planejando seu desenvolvimento;

IV - propiciar e estimular a organização da conferência como instrumento para garantia da gestão democrática das políticas de desenvolvimento urbano no município;

V - eleger os representantes da sociedade civil para compor o Conselho da Cidade de Porto Belo - CONCIBELO para o período de 06 de dezembro de 2013 a 05 de dezembro de 2015, especificamente

nas vagas não preenchidas durante a 2ª Conferência Municipal da Cidade realizada no período de 06 a 13 de maio de 2013.

Capítulo II DA REALIZAÇÃO

Art. 3º. A 1ª Conferência Extraordinária da Cidade é parte integrante do I Seminário "Planejando o Desenvolvimento para o Futuro de Porto Belo" que será realizado nos dias 17 e 18 de outubro de 2013.

Art. 4º. A 1ª Conferência Extraordinária da Cidade será realizada na data de 17 de outubro de 2013, das 13:30 às 20:00 horas e dia 18 de Outubro das 09:00 às 17:00 horas, no Espaço Cultural Piraiquê, anexo à Fundação Municipal de Turismo, sito à Av. Gov. Celso Ramos, nº 1492, Bairro Centro, Porto Belo - SC.

Capítulo III DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 5º. A 1ª Conferência Extraordinária da Cidade será presidida pelo Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Presidente do Conselho da Cidade de Porto Belo, Sr. Ricardo Cesar Pamplona Silva e, na sua ausência ou impedimento eventual, pelo Sr. Adilson Machiavelli.

Art. 6º. Caberá à Presidência:

I - organizar, mobilizar e subsidiar a execução da Conferência;

II - fazer cumprir as regras previstas neste Edital;

III - verificar se todas as exigências previstas no Código Urbanístico estão sendo obedecidas a fim de evitar problemas na validação da Conferência;

IV - com o apoio do Governo Municipal e do Conselho da Cidade de Porto Belo, organizar toda infraestrutura de local da conferência, deslocamento, alimentação, além dos recursos humanos e materiais necessários ao bom andamento dos trabalhos;

V - designar facilitadores e relatores;

VI - elaborar e executar o projeto de divulgação da Conferência;

VII - mobilizar as entidades e órgãos existentes no município para participação na Conferência.

Art. 7º. A Presidência deverá elaborar relatório de suas atividades que deverá acompanhar o Projeto de Lei com as proposições de alteração do Código Urbanístico.

Art. 8º. As inscrições para a 1ª Conferência Extraordinária da Cidade serão gratuitas e deverão ser realizadas no dia do evento.

§ 1º. Somente serão elegíveis como membros para compor o Conselho da Cidade de Porto Belo - CONCIBELO, eleitores de Porto Belo que tenham participado da Conferência e que comprovem, formalmente, a indicação pela entidade ou órgão que representam.

§ 2º. O Município não se responsabiliza por despesas como deslocamento e alimentação dos inscritos.

§ 3º. O inscrito que desejar concorrer às vagas disponíveis no CONCIBELO deverá apresentar-se até às 19:00 horas do dia do evento e preencher a ficha de inscrição.

§ 4º. No ato da inscrição será necessário indicar qual segmento

representará. Não haverá limitação no número de participantes.

§ 5º. Os debates sobre as alterações propostas ao Plano Urbanístico acontecerão antes da eleição dos novos membros do CONCIBELO.

§ 6º. Eventuais problemas na organização do evento serão analisados e decididos no dia pela Presidência, a qual será soberana em seus julgamentos.

Art. 9º. Os participantes que possuam necessidades especiais poderão registrar essa informação no momento de sua inscrição na Conferência, com o objetivo de serem providenciadas as condições necessárias à sua participação na etapa.

Capítulo IV DOS PARTICIPANTES

Art. 10. A 1ª Conferência Extraordinária da Cidade terá participação aberta a todos os segmentos constantes do art. 13 deste Edital.

Art. 11. Os participantes da Conferência Municipal se distribuirão em 02 (duas) categorias:

I - delegados, com direito a voz e voto; e

II - observadores, sem direito a voz e voto.

Art. 12. Serão delegados na Conferência todos os participantes que representem algum dos segmentos constantes do art. 13 deste Edital. Os demais participantes serão considerados observadores.

Capítulo V DOS CONSELHEIROS DO CONCIBELO

Art. 13. A representação dos diversos segmentos no Conselho da Cidade de Porto Belo - CONCIBELO será feita por 4 (quatro) membros do Poder Público e 5 (cinco) membros da sociedade civil.

§ 1º. Para os fins do disposto no caput deste artigo, o enquadramento nos diversos segmentos deverá ser efetuado da seguinte forma:

I - Poder Público - gestores, administradores públicos e legislativos municipais - são os representantes de órgãos da administração direta, empresas públicas, fundações públicas e autarquias em seus respectivos níveis, e vereadores;

II - Movimentos Sociais e Populares - são as associações comunitárias ou de moradores, movimentos por moradia e demais entidades voltadas à questão do desenvolvimento urbano.

III - Trabalhadores representados por suas entidades sindicais - sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais de trabalhadores legalmente constituídos e vinculados às questões do desenvolvimento urbano.

IV - Empresários - entidades de qualquer porte, representativas do empresariado, relacionadas à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano, inclusive cooperativas voltadas à questão do desenvolvimento urbano.

V - Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa - entidades representativas de associações de profissionais autônomos ou de empresas e outras entidades vinculadas à questão do desenvolvimento urbano, profissionais representantes de entidades de ensino, centros de pesquisas das áreas do conhecimento.

Enquadram-se também conselhos profissionais - regionais ou federais.

VI - Organizações não Governamentais - entidades do terceiro setor com atuação na área do desenvolvimento urbano.

§ 2º Não se enquadram nos segmentos acima descritos, partidos políticos, igrejas, instituições filantrópicas, clubes esportivos, desportivos e recreativos e conselhos municipais e estaduais, bem como toda e qualquer agremiação que tenha por atividade ações discriminatórias, segregadoras e xenófobas, entre outras.

§ 3º Cada um dos segmentos listados nos incisos II a VI do § 1º escolherá um representante titular e dois representantes suplentes eleitos entre seus pares;

§ 4º Na 2ª Conferência Municipal da Cidade, realizada no período de 06 a 13 de maio de 2013, definiram-se os membros dos segmentos: Movimentos Sociais e Populares (titular e 2 suplentes), Empresários (titular e 1 suplente), Organizações Não Governamentais (titular e 2 suplentes);

§ 5º Nesta 1ª Conferência Extraordinária serão eleitos os membros faltantes, a saber: Trabalhadores (titular e 2 suplentes), Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa (titular e 2 suplentes), Empresários (1 suplente).

§ 6º A votação será secreta, sendo que o mais votado será o representante titular e os dois seguintes, os suplentes. No caso dos Empresários, o mais votado será o 2º suplente.

§ 7º Somente poderão indicar, formalmente, como seus representantes, órgãos, instituições ou entidades com, pelo menos, 2 (dois) anos de comprovada existência formal ininterrupta.

§ 8º As inscrições, mediante preenchimento de requerimento em modelo predefinido, para candidatar-se às vagas de conselheiro serão efetuadas até as 19:00 horas do dia 17 de outubro de 2013.

§ 9º Os conselheiros eleitos disporão de 10 (dez) dias úteis para comprovar a condição estabelecida no § 7º. Não comprovada no tempo hábil, o candidato será desclassificado, convocando-se o candidato de maior votação, do mesmo segmento.

§ 10º As vagas que permanecerem em aberto mesmo após este segundo processo eleitoral deverão ser preenchidas por membros dos segmentos de maior representatividade na Conferência, evitando-se assim, a vacância de cargos.

Capítulo VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14. Os casos omissos e conflitantes deste Edital serão resolvidos pela discussão e votação dos delegados presentes na 1ª Conferência Extraordinária da Cidade.

Porto Belo - SC, 1º de outubro de 2013.
EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
Prefeito Municipal

RICARDO CESAR PAMPLONA SILVA
Presidente do CONCIBELO

Edital de Notificação Extrajudicial EDITAL DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Prezados Senhores,
O Poder Executivo Municipal, pelas atribuições da Lei 1873/2010, tem pelo presente Edital à finalidade de NOTIFICAR os responsáveis

pelos túmulos abaixo relacionados, para que em 10 (dez) dias, a contar da publicação deste, executem os serviços necessários à identificação e conservação da sepultura localizada no Cemitério Municipal de Porto Belo/SC, vez que tais sepulturas não possuem nenhuma identificação e encontram-se em estado de abandono e/ou ruína.

Lei. 1873/2010.

Art. 2º O Poder Executivo Municipal, constatando o abandono ou ruína da sepultura em qualquer das hipóteses do art. 1º, elaborará laudo de vistoria e notificará o responsável pela sepultura ou seu representante legal, para que no prazo de 10 (dez) dias execute os serviços necessários à identificação ou conservação indicados no laudo.

§ 2º Se os serviços ou obras não forem realizados no prazo previsto neste artigo, o Poder Executivo Municipal fica autorizado a proceder à exumação dos restos mortais, colocando-os em ossuário ou outro local apropriado.

Relação de Sepulturas:

- a) Sepultura sem identificação numérica, localizada ao lado esquerdo da sepultura C87;
 - b) Sepultura sem identificação numérica, localizada ao lado direito da sepultura C313;
 - c) Sepultura sem identificação numérica, localizada ao lado direito da sepultura C267;
 - d) Sepultura sem identificação numérica, localizada em frente da sepultura A65;
 - e) Sepultura sem identificação numérica, localizada ao lado esquerdo da sepultura B89;
 - f) Sepultura sem identificação numérica, localizada ao lado esquerdo da sepultura C298;
 - g) Sepultura sem identificação numérica, localizada ao lado direito da sepultura C165;
 - h) Sepultura sem identificação numérica, localizada entre a sepultura C274 e C290;
 - i) Sepultura sem identificação numérica, localizada no lado esquerdo a sepultura C268;
 - j) Sepultura sem identificação numérica, localizada ao lado direito da sepultura C87;
 - k) Sepultura sem identificação numérica, localizada atrás da sepultura C85;
 - l) Sepultura sem identificação numérica, localizada entre as sepulturas E80 e E78;
 - m) Sepultura sem identificação numérica, localizada ao esquerdo da sepultura E111;
 - n) Sepultura sem identificação numérica, localizada ao lado direito da sepultura C283;
 - o) Sepultura sem identificação numérica, localizada ao lado esquerdo da sepultura C290;
 - p) Sepultura sem identificação numérica, localizada ao lado esquerdo da sepultura C295;
- Caso as providências já tenham sido tomadas, favor desconsiderá-la, ficando este ente Municipal a inteira disposição de V. Senhoria para dirimir quaisquer dúvidas.

VALMOR GUERREIRO FILHO

Procurador Geral
OAB/SC 21.189

Porto Belo/SC, 06 de setembro de 2013.

Porto União

PREFEITURA

Lei Nº 4.172/2013

LEI Nº 4.172, de 30 de setembro de 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa BADESC CIDADES II e tomar empréstimo junto ao BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DE SANTA CATARINA S/A e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC CIDADES II.

Art. 2º A adesão ao Programa BADESC CIDADES II propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de obras do sistema viário e aquisição de 02 (dois) caminhões caçamba.

Art. 3º Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa BADESC CIDADES II, até o montante de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais).

Parágrafo único. Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 4º Para dar continuidade ao Programa BADESC CIDADES II, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias à formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5% (cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa de juros de longo prazo - TJLP, ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto União (SC), 30 de setembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Lei Nº 4.173/2013

LEI Nº 4.173, de 30 de setembro de 2013.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento próprio do Fundo Municipal de Assistência Social, do exercício de 2013, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 116.000,00

(Cento e dezesseis mil reais):

ORGÃO	1500 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
UNIDADE	1501 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
ATIVIDADE	2051 – Recadastramento Bolsa Família		
MODALIDADE	3390 – 201 – Aplicações Diretas	03	26.000,00
ATIVIDADE	2057 – FNAS – APAE/APADAF		
MODALIDADE	3350 – 203 – Transf. a Instit. Privadas sem fins lucrativos	05	20.000,00
ATIVIDADE	2077 – Manutenção FNAS – CREAS		
MODALIDADE	3390 – 210 – Aplicações Diretas	07	36.000,00
ATIVIDADE	2080 – Manutenção Programa PROJOVEM/ADOLESCENTE		
MODALIDADE	3390 – 211 – Aplicações Diretas	08	10.000,00
ATIVIDADE	2084 – Alta Complexidade Município/Estado		
MODALIDADE	3390 – 169 – Aplicações Diretas	011	10.000,00
MODALIDADE	4490 – 169 – Aplicações Diretas	012	4.000,00
ATIVIDADE	2088 – PAIF – CRAS RURAL VOLANTE		
MODALIDADE	3390 – 170 – Aplicações Diretas	014	10.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			116.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação do presente exercício, nas respectivas Fontes.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 30 de setembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Extrato de Edital de Pregão Presencial 074/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 107/2013

Extrato de Edital de Pregão Presencial 074/2013

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial, para aquisição de uniforme para uso dos funcionários da Prefeitura Municipal de Porto União. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 16 de Outubro de 2013, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 01 de Outubro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 158/2013

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 158/2013

Partes: Município de Porto União e a empresa Pneuforte Comércio e Recapagens Ltda.

Objeto: prestação de serviços de consertos de pneus de carros leves, caminhões e máquinas pesadas.

Valor total de R\$ 17.520,00 (Dezessete mil e quinhentos e vinte reais).

Vigência: será de 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 070/2013, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 24 de Setembro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA

Contratada

Edital de Convocação 119/2013

Edital de convocação 119/2013

Concurso Público Municipal nº. 001/2010

ANÍZIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA a candidata abaixo relacionada, APROVADA no Concurso Público Municipal nº 001/2010, a comparecer na Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do 30/09/2013 à 04/10/2013, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item XX do Edital 001/2010, para investidura em cargo público:

- 01 foto 3x4;
- Carteira de Identidade;
- Cadastro de Pessoa Física;
- Carteira de Trabalho (onde consta a foto e verso)
- PIS/PASEP (cópia reprográfica);
- Título de Eleitor e comprovante de haver votado na última eleição - 2 turnos, conforme o caso;
- Comprovante de endereço atualizado;
- Certificado de Reservista, se for o caso;
- Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento se for casado, ou de Casamento com Averbação, se for separado judicialmente (cópia reprográfica);
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos e dos maiores de 21 e menores de 24 anos que estejam cursando universidade e dos filhos deficientes de qualquer idade (cópia reprográfica);
- Certidão de Antecedentes Criminais expedida pela Secretaria de Segurança Pública;
- Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso (cópia autenticada);
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo CRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo CRH)
- Declaração de Bens ou Cópia da Declaração do IRRF;
- Declaração de Ficha Limpa (modelo CRH)

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.1, do Edital 001/2010, a candidata deverá iniciar o seu processo

somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo. Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS NÍVEL 01

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
MICHELE DIAS	56º		

Porto União (SC), 30 de setembro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Edital de Convocação 120/2013

Edital de convocação 120/2013

Concurso Público Municipal nº. 001/2010

ANÍZIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA a candidata abaixo relacionada, APROVADA no Concurso Público Municipal nº 001/2010, a comparecer na Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do 30/09/2013 à 04/10/2013, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 hs, de segunda a sexta feira, considerando que dia 05/09/13 é feriado municipal e dia 06/09/13 é recesso, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item XX do Edital 001/2010, para investidura em cargo público:

- 01 foto 3x4;
- Carteira de Identidade;
- Cadastro de Pessoa Física;
- Carteira de Trabalho (onde consta a foto e verso)
- PIS/PASEP (cópia reprográfica);
- Título de Eleitor e comprovante de haver votado na última eleição - 2 turnos, conforme o caso;
- Comprovante de endereço atualizado;
- Certificado de Reservista, se for o caso;
- Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento se for casado, ou de Casamento com Averbação, se for separado judicialmente (cópia reprográfica);
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos e dos maiores de 21 e menores de 24 anos que estejam cursando universidade e dos filhos deficientes de qualquer idade (cópia reprográfica);
- Certidão de Antecedentes Criminais expedida pela Secretaria de Segurança Pública;
- Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso (cópia autenticada);
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo CRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo CRH)
- Declaração de Bens ou Cópia da Declaração do IRRF;
- Declaração de Ficha Limpa (modelo CRH)

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.1, do Edital 001/2010, o candidato deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo. Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer

outro direito inerente ao Concurso.

CARGO DE PSICÓLOGO			
NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
GISLAINE BUENO DE OLIVEIRA	15º		

Porto União (SC), 30 de setembro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Errata do Pregão Presencial 015/2013

ERRATA

REFERENTE PROCESSO LICITATORIO 024/2013 - FAS
PREGÃO PRESENCIAL 015/2013

No item 06 do edital dá-se nova redação, onde lê - se 5731 Litros,
leia - se 573 Litros.

As demais informações permanecem inalteradas.

Porto União SC, 01 de Outubro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Termo de Homologação do Pregão Presencial 070/2013

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 099/2013

Pregão Presencial 070/2013

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa
Pneuforte Comércio e Recapagens Ltda.

Porto União SC, 24 de setembro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº 143/2013

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 143/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC

CONTRATADO: DOUGLAS SARTORI & CIA LTDA - ME

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a aquisição de refeições (café da manhã, almoço e janta), destinado aos participantes de atos de interesse público (treinamentos, capacitações, encontros e eventos) a serem realizados durante o ano de 2013, no município de Presidente Castello Branco/SC.

VALOR: R\$ 20.700,00 (vinte mil e setecentos reais).

VIGÊNCIA: 30/09/2013 a 31/12/2013.

CLAUDIO SARTORI

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Decreto 3612

DECRETO Nº 3612, de 16 de setembro de 2013.

"INSTITUI TURNO ÚNICO NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição legal prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica Municipal e Art. 48, §§ 2º e 3º da Lei Complementar 207/2010, e

Considerando o horário de verão para o exercício 2013/2014 fixado pelo Governo Federal através do Decreto Nº 6.558, de 8 de setembro de 2008:

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído em regime excepcional o turno único ininterrupto de seis horas diárias nos Órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal, a partir de 21/10/2013 até 14/02/2014.

§ 1º - No período previsto no caput deste artigo, o horário será das 7h30min às 13h30min.

§ 2º - Em função do regime excepcional previsto no caput deste artigo, a hora-extra somente será devida após a oitava hora trabalhada e desde que previamente e expressamente autorizada.

Art. 2º - Excetuam-se do horário previsto no Art. 1º:

I - Os serviços da Guarda Municipal e dos Vigias que observarão a escala de trabalho em vigência, já prevista para esta categoria de servidores.

II - O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) que observará a escala de trabalho em vigência de acordo com a legislação do Ministério da Saúde.

III - As Unidades Escolares vinculadas à Secretaria Municipal de Educação que funcionarão no horário normal de trabalho.

IV - A Secretaria Municipal de Saúde trabalhará para o atendimento ao turno previsto no Art. 1º, de forma que não haja prejuízo ao atendimento e prestação

de serviços nos seguintes horários estabelecidos:

a. Policlínica: Aberta das 6h15min às 18h30min;

b. Centro de Atendimento ao Adulto: das 6h30min às 18h30min;

c. Centro de Atendimento a Criança e ao Adolescente: das 7h30min às 18h30min;

d. Centro de Testagem e Aconselhamento: das 7h às 13h30min;

e. Centro de Atendimento a Mulher: das 6h30min às 18h30min;

f. Recepção: 6h15min às 18h30min;

g. Autorização de Exames: 7h às 17h;

h. Marcação de Consultas: 7h às 17h30min;

i. Tratamento Fora Domicílio: 7h30 às 17h;

j. Departamento de Controle Avaliação e Auditoria, Gabinete, Recursos Humanos, Compras, Contabilidade e Departamento de Enfermagem: 7h30 às 13h30;

k. Estratégia de Saúde da Família e NASF: 7h30min às 11h30min das 13h às 16h e nas sextas das 7h30min às 11h30min (expediente interno das 11h30 às 13h30);

l. CAPS: 7h30min às 11h30min das 13h30min às 16h30min;

m. CAM: 6h30min às 18h30min

n. Farmácia: 7h30 às 18h;

o. VISA e DIVE: 7h às 13h;

p. Odontologia: 6h30min às 16h30min;

V - A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos que fará o horário das 07h00 às 13h00.

VI - As unidades descentralizadas da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação que permanecem no horário normal.

VII - A Fundação Municipal de Desporto que permanece no horário normal.

VIII - A Fundação Cultural que fará o turno previsto no Art. 1º somente entre o período de recesso dos alunos.

IX - Os servidores cedidos que observarão a escala de trabalho vigente junto ao órgão ou entidade cessionária.

§ 1º - Nas Unidades/Secretarias/Setores onde o horário de funcionamento ultrapasse a jornada reduzida de seis horas diárias deverá ser organizado escala de serviço dos servidores, de forma que não haja prejuízo ao atendimento e prestação de serviços.

§ 2º - A Secretaria Municipal de Educação atenderá também no período vespertino em regime de plantão para atendimento as Unidades Escolares.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e produz seus efeitos a partir de 21/10/2013.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
16 de setembro de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto 3648

DECRETO Nº 3648, de 30 de setembro de 2013.
"SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e na Lei Municipal Nº 2.947/94, alterada pelas Leis nºs 3.204/97, 3.278/98, 4.356/06 e 4.743/08,

DECRETA:

Art.1º- Substitui membro do Conselho Municipal do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rio do Sul - CMDCA, em vigência a gestão de: 30.10.2012 a 30.10.14,

devidamente indicado por sua entidade:

1- Representantes de Entidade Governamental:

d) Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação:
Titular: Júlio Cesar Alves - Substituindo: Cláudia Mara Fronza Silva.
Suplente: Karina Mendes

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito.
30 de setembro de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto 3649

DECRETO Nº 3649, de 30 de setembro de 2013.
"SUBSTITUI MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - COMAS"

O Prefeito de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e nos dispositivos da Lei Municipal nº 3.115/96, alterada pelas Leis nºs 3.131/96, 3.966/2003 e 4.356/2006,

DECRETA

Art. 1º- Fica substituído o seguinte membro do Conselho Municipal de Assistência Social COMAS, devidamente indicado por sua entidade:

1- Representantes das Entidades Governamentais:

a) Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação:

Suplente: Lilian Sabrina Kreusch.
Substituindo Júlio Cesar Alves.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
30 de setembro de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

Portaria 005.13

PORTARIA Nº 005, de 30 de setembro de 2013
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO, Prefeito de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, tendo em vista o disposto nos termos do Art. 2º, da Lei Complementar Nº 264, de 26 de Agosto de 2013, bem como o Art. 4º e §§, do Decreto nº 3.625, de 19 de Setembro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º - Indicar membros para compor a Comissão Gestora do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil - FUNMPDEC, de acordo com a legislação supracitada:

- Marco Aurélio Ferrari - Secretário;
- Mário Cesar Posanski - Tesoureiro;
- Eligio Luis Pessoa - Membro;
- Natanael Anderson de Souza - Membro.

Parágrafo Único - A presidência será exercida pelo Sr. André Gustavo Worsmbecher, conforme Decreto nº 3.644, de 27 de Setembro

de 2013.

Art. 2º - A comissão ora composta tem por finalidade captar, controlar e aplicar recursos financeiros, de modo a garantir a execução de ações preventivas, de socorro e de assistência emergencial às populações atingidas por desastres.

Art. 3º - Os membros da Comissão não serão remunerados a qualquer título, sendo entretanto as atividades desenvolvidas, consideradas como serviços públicos relevantes.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

Editais 02/2013 Comad

Editais nº 002/2013/COMAD

Prorroga o prazo de inscrições e baixa normas para a eleição de novos membros não governamentais do Conselho Municipal de Antidrogas - COMAD de Rio do Sul, com base na Lei Municipal 5.007 de 06 de Julho de 2010.

1 - PRAZO DE PRORROGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS:

Período de prorrogação de inscrição de 03.10.2013 a 25.10.2013
Local: Secretaria de Saúde

Endereço: Rua Tuiuti, nº 154- Centro - Rio do Sul - SC

Horário: 07h30min. às 11h30min.

Publicação das inscrições em 30.10.2013 no Site da Prefeitura Municipal de Rio do Sul e no Mural da Prefeitura Municipal de Rio do Sul

Período de Impugnação das inscrições de 31.10.2013 a 05.11.2013
Homologação das inscrições em 06.11.2013

2 - DA COMISSÃO ELEITORAL

O Secretário Municipal de Saúde, designou através da Portaria de nº 005, de 09 de setembro de 2013, 04 (quatro) servidores da Secretaria Municipal de Saúde para compor a Comissão de Eleição;

a) Os membros da Comissão elegeram entre si a Presidente da Comissão, Ivanir Schlemper Neves;

b) A Comissão deverá acompanhar o processo eleitoral e julgar impugnações e recursos no prazo de quarenta e oito horas da sua entrada, podendo para tanto assessorar-se de profissional técnico, se necessário ou achar conveniente.

3 - DAS VAGAS

I - Oito representantes de Entidades não Governamentais;

a) na representação não Governamental deverá obrigatoriamente ter um indicado pelo Hospital Samária;

Cada Instituição deverá indicar um candidato a Membro Titular e um candidato a Membro Suplente.

4 - DA DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA NO ATO DA INSCRIÇÃO

a) Ofício da Entidade indicando os seus candidatos, titular e suplente;

b) Atestado de Funcionamento da Instituição, fornecido pela Prefeitura Municipal de Rio do Sul;

c) Descrição sumária da atividade principal da Instituição.

5 - DOS DELEGADOS

Cada Instituição deverá encaminhar ofício dirigido ao Presidente da Comissão Eleitoral, indicando seu delegado e o suplente do

delegado, para manifestar a intenção de voto no dia e horário indicado neste edital.

Cada representante, no ato de votação poderá manifestar sua vontade de voto para o número de candidatos, de acordo com as vagas existentes.

Todos os votos serão registrados em cédula única.

6 - DOS CRITÉRIOS DE ESCOLHA

a) Serão considerados eleitos os candidatos que obtiverem o maior número de votos;

b) O critério de desempate é o de maior idade do candidato titular.

7 - DA ELEIÇÃO

a) A eleição será realizada no dia 12 de novembro de 2013, nas dependências da Secretaria da Saúde, sito a Rua Tuiuti, 154 - Centro

b) O horário estabelecido para a votação compreende das 9h às 15h;

c) O Ministério Público será cientificado de todo o processo.

8 - DOS RESULTADOS

a) O resultado será divulgado no dia 14 de novembro de 2013 no Mural Oficial da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sendo que os candidatos que se sentirem prejudicados terão prazo de 03 (três) dias úteis para apresentarem recurso;

b) os novos membros serão nomeados por decreto do Gabinete do Prefeito Municipal.

9- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

a) A lista dos eleitos será fixada no Mural Oficial da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, decorrido o prazo de recurso;

b) O eleito que não assumir sua vaga na 1ª reunião para a qual for convocado pelo Presidente do Conselho Municipal Antidrogas ou dela desistir será substituído pelo candidato que se encontra na situação de suplente;

c) Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral e homologados pelo seu Presidente, através de Resolução.

LUIS CARLOS ZANIS

Secretário Municipal de Saúde

Rio do Sul, 01 de outubro de 2013.

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo Nº 8304; 1.314

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.314, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.
Homologa o Termo de Convênio nº 4 de 2013, que entre si celebram os municípios de Rio do Sul e Lontras visando a cooperação na retirada, utilização, aproveitamento e destinação do material (rejeito de granito) depositado na Usina Hidrelétrica Salto Pilão.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica homologado o Termo de Convênio nº 4 de 2013, que entre si celebram os municípios de Rio do Sul e Lontras visando a cooperação na retirada, utilização, aproveitamento e destinação do material (rejeito de granito) depositado na Usina Hidrelétrica Salto Pilão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 30 de setembro de 2013.

DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA

São Bento do Sul

PREFEITURA

Retificação de Termo de Homologação e Adjudicação Em Chamada Pública Nº 128/2013

RETIFICAÇÃO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO EM CHAMADA PÚBLICA Nº 128/2013

No Termo de Homologação e Adjudicação com o fornecedor Jornal Liberdade nas Asas da Notícia Ltda, publicado no dia 19 de agosto de 2013, no DOM - Diário Oficial dos Municípios - Edição 1305, quanto ao item adjudicado, onde se lê Item 03 (Cláusula 4.1 do Edital), leia-se Item 01 (Cláusula 4.1 do Edital).

São Bento do Sul, 30 de setembro de 2013.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

Diretor de Compras

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

Errata ao Extrato do Contrato Nº 001/2013 Emhab

ERRATA AO EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2013

Considerando o Contrato de Fornecimento de Combustível de nº 001/2013, firmado entre a EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL - EMHAB e a Empresa EMPREENDIMENTOS OXFORD LTDA, conforme Convite nº 1/2013, resolvem retificar o referido Contrato, fazendo-o nos seguintes termos:

Onde se lê:

"EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2013"

Leia-se:

"EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2013"

Onde se lê:

"11 (onze) meses, a contar de 01.02.2013"

Leia-se:

"10 (dez) meses e 27 (vinte e sete) dias, a contar de 04.02.2013"

Onde se lê:

"São Bento do Sul, 29 de janeiro de 2013"

Leia-se:

"São Bento do Sul, 04 de fevereiro de 2013."

Considerando as alterações acima, segue o Extrato do Contrato retificado:

EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2013

DA ESPÉCIE: Contrato de Fornecimento de Combustível que entre si celebram a EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL - EMHAB e a Empresa EMPREENDIMENTOS OXFORD LTDA.

DO OBJETO: Aquisição de combustível - gasolina comum - para os veículos da frota da EMHAB Empresa Municipal de Habitação, com as seguintes características: automóvel Ford Courier placas MCY 8903 / automóvel GM Corsa placas MBP 0676 e automóvel GM Corsa placas MBD 3494, conforme Convite nº 1/2013.

DO VALOR: R\$ 7.974,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 10 (dez) meses e 27 (vinte e sete) dias, a contar de 04.02.2013.

São Bento do Sul, 04 de fevereiro de 2013.

ASS: LUIZ CARLOS PEDROZO, como Diretor Presidente da EMHAB. EMPREENDIMENTOS OXFORD LTDA, como Contratada.

Edital Nº 011/2013

PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

EDITAL N.º 011/2013

A Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, através da Secretaria Municipal de Administração, torna público que fará realizar Processo Seletivo Simplificado para a contratação de pessoal, atendendo a Administração Direta, admitidos em caráter temporário, conforme dispõe o art. 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica do Município, art. 61 Inciso VII e Lei Complementar nº 2.397 de 09 de Setembro de 2009.

1. DOS CARGOS E DAS VAGAS

1.1 O Processo Seletivo Simplificado destina-se ao provimento das vagas para o ano letivo de 2013, referentes ao cargo disposto no Anexo, sempre que houver necessidade de contratação temporária, atendendo Lei Complementar nº 2.397 de 09 de Setembro de 2009.

1.2 O Processo Seletivo Simplificado terá validade para o ano letivo de 2013, a contar da data do ato de homologação do resultado para cada cargo função/especialidade/disciplina, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da administração.

1.3 Os candidatos aprovados e classificados poderão ser nomeados para o preenchimento das vagas que vierem a surgir, dentro do prazo de validade do presente Processo Seletivo Simplificado, ficando a nomeação dentro do interesse e conveniência da administração.

2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Processo Seletivo será regido por este Edital, seu Anexo, eventuais retificações e/ou aditamentos, e será realizado sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

2.1.1 É de responsabilidade exclusiva do candidato, acompanhar todas as publicações referentes a este Processo Seletivo.

2.2. A relação de cargos, requisitos, carga horária, remuneração, objetos do Processo Seletivo, constam no quadro anexo a este edital;

2.3. O candidato concorrerá à vaga para a qual se inscrever;

2.4. A aprovação no Processo Seletivo não ensejará a obrigatoriedade de nomeação para o serviço público, que se dará apenas em decorrência das necessidades da administração e da existência de vagas.

2.5. Aplica-se ao pessoal contratado nos termos da Lei nº 2397/2009 o disposto na Consolidação das Leis do Trabalho, aplicando-se supletivamente os deveres e proibições previstos do regime jurídico dos servidores municipais.

3 - DAS INSCRIÇÕES

3.1 O período das inscrições de 07/10/2013 à 11/10/2013.

3.2 Para inscrever-se no Processo Seletivo Simplificado previsto neste Edital, o candidato deverá, fazer sua inscrição junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, cito na Rua Jorge Lacerda, 75 – Centro, no horário das 8h00min às 16h00min, de segunda-feira à sexta-feira.

3.2.1 O candidato deverá comprovar a titulação e tempo de serviço somente no ato da escolha da vaga.

3.3 É de responsabilidade do candidato o preenchimento de forma correta de todos os dados solicitados na ficha de inscrição.

3.4 A Prefeitura Municipal de São Bento do Sul não se responsabiliza pelas inscrições preenchidas incorretamente ou por terceiros.

3.5 Não haverá inscrição condicional e nem por correspondência. Verificado, a qualquer tempo, o recebimento de inscrição que não atenda a todos os requisitos, será cancelada.

3.6 O teor do Edital estará disponível no "site" www.saobentodosul.sc.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção desse documento.

3.7 Cada candidato poderá efetuar 01 (uma) inscrição neste Processo Seletivo Simplificado.

3.8 São condições de inscrição:

3.8.1 Nacionalidade brasileira;

3.8.2 O gozo dos direitos civis e políticos;

3.8.3 A quitação das obrigações eleitorais e, se do sexo masculino, também com as obrigações militares;

3.8.4 Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, comprovando estar em dia com o órgão regulamentador da profissão, quando for o caso;

3.8.5 Idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data da admissão;

3.8.6 Ser aprovado em exame médico pré-admissional;

3.9 Ao preencher sua Ficha de inscrição, o candidato está declarando formalmente que preenche as condições de inscrição relacionadas no item 3.8 deste Edital.

3.10 Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração quanto à identificação do candidato ou quanto ao cargo e/ou função escolhidos.

3.11 A inscrição do candidato importa no conhecimento e na aceitação das condições estabelecidas no presente Edital.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS CARGOS

4.1 Os cargos previstos no quadro em anexo serão de títulos e tempo de serviço:

4.2 A classificação final dos candidatos, para cada função, será feita em ordem decrescente de pontos.

4.3 No ato da inscrição o candidato deverá informar, no campo próprio, a titulação que possui.

4.4 O candidato que não comprovar a titulação informada na inscrição no ato de chamamento será desclassificado do processo seletivo.

4.5 Só serão considerados os títulos relacionados no quadro abaixo:

Vagas do nível fundamental	
Ensino Médio	3,0
Ensino Fundamental	2,0
Ensino Fundamental Incompleto	1,0

4.8 Tempo de serviço no exercício de cargo público/emprego público e privado em área afim para o cargo preterido até 30/06/2013.

Até 05 anos	2,5 pontos
De 05 anos a 10 anos	5,0 pontos
Acima de 10 anos	7,5 pontos

5- CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO

5.1 Para o caso de empate, entre candidato, após a classificação final, serão aplicados os critérios de:

5.1.1 Que tenha maior número de dependentes (até 18 anos).

5.1.2 Que seja mais idoso.

5.2 A lista com o resultado final será divulgada no site www.sao-bentodosul.sc.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios.

5.3 O candidato terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de divulgação da listagem para entrar com pedido de reconsideração da classificação, junto à Secretaria Municipal de Administração.

6. DO REGIME JURÍDICO

6.1 Os habilitados e classificados no processo seletivo serão admitidos sob regime Administrativo Especial, conforme Lei Complementar nº 2.397 de 09 de Setembro de 2009.

7. DAS EXIGÊNCIAS PARA A ADMISSÃO

7.1 Os candidatos classificados serão admitidos obedecendo rigorosamente à ordem de classificação por cargo função/especialidade/disciplina.

7.2 A habilitação e classificação neste Processo Seletivo, não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no quadro de

pessoal da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul. A admissão é de competência da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

7.3 Por ocasião da admissão, será exigido do candidato habilitado os seguintes documentos, sob pena de exclusão do presente processo:

- ABERTURA DE CONTA CORRENTE no Banco Caixa Econômica Federal – SBS;

- Documentos necessários para Abertura da conta corrente: Identidade, CPF, Comprovante de Residência (mês atual) e Comprovante de Renda (Expedido pelo Depto. Recursos Humanos da PMSBS).

- 01 Foto 3x4

- Exame Pré-admissional;

- Declaração negativa de que não exerce cargo ou emprego público;

- Declaração de que não percebe Aposentadoria ou benefício proveniente de Regime Próprio de Previdência Social, e ou, do Regime Geral de Previdência Social, relativo a emprego público;

- Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art.151 da Lei 228/2001;

- Declaração de Bens que constituem o seu Patrimônio;

- Certidões Negativas expedidas pelos cartórios de Crimes e Fiscais da Comarca – Fórum de São Bento do Sul (apresentar cópias da R.G., do C.P.F. e Comprovante de Residência);

- Comprovação da Regularidade com o Conselho da Classe (autenticado);

- Registro no Conselho da Classe da Região (autenticado).

Fotocópias (xerox):

- Cédula de Identidade;

- C.P.F.;

- Título de Eleitor e comprovante de votação da última Eleição;

- Certidão de Nascimento, e ou, Casamento;

- Certidão de Nascimento e da Carteira de Vacinação dos Filhos menores de 14 anos;

- Atestado de Frequência Escolar dos Filhos entre 06 e 14 anos;

- Certificado de Alistamento Militar;

- Comprovante de Residência Atual (em caso de aluguel, trazer declaração do proprietário ou cópia do contrato);

- Comprovante de Escolaridade (Graduação, ensino fundamental e ensino médio - autenticados), com apresentação do original no ato da posse;

- Diploma do Curso Especifico na área em que irá atuar – autenticado), com apresentação do original no ato da posse;

- Certificado dos cursos de aperfeiçoamento;

- Carteira de vacina contra Rubéola.

- Nº do PIS/PASEP e sua data de Cadastro;

- Carteira de Trabalho onde constam a Foto, os dados Pessoais e a página contendo a Contribuição Sindical.

7.4 Será excluído do Processo Seletivo Simplificado o candidato que:

a) Fizer em qualquer fase ou documento, declaração falsa ou inexistente;

b) Não mantiver atualizado seu endereço. Em caso de alteração do endereço constante da "FICHA DE INSCRIÇÃO", o candidato deverá comparecer à Secretaria de Municipal de Administração a Rua Jorge Lacerda nº 75 – Centro, e preencher documento indicando seu cargo função/especialidade/disciplina - fazendo menção expressa que se relaciona ao Processo Seletivo Simplificado objeto deste Edital.

8. DA ESCOLHA DE VAGA

8.1 – A escolha de vagas ocorrerá de acordo com a ordem de classificação e será realizada pela Secretaria Municipal de Educação.

8.2 – A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato não podendo ser realizada por meio de procuração;

8.3 – O candidato que escolher vaga e desistir da mesma será excluído da listagem de classificação.

8.4 – No surgimento de vagas durante o ano letivo de 2013 caberá

a Secretaria Municipal de Educação realizar a chamada para contratação via telefone, e-mail ou através de correspondência enviada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, com aviso de recebimento (AR);

8.5 O candidato terá o prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados a partir da data de recebimento da comunicação via telefone, e-mail ou de correspondência enviada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, com aviso de recebimento (AR), para se apresentar.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. O prazo de validade deste Processo Seletivo é para o ano letivo de 2013, contados da data de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da administração Municipal.

9.2 O Poder Executivo do Município de São Bento do Sul - SC não se responsabiliza por eventual prejuízo do candidato na fase de admissão, decorrentes de:

- endereço não atualizado;
- endereço de difícil acesso;
- correspondência devolvida pela Empresa de Correios e Telégrafos por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do candidato;
- correspondência recebida por terceiros.

9.3. Durante o prazo de validade do Processo Seletivo o candidato aprovado deverá manter seu endereço atualizado, devendo em caso de alteração do mesmo comunicar oficialmente ao Município de São Bento do Sul - SC.

9.4. Durante o prazo de validade do Processo Seletivo, será respeitada a ordem de classificação obtida pelos candidatos para admissão nas vagas existentes ou que porventura vierem a existir, de acordo com suas necessidades e disponibilidade financeira, não havendo obrigatoriedade de contratação de todos os candidatos.

9.5 Os casos omissos e situações não previstas neste edital, serão analisadas e deferidas pela Comissão Organizadora deste Processo Seletivo, designada pelo Prefeito Municipal de São Bento do Sul.

9.6 A homologação do resultado deste Processo Seletivo Simplificado será efetuada por cargo função/especialidade/disciplina - a critério da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

9.7 O Edital, resultado final e homologação serão publicados no Diário Oficial dos Municípios, bem como no site da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

9.8 É vedada a inscrição neste Processo Seletivo Simplificado de quaisquer membros da Comissão organizadora.

9.9 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação das condições estabelecidas no teor deste Edital e das instruções específicas, expedientes dos quais não poderá alegar desconhecimento.

9.10 Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo.

São Bento do Sul-SC, 30 de setembro de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

ANEXO

Cargos	Requisitos	Carga Horária Semanal	Remuneração Mensal
Auxiliar de Serviços	Ensino Fundamental Incompleto	40 horas	R\$ 713,53
Atribuições: É responsável pela realização de todos os serviços de limpeza e organização da unidade escolar, bem como também do preparo e auxílio da alimentação dos educandos da rede municipal de ensino.			

Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.

Benefícios:

- Suporte e atualização do REGIN Municipal;
- Consulta às bases de notas fiscais eletrônicas conjugadas (NFe-C) emitidas junto à SEFAZ/SC;
- Gestão das declarações dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- Integração de prefeituras e cartórios na geração de guia do pagamento do ITBI;
- Agilidade no processo de arrecadação do ITBI;
- Ampliação da arrecadação pela eficiência na fiscalização dos tributos municipais.

As ferramentas de gestão tributária ofertadas pelo CIGA foram desenvolvidas a partir das necessidades dos municípios, apresentadas pelos secretários membros do Colegiado de Secretários de Fazenda Municipais de Santa Catarina (CONFAZ-M/SC).

Os contratantes do PGT, além de acessarem os aplicativos, poderão participar de grupos de estudos relativos ao planejamento tributário municipal, à padronização de legislações tributárias e à personalização e proposição de novos aplicativos.



Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESAO AO PGT - Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN - Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL - Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI - Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

www.ciga.sc.gov.br

Editais de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1736/2013 e 1737/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1736/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAC6520	55724883D	6726/1	06/07/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
ABW9780	54592970E	6599/2	12/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
ABW9780	54592971E	5010/0	12/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
ABW9780	54592972E	5118/0	12/06/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
AES8312	54592818E	6920/0	19/06/2013	R\$ 127,69	233
AEX9823	55726684D	5169/1	05/07/2013	R\$ 1.915,38	165
AOT9344	54592503E	6700/0	27/05/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
ATL9418	54592614E	6920/0	04/07/2013	R\$ 127,69	233
AZE3030	55724587D	6920/0	22/05/2013	R\$ 127,69	233
BHM5516	54592759E	6912/0	15/07/2013	R\$ 53,20	232
DAF7084	54592544E	6599/2	18/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
DAF7084	54592545E	6556/1	18/07/2013	R\$ 191,53	230 * I
DAF7084	54592546E	6602/0	18/07/2013	R\$ 191,53	230 * VI
DAF7084	54592547E	5010/0	18/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
DAF7084	54592548E	5118/0	18/07/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
IMM0755	55724518D	6629/0	06/07/2013	R\$ 127,69	230 * VIII
KZX2593	54592833E	6920/0	24/06/2013	R\$ 127,69	233
LWV8527	55727148D	5010/0	25/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
LWV8527	55727149D	6599/2	25/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYG6780	55724454D	6599/2	05/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYV0574	54592636E	6920/0	10/07/2013	R\$ 127,69	233
LZJ1198	54592990E	5010/0	27/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
LZJ1198	54592991E	5118/0	27/07/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LZJ1198	54592992E	6599/2	27/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
LZR7794	54592983E	6548/0	21/07/2013	R\$ 85,12	229
LZV9389	54593434E	6920/0	30/07/2013	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAC9603	54592646E	6920/0	15/07/2013	R\$ 127,69	233
MAN9850	55728343D	6912/0	03/07/2013	R\$ 53,20	232
MAT0296	54592977E	6599/2	18/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAT0296	54592978E	6726/1	18/07/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
MAT0296	54592979E	6637/1	18/07/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MAT0296	54592980E	6637/2	18/07/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MAT0296	54592981E	6653/2	18/07/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MAT2087	54592627E	6920/0	08/07/2013	R\$ 127,69	233
MAT9193	55728101D	6599/2	21/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBP8206	55724640D	5029/2	03/06/2013	R\$ 957,69	162 * II
MBP8206	55724642D	6912/0	03/06/2013	R\$ 53,20	232
MCB8733	54592847E	6920/0	28/06/2013	R\$ 127,69	233
MCD6579	54592976E	6610/2	17/07/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MCI6063	54592659E	5010/0	15/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCI6063	54592660E	5118/0	15/07/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCI6063	55723719D	6599/2	15/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCP6402	55728444D	6599/2	02/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCP6402	55728445D	6726/1	02/06/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
MCP6402	55728448D	6637/1	02/06/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MDN7636	55724534D	5169/1	13/07/2013	R\$ 1.915,38	165
MDN7636	55724537D	5029/2	13/07/2013	R\$ 957,69	162 * II
MDW3114	55724153D	6912/0	05/07/2013	R\$ 53,20	232
MEG2050	54592814E	6920/0	18/06/2013	R\$ 127,69	233
MFP6259	54592913E	6726/1	18/07/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
MGQ0438	54857234C	5320/0	20/07/2013	R\$ 957,69	176 * V
MGY1158	54592635E	6920/0	10/07/2013	R\$ 127,69	233
MHC2179	54593441E	6920/0	30/07/2013	R\$ 127,69	233
MHV3260	54593426E	6920/0	25/07/2013	R\$ 127,69	233
MJB0274	54592653E	6599/2	11/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MJC3934	55724521D	6599/2	09/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MJC9298	54592628E	6920/0	09/07/2013	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 30 DE SETEMBRO DE 2013

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADA REGIONAL



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1737/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAT1174	55511977D	5819/6	09/07/2013	R\$ 574,61	193
AHE6672	55511981D	5185/1	12/07/2013	R\$ 127,69	167
AJW1938	55512081D	5185/1	17/06/2013	R\$ 127,69	167
AJY8911	55512572D	5665/0	30/07/2013	R\$ 85,12	182 * X
AKL6481	55512106D	7366/2	26/06/2013	R\$ 85,12	252 * VI
ALA2454	55511964D	5819/6	24/06/2013	R\$ 574,61	193
ALO1308	54044232D	7366/2	21/06/2013	R\$ 85,12	252 * VI
ALV6317	55512458D	5568/0	12/07/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
ARL5953	55511979D	5541/1	11/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
ARL5953	55512427D	7366/2	09/07/2013	R\$ 85,12	252 * VI
BHM5516	55723571D	5452/3	15/07/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
BVP7518	55512175D	5541/2	24/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
BYO5445	55512369D	5185/1	09/07/2013	R\$ 127,69	167
DLB5635	55511988D	5541/2	03/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
DLB5635	55512237D	7366/2	11/07/2013	R\$ 85,12	252 * VI
HOB0410	55724018D	5452/1	08/07/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
IKZ1335	55511974D	5541/2	19/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
JNQ3003	55724152D	5185/2	12/06/2013	R\$ 127,69	167
LWU3410	55512208D	5568/0	24/06/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
LWW0135	54592984E	5967/0	21/07/2013	R\$ 191,53	203 * V
LWW0995	55512465D	5568/0	13/07/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
LXO0009	55512412D	5568/0	05/07/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
LXV5960	55512490D	5452/3	19/07/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
LZF3778	55512511D	5568/0	20/07/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
LZF3778	55512512D	5835/0	20/07/2013	R\$ 127,69	195
LZF3778	55512513D	5185/1	20/07/2013	R\$ 127,69	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZR3171	55512187D	6050/1	23/07/2013	R\$ 191,53	208
LZR7878	55512354D	5185/1	03/07/2013	R\$ 127,69	167
LZT7270	54044231D	5185/1	21/06/2013	R\$ 127,69	167
LZX1139	55512554D	5568/0	18/07/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MAJ8627	55512348D	5835/0	04/07/2013	R\$ 127,69	195
MAV9205	55512250D	5568/0	17/07/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MAV9205	55512477D	5568/0	17/07/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MBC0037	55512152D	5541/6	05/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MBH0306	54044670D	5541/4	11/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MBM9937	55512389D	5541/1	12/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MBX3003	55512476D	5185/1	16/07/2013	R\$ 127,69	167
MCP6402	55728446D	7030/2	02/06/2013	R\$ 191,53	244 * I
MCP6402	55728447D	5843/3	02/06/2013	R\$ 127,69	196
MCP6402	55728449D	7030/3	02/06/2013	R\$ 191,53	244 * I
MCP6402	55728450D	7099/1	02/06/2013	R\$ 127,69	244 * V II
MCW5899	55512472D	5185/1	16/07/2013	R\$ 127,69	167
MCW5899	55512473D	7366/2	16/07/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MDH1761	55512399D	5193/0	17/07/2013	R\$ 191,53	168
MDN2289	55512276D	5452/2	08/07/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MDN7636	55724535D	5720/0	13/07/2013	R\$ 127,69	186 * I
MDP7103	55512224D	5185/1	04/07/2013	R\$ 127,69	167
MDT1336	55512225D	5185/1	04/07/2013	R\$ 127,69	167
MEC0658	55512094D	5541/2	08/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MEI5524	55512166D	5185/2	03/07/2013	R\$ 127,69	167
MEI5524	55512351D	6491/0	03/07/2013	R\$ 53,20	227 * II
MEO0408	55512288D	5541/2	03/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MEZ3405	55512154D	5819/6	21/06/2013	R\$ 574,61	193
MFF8652	55512375D	5746/1	09/07/2013	R\$ 85,12	187 * I
MFI2465	55512097D	5746/1	25/06/2013	R\$ 85,12	187 * I
MFI2465	55512098D	5185/1	25/06/2013	R\$ 127,69	167
MFI3785	55511975D	5541/6	21/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MFQ5094	55723907D	6181/0	18/07/2013	R\$ 127,69	215 * II
MFT4428	55512207D	5746/1	21/06/2013	R\$ 85,12	187 * I
MGD1334	55512114D	5541/2	25/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGS8214	55512491D	5541/1	19/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHG5848	55512435D	5878/0	09/07/2013	R\$ 85,12	199
MHI0462	54592758E	6050/1	15/07/2013	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHK7772	55511970D	5541/1	28/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIE7903	55512428D	5746/1	09/07/2013	R\$ 85,12	187 * I
MIG3879	55512525D	5568/0	27/07/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MIO8194	55512245D	5746/1	09/07/2013	R\$ 85,12	187 * I
MIW2960	55512487D	5541/3	18/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJD4295	55512346D	7366/2	04/07/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MJG4732	55725341D	5541/1	12/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJU3333	55512185D	5452/6	19/07/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MJU8469	55724455D	7366/2	12/07/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MKB2153	55512391D	5541/1	12/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MKP8631	54044234D	7366/2	27/06/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MLB0010	55512453D	5746/1	11/07/2013	R\$ 85,12	187 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 30 DE SETEMBRO DE 2013

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Transito Nº492 829/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 492 829/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAG3905	8492053222	7455/0	20/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
ABT9544	8492053897	7455/0	14/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
AGZ5716	8492053606	6050/3	07/07/2013	R\$ 191,53	208
AHL2121	8492053643	7455/0	05/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
AIK2117	8492053082	7463/0	14/06/2013	R\$ 127,69	218 * II
AIT1002	8492053571	7455/0	07/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
AJA3087	8492053724	7455/0	07/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
AKL5708	8492053644	7455/0	05/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
AKR0528	8492054266	7471/0	28/07/2013	R\$ 574,61	218 * III
AKR0528	8492054341	7471/0	28/07/2013	R\$ 574,61	218 * III
AKR0528	8492054363	7455/0	28/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
AKU2854	8492053882	7455/0	13/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
AKY7817	8492053136	7455/0	15/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
ALN3291	8492053558	7455/0	06/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
ALO1308	8492053229	7455/0	24/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
AOD9080	8492053830	7455/0	13/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
AOO5398	8492053293	7455/0	25/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
AOZ5083	8492053292	7455/0	24/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
APH5590	8492053470	7455/0	30/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
AQO9614	8492054118	7455/0	22/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
ARI4698	8492053281	7455/0	22/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
ASJ8633	8492053888	7463/0	11/07/2013	R\$ 127,69	218 * II
ASK1152	8492052774	7455/0	12/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
BAK0770	8492053481	7455/0	03/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
BOU1077	8492053219	7455/0	23/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
CCZ5585	8492053591	6050/3	05/07/2013	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CEZ3839	8492053336	7455/0	21/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
CZU1165	8492053725	7455/0	07/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
DFY2496	8492053599	5673/2	06/07/2013	R\$ 85,12	183
DRF1385	8492054282	7455/0	27/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
EKT0319	8492052922	7455/0	11/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
HCA7536	8492053464	7455/0	03/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
HCO1409	8492053523	7455/0	10/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
HMB2629	8492053360	7455/0	02/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
HQK7534	8492053461	7463/0	28/06/2013	R\$ 127,69	218 * II
ICM6497	8492053352	6050/3	29/06/2013	R\$ 191,53	208
IGJ8328	8492053694	7455/0	07/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
IOL4978	8492053797	5673/2	12/07/2013	R\$ 85,12	183
IPT3759	8492053586	6050/3	08/07/2013	R\$ 191,53	208
JLA1396	8492053628	5673/2	10/07/2013	R\$ 85,12	183
LXR0973	8492053623	7455/0	07/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYE0714	8492053365	6050/3	03/07/2013	R\$ 191,53	208
LYG9513	8492053411	5673/2	01/07/2013	R\$ 85,12	183
LYN8891	8492053299	7463/0	20/06/2013	R\$ 127,69	218 * II
LYP3458	8492053118	7463/0	15/06/2013	R\$ 127,69	218 * II
LZR7462	8492052732	7455/0	01/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZC1223	8492053463	7463/0	02/07/2013	R\$ 127,69	218 * II
LZI8121	8492053394	5673/2	27/06/2013	R\$ 85,12	183
LZV3269	8492052837	6050/3	06/06/2013	R\$ 191,53	208
LZW1298	8492053736	7455/0	13/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAQ6630	8492053681	7455/0	06/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAZ5891	8492053363	5673/2	03/07/2013	R\$ 85,12	183
MBB6904	8492053215	7455/0	20/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBM9937	8492053889	7455/0	11/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCG5648	8492053626	5673/2	09/07/2013	R\$ 85,12	183
MCW8516	8492053589	7455/0	09/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCW8516	8492053733	7455/0	12/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCY8161	8492053415	6050/3	03/07/2013	R\$ 191,53	208
MDA8308	8492053040	7455/0	18/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDD0299	8492052934	7455/0	12/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDE4480	8492053859	7455/0	11/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDF6426	8492053058	5673/2	14/06/2013	R\$ 85,12	183
MDI0202	8492053140	7455/0	19/06/2013	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDO4066	8492053780	7455/0	13/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDQ6650	8492053395	5673/2	28/06/2013	R\$ 85,12	183
MDQ9258	8492054163	6050/3	28/07/2013	R\$ 191,53	208
MDS6628	8492053624	5673/2	08/07/2013	R\$ 85,12	183
MDU1154	8492054202	7455/0	29/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDX2097	8492053195	5673/2	26/06/2013	R\$ 85,12	183
MDY1306	8492053391	7463/0	29/06/2013	R\$ 127,69	218 * II
MDZ7576	8492053331	7455/0	24/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEB5399	8492053674	7455/0	07/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEE5868	8492053752	6050/3	14/07/2013	R\$ 191,53	208
MEH3935	8492053570	7455/0	07/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEH6581	8492053240	7455/0	25/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEH6581	8492053247	7455/0	22/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEL7591	8492054330	7455/0	29/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEN7216	8492053337	7455/0	22/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEO3538	8492053723	7455/0	06/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEQ6143	8492053845	7455/0	12/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFA2295	8492053839	7455/0	14/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFY5234	8492053880	7455/0	12/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFZ0891	8492053085	7463/0	16/06/2013	R\$ 127,69	218 * II
MFZ2665	8492054141	7463/0	20/07/2013	R\$ 127,69	218 * II
MGC3807	8492053517	6050/3	07/07/2013	R\$ 191,53	208
MGD1921	8492053217	7455/0	21/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGD1921	8492053218	7463/0	23/06/2013	R\$ 127,69	218 * II
MGD1921	8492053232	7455/0	26/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGD1921	8492053381	7463/0	28/06/2013	R\$ 127,69	218 * II
MGD1921	8492053560	7463/0	07/07/2013	R\$ 127,69	218 * II
MGF2393	8492053290	7455/0	23/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGF3911	8492053466	7455/0	27/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGH4151	8492053772	7455/0	15/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGQ0068	8492053827	7455/0	13/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGS8489	8492053239	7455/0	25/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHF4688	8492052929	7455/0	07/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHG7457	8492052880	7455/0	08/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHJ5162	8492053650	7463/0	07/07/2013	R\$ 127,69	218 * II
MHN4790	8492053766	7455/0	14/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHS5537	8492053868	7455/0	15/07/2013	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHZ4989	8492053256	6050/3	21/06/2013	R\$ 191,53	208
MIB0345	8492053757	7455/0	13/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIF8434	8492053596	6050/3	06/07/2013	R\$ 191,53	208
MIK2967	8492053713	7463/0	09/07/2013	R\$ 127,69	218 * II
MIM9686	8492053796	6050/3	12/07/2013	R\$ 191,53	208
MIR8137	8492053126	7455/0	18/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJC2257	8492053301	7455/0	21/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJC3934	8492052940	7455/0	12/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJP6987	8492053202	6050/3	23/06/2013	R\$ 191,53	208
MJR8934	8492053727	7455/0	08/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJS9959	8492052600	5673/2	02/06/2013	R\$ 85,12	183
MJT9694	8492053703	7455/0	04/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKA8455	8492054340	7455/0	28/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKB0106	8492053375	6050/3	30/06/2013	R\$ 191,53	208
MKG5028	8492053762	7455/0	11/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKH0576	8492053573	7455/0	08/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKN8422	8492053855	7455/0	13/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKO2166	8492052788	7455/0	09/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKP5775	8492053275	7455/0	23/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKP5775	8492053326	7455/0	23/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKQ6757	8492053542	6050/3	09/07/2013	R\$ 191,53	208
MLD3618	8492053505	7455/0	04/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MOT0013	8492053629	7455/0	04/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MVZ1834	8492053748	6050/3	13/07/2013	R\$ 191,53	208
NCA9100	8492053243	7455/0	26/06/2013	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 30 DE SETEMBRO DE 2013

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1734/2013 e 1735/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 124 1734/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADU4887	54593186E	6920/0	20/08/2013	233
ANP3102	54593027E	6920/0	29/08/2013	233
APO0892	54591756E	6548/0	07/09/2013	229
AVA4986	54593338E	6920/0	08/08/2013	233
CPM3236	54593336E	6920/0	08/08/2013	233
LWS4082	54591668E	5010/0	11/09/2013	162 * I
LXC8643	54593043E	6920/0	03/09/2013	233
LXP7131	54593385E	6548/0	11/08/2013	229
MBN5593	54593391E	6599/2	18/08/2013	230 * V
MCN7708	54593004E	6920/0	23/08/2013	233
MCV5313	54591754E	6599/2	04/09/2013	230 * V
MDD5746	54591765E	6599/2	11/09/2013	230 * V
MDG9806	55725264D	6726/1	11/09/2013	230 * XVIII
MEI7962	54591761E	6670/0	11/09/2013	230 * XIII
MEI7962	54591762E	6610/2	11/09/2013	230 * VII
MEQ2525	54593029E	6920/0	29/08/2013	233
MFN4732	54591658E	5118/0	08/09/2013	164 c/c 162 * I
MFN4732	54591659E	6653/2	08/09/2013	230 * XI
MFN4732	54591660E	6556/1	08/09/2013	230 * I
MGV6677	54593036E	6920/0	02/09/2013	233
MIL1755	55723966D	6599/2	13/08/2013	230 * V
MJO5008	54591656E	6548/0	08/09/2013	229

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 30 DE SETEMBRO DE 2013

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADA REGIONAL



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 124 1735/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJW1938	55512143D	7366/2	03/09/2013	252 * VI
ATE4520	55512711D	7366/2	16/08/2013	252 * VI
AUN4444	55512716D	5568/0	09/09/2013	181 * XIX
BLU0723	55512978D	5541/2	23/08/2013	181 * XVII
CTC6421	55513091D	5568/0	14/09/2013	181 * XIX
DMS3863	55723845D	5185/1	14/08/2013	167
HTC6111	55512717D	5568/0	13/09/2013	181 * XIX
JZW2336	55513079D	5541/1	10/09/2013	181 * XVII
LLD6950	55513005D	5185/1	23/08/2013	167
MBF6841	55512146D	5452/1	11/09/2013	181 * VIII
MBI0058	54591707E	7307/0	11/09/2013	251 * II
MCE5903	55513155D	5185/1	12/09/2013	167
MDG9806	55725263D	7366/2	11/09/2013	252 * VI
MEA6430	55513064D	5541/1	05/09/2013	181 * XVII
MFE7488	55725348D	7366/2	08/09/2013	252 * VI
MFO4715	54593388E	5967/0	15/08/2013	203 * V
MGX9709	55512696D	5835/0	07/09/2013	195
MGX9709	55512697D	6068/1	07/09/2013	209
MHA3358	55513153D	5185/1	12/09/2013	167
MHA6006	55511998D	5541/1	19/08/2013	181 * XVII
MHP5321	55513111D	6858/0	10/09/2013	231 * VII
MHY9612	55513077D	5452/6	09/09/2013	181 * VIII
MHY9690	55512594D	5568/0	04/09/2013	181 * XIX
MIL1755	55723967D	5843/3	13/08/2013	196
MIO0345	55513066D	5967/0	06/09/2013	203 * V
MJE0670	55513075D	7366/2	09/09/2013	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJG1674	54593258E	5932/0	15/08/2013	203 * II
MJU0010	55512971D	7366/2	05/09/2013	252 * VI
MKD7825	55512981D	5819/6	16/09/2013	193
MKE9411	55512862D	7366/2	19/08/2013	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 30 DE SETEMBRO DE 2013

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 492 828/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 492 828/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGD0912	8492054824	5673/2	15/08/2013	183
ALJ7079	8492054710	5673/2	14/08/2013	183
AMN8891	8492054729	7455/0	12/08/2013	218 * I
APM2603	8492055201	7455/0	27/08/2013	218 * I
APP2672	8492054645	7455/0	14/08/2013	218 * I
AQR4388	8492055144	7455/0	22/08/2013	218 * I
ARL5860	8492054785	7455/0	14/08/2013	218 * I
ARP9347	8492055324	7455/0	29/08/2013	218 * I
ASM1583	8492054885	7455/0	18/08/2013	218 * I
CEJ1044	8492055661	7455/0	07/09/2013	218 * I
DEV0432	8492054450	7455/0	04/08/2013	218 * I
DEV0432	8492054598	7455/0	03/08/2013	218 * I
IGD1580	8492054579	7455/0	02/08/2013	218 * I
IHP4762	8492054610	7455/0	10/08/2013	218 * I
IOC9477	8492054529	7455/0	07/08/2013	218 * I
IOC9477	8492054630	7455/0	11/08/2013	218 * I
IOC9477	8492054736	7455/0	13/08/2013	218 * I
IOC9531	8492054717	7463/0	08/08/2013	218 * II
LBQ9477	8492054426	6050/3	06/08/2013	208
LWT5482	8492054508	7455/0	01/08/2013	218 * I
LYX8046	8492054636	7455/0	14/08/2013	218 * I
LZC7727	8492054589	7455/0	07/08/2013	218 * I
LZL3727	8492055364	7455/0	01/09/2013	218 * I
LZU6194	8492054802	7455/0	13/08/2013	218 * I
MAJ6983	8492054720	7455/0	10/08/2013	218 * I
MAL7455	8492054470	5673/2	06/08/2013	183

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAN7959	8492054540	7455/0	06/08/2013	218 * I
MAO0291	8492054421	6050/3	04/08/2013	208
MBK2210	8492054433	7455/0	03/08/2013	218 * I
MBK2210	8492054442	7455/0	03/08/2013	218 * I
MBV6730	8492054688	6050/3	09/08/2013	208
MBX3743	8492055551	7455/0	07/09/2013	218 * I
MCL6462	8492054515	7455/0	02/08/2013	218 * I
MCP8956	8492055238	7455/0	01/09/2013	218 * I
MCT3841	8492054448	7455/0	04/08/2013	218 * I
MCY4559	8492054642	7455/0	09/08/2013	218 * I
MDA6716	8492054747	7455/0	11/08/2013	218 * I
MEB6015	8492054582	7455/0	03/08/2013	218 * I
MEC2274	8492054546	7471/0	05/08/2013	218 * III
MEG8676	8492054560	7455/0	06/08/2013	218 * I
MEH7566	8492055318	7455/0	28/08/2013	218 * I
MEI3075	8492054543	7455/0	07/08/2013	218 * I
MEI6036	8492054704	6050/3	11/08/2013	208
MFF9269	8492054480	6050/3	03/08/2013	208
MFH5834	8492055262	7455/0	29/08/2013	218 * I
MFS4327	8492054680	7455/0	14/08/2013	218 * I
MGI4810	8492054755	7455/0	14/08/2013	218 * I
MGK6793	8492055532	6050/3	07/09/2013	208
MGQ7303	8492054643	7463/0	11/08/2013	218 * II
MHB0664	8492054722	7455/0	11/08/2013	218 * I
MHD0632	8492055234	5673/2	02/09/2013	183
MHD1211	8492054466	5673/2	03/08/2013	183
MHO9867	8492054993	7455/0	20/08/2013	218 * I
MID6274	8492055313	7455/0	28/08/2013	218 * I
MIG9717	8492054438	7455/0	04/08/2013	218 * I
MIT9752	8492054941	7455/0	18/08/2013	218 * I
MIY0666	8492054583	7455/0	03/08/2013	218 * I
MJA0595	8492055316	7455/0	28/08/2013	218 * I
MJE9571	8492055226	5673/2	01/09/2013	183
MJE9571	8492055227	6050/3	01/09/2013	208
MKB4764	8492054467	6050/3	04/08/2013	208
MKC3984	8492054795	7455/0	12/08/2013	218 * I
MKJ2286	8492054936	7463/0	18/08/2013	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKM2463	8492054917	6050/3	19/08/2013	208
MLE6071	8492054733	7455/0	12/08/2013	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 30 DE SETEMBRO DE 2013

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

CÂMARA MUNICIPAL**Resolução Nº 001, de 30 de Setembro de 2013.**

RESOLUÇÃO Nº 001, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.

"Institui no âmbito do Poder Legislativo Municipal o Regime de Adiantamento para o pagamento de despesa pública".

A Câmara Municipal de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, aprova e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica instituído no âmbito no Poder Legislativo de São Bento do Sul o pagamento de despesa pública pelo regime de adiantamento, regulado pelo disposto nesta resolução.

Parágrafo Único - Entende-se por Regime de Adiantamento, a entrega de numerário ao servidor público ou ao agente público a ele equiparado, sempre precedida de empenho na dotação própria, para a realização de despesa que não possa subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Art. 2º - Poderão realizar-se sob o regime de adiantamento de que trata esta Resolução, os pagamentos das seguintes despesas:

I - Materiais de Consumo como: materiais de higiene e limpeza, de copa e cozinha, gêneros alimentícios, aquisição de flores e mudas de flores, materiais de expediente, de informática, de socorro, sobrevivência, segurança e proteção, pequenas manutenções, consertos e reparos, enfeites para festividades, aquisição avulsa de livros e outros materiais em quantidade restrita para uso ou consumo próprio e imediato, além dos demais itens classificados como materiais de consumo.

II - Serviços de Terceiros como: pequenas manutenções, consertos e reparos, consertos de pneus, serviços postais e de comunicação, transportes urbanos, cópias ou fotocópias, encadernações avulsas, impressos, papelaria, publicações avulsas e outras despesas classificadas como serviços de terceiros.

III - Taxas, contribuições, despesas judiciais e cartoriais, anotações de responsabilidade técnicas e outras taxas e contribuições obrigatórias.

IV - Transportes e passagens em geral.

V - que tenham de ser realizadas em lugar distante da sede do Legislativo Municipal, ou em outro município.

VI - De pequeno valor e de pronto pagamento.

VII - Com veículos em viagens fora da sede do município.

VIII - Com alimentação de servidores em viagens quando não percebam diárias.

IX - Pedágios, fretes, passagens e despesas com locomoção.

Art. 3º - Fica estabelecido o valor de 02 (dois) salários mínimos vigente no país, como valor máximo de cada adiantamento a ser concedido para cada elemento de despesa pelo regime de adiantamento.

Art. 4º - Fica estabelecido o prazo máximo de aplicação de 120 (cento e vinte) dias, improrrogáveis, subsequentes ao recebimento do numerário, sendo facultado à autoridade que concede o adiantamento a diminuição deste prazo por ocasião de sua concessão.

Art. 5º - A entrega de numerário em regime de adiantamento será feita unicamente na conta bancária cadastrada como aquela onde

o servidor percebe sua remuneração.

Art. 6º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de Setembro de 2013.

CÉSAR AUGUSTO ACCORSI DE GODOY

Presidente

SAMAE**Aviso de Licitação Pregão Nº 40/2013**

Resumido Edital de Pregão Presencial nº 40/2013

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2013

MENOR PREÇO POR ITEM

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09h:30min do dia 14 de outubro de 2013, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS PARA LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO, COMO SUBSÍDIO À ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacoes

São Bento do Sul, 30 de setembro de 2013.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

São Domingos**PREFEITURA****Decreto Nº 1360, de 26 de Setembro de 2013.**

Nomeia membros efetivos e suplentes para compor o Conselho de Alimentação Escolar (CAE).

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90, atualizada; pela Lei Municipal nº 1.602, de 21/09/09, e pelo artigo 58 da Lei Complementar Municipal nº 0018 de 28/01/08; e:

Considerando o disposto no art. 18 da Lei nº 11.947, de 16/06/09; Considerando o vencimento do mandato dos membros que compõem o Conselho de Alimentação Escolar;

Considerando a indicação de representantes pelas entidades que compõem o conselho;

Considerando que alguns membros serão reconduzidos e outros substituídos;

Considerando o disposto no art. 3º da Lei Municipal n. 1.602 que permite a recondução dos membros do Conselho para o mandato

imediatamente subsequente;
Considerando a solicitação do Conselho de Alimentação Escolar - CAE;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho de Alimentação Escolar (CAE), os seguintes membros:

I - 01 (um) representante do Poder Executivo Municipal:

Titular: Iraci Inês Marmentini Walendorff;

Suplente: Patrícia Merlin.

II - 02 (dois) representantes dos docentes, discentes ou trabalhadores na área da educação:

Titular 1: Rosane Fátima Ghidini e Suplente 1: Nair Fátima Babinski Roell;

Titular 2: Ivanete Rodrigues Hennerich e Suplente 2: Lorita Fátima de Jesus.

III - 02 (dois) representantes de Pais de Alunos:

Titular 1: Anileida Nicolau Pretto e Suplente 1: Noeli Marmentini;

Titular 2: Rosângela Salete Bampi Bortolini e Suplente 2: Neiva Walendorff de Souza.

IV - 02 (dois) representantes das entidades civis organizadas:

Titular 1: Dirlei Terezinha Dalla Cort Mulinari e Suplente 1: Adelar de Jesus;

Titular 2: Nelci Szczygel Granzotto e Suplente 2: Delfina Meotti Araldi.

Art. 2º A duração do mandato dos Conselheiros do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) será de 04(quatro) anos, podendo os membros ser reconduzidos por uma única vez.

Art. 3º Pelo exercício do mandato de Conselheiro não será percebida remuneração ou qualquer tipo de vantagem pecuniária e o serviço prestado é considerado como relevante serviço público.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogado o Decreto nº 1190, de 22 de janeiro de 2013.

São Domingos (SC), 26 de setembro de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Decreto Nº 1361, de 30 de Setembro de 2013.

Dispõe sobre unificação de lotes urbanos, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal; Lei Municipal nº 714, de 16 de junho de 1987; Decreto nº 474, de 12 de maio de 2010; Lei Municipal nº 1.647, de 07 de dezembro de 2010; Lei Municipal nº 1.663, de 17 de junho de 2011; Decreto nº 883, de 22 de novembro de 2011; e,

Considerando o requerimento protocolado sob nº 1619/2013 e Processo nº 225/2013;

Considerando parecer favorável emitido pela Área Técnica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Ficam unificados os Lotes Urbanos nº 11 e 12 da Quadra nº 25, situados no Loteamento Milani, no distrito de Vila Milani, com área de 450,00m² cada, constante da Matrícula nº 8.757, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Domingos, de propriedade de Niomar Luiz Cantelli e Francieli Teixeira Cantelli, o qual passará a denominar-se conforme segue:

I - Lote Urbano nº 11 e 12 da Quadra nº 25, com área superficial de 900,00m²;

Art. 2º Faz parte integrante do presente Decreto o mapa, o memorial descritivo e a Anotação de Responsabilidade Técnica, respectivos, pareceres do Setor de Tributação e da Assessoria Jurídica.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 30 de setembro de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretária de Administração e Fazenda

Decreto Nº 1362, de 30 de Setembro de 2013.

Dispõe sobre unificação de lotes urbanos, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal; Lei Municipal nº 714, de 16 de junho de 1987; Decreto nº 474, de 12 de maio de 2010; Lei Municipal nº 1.647, de 07 de dezembro de 2010; Lei Municipal nº 1.663, de 17 de junho de 2011; Decreto nº 883, de 22 de novembro de 2011; e,

Considerando o requerimento protocolado sob nº 1294/2013 e Processo nº 226/2013;

Considerando parecer favorável emitido pela Área Técnica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Ficam unificados os Lotes Urbanos nº 11 e 12 da Quadra nº 45, sendo o Lote nº 11 situado na Rua Ademar de Barros, e o Lote nº 12 situado na Rua Osvaldo Aranha, com área de 560,00m² e 595,00m², respectivamente, constantes da Matrícula nº 30, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Domingos, de propriedade de Ivan Rivaldo Paz, o qual passará a denominar-se conforme segue:

I - Lote Urbano nº 11 e 12 da Quadra nº 45, com área superficial de 1.155,00m²;

Art. 2º Faz parte integrante do presente Decreto o mapa, o memorial descritivo e a Anotação de Responsabilidade Técnica, respectivos, pareceres do Setor de Tributação e da Assessoria Jurídica.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 30 de setembro de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretária de Administração e Fazenda

Portaria Nº 1508, de 01 de Outubro de 2013.

Altera Comissão de Acompanhamento de Concurso Público - para Cargo Público, Processo Seletivo Público e Processo Seletivo Simplificado para Emprego Público do Município de São Domingos (SC).

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas:

Pela Constituição Federal de 1988;

Pelo artigo 100 da Lei Orgânica do Município, de 28/09/90;

Pela Lei Complementar Municipal nº 0017, de 21/12/07;

Pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08;

Pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98;

De conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 045, de

06/11/12;

Pela Lei Complementar Municipal nº 042, de 04/04/12;

Pela Lei Complementar Municipal nº 043, de 26/07/12; e,

Considerando que os servidores Públicos Municipais, Odila Giroto Elger, Ana Claudia Barizon Fontana da Luz, Wilian José Aiolfi, Sidney Bressan, possuem vínculo de parentesco, com candidatos inscritos no certame;

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterada a Comissão para Acompanhamento do Concurso Público - para Cargo Público, Processo Seletivo Público e Processo Seletivo Simplificado - para Emprego Público, para provimento de vagas no quadro específico de servidores e empregados públicos municipais de São Domingos (SC), nos termos da legislação vigente, passando a ser composta pelos seguintes membros:

Elieir Teresinha Agnoletto (presidente)

Ivani Teresinha Scatolin (membro)

Edilio Styburski (membro)

Ari Pertille (membro)

Luiza Teixeira (membro)

Ivany Claudete Serro Mulinari (membro)

Cleci Fátima Trentin (membro)

Valdir Zanin (membro)

Art. 2º Compete à Comissão ora nomeada acompanhar e fiscalizar todos os atos do Concurso Público, Processo Seletivo Público, e Processo Seletivo Simplificado até a homologação do resultado final.

Art. 3º Os trabalhos prestados pela comissão não serão remunerados.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 01 de outubro de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Portaria Nº1507, de 30 de Setembro de 2013.

Concede férias a servidora pública municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90; pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº 017 de 21 de dezembro de 2007, pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/12 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/12 e:

Considerando requerimento protocolado junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS a servidora pública municipal, conforme segue:

SERVIDOR (A)	SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Cecília Polônia Aiolfi Peruzzo	Auxiliar de Serviços Gerais	01/03/11-12	08	30/09/13 a 07/10/13

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 30 de setembro de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

São João do Sul**PREFEITURA****Licitação Nº 074/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO Nº 074/2013

Modalidade - Pregão Presencial nº 027/2013

Fundamento Legal: Lei 10.520 de 17/07/2002, publicada no DOU de 18/07/2002, subsidiariamente, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e respectivas alterações.

Objeto: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO MÓVEL PESSOAL - SMP NO ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA 40 (QUARENTA) CÓDIGOS DE ACESSO, COM O FORNECIMENTO DAS 40 (QUARENTA) ESTAÇÕES MÓVEIS EM REGIME DE COMODATO, QUE POSSIBILITE O ATENDIMENTO DA CONTRATANTE EM TODAS AS LOCALIDADES ATENDIDAS PELA AUTORIZADA, EM SUA ÁREA DE PRESTAÇÃO, PARA USO EM LIGAÇÕES LOCAIS PARA TELEFONES FIXOS E CELULARES DE QUALQUER OPERADORA, INCLUSIVE NA CONDIÇÃO DE VISITANTE EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL E COM ENCAMINHAMENTO DE CHAMADAS DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL E ROAMING NACIONAL.

As Propostas e Habilitação: Poderão ser entregues até as 14:00 horas do dia 14/10/2013, com abertura dos envelopes prevista para as 14:15 horas do dia 14/10/2013.

A entrega do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de São João do Sul, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 08:00 as 12 e das 13:30 horas às 17:30.

São João do Sul - SC, em 01 de Outubro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

São José**PREFEITURA****Lei N.º 5.325, de 30 de Setembro de 2013**

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A "ASSOCIAÇÃO JOVEM ATLETAS PEREGRINOS - AJAP" - NESTE MUNICÍPIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica Declarada de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO JOVEM ATLETAS PEREGRINOS - AJAP", com sede na Rua Jonh Lennon, 1883, Bairro Areias, São José/SC, CEP: 88.113-720, inscrita no CNPJ nº. 09.215.223/0001-40, fundado em 20 de fevereiro de 2007, registrado no Livro de Pessoas Jurídicas do Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais, Jurídicas, Títulos, Documentos e Outros Papéis da Comarca de São José, em 14 de Fevereiro de 2013, protocolo nº. 175460, sob os termos nº. 8036 às folhas 136

no Livro A-49 e averbado a margem do termo nº. 4344, às folhas 44, livro 37.

Art. 2º - Ficam asseguradas à Entidade as vantagens e os direitos da Legislação em vigor.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de setembro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Lei N.º 5.327, de 30 de Setembro de 2013

INSTITUI A "FICHA LIMPA MUNICIPAL" PARA NOMEAÇÃO DE SECRETÁRIOS, DIRETORES E CARGOS COMISSIONADOS NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA (PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL) E NA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (AUTARQUIA, EMPRESAS PÚBLICAS E DE ECONOMIA MISTA E FUNDAÇÕES PÚBLICAS) DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC faz saber a todos os habitantes do Município de São José que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Esta Lei estabelece critérios para o provimento de cargos de comissão e funções gratificadas com o intuito de proteger a moralidade administrativa, evitar o abuso do poder econômico e político, aplicando-se de forma complementar aos demais critérios gerais e especiais de provimento estabelecidos nas legislações Municipal, Estadual e Federal.

Art. 2º - Ficam impedidos de ocupar cargos comissionados no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, bem como em quaisquer instituições subvencionadas pelo município, pessoas que estejam incluídas nas seguintes hipóteses, que objetivam proteger a probidade e a moralidade administrativa:

I - Os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes:

- a) Contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público;
- b) Contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência;
- c) Contra o meio ambiente e a saúde pública;
- d) Eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;
- e) De abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública;
- f) De lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;
- g) De tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos;
- h) De redução à condição análoga à de escravo;
- i) Contra a vida e a dignidade sexual; e
- j) Praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando.

II - Os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, para os 08 (oito) anos seguintes, contados a partir da data da decisão;

III - Os que forem condenados à suspensão dos direitos políticos em decisão transitada em julgado, ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa, que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado, pelo prazo de 8 (oito) anos, a contar do cumprimento da pena, ou pelo prazo de suspensão dos direitos políticos, se maior;

IV - Os detentores de cargo na administração pública direta,

indireta ou fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, que forem condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes;

V - Os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos pelo prazo de 8 (oito) anos a contar da decisão;

VI - Os que eram detentores de mandatos e que renunciarem desde o oferecimento de representação ou petição capaz de autorizar a abertura de processo por infringência a dispositivo da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Município, para os 8 (oito) anos subsequentes ao término do mandato;

VII - Os que forem condenados à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena;

VIII - Os que forem excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 8 (oito) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário;

IX - Os que forem demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário;

X - A pessoa física e os dirigentes de pessoas jurídicas responsáveis por doações eleitorais tidas por ilegais por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão;

XI - Os servidores públicos que forem aposentados, compulsoriamente, por decisão sancionatória, ou que tenham perdido o cargo por sentença, ou que tenham pedido exoneração ou aposentadoria voluntária, na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 8 (oito) anos, contados da decisão.

Art. 3º - Caberá ao Poder Executivo Municipal e ao Poder Legislativo, de forma individualizada, a fiscalização de seus atos em obediência ao disposto na presente Lei, com a possibilidade de requerer aos órgãos competentes informações e documentos que entenderem necessários para o cumprimento de suas disposições.

Art. 4º - Para o cumprimento do disposto nesta Lei, o ocupante de cargo em comissão ou função gratificada, deverá antes da posse, declarar por escrito que não se encontra inserido nas vedações previstas na presente lei, e em caso de posteriormente ocorrerem, deverá comunicar imediatamente a autoridade municipal.

Art. 5º - O Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara de Vereadores, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da publicação desta Lei, exigirão a declaração prevista no caput do art. 3º, tomando as providências cabíveis, sob pena de responsabilidade.

Parágrafo Único - O Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara de Vereadores, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação da Lei, promoverão a exoneração dos ocupantes de cargos de provimento em comissão ou função gratificada que se enquadrem nas situações previstas no artigo 2º, sob pena de responsabilidade.

Art. 6º - As denúncias de descumprimento da presente lei poderão ser formuladas por qualquer pessoa, por escrito ou verbalmente, caso em que deverão ser reduzidas a termo, sendo vedado, todavia, o anonimato. A autoridade que não tomar às providências cabíveis, ou, de qualquer forma, frustrar a aplicação das disposições da presente Lei, responderá pelo ato na forma da Legislação Municipal.

Art. 7º - A apuração administrativa a que se refere o art. 5º não excluirá a atuação do Ministério Público, das autoridades policiais e demais legitimados para o questionamento do ato respectivo.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 30 de setembro de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Lei N.º 5.328, de 30 de Setembro de 2013
INSTITUI O DIA MUNICIPAL DO ORGULHO GAY E DA CONSCIÊNCIA HOMOSSEXUAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Município de São José o Dia Municipal do Orgulho Gay e da Consciência Homossexual, a ser comemorado, anualmente, no segundo domingo após o carnaval.

Art. 2º - A data comemorativa instituída por esta Lei integrará o Calendário Oficial de Eventos do Município.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de setembro de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Lei N.º 5.329, de 30 de Setembro de 2013
DENOMINA DE SERVIDÃO GONÇALVO ANTÔNIO MARTINS A RUA DEMARCADA NO CROQUI EM ANEXO, LOCALIZADA NO BAIRRO POTECAS, NESTE MUNICÍPIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica denominada, de Servidão GONÇALVO ANTÔNIO MARTINS, a servidão conforme especificação dada no croqui em anexo, parte integrante desta Lei, localizada no Bairro Potecas, neste Município.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de setembro de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 1.498/2013
DECRETO Nº 1498/2013
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado "a pedido" o servidor, JOÃO MANOEL DO NASCIMENTO, ocupante do cargo de Superintendente Adjunto da Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SMA, com lotação na Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de setembro de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 1.499/2013
DECRETO Nº 1499/2013

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, JAILTO DANDOLINI BEZ FONTANA, para exercer o cargo de Superintendente Adjunto da Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SMA, com lotação na Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, nos termos da Lei Complementar nº 032/2009.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de setembro de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 1.252/2013
DECRETO Nº 1252/2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2013.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com a Lei Municipal nº 5.261/2012, de 20 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 1.736.000,00 (um milhão, setecentos e trinta e seis mil reais), referente as dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura Municipal de São José, a seguir especificadas:

30.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
30.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01.04.123.0204.2.268 - Encargos Financeiros, Operacionais e Tributários

879 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 484.000,00
Total desta Atividade R\$ 484.000,00
Total do Órgão R\$ 484.000,00

08.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
08.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.365.0203.2.039 - Funcionamento e Manutenção dos Centros de Educação Infantil

367 - 3.3.90.46.00.00.0080 - Auxílio - Alimentação,
Recursos Próprios R\$ 211.000,00
358 - 3.3.90.34.00.00.0081 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contr. de Terc.
Recursos Ordinários - Educação R\$ 441.300,00
Total desta Atividade R\$ 652.300,00

08.01.12.361.0203.2.031 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental
256 - 3.3.90.34.00.00.0081 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contr. de Terc.
Recursos Ordinários - Educação R\$ 600.000,00
Total desta Atividade R\$ 600.000,00

Total do Órgão R\$ 1.252.300,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 1.736.300,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 1.736.000,00 (um milhão, setecentos e trinta e seis mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura Municipal de São José, a seguir especificadas:

30.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01.11.331.0204.2.080 - Vale Transporte - Pessoal Civil

887 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios R\$ 384.000,00

Total desta Atividade R\$ 384.000,00

30.01.28.846.0204.2.078 - Sentenças Judiciais

891 - 3.3.90.91.00.00.0080 - Sentenças Judiciais,

Recursos Próprios R\$ 100.000,00

Total desta Atividade R\$ 100.000,00

Total do Órgão R\$ 484.000,00

08.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.0203.2.030 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Educação

221 - 3.3.90.04.00.00.0080 - Contratação por Tempo Determinado,

Recursos Próprios R\$ 211.000,00

Total desta Atividade R\$ 211.000,00

08.01.12.365.0203.2.050 - Vale Transporte - Ensino Fundamental

374 - 3.3.90.39.00.00.0081 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos Ordinários - Educação R\$ 300.000,00

Total desta Atividade R\$ 300.000,00

08.01.12.361.0203.2.051 - Vale Transporte - Ensino Fundamental

282 - 3.3.90.39.00.00.0081 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos Ordinários - Educação R\$ 653.700,00

08.01.12.361.0203.2.239 - Manutenção das Bibliotecas Escolares

296 - 4.4.90.52.00.00.0081 - Equipamentos e Material Permanente,

Recursos Ordinário - Educação R\$ 87.600,00

Total desta Atividade R\$ 87.600,00

Total do Órgão R\$ 1.252.300,00

Total da Anulação R\$ 1.736.300,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de agosto de 2013.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

Decreto Nº 1.361/2013

DECRETO Nº 1361/2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2013.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com a Lei Municipal nº 5.261/2012, de 20 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 553.000,00 (quinhentos e cinquenta e três mil reais), referente as dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura Municipal de São José, a seguir especificadas:

08.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.365.0203.2.039 - Funcionamento e Manutenção dos Centros de

Educação Infantil

367 - 3.3.90.46.00.00.0081 - Auxílio - Alimentação,

Recursos Ordinários Educação R\$ 212.000,00

351 - 3.1.91.13.00.00.0081 - Obrigações Patronais,

Recursos Ordinários Educação R\$ 66.000,00

347 - 3.1.90.13.00.00.0081 - Obrigações Patronais,

Recursos Ordinários Educação R\$ 33.000,00

Total desta Atividade R\$ 311.000,00

08.01.12.361.0203.2.031 - Funcionamento e Manutenção do Ensino

Fundamental

261 - 3.3.90.46.00.00.0081 - Auxílio Alimentação,

Recursos Ordinários Educação R\$ 205.000,00

243 - 3.1.90.13.00.00.0099 - Obrigações Patronais,

Recursos da Valorização do Magistério - 40 % R\$ 12.000,00

Total desta Atividade R\$ 217.000,00

08.01.12.363.0203.2.042 - Funcionamento e Manutenção do Ensino

Profissional

321 - 3.3.90.46.00.00.0080 - Auxílio Alimentação,

Recursos Próprios R\$ 25.000,00

Total desta Atividade R\$ 25.000,00

Total do Órgão R\$ 553.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 553.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 553.000,00 (quinhentos e cinquenta e três mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura Municipal de São José, a seguir especificadas:

08.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.0203.2.030 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Educação

222 - 3.1.90.11.00.00.0081 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal

Civil,

Recursos Ordinários Educação R\$ 541.000,00

Total desta Atividade R\$ 541.000,00

08.01.12.361.0203.2.031 - Funcionamento e Manutenção do Ensino

Fundamental

242 - 3.1.90.13.00.00.0098 - Obrigações Patronais,
Recursos da Valorização do Magistério - 60% R\$ 12.000,00
Total desta Atividade R\$ 12.000,00
Total do Órgão R\$ 553.000,00
Total da Anulação R\$ 553.000,00

Art. 3º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 450.121,44 (quatrocentos e cinquenta mil, cento e vinte e um reais e quarenta e quatro centavos), referente as dotações consignadas no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de São José, a seguir especificadas:

25.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
25.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0201.2.148 - Promoção e Funcionamento da Rede Municipal de Saúde

56 - 3.1.91.13.00.00.0082 - Obrigações Patronais,
Recursos Ordinários Saúde R\$ 430.121,44
Total desta Atividade R\$ 430.121,44

25.01.10.301.0201.2.145 - Prevenção do Programa DST/AIDS

28 - 3.3.90.30.00.00.0082 - Material de Consumo,
Recursos Ordinários Saúde R\$ 10.000,00
30 - 3.3.90.32.00.00.0082 - Material de Distribuição Gratuita,
Recursos Ordinários Saúde R\$ 10.000,00
Total desta Atividade R\$ 450.121,44
Total do Órgão R\$ 450.121,44
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 450.121,44

Art. 4º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 3º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 450.121,44 (quatrocentos e cinquenta mil, cento e vinte e um reais e quarenta e quatro centavos), nas dotações consignadas no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de São José, a seguir especificadas:

25.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
25.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0201.1.025 - Construção de Unidade de Pronto Atendimento (UPA)

167 - 4.4.90.52.00.00.0082 - Equipamentos e Material Permanente,
Recursos Ordinários Saúde R\$ 90.000,00
Total deste Projeto R\$ 90.000,00

25.01.10.301.0201.1.178 - Construção dos NASF

1 - 4.4.90.51.00.00.0082 - Obras e Instalações,
Recursos Ordinários Saúde R\$ 35.060,72
4 - 4.4.90.61.00.00.0082 - Aquisição de Imóveis,
Recursos Ordinários Saúde R\$ 35.060,72
Total deste Projeto R\$ 70.121,44

25.01.10.301.0201.2.144 - Funcionamento e Manutenção ECD (VIG. Epidemiológica)

255 - 4.4.90.52.00.00.0082 - Equipamentos e Material Permanente,
Recursos Ordinários Saúde R\$ 30.000,00
Total desta Atividade R\$ 30.000,00

25.01.10.301.0201.2.147 - Manutenção dos Centros de Saúde e Policlínica

192 - 4.4.90.52.00.00.0082 - Equipamentos e Material Permanente,
Recursos Ordinários Saúde R\$ 60.000,00
Total desta Atividade R\$ 60.000,00

25.01.10.301.0201.2.148 - Promoção e Funcionamento da Rede Municipal de Saúde

91 - 4.4.90.52.00.00.0082 - Equipamentos e Material Permanente,
Recursos Ordinários Saúde R\$ 70.000,00
Total desta Atividade R\$ 70.000,00

25.01.10.301.0201.2.150 - Fornecimento de Medicamentos e Outros

94 - 3.3.90.32.00.00.0082 - Material de Distribuição Gratuita,
Recursos Ordinários Saúde R\$ 80.000,00
Total desta Atividade R\$ 80.000,00

25.01.10.301.0201.2.246 - Programa Complementar a Promoções de Saúde

122 - 3.3.90.36.00.00.0082 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física,
Recursos Ordinários Saúde R\$ 30.000,00
Total desta Atividade R\$ 30.000,00

25.01.10.301.0201.2.145 - Prevenção do Programa DST/AIDS

34 - 3.3.90.36.00.00.0082 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física,
Recursos Ordinários Saúde R\$ 5.000,00

36 - 3.3.90.39.00.00.0082 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Recursos Ordinários Saúde R\$ 5.000,00

38 - 4.4.90.52.00.00.0082 - Equipamentos e Material Permanente,
Recursos Ordinários Saúde R\$ 10.000,00
Total desta Atividade R\$ 20.000,00

Total do Órgão R\$ 450.121,44
Total da Anulação R\$ 450.121,44

Art. 5º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), referente as dotações consignadas no Orçamento da Fundação Educacional de São José, a seguir especificadas:

21.01 - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE SÃO JOSÉ
21.01 - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE SÃO JOSÉ

21.01.12.364.0203.2.461 - Funcionamento e Manutenção do Centro Universitário - FESJ

37 - 3.1.90.04.00.00.0080 - Contratação por Tempo Determinado,
Recursos Próprios R\$ 200.000,00

39 - 3.1.90.11.00.00.0080 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil,
Recursos Próprios R\$ 200.000,00

63 - 3.3.90.46.00.00.0080 - Auxílio Alimentação,
Recursos Próprios R\$ 50.000,00
Total desta Atividade R\$ 450.000,00

21.01.12.364.0203.2.462 - Funcionamento e Manutenção da Fundação Educacional

106 - 3.3.90.46.00.00.0080 - Auxílio Alimentação,

Recursos Próprios R\$ 50.000,00
Total desta Atividade R\$ 50.000,00
Total do Órgão R\$ 500.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 500.000,00

Art. 6º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 5º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento da Fundação Municipal Educacional de São José, a seguir especificadas:

21.01 - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE SÃO JOSÉ
21.01 - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE SÃO JOSÉ

21.01.12.364.0203.2.462 - Funcionamento e Manutenção da Fundação Educacional

71 - 3.1.90.04.00.00.0080 - Contratação por Tempo Determinado, Recursos Próprios R\$ 50.000,00

72 - 3.1.90.11.00.00.0080 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil,

Recursos Próprios R\$ 450.000,00
Total desta Atividade R\$ 500.000,00
Total do Órgão R\$ 500.000,00
Total da Anulação R\$ 500.000,00

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de agosto de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

Decreto Nº 1.472/2013

DECRETO Nº 1472/2013
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Conceder ao servidor, JONI RAMOS, matrícula nº 15.407, a função gratificada de Coordenador de Setor, nível FG-CO.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de setembro de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 1.482/2013

DECRETO Nº 1482/2013
NOMEIA A COMISSÃO ESPECIAL DE ANÁLISE TÉCNICA DO PROCESSO DE LICITAÇÃO DE SOFTWARE DE GESTÃO ACADÊMICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições conferidas pelo art. 62, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 51, caput, c/c seu § 4º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão Especial de Análise do Processo

de Licitação de Software Acadêmico com objetivo específico de realizar a análise técnica dos itens do Memorial Descritivo do Processo 279/2013, referente à Tomada de Preço nº 018/2013 cujo objeto é a contratação de empresa especializada para locação de um software de gestão acadêmica, via WEB, instalado em um servidor remoto e acessado via internet, incluindo a prestação de serviços técnicos de treinamento, implantação, migração de dados, manutenção e suporte técnico de software acadêmico, limitado a 2.000 (dois mil) alunos, composta pelos servidores abaixo relacionados;

- PRESIDENTE - Jeferson Damião Castilhos, Matrícula: 33.120, ocupante de cargo comissionado de Diretor Geral Informações e Sistemas, designado para responder pelo cargo de Presidente da Comissão Especial de Licitação;

- Diego Pereira Alves, Matrícula: 34.462, ocupante de cargo comissionado,

- Marcio Cristiano da Luz, Matrícula: 32.497, ocupante de cargo efetivo,

- Vera Regina Lúcio, Matrícula: 25.821, ocupante de cargo efetivo,

- Tamara Natal Silveira, Matrícula: 33.010, ocupante de cargo efetivo.

DECRETO Nº 1482/2013

Art. 2º - Fica concedido à Comissão Especial de Análise Técnica do Processo de Licitação de Software de Gestão Acadêmica, poderes para receber documentos e examiná-los, bem como exercer todos os atos à Lei Licitatória e que forem de competência da Comissão.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de setembro de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 1.486/2013

DECRETO Nº1486/2013
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, MARIA ALICE LEHMKUHL SCHMIDT, para exercer o cargo de Supervisor do PMAS - CCM 6, com lotação na Secretaria de Infraestrutura, nos termos da Lei Complementar nº 032/2009.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de setembro de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 1.488/2013

DECRETO Nº1488/2013
ERRATA DO DECRETO Nº 1421 DE 12 DE SETEMBRO DE 2013.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que o Decreto nº 1421 de 12 de setembro de 2013 contém erro material e vislumbrando sua correção,

DECRETA:

Art.1º - Fica alterado o artigo 1º do decreto nº 1421/2013 que

nomeia servidor para ocupar cargo de provimento efetivo na Administração Pública Municipal que passa a vigorar da seguinte forma:

“Art. 1º - Fica nomeada a Sra. THAISE MEDEIROS MAFRA para ocupar o cargo de provimento efetivo de CIRURGIÃO DENTISTA, com a carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.”

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de setembro de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 1.489/2013

DECRETO Nº 1489/2013
CESSA EFEITOS DO DECRETO 273/2013.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Cessa efeitos do decreto 273, de 01 de fevereiro de 2013, que concede a CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA, matrícula 21498 a função gratificada de Coordenador de Setor, nível FG-CO.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de setembro de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 1.490/2013

DECRETO Nº 1490/2013
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, SCHIRLEI FERNANDES, para exercer o cargo de Assessor I Escolar - CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 022/2004 e Lei nº 4.285/2005.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de setembro de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 1.491/2013

DECRETO Nº 1491/2013
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, GLÍCIA JULIANA VIEIRA FERREIRA, para exercer o cargo de Assessor I Escolar - CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 022/2004 e Lei nº 4.285/2005.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação. Paço Municipal em São José (SC), 30 de setembro de 2013.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 1.492/2013

DECRETO Nº1492/2013
ERRATA DO DECRETO Nº 1324 DE 23 DE AGOSTO DE 2013.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que o Decreto nº 1324 de 23 de agosto de 2013 contém erro material e vislumbrando sua correção,

DECRETA:

Art.1º - Fica alterado o artigo 1º do decreto nº 1324/2013 que nomeia servidor para ocupar cargo de provimento efetivo na Administração Pública Municipal que passa a vigorar da seguinte forma:

“Art. 1º - Fica nomeada a Sra. FERNANDA GOMES MIRANDA para ocupar o cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, com a carga horária de 30 horas semanais, lotado na Secretaria de Administração.”

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de setembro de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 1.494/2013

DECRETO Nº1494/2013
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, TADEU FERNANDES GOMES, para exercer o cargo de Diretor de Habitação - CCM 7, com lotação na Secretaria de Infraestrutura, nos termos da Lei Complementar nº 032/2009.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de setembro de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 1.495/2013

DECRETO Nº 1495/2013
NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, VIII, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que o candidato foi a provado em concurso público referente ao Edital nº 001/2011;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. LIA SILVA VIEIRA para ocupar o cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO, com a carga horária de 30 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Paço Municipal, em São José (SC), 30 de setembro de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 1.496/2013

DECRETO Nº 1496/2013

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, VIII, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que o candidato foi a provado em concurso público referente ao Edital nº 001/2011;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. ALESSANDRA CAMPOS MARTINS para ocupar o cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, com a carga horária de 30 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 30 de setembro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 1.497/2013

DECRETO Nº 1497/2013

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Conceder ao servidor, TIAGO WILLIAN COELHO, matrícula nº 23.196, a função gratificada de Coordenador de Setor, nível FG-CO, para exercer a função de Inspetor.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de setembro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 1.500/2013

DECRETO Nº 1500/2013

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, RUDMAR MAURÍCIO, para exercer o cargo de Assessor I Escolar - CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 022/2004 e Lei nº 4.285/2005.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de setembro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 1.501/2013

DECRETO Nº 1501/2013

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada "a pedido" a servidora, TERESINHA REGINA MEDEIROS LEMOS E SILVA do cargo de Secretária Adjunta da Educação - SMA, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de setembro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 1.487/2013

DECRETO Nº 1487/2013

ERRATA DO DECRETO Nº 1420 DE 12 DE SETEMBRO DE 2013.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que o Decreto nº 1420 de 12 de setembro de 2013 contém erro material e vislumbrando sua correção,

DECRETA:

Art.1º - Fica alterado o artigo 1º do decreto nº 1420/2013 que nomeia servidor para ocupar cargo de provimento efetivo na Administração Pública Municipal que passa a vigorar da seguinte forma:

"Art. 1º - Fica nomeada a Sra. ROBERTA LISBOA LEMOS ALVES para ocupar o cargo de provimento efetivo de CIRURGIÃO DENTISTA, com a carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde."

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de setembro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Portaria Nº 1.397 de 23 de Setembro de 2013

PORTARIA Nº 1.397 de 23 de setembro de 2013

NOMEIA A COMISSÃO PARA CHAMADA PÚBLICA DA AGRICULTURA FAMILIAR QUE FARÁ PARTE DA MERENDA ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ (SC)

A Secretária Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 66, IV, da Lei Orgânica do Município de São José - (SC).

Considerando a necessidade de aquisição de itens alimentícios que fazem parte da agricultura familiar e que deverão compor a merenda escolar na rede municipal de ensino de São José (SC).

RESOLVE:

I - NOMEAR a Comissão com a seguinte composição de membros representantes desta Secretaria, sob a presidência do primeiro:

Claudia Campos Machado Felipe

Cleci Aparecida Veronezi

Denise Paz de Brum

Lilian Sandin Boeing

II - Esta Comissão terá como função a implantação e organização da chamada pública para aquisição de itens alimentícios que

fazem parte da agricultura familiar.

III - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

São José/SC, 30 de setembro de 2013.

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 013/2013/Pgm

PORTARIA Nº 013/2013/PGM

O Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições previstas no Decreto nº 30.431/2009,

RESOLVE:

I. Determinar, com fulcro no artigo 170 da Lei Municipal nº 2248/1991, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do servidor Alexsandro da Silva, matrícula nº 22996, lotado na Secretaria Municipal de Educação, posto que, através das informações constantes no Memorando nº 951/2012 e demais documentos anexos, infringiu, em tese, o art. 146, incisos II (assiduidade) da Lei nº 2.248/1991, dando causa ao abandono de emprego, previsto no art. 31, fatos que imputam pena de demissão nos termos do art. 160 do mesmo diploma legal.

II. Designar os servidores Juliana Graciosa Pereira, procuradora municipal, matrícula nº25628, Thais Farias de Souza, procuradora municipal, matrícula nº22715 e Ilson Elias, procurador municipal, matrícula nº 324, para comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, para apurar os fatos e possíveis infrações e responsabilidades advindas do ocorrido.

III. Deliberar que os membros da Comissão poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da Administração Pública, em diligências necessárias à instrução processual.

IV. A Comissão ora composta deverá iniciar seus trabalhos no prazo de 10 (dez) dias, devendo concluí-los no prazo de 60 dias, permitida a prorrogação por igual prazo ou a continuidade excepcional do instrutório se necessário à instrução processual e ao exercício da plena defesa.

São José (SC), 13 de agosto de 2013.

Atenciosamente,

CLÓVIS RENATO SQUIO

Procurador Geral do Município

Editais da Concorrência Nº 005/2013

EDITAL DA CONCORRÊNCIA Nº 005/2013 - Processo nº 253/2013
Objeto: Contratação de agência de propaganda e/ou publicidade para a prestação de serviços de publicidade e propaganda, correspondentes ao estudo, ao planejamento, à conceituação, à concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de campanhas de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação; à criação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, em consonância com novas tecnologias, visando à expansão dos efeitos das mensagens e das ações publicitárias; elaboração e registro de marcas, expressões de propaganda, logotipos e de outros elementos identificadores, bem como programação visual; execução de ações de consultoria técnica; execução de serviços de promoção, não compreendidos como apoios e patrocínios; e demais serviços inerentes à atividade publicitária, destinados ao atendimento das necessidades de comunicação da Administração Municipal. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 18 de Novembro de 2013. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 18 de Novembro de 2013, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar.

Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone/fax: (48) 33810276.

Resultado da Dispensa de Licitação Nº 063/2013

RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 063/2013 - Processo nº 241/2013. Objeto: Dispensa de licitação para contratação da empresa EDUSOFT Tecnologia na Educação para fornecimento de Software de Gestão Acadêmica Via Web para a Fundação USJ. Contratado: EDUSOFT Tecnologia Ltda. Valor: 42.969,96.

CARLOS ALFREDO SCHMIDT

Presidente da CPL

Resultado da Tomada de Preços Nº 005/2013

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2013 - PROCESSO Nº 129/2013: Objeto: Contratação de empresa(s) de engenharia para fornecimento de mão de obra e material para execução de rampa de acesso à residência, na Rua Francisco Alves, Bairro Real e execução de enrocamento, reconstrução de passeio e sistema de drenagem na Rua Cravos, Bairro Serraria, em São José/SC. EMPRESAS CLASSIFICADAS: LOTE I - 1ª HANG Empreiteira de Mão de Obra na Construção Civil Ltda.; 2ª De Faria Construções Ltda.; 3ª Satélite Topografia e Engenharia Ltda ME; 4ª TRANSPEREIRA Construção e Terraplenagem Ltda EPP; 5ª Empreiteira Pavicon Ltda.; 6ª Conbell Construções Ltda. EPP. LOTE II - 1ª HANG Empreiteira de Mão de Obra na Construção Civil Ltda.; 2ª Conbell Construções Ltda. EPP; 3ª De Faria Construções Ltda.; 4ª Satélite Topografia e Engenharia Ltda ME; 5ª TRANSPEREIRA Construção e Terraplenagem Ltda EPP; 6ª Empreiteira Pavicon Ltda. Maiores Informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100. Site: www.pmsj.sc.gov.br.

CARLOS ALFREDO SCHMIDT

Presidente/CPL.

Resultado da Tomada de Preços Nº 009/2013

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2013 - PROCESSO Nº 164/2013: Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de mão de obra e material para pavimentação asfáltica, complementação da drenagem pluvial e reconstrução de passeios nas Ruas Felipe Domingos Petry, Gentil Sandin, Osni Cerqueira Lima e Saturnino Deschamps, Município de São José/SC. EMPRESAS CLASSIFICADAS: 1ª TRANSPEREIRA Construção e Terraplenagem Ltda. EPP; 2ª Britagem Volgelsanger Ltda.; 3ª CONPESA Construção Pesada Ltda.; 4ª Múltiplos Serviços e Obras Ltda. Maiores Informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100. Site: www.pmsj.sc.gov.br.

CARLOS ALFREDO SCHMIDT

Presidente/CPL.

Resultado de Inexigibilidade Nº 006/2013

RESULTADO DE INEXIGIBILIDADE Nº 006/2013 - Processo nº 143/2013. Objeto: Inexigibilidade para contratação da empresa RBS - Zero Hora Editora Jornalística para aquisição do Programa Jornal e Educação Transformando a Informação em Educação para atender as unidades escolares do ensino fundamental da Secretaria de Educação de São José. Contratado: RBS - Zero Hora Editora Jornalística S/A. Valor: R\$ 145.000,00.

CARLOS ALFREDO SCHMIDT

Presidente da CPL

Resultado do Pregão Eletrônico 036/2013

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO 036/2013 - Processo nº 244/2013 Objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) para eventual prestação de serviços de confecção e fornecimento de camisetas, materiais gráficos, malhas, fitas e balões destinados ao movimento "outubro rosa" da Secretária de Saúde do Município de São José. Contratados: HP & E Comercial Ltda. EPP (256,80); Elisvandia Matos Donini ME (68.500,00); e Prime Graphics Comercio e Serviços Ltda. - Me (7.166,80). Valor Total: 76.166,80.

VERA SUELY DE ANDRADE

Diretora de Compras.

Revogação do Pregão Presencial 009/2013

Revogação do Pregão Presencial 009/2013 - Processo nº 021/2012 - Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de saibro para ser utilizada na manutenção de vias não pavimentadas e estradas vicinais do Município de São José. Motivo: Por razões de interesse público.

Contrato/Ct: Nº 229/2013

Contrato/CT: nº 229/2013 - DL 059/2013 - Processo 220/2013 - Contratado: Iolanda Alves Ferreira Eireli ME. Objeto: Aquisição de medicamentos para atender as ações judiciais do Município de São José/SC. Valor: R\$ 38.159,65 (trinta e oito mil cento e cinquenta e nove reais e sessenta e cinco reais). Prazo: O prazo de vigência do Contrato será de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da assinatura da Autorização de Fornecimento. Data da Assinatura do Contrato: 03 de setembro de 2013.

Contrato/Ct: Nº 229/2013

Contrato/CT: nº 229/2013 - DL 059/2013 - Processo 220/2013 - Contratado: Iolanda Alves Ferreira Eireli ME. Objeto: Aquisição de medicamentos para atender as ações judiciais do Município de São José/SC. Valor: R\$ 38.159,65 (trinta e oito mil cento e cinquenta e nove reais e sessenta e cinco reais). Prazo: O prazo de vigência do Contrato será de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da assinatura da Autorização de Fornecimento. Data da Assinatura do Contrato: 03 de setembro de 2013.

Contrato/Ct: Nº 232/2013

Contrato/CT: nº 232/2013 - PR051/2013 - Processo 102/2013 - Contratado: R7 Veículos Ltda. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de 02 (dois) veículos, zero quilômetro, tipo caminhonete dupla, com caçamba 4x4, para serem utilizados pela 1ª Companhia de Bombeiros Militar de São José/SC. Valor: R\$ 249.000,00 (duzentos e quarenta e nove mil reais). Prazo: Este contrato terá vigência de 150 (cento e cinquenta) dias, a contar da data da sua assinatura. Data da Assinatura do Contrato: 06 de setembro de 2013.

Contrato/Ct: Nº 233/2013

Contrato/CT: nº 233/2013 - PR052/2013 - Processo 103/2013 - Contratado: R7 Veículos Ltda. Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo, zero quilômetro, tipo caminhonete, cabine dupla com caçamba, para ser utilizada pela 1ª Companhia de Bombeiros Militar de São José/SC. Valor: R\$ 112.000,00 (cento e doze mil reais). Prazo: Este contrato terá vigência de 150 (cento e cinquenta) dias, a contar da data da sua assinatura. Data da Assinatura do Contrato: 06 de setembro de 2013.

Contrato/Ct: Nº 242/2013

Contrato/CT: nº 242/2013 - PR090/2013 - Processo 193/2013 - Contratado: MVA Corretora de Seguros Ltda. Objeto: Contratação de empresa especializada para segurar o veículo "Caminhão do Peixe" da Fundação do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de São José. Valor: R\$ 25.800,00 (vinte e cinco mil e oitocentos reais). Prazo: O prazo de execução e vigência será de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura da Autorização de Fornecimento. Data da Assinatura do Contrato: 16 de setembro de 2013.

Termo Aditivo/TA Nº 456/2012

Termo Aditivo/TA nº 456/2012 - DL 014/2012 - Processo 141/2012 - Contratado: Roque Kremer Construções e Incorporações Ltda. Objeto: Locação de imóvel, situado no Loteamento Cidade Universitária Figueira Velha - Lote 01 (um) da Quadra 08 - Vargem do Imaruim, São José, com total de 509,62 m², com 06 (seis) dormitórios (com banheiro), 02 (dois) dormitórios (sem banheiro), 01 (um) escritório (com banheiro), 01 (um) posto de enfermagem, cozinha, dispensa, lavanderia, 03 (três) banheiros sociais, 01 (um) refeitório, central de gás, que servirá para instalação do CEI Vila Formosa. Prazo: Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 456/2012 por mais 12 (doze) meses, retroagindo seus efeitos ao dia 04/07/2013. Supressão: O valor mensal de 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) sofreu supressão e vigorará com a importância de R\$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais). Data da assinatura: 23 de julho de 2013.

Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços Nº 005/2013-01

Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 005/2013-01 - PR 026/2013 - Processo 043/2013 - Contratado: HP & E Comercial Ltda. EPP. Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de materiais de consumo e permanentes, para atender o berçário e os centros de educação do Município de São José/SC. Readequação Quantitativa de Valor: Fica acrescido o valor de R\$ 10.455,20 (dez mil, quatrocentos cinquenta e cinco reais e vinte centavos) que corresponde a 14,81% (quatorze vírgula oitenta e um por cento) do valor original da Ata de Registro de Preços nº 005/2013. Data da assinatura: 05 de setembro de 2013.



www.ciga.sc.gov.br

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - 30/09/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SAO LOURENCO DO OESTE

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 30/09/2013 até 30/09/2013

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		221.243,69
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	274.492,11
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Rec. da União	266.242,11
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	266.242,11
4.1.7.2.1.01.02.01.00	Cota Parte do FPM 60%	159.745,26
4.1.7.2.1.01.02.02.00	Cota Parte do FPM 25%	66.560,53
4.1.7.2.1.01.02.03.00	Cota Parte do FPM 15%	39.936,32
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	8.250,00
4.1.7.2.1.33.02.00.00	Centro de Especialidades Odontológicas - CEO	8.250,00
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução de Receita	-53.248,42
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-53.248,42
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-53.248,42

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 01/10/2013

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

LAURI ALBERTO CENTENARO
SECRETARIO ADMINISTRAÇÃO

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Portaria N.º 282/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 282/2013

Concede férias a servidora CLEONICE PRIM.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara,
no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o dis-
posto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora CLEONICE PRIM, ocupante do car-
go de Agente Administrativo, o tempo remanescente de férias re-
ferente ao período aquisitivo de 2010/2011, que gozará a partir de
01/10/2013 a 14/10/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de outubro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2013.

Portaria N.º 283/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 283/2013

Concede férias ao servidor LEONIDIO KOESTER.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara,
no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o dis-
posto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor LEONIDIO KOESTER, ocupante do
cargo de Trabalhador Braçal, férias por 30 dias que gozará a partir
de 01/10/2013 a 30/10/2013, referente ao período aquisitivo de
2012/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de outubro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2013.

Portaria N.º 284/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 284/2013

Concede férias ao servidor SILVIO EDUARDO BERNARDO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara,
no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o dis-
posto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor SILVIO EDUARDO BERNARDO, ocu-
pante do cargo de Motorista II, férias por 30 dias que gozará a
partir de 01/10/2013 a 30/10/2013, referente ao período aquisiti-
vo de 2012/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de outubro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2013.

Portaria N.º 285/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 285/2013

Concede Licença Prêmio ao servidor ESDRAS CAMARGOS.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara,
no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o dis-
posto no Art. 111, da Lei Complementar 05/1997,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor ESDRAS CAMARGOS, ocupante do
cargo de Médico Ginecologista/Obstetra, Licença Prêmio referente
ao período aquisitivo 2008 a 2013.

Art. 2.º- O servidor fará gozo da licença pelo período de trinta
dias, a partir de 01/10/2013.

Art. 3.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de outubro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2013.

Portaria N.º 286/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br
PORTARIA n.º 286/2013
Exonera JOSÉ FRANCISCO COELHO do cargo de Trabalhador Braçal.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar JOSÉ FRANCISCO COELHO do cargo de Trabalhador Braçal, contrato de trabalho nº. 031/2013.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de outubro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2013.

Portaria N.º 287/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 287/2013

Nomeia MARIANA LOHN para o Cargo em Comissão de Assessora de Gabinete.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear MARIANA LOHN para o Cargo em Comissão de Assessora de Gabinete.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de outubro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2013.

Portaria N.º 288/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 288/2013

Admite em Caráter Temporário JOSÉ FRANCISCO COELHO para o cargo de Operador de Máquina II.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o

disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, JOSÉ FRANCISCO COELHO para o cargo de Operador de Máquina II, contrato de trabalho nº. 046/2013.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de outubro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2013.

Portaria N.º 289/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 289/2013

Admite em Caráter Temporário ELAINE CRISTINA ALVES para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, ELAINE CRISTINA ALVES para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, contrato de trabalho nº. 047/2013.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de outubro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2013.

Contrato N.º 046/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 046/2013

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 620.977.769-49, residente e domiciliado a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 61, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o

Senhor JOSÉ FRANCISCO COELHO, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob nº. 290.369.259-91, residente a Rua Matias Leopoldo Hoffmann, nº 3939, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2012, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal nº 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de OPERADOR DE MÁQUINA II, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que aqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 01/10/2013, findando no dia 30/12/2013, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal nº 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal nº 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições,

salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal nº 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA - DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal nº 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Co-marca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal nº 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de outubro de 2013.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

JOSÉ FRANCISCO COELHO

CONTRATADO

Testemunhas:

Contrato N.º 047/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 047/2013

O Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 08.971.900/0001-98, cuja Sede se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representa-do pelo Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 620.977.769-49, residente e domiciliado a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 61, Cen-tro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado Senhor-a ELAINE CRISTINA ALVES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob Nº 003.959.549-83, residente e domiciliada a Rua Hercu-lano Francisco Stahelin, nº 262 - Santa Teresa - São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTE-RESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2012, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere di-reito nem expectativa de direito à efetiva-ção no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CON-TRATADO, das atribuições do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, descritas no quadro de pessoal da Pre-feitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula se-gunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se su-jeita aos mesmos reajustes a que aqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRA-BALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 01/10/2013, findando na data do término da li-cença para tra-tamento de saúde da servidora titular Nizia Knies Koerich. Não havendo o re-torno da servidora supracitada até dia 30/12/2013, fica esta data como sendo término do con-trato.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRA-TADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escri-to, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela admi-nistração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Muni-cipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem per-missão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em jul-gado, caso não tenha havi-do suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condi-ções, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de ou-trem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o emprega-dor e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito admi-nistrativo, de atos atentató-rios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA - DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistên-cia médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CON-TRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporaria-mente.

CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Conso-lidação das Leis do Tra-balho - CLT, e subsidiariamente os previs-tos no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente con-trato de trabalho.

CLÁUSULA NONA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Co-marca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de outubro de 2013.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

ELAINE CRISTINA ALVES

CONTRATADA

Testemunhas:

Schroeder

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 137/2013

LEI COMPLEMENTAR Nº137/2013

ALTERA O ANEXO DO ARTIGO 185 DA LEI COMPLEMENTAR Nº001/95 REFERENTE A BASE DE CÁLCULO DA TAXA DE LICENÇA PARA O COMÉRCIO EVENTUAL E AMBULANTE.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada Tabela I, Taxa de Licença para Localização e Permanência no Local, LOCAL, item 4, Taxa de Licença para o Exercício de Comércio Eventual ou Ambulante, do artigo 185 da Lei Complementar 001/95.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

Schroeder, 1º de outubro de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

TABELA I

TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E PERMANÊNCIA NO LOCAL

[...]

[...]

[...]

[...]

TAXA DE LICENÇA PARA EXERCÍCIO DE COMÉRCIO EVENTUAL OU AMBULANTE

Período Licenciado	Valor
Diária Avulsa	0,20 UFM
30 dias	1,50 UFM
31 a 60 dias	2,00 UFM
61 a 119 dias	3,00 UFM
120 a 269 dias	4,00 UFM
270 a 365 dias	5,00 UFM

Lei Complementar Nº 138/2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 138/2013

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº66/2008 QUE DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º O artigo 25 da Lei Complementar nº66/2008 que dispõe sobre o pagamento, vencimento, parcelamento, bem como a inclusão de desconto sobre o IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano, terá a seguinte redação:

"Art. 25. O pagamento do imposto devido em cada exercício poderá ser realizado da seguinte forma:

I - Em cota única, com abatimento de 20% (vinte por cento) até a data do vencimento;

II - Em 6 (seis) parcelas mensais e consecutivas, sem descontos.

Parágrafo único. A cota única terá vencimento no décimo segundo dia útil do mês de abril de cada exercício, assim como a primeira parcela mensal, tendo como vencimento das parcelas subsequentes o décimo segundo dia útil de cada mês, até o mês de setembro do exercício corrente;"

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

Schroeder, 20 de setembro de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Lei Nº 1.962/2013

LEI Nº 1.962/2013

ALTERA A SEÇÃO II, DO COMERCIO AMBULANTE DA LEI Nº1.440/2004 - CÓDIGO DE POSTURA DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER E DÁ OUTRAS DISPOSIÇÕES.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Altera a Seção II - Do Comércio Ambulante e inclui as subseções dos Lanches Rápidos e Isenções.

SEÇÃO II**DO COMÉRCIO AMBULANTE E DE LANCHES RÁPIDOS****SUBSEÇÃO I****DO COMÉRCIO AMBULANTE**

Art. 175. Para efeitos desta Lei considera-se:

I - comércio ambulante - a atividade comercial ou de prestação de serviços em logradouros públicos, cuja instalação é fixa, em locais pré-determinados pelo órgão competente da Prefeitura Municipal;

II - comércio ambulante transportador - a atividade comercial ou de prestação de serviços em logradouros públicos, cuja instalação é móvel, devendo estar em circulação;

III - comércio ambulante eventual - a atividade comercial ou prestação de serviços exercida em festas, exposições e eventos de curta duração.

§ 1º Enquadra-se na categoria de comércio ambulante, descrito no inciso I, deste artigo, as Feiras Livres e Feiras de Arte e Artesanato.

§ 2º Não se enquadra na categoria de comércio ambulante o comércio de alimentos preparados e de refrigerantes, quando realizados em quiosques, vagões, vagonetes, trailers e quando montados em veículos automotores ou por estes tracionáveis.

Art. 176. O exercício do comércio ambulante dependerá sempre de licença especial da Prefeitura Municipal, mediante requerimento do interessado.

Art. 177. A licença do vendedor ambulante será concedida exclusivamente a quem cumprir os critérios desta lei-complementar, sendo pessoal e intransferível.

Art. 178. Para obtenção da licença especial o interessado formalizará requerimento, que será protocolado na Prefeitura Municipal de Schroeder, acompanhado de:

I - cópia do documento de identificação;

II - comprovante de residência;

III - nota fiscal ou declaração de origem e natureza das mercadorias a serem comercializadas;

IV - logradouros pretendidos.

Art. 179. A licença será requerida para um prazo máximo de 12 (doze) meses contínuos.

Art. 179-A. Ao comércio ambulante é vedada a venda de:

I - bebidas alcoólicas;

II - armas, munições, fogos de artifícios ou similares;

III - medicamentos ou quaisquer outros produtos farmacêuticos;

IV - produtos de qualquer natureza, que sejam falsificados, pirateados, contrabandeados ou fruto de descaminho.

Parágrafo único. Aos licenciados é vedado ainda o uso de fogões, fogareiros, botijões de gás, aparelhos elétricos, vasilhamentos para cozinhar, fritar, ferver ou preparar comestíveis na via pública, exceto quando embutidos no veículo transportador e destinados à confecção de pipoca, cachorro-quente, milho verde, pinhão, churros e similares, e devidamente vistoriados pelo Corpo de Bombeiros.

Art. 179-B. Os licenciados têm obrigação de:

I - comercializar, exclusivamente as mercadorias constantes da licença;

II - exercer a atividade exclusivamente nos horários, locais e espaços demarcados e indicados na licença;

III - comercializar mercadorias somente em perfeitas condições de uso ou consumo;

IV - manter-se em rigoroso asseio pessoal, das instalações e do espaço público ocupado;

V - portar-se com respeito com o público, com os colegas e evitar a perturbação da ordem e tranquilidade pública;

VI - transportar seus bens de forma a não impedir ou dificultar o trânsito, sendo proibido usar os passeios para o transporte de volumes que atrapalhem a circulação de pedestres.

Parágrafo Único - Será ainda exigido dos licenciados, em casos específicos a critério da autoridade competente, cesto para lixo, mesa e/ou carrocinha padronizada.

Art. 179-C. O abandono ou não aparecimento, sem justa causa, do licenciado ao local que lhe foi atribuído, por prazo superior a 30 (trinta) dias, bem como a ocupação de espaços que não o expressamente determinado, implicará na cassação da licença.

Art. 179-D. É vedado transferir, locar ou sublocar, total ou parcialmente, a autorização para exploração do comércio ambulante.

Art. 179-E. Na infração a qualquer dispositivo desta Seção será imposta as seguintes sanções:

I - multa de (03) três UFM's, duplicada em caso de reincidência;

II - apreensão da mercadoria ou objetos;

III - suspensão da licença por até 30 (trinta) dias;

IV - cassação definitiva da licença.

Parágrafo único. Será considerada reincidência, o mesmo tipo de infração ocorrida dentro do período de 12 (doze) meses contado da data da notificação da primeira infração.

SUBSEÇÃO II**DO COMÉRCIO DE LANCHES RÁPIDOS**

Art. 179-F. Considera-se comércio de lanches rápidos aqueles montados e realizados em carrinhos de lanches, trailers e/ou em

veículos automotores, estabelecidos em espaços privados, com horários pré-determinados pelo órgão da administração municipal competente, levando-se em conta as peculiaridades da legislação e das atividades existentes no local.

§ 1º O período máximo em que o estabelecimento poderá ficar aberto ao público sem disponibilizar banheiros àqueles que exercem a atividade de comércio de lanches rápidos será de quatro horas.

§ 2º Após o horário previsto para o funcionamento do estabelecimento de comércio de lanches rápidos, o carrinho de lanche, trailer ou veículo onde o mesmo estiver montado deverá ser retirado do local e levado para a residência ou outro local apropriado de responsabilidade do licenciado.

Art. 179-G. O exercício do comércio de lanches rápidos dependerá de licença da Prefeitura Municipal de Schroeder, mediante requerimento do interessado.

Art. 179-H. A licença ao comerciante de lanches rápidos será concedida a quem cumprir os critérios desta lei, sendo pessoal e intransferível, limitada a dois (02) membros por núcleo familiar, considerado o casal e filho que viva na mesma residência.

§ 1º Além do licenciado, só poderá prestar serviço no estabelecimento de lanches rápidos, a esposa ou filhos maiores de 18 (dezoito) anos de idade.

§ 2º Em caso de falecimento ou doença devidamente comprovada, que impeça o titular de exercer a atividade definitivamente ou temporariamente, será expedida licença especial, preferencialmente, à viúva ou à esposa, ou a dependente maior de 18 (dezoito) anos de idade.

Art. 179-I. Para obtenção da licença especial, o interessado formalizará requerimento, que será protocolado na Prefeitura Municipal de Schroeder, acompanhado de:

I - cópia do documento de identificação;

II - comprovante de residência;

III - carteira de saúde ou documento que a substitua;

IV - nota fiscal ou declaração sobre a origem e natureza das mercadorias a serem comercializadas;

V - autorização do proprietário do local pretendido.

Parágrafo único. O interessado deverá dispor dos serviços de água e energia elétrica, seja de forma direta ou através de solicitação às concessionárias dos respectivos serviços.

Art. 179-J. O estabelecimento de comércio de lanches rápidos deverá respeitar o recuo mínimo de 1,00 (um metro) do alinhamento predial.

Art. 179-K. Para obter a licença especial, deverá o interessado realizar a consulta prévia junto a Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças e após a liberação dos órgãos competentes, requerê-la perante a Diretoria de Tributação.

§ 1º Para o comércio de lanches rápidos é obrigatório o cumprimento da legislação pertinente ao Código Sanitário Municipal de Schroeder - Lei 1763/2009;

§ 2º A Vigilância Sanitária definirá o tipo de lanche rápido que poderá ser comercializado, considerando o espaço físico e

equipamentos existentes no estabelecimento.

Art. 179-L. Para efeito de fiscalização, o proprietário do estabelecimento licenciado afixará a licença especial em lugar visível, e a exhibir à autoridade competente, sempre que esta o exigir.

Parágrafo único. Não havendo a devida regularização, o licenciado ficará impedido de desenvolver suas atividades, ficando sujeito à interdição do local e do veículo onde está montada a atividade de comércio de lanches rápidos, bem como poderá ocorrer a apreensão das mercadorias encontradas em seu poder.

Art. 179-M. A licença será concedida para o prazo máximo de 12 meses, devendo ser renovada a cada ano desde que mantido o cumprimento das normas e exigências legais.

Art. 179-N. Ao comércio de lanches rápidos é vedada a venda de bebidas alcoólicas e quaisquer outros produtos que possam causar danos à coletividade.

Parágrafo único. Ao licenciado será permitido o uso de fogão, freezer, geladeira, fogareiro, botijão de gás, chapa para sanduíche, aparelhos elétricos, vasilhames para cozinhar, fritar, ferver ou preparar comestíveis, quando embutidos no veículo transportador e destinados à confecção dos lanches rápidos desde que devidamente vistoriados pelo Corpo de Bombeiros.

Art. 179-O. O licenciado tem obrigação de:

I - comercializar exclusivamente as mercadorias constantes da licença;

II - exercer a atividade exclusivamente nos horários, locais e espaços demarcados e indicados na licença;

III - somente comercializar mercadorias em perfeitas condições de uso ou consumo;

IV - manter-se em rigoroso asseio pessoal, devendo zelar pela limpeza das instalações e do espaço público ocupado, bem como dar destinação adequada aos resíduos gerados;

V - portar-se com respeito junto ao público e aos colegas, bem como evitar a perturbação da ordem e tranquilidade pública;

VI - transportar seus bens de forma a não impedir ou dificultar o trânsito, sendo proibido usar os passeios para o transporte de volumes que atrapalhem a circulação de pedestres;

VII - manter o carrinho de lanche, trailer ou veículo automotor, onde está montado o comércio de lanche rápido em bom estado de conservação.

Art. 179-P. O abandono ou não aparecimento, sem justa causa, do licenciado ao local que lhe foi atribuído, por prazo superior a 30 (trinta) dias, bem como a ocupação de espaços que não o expressamente determinado, implicará na cassação da licença.

Art. 179-Q. Nas infrações a qualquer dispositivo desta Seção serão impostas as seguintes sanções, isoladas ou cumulativas, conforme a natureza e gravidade destas:

I - multa de (05) cinco UFM's, duplicada em caso de reincidência;

II - apreensão da mercadoria ou objetos;

III - suspensão da licença por até 30 (trinta) dias;

IV - cassação definitiva da licença.

Parágrafo único. Será considerada reincidência, o mesmo tipo de infração ocorrida dentro do período de 12 (doze) meses contado da data da notificação da primeira infração.

SUBSEÇÃO III

DAS ISENÇÕES

Art. 179-R. Não incide a taxa de licença para o comércio ambulante ou de lanches rápidos sobre:

I - os deficientes físicos, que exerçam atividade meramente de subsistência, devidamente comprovado através de laudo da Secretaria de Saúde e Assistência Social;

II - os engraxates que não tenham qualquer tipo de vínculo com empresas estabelecidas.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 1º de outubro de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Lei Nº 1.963/2013

LEI Nº 1.963/2013

AUTORIZA O PODER PÚBLICO MUNICIPAL A REALIZAR A 1ª FEIRA DAS CIÊNCIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições estatuídas na Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente lei:

Art. 1º Fica o Poder Público Municipal autorizado a realizar a 1ª Feira das Ciências nos dias 11 e 12 de outubro de 2013.

Art. 2º A 1ª Feira das Ciências tem o objetivo envolver os estudantes do ensino fundamental, médio e técnico em pesquisas científicas com critério metodológico, voltadas para temas estratégicos da Defesa Nacional, privilegiando as ciências exatas e as engenharias.

Art. 3º Poderão inscrever-se na 1ª Feira das Ciências as equipes formadas por estudantes do mesmo nível enquadrados em uma das seguintes categorias: nível fundamental 6º e 7º ano (F1); nível fundamental 8º e 9º ano (F2); nível médio (M); nível técnico (T), desde que satisfaçam todas as condições detalhadas em regulamento do Concurso, a ser determinado e divulgado pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município, em ato próprio.

Art. 4º Para efeito de participação, os (as) candidatos (as) deverão inscrever-se numa das seguintes categorias:

I- As equipes deverão ser formadas por estudantes do mesmo nível enquadrados em uma das seguintes categorias: nível fundamental 6º e 7º ano (F1); nível fundamental 8º e 9º ano (F2); nível médio (M); nível técnico (T);

II- Cada equipe deverá ser formada por no mínimo 2 estudantes

e no máximo 4 (não serão admitidos trabalhos individuais, assim como equipes com mais de 4 estudantes);

III- As equipes do ensino fundamental (F1 e F2) poderão ser formadas por estudantes de turmas diferentes, desde que pertençam a uma mesma série, do mesmo nível e da mesma escola;

IV- Cada estudante poderá pertencer a uma única equipe;

V- Cada equipe poderá se inscrever em um único projeto e em um único tema;

VI- Cada equipe deverá definir um nome, pelo qual será identificada no evento;

VII -Cada equipe deverá ter, obrigatoriamente, um professor orientador docente da sua escola. O mesmo professor poderá orientar mais de uma equipe desde que entenda ser possível atender a todas quando requisitadas e de forma igualitária;

VIII- O estudante que estiver matriculado em curso regulamentar e em curso técnico ao mesmo tempo, deverá fazer a sua inscrição, obrigatoriamente, pela Escola onde atende o curso regulamentar, salvo aqueles cujos cursos regulamentares não estejam sediados em Schroeder.

Art. 5º Os vencedores nas suas respectivas categorias serão premiados na forma do seu regulamento próprio onde serão distribuídos prêmios que no total importarão o valor R\$ 7.980,00 (sete mil novecentos e oitenta reais).

Parágrafo único. Os valores da premiação provirão da Fonte e Dotação Orçamentária 05.01.2.027.3.3.90.31.00.00 - Premiações Culturais, Artísticas e Científicas, Setor de Cultura, Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 6º Fica autorizado o Poder Público Municipal a buscar apoio junto à sociedade civil para a consecução dos objetivos deste evento cultural, podendo tal apoio ser objeto de divulgação durante o transcurso do evento.

Art. 7º O Poder Público Municipal prestará contas do evento qualificado nesta Lei, diretamente à Câmara Municipal de Vereadores, no prazo de 60 (sessenta dias) a contar do término do mesmo, incluindo nesta prestação todo o apoio eventualmente recebido.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 1º de outubro de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 2.734/2013, de 30 de Setembro de 2013

DECRETO Nº 2.734/2013, de 30 de setembro de 2013

DECRETA PONTO FACULTATIVO.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado Ponto Facultativo no dia 4 de outubro de 2013 (sexta-feira), nas repartições públicas municipais, ressalvadas as necessidades de cada Secretaria e do pessoal ligado à Defesa Civil.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 30 de setembro de 2013.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.265/2013, de 30 de Setembro de 2013
PORTARIA Nº 5.265/2013, de 30 de setembro de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor, Sr. Luiz Altair Melo, do cargo comissionado de Assessor de Obras e Serviços Urbanos, a partir desta data.

Art. 2º O servidor voltará a exercer o cargo efetivo de Pedreiro, percebendo nível salarial nº 17, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 30 de setembro de 2013.
OSVALDO JURCK RUDIBERT TANK
Prefeito Municipal Secretário de Obras e Serviços Urbanos

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.266/2013, de 1º de Outubro de 2013
PORTARIA Nº 5.266/2013, de 1º de outubro de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a extinção do contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Rose Marli Tomaselli em 18 de agosto de 2013;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da funcionária Sra. Alexandra Scheuer, de 30 (trinta) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 1º de outubro de 2013.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por.

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.267/2013, de 1º de Outubro de 2013
PORTARIA Nº 5.267/2013, de 1º de outubro de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o pedido de demissão do servidor Giovani Cunha Reple em 04 de setembro de 2013;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da funcionária Sra. Tami Elise Michalak, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 1º de outubro de 2013.
OSVALDO JURCK MAYKEL ROBERTO LAUBE
Prefeito Municipal Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por.

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Extrato do Contrato Registro Preço Nº. 198/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro Preço nº. 198/2013 - PMS
Processo Licitatório nº. 162/2013-PMS
Pregão Presencial Registro de Preço nº. 71/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: C. M. PONCIANO - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.192.336/0001-45, estabelecida na Rua Domingos Rampelotti nº. 655 - fundos, Bairro Espinheiros, no Município de Itajaí, Estado de Santa Catarina, CEP: 89317-600.

Objeto: Constitui objeto deste contrato o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em locação de stands, com montagem e desmontagem, e carpet, para o evento "Feira das Ciências", nos dias 11 e 12 de outubro de 2013, no Ginásio de Esportes Alfredo Pasold, para suprir as necessidades da Secretaria

de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência, que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Locação com montagem e desmontagem de Stands para feiras em módulos TS (Octanorme) na cor branca, medindo 2x2, total de 4M², com altura mínima de 2,20m e testeira mínima de 1,0 x 0,50 m, com 01 balcão de 1,0x0,50, de acordo com instruções do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina.	46	Unidade	200,00	9.200,00
02	Carpet para forração de piso e assoalho 4mm nas cores, cinza, azul e vermelho. Carpet novo	800	m²	7,125	5.700,00
VALOR R\$ TOTAL					14.900,00

Valor do contrato: R\$ 14.900,00 (quatorze mil e novecentos reais)

Data da Assinatura: 30/09/2013 – Vigência: 30/09/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Convocação Concurso Público N°. 001/2009-Gab/PMS - Eliane Sirlei da Silva

Convocação Concurso Público n°. 001/2009-GAB/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ELIANE SIRLEI DA SILVA, inscrita no CPF sob n°. 053.602.419-77, aprovada em 14º lugar no Concurso Público n°. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de RECEPCIONISTA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 07 de outubro de 2013, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 25 de setembro de 2013.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

HALINA TEMOTHIO
Secretária de Saúde e Assistência Social

Convocação Processo Seletivo N°. 003/2012-ESF/NASF - Adriane Kuczmarski dos Santos

Convocação Processo Seletivo n°. 003/2012-ESF/NASF

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra.

ADRIANE KUCZMARSKI DOS SANTOS, inscrita no CPF sob n°. 072.916.309-16, aprovada em 2º lugar no Processo Seletivo n°. 003/2012-ESF/NASF, para o cargo de ENFERMEIRA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6508), até o dia 07 de outubro de 2013, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 11.4 do edital.

Schroeder (SC), 25 de setembro de 2013.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

HALINA TEMOTHIO
Secretária de Saúde e Assistência Social



**O Poder Legislativo
Municipal Acessível ao Cidadão**

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Ata Registro de Preços Pregão Presencial Nº 71/2013-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 1/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 58/2013**Número do Registro de Preços: 58/2013****Data do Registro: 30/09/2013****Válido até: 30/09/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em locação de stands, com montagem e desmontagem, e carpet, para o evento "Feira das Ciências", nos dias 11 e 12 de outubro de 2013, no Ginásio de Esportes Alfredo Paso

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Locação com montagem e desmontagem de Stands para feiras em módulos TS (Octanorme) na cor branca, medindo 2x2, total de 4M², com altura mínima de 2,20m e testeira mínima de 1,0 x 0,50 m, com 01 balcão de 1,0x0,50, de acordo com instruções do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina.	UN	C.M. PONCIANO - EPP (12697)		0	200,0000	1
			ELAINE FREITAS LUZ - EPP (12462)		0	191,6661	2
2	Carpet para forração de piso e assoalho 4mm nas cores, cinza , azul e vermelho.Carpet novo	M²	C.M. PONCIANO - EPP (12697)		0	7,1250	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 2/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 58/2013**Número do Registro de Preços: 58/2013****Data do Registro: 30/09/2013****Válido até: 30/09/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em locação de stands, com montagem e desmontagem, e carpet, para o evento "Feira das Ciências", nos dias 11 e 12 de outubro de 2013, no Ginásio de Esportes Alfredo Paso

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ELAINE FREITAS LUZ - EPP (12462)		0	7,6667	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 3/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 58/2013**Número do Registro de Preços: 58/2013****Data do Registro: 30/09/2013****Válido até: 30/09/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em locação de stands, com montagem e desmontagem, e carpet, para o evento "Feira das Ciências", nos dias 11 e 12 de outubro de 2013, no Ginásio de Esportes Alfredo Paso

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 58/2013****PROCESSO Nº 162/2013**

(12462) - ELAINE FREITAS LUZ - EPP

(12697) - C.M. PONCIANO - EPP

Schroeder, 30 de Setembro de 2013.

Serra Alta

PREFEITURA

Extrato Pregão Presencial 47/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
AVISO DE LICITAÇÃO:
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2013
Tipo: Menor Preço Global.

OBJETO: Aquisição de tintas para uso nas sinalizações das vias urbanas do Município de Serra Alta.
Entrega dos Envelopes : 08:30 horas do dia 14 de outubro de 2013.
Abertura dos Envelopes : 09:00 horas do dia 14 de outubro de 2013.
O Edital e anexos encontram-se disponíveis no site do Município www.serraalta.sc.gov.br e maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:15 às 17:15 horas.

SERRA ALTA, 02 de outubro de 2013.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal

Extrato Tomada de Preços 46/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
AVISO DE LICITAÇÃO:
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2013
TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERV. DE ENGENHARIA Nº 046/2013
Tipo: Menor Preço Global.

OBJETO: Pavimentação com pedra basalto irregular e Drenagem Pluvial na Rua Anchieta e Monte Castelo perfazendo uma área total de 921,84m².
Entrega dos Envelopes : 08:45 horas do dia 17 de outubro de 2013.
Abertura dos Envelopes : 09:00 horas do dia 17 de outubro de 2013.
O Edital e anexos encontram-se disponíveis no site do Município www.serraalta.sc.gov.br e maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:15 às 17:15 horas.

SERRA ALTA, 02 de outubro de 2013.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal

Timbé do Sul

PREFEITURA

Aviso da Licitação 17/2013 FMS

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul
Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 17/2013 - Pregão Presencial - menor preço por item.

Objeto: Aquisição de mobiliário e equipamentos para o Posto de Saúde Central, CNES 2299577, PSF Cohab, CNES 2624621 e PSF São Luiz, CNES 2624648, do município de Timbé do Sul.
Data da entrega dos envelopes: até as 08:30 horas do dia 14 de outubro de 2013.
Abertura da Sessão: a partir das 08:30 horas do dia 14 de outubro de 2013.
Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, sito a Rua Prefeito Aristides José Bom, 215 - Centro, no município de Timbé do Sul/SC, no horário das 07:00 as 13:00 horas, em dias úteis, ou através do e-mail licita@timbedosul.sc.gov.br. Fone/fax (48) 3536-1133.

GELSON CORREA
Gestor do FMS

Timbó

PREFEITURA

Decreto N.º 3.256 de 27 de Setembro de 2013.

DECRETO N.º 3.256 DE 27 DE SETEMBRO DE 2013.
ALTERA e RENOVA a aprovação do desmembramento de área urbana, feita pelo Decreto n.º 3.114/2013 de 19/04/2013 e alterado pelo Decreto nº 3.159/2013 de 06/06/2013.

O Prefeito Municipal de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso V e art. 70, inciso I, alínea "m" da lei Orgânica do Município, pelo Legislativo Ordinária pertinente e,

Considerando a prescrição do prazo estabelecido pelo art. 18 da Lei Federal n.º 6.766, de 19/12/79, após reexaminado o planejamento e a documentação apresentada pelo requerente.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica alterado e reaprova o DESMEMBRAMENTO denominado "FORNACE", cuja aprovação primeira se deu por força do Decreto nº 3.114/2013 de 19/04/2013, alterado pelo Decreto nº 3.159/2013 de 06/06/2013, em face da caducidade ocorrida por força do art. 18 da Lei Federal n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979, cujo imóvel é de propriedade de CONSTRUTORA FORNACE LTDA EPP, conforme matrícula n.º 21.674, livro 2.

Artigo 2º - Fica ALTERADO o item 02 da alínea "a", do artigo 2º, do Decreto n.º 3.114 de 19/04/2013, que aprovou o referido desmembramento, que passa a ter a seguinte redação:

"02 - Área Remanescente - com área de 9.426,74m² (Nove mil, quatrocentos e vinte e seis metros e setenta e quatro decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Peroba, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 23,78 metros da esquina formada com o lado par da Rua Tamoio; estremando na frente em 47,31 metros com o lado ímpar da Rua Peroba; fundos estrema em 14,00 metros, em linha circular em 16,69 metros e em 37,44 metros com a área 01; lado direito estrema em 209,66 metros sendo, em 105,00 metros com terras de Participações Blaese Ltda, matrícula nº 1.926, livro 2, e em 104,66 metros com terras de Participações Blaese Ltda, matrícula nº 11.990, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 195,92 metros sendo, em 36,00 metros com terras de Lilian Catia Bruseck e Ari Urbano Costa, matrícula nº 18.099, livro 2, em 21,00 metros com terras de Katia Denise Klug, matrícula nº

6.845, livro 2, em 21,00 metros com terras de Silvio Dirceu Schoen, matrícula nº 3.461, livro 2, em 21,00 metros com terras de João Alves de Moraes, matrícula nº 3.460, livro 2, em 21,00 metros com terras de Jane Lenzi Michel, matrícula nº 3.799, livro 2, em 21,00 metros com terras de Raquel Lenzi, matrícula nº 2.930, livro 2, em 21,00 metros com terras de Fabiano Samulewske, matrícula nº 4.456, livro 2, em 21,00 metros com terras de Aldo Murara, matrícula nº 4.607, livro 2, e em 12,92 metros com terras de Silvio Negherbon, matrícula nº 1.815, livro 2."

Artigo 3º - Ficam ratificados os demais termos em todos seus artigos e parágrafo.

Artigo 4º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Timbó, 27 de setembro de 2013.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Decreto N.º 3.257 de 27 de Setembro de 2013.

DECRETO N.º 3.257 DE 27 DE SETEMBRO DE 2013.

ALTERA e RENOVA a aprovação do desmembramento de área urbana, feita pelo Decreto n.º 3.100/2013 de 02/04/2013.

O Prefeito Municipal de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso V e art. 70, inciso I, alínea "m" da lei Orgânica do Município, pelo Legislativo Ordinária pertinente e,

Considerando a prescrição do prazo estabelecido pelo art. 18 da Lei Federal n.º 6.766, de 19/12/79, após reexaminado o planejamento e a documentação apresentada pelo requerente.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica alterado e reaprova o DESMEMBRAMENTO denominado "PEROBA", cuja aprovação primeira se deu por força do Decreto n.º 3.100/2013 de 02/04/2013, em face da caducidade ocorrida por força do art. 18 da Lei Federal n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979, cujo imóvel é de propriedade de CONSTRUTORA FORNACE LTDA EPP, conforme matrícula n.º 21.675, livro 2.

Artigo 2º - Fica ALTERADO o item 02 da alínea "a", do artigo 2º, do Decreto n.º 3.100 de 02/04/2013, que aprovou o referido desmembramento, que passa a ter a seguinte redação:

"02 - Área Remanescente - com área de 33.966,37m2 (Trinta e três mil, novecentos e sessenta e seis metros e trinta e sete decímetros quadrados), situado no lado par da Rua Peroba, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 113,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Amazonas; estremando na frente em 30,96 metros com o lado par da Rua Peroba; fundos estrema em 56,62 metros sendo, em 21,76 metros com terras de Egon Kannenberg, matrícula nº 6.666, livro 2, e em 34,86 metros com terras de Ottvin Teske, matrícula nº 7.329, livro 2; lado direito estrema em linha quebrada, em segmentos de 38,00 metros e em 16,00 metros com o lote nº 01, em 733,11 metros sendo, em 4,00 metros com o lote nº 23 de propriedade de Ercides Giacomozzi, matrícula nº 4.185, livro 2, em 21,00 metros com o lote nº 25 de propriedade de Célia Zanghelini Campregher, matrícula nº 5.944, livro 2, em 21,00 metros com o lote nº 27 de propriedade de Joel Voltolini, matrícula nº 4.755, livro 2, em 21,00 metros com o lote nº 29 de propriedade de Janice Voltolini, matrícula nº 7.107, livro 2, em 21,00 metros com o lote nº 31 de propriedade de Antonio Michalak e Catarina Gonçalves de Almeida, matrícula nº 5.749, livro 2, em 21,00 metros com o lote nº 33 de propriedade de Maria de Lurdes Lorenz, matrícula nº 5.948, livro 2, em 21,00 metros com o lote nº 35 de propriedade de César Lauro da Silva, matrícula nº 7.941, livro 2, em 21,00 metros com o lote nº 37 de

propriedade de Alirio Ninow e Maristela Prusseck,

continuação do Decreto n.º 3.257/2013, fls. 02.

matrícula nº 7.631, livro 2, em 21,00 metros com o lote nº 39 de propriedade de Rigoberth Roeder Filho, matrícula nº 8.114, livro 2, em 21,00 metros com o lote nº 41 de propriedade de Lindomar Schlei, matrícula nº 8.032, livro 2, em 21,00 metros com o lote nº 43 de propriedade de Marcelo Hilchechen, matrícula nº 12.877, livro 2, em 21,00 metros com o lote nº 44 de propriedade de Aluisio Artur Voltolini, matrícula nº 12.878, livro 2, em 21,00 metros com o lote nº 45 de propriedade de Jonathan Maciel Hoffmann e Aline Tomaz, matrícula nº 12.879, livro 2, em 21,00 metros com o lote nº 46 de propriedade de Aparecido Voltolini, matrícula nº 1.165, livro 2, em 21,00 metros com o lote nº 47 de propriedade de Eunice Vicencia do Nascimento, matrícula nº 5.418, livro 2, em 21,00 metros com o lote nº 48 de propriedade de Maikel Willian Borchardt, matrícula nº 5.367, livro 2, em 21,00 metros com o lote nº 49 de propriedade de Realdina Odorizzi e Emilia Odorizzi, matrícula nº 5.368, livro 2, em 21,00 metros com o lote nº 50 de propriedade de Realdina Odorizzi e Emilia Odorizzi, matrícula nº 5.369, livro 2, em 21,00 metros com o lote nº 52 de propriedade de Realdina Odorizzi e Emilia Odorizzi, matrícula nº 5.370, livro 2, em 14,00 metros com a Rua Cedro, em 17,00 metros com terras de Alcides Stein, matrícula nº 15.743, livro 2, em 17,00 metros com o lote nº 02 de propriedade de Gerda Schlei, matrícula nº 11.631, livro 2, em 17,00 metros com o lote nº 09 de propriedade de Aparecido Voltolini, matrícula nº 9.943, livro 2, em 17,00 metros com o lote nº 04 de propriedade de Ildo Oliveira dos Santos, matrícula nº 11.616, livro 2, em 17,00 metros com o lote nº 05 de propriedade de Emerson Jean Gielow, matrícula nº 18.454, livro 2, em 18,00 metros com o lote nº 06 de propriedade de Sebastião Marcelo Pitz Nunes e Carla Fabiana de Oliveira, matrícula nº 18.844, livro 2, em 17,00 metros com o lote nº 07 de propriedade de Armando Thurow, matrícula nº 11.005, livro 2, em 17,00 metros com o lote nº 08 de propriedade de Vanderli Profiro, matrícula nº 11.017, livro 2, em 17,00 metros com o lote nº 09 de propriedade de Aparecido Voltolini, matrícula nº 9.943, livro 2, e em 183,11 metros com a área remanescente de propriedade de Aparecido Voltolini, matrícula nº 9.943, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 734,68 metros sendo, em 33,50 metros com o lote nº 07 de propriedade de Gelson Jose Soares, matrícula nº 1.935, livro 2, e em 701,18 metros com terras de Construtora Fornace Ltda EPP, matrícula nº 6.902, livro 2."

Artigo 3º - Ficam ratificados os demais termos em todos seus artigos e parágrafo.

Artigo 4º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Timbó, 27 de setembro de 2013.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Decreto No 3262, de 30 de Setembro de 2013

DECRETO No 3262, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013

Declara Situação de Emergência em todo o território do Município de Timbó afetado por Desastre Natural, Meteorológico, decorrente de Inundações (COBRADE: 1.2.1.0.0).

O Prefeito de Timbó - Santa Catarina Sr. LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso XVIII c/c art. 70, alínea "n" da Lei Orgânica do Município (promulgada em 05 de Abril de 1990); Lei Federal nº. 12.340, de 1º de dezembro de 2010; inciso VI do art. 8º da Lei Federal nº. 12.608, de 10 de abril de 2012; Decreto Federal 7.257 de 04 de agosto de 2010; Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro

de 1998; Decreto Estadual nº 3.570 de 18 de dezembro de 1998 e alterações; e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie; e

CONSIDERANDO:

- que pelas chuvas intensas ocorridas em setembro/2013 foram registradas inundações, as quais atingiram todo o território do Município de Timbó, acarretando danos em residências e diversos estabelecimentos privados da área urbana e rural;

- que o Poder Público Municipal vem disponibilizando assistência a famílias afetadas, colocando a disposição recursos materiais e humanos, buscando assim amenizar os prejuízos;

- que este fenômeno acarretou danos humanos (desabrigados e desalojados) e materiais (inundações) que atingiram diversas residências e instalações privadas, prestadoras de outros serviços, de uso comunitário, além de unidades habitacionais, obras de infraestrutura, comércio e indústrias em todos os bairros da cidade, conforme descrição contida no Formulário de Informações do Desastre - FIDE;

- que de acordo com a descrição contida no Parecer exarado pela Comissão de Municipal Defesa Civil - COMDEC do Município de Timbó, a ocorrência do desastre é favorável à declaração de "Situação de Emergência";

- que o Estado de Santa Catarina, através do Decreto nº. 1753, de 23 de setembro de 2013, "Declara em situação anormal, caracterizada como SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, as áreas dos municípios do Estado de Santa Catarina afetadas por CHUVA INTENSA e TEMPORAL, e estabelece outras providências.", estando incluído o Município de Timbó;

- que diante da medida adotada pelo Estado de Santa Catarina e demais informações o Secretário Nacional de Defesa Civil, através da Portaria nº. 116, de 27 de setembro de 2013, "Reconhece situação de emergência por procedimento sumário em municípios do Estado de Santa Catarina";

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA em toda área territorial do Município, conforme descrição detalhada contida no Formulário de Informações do Desastre - FIDE e demais documentos, em virtude do Desastre Natural, Meteorológico, classificado e codificado como Inundações (COBRADE: 1.2.1.0.0).

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Comissão de Municipal Defesa Civil - COMDEC do Município de Timbó, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Comissão de Municipal Defesa Civil - COMDEC do Município de Timbó.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I - penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - usar de propriedade, inclusive particular, no caso de iminente perigo público ou em circunstâncias que possam provocar danos

ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pelo poder público e pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), em situação de emergência, se necessário, ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º De acordo com o artigo 167, § 3º da CF/88, é admitida ao Poder Público em Situação de Emergência - SE ou Estado de Calamidade Pública - ECP, a abertura de crédito extraordinário para atender a despesas imprevisíveis e urgentes.

Parágrafo único. Conforme Art. 5º inciso III, "b" da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e Prejulgado nº 1147 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, poderá a administração pública utilizar dos recursos alocados em Reserva de Contingência, para suplementação de dotações orçamentárias visando pagamentos de despesas inesperadas decorrentes de situações imprevisíveis e não sazonais como calamidades públicas e/ou situações emergenciais como no caso em apreço.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, vigorando pelo prazo de 180 dias, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 30 de setembro de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC.

Ata Abertura das Propostas Tomada de Preço N.º 10 2013 Fct

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ

ATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS

TOMADA DE PREÇO Nº. 10/2013

Às catorze horas, do dia trinta de setembro de dois mil e treze, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Timbó, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria Nº. 32/2013, alterada pela portaria Nº. 338/2013.

A Presidente da Comissão deu início apresentando os envelopes aos presentes a fim de verificarem sua inviolabilidade. Em seguida procedeu-se a abertura dos envelopes das propostas das empresas abaixo informadas:

Nome
C.M PONCIANO EPP,
MANI SOM E LUZ LTDA
MRX ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS E COM. LTDA ME
VERA LUCIA ESPINDOLA MOREIRA
ALTO VALE LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA EPP.

Da análise das propostas as empresas apresentaram os seguintes valores:

Item	Qtd	Und	Descrição	C.M	MANI	MRX	ALTO VALE	VERA
1	01	Pç	Locação com montagem e desmontagem de pavilhão coberto com 1000m², medindo 20 metros de largura por 50 metros de comprimento, com pé direito de 6 metros de altura em alumínio ou ferro treliçado com no mínimo 30x30 cm, cobertura em lonas brancas, limpas e em bom estado de conservação, além de fechamento com lona branca em 03 (três) laterais (to chão até a cobertura) que deverão ser fixadas na base para não haver entrada de vento ou chuva. As medidas 20X50m devem ser de vão livre, sem pé de sustentação central.	18.750,00	18.750,00			18.000,00
2	1.000	m²	Locação com montagem e desmontagem de assoalho artesanal com sarrafos de 10 cm de largura por 3,5 cm de altura com distanciamento de 35 cm, revestido com chapas compensado naval de 18 cm de espessura.	12.000,00	10.120,00	11.480,00		12.300,00
3	02	Pç	Locação com montagem e desmontagem de catraca mecânica de controle de acesso de público com numerador.	650,00	487,50			600,00
4	80	m	Locação com montagem e desmontagem de grades de ferro para isolamento de público com altura medidas de 2 metros de comprimento por 1,20 de altura com travas de encaixe, pés de sustentação em ferro e fechamento em telas de ferro de acordo com normas do Corpo de Bombeiros.	1.120,00	1.049,60	980,00		1.200,00

LOTE 01

Item	Qtd	Und	Descrição	C.M	MANI	MRX	ALTO VALE	VERA
1.1	13	Pç	Locação com montagem e desmontagem de tendas tipo pirâmide, com 100m², medindo 10 metros de largura por 10 metros de profundidade, com pé direito (lateral) mínimo de 3,00 metros de altura	13.000,00	12.187,50	11.375,00		11.700,00
1.2	17	Pç	Locação com montagem e desmontagem de tendas tipo pirâmide, com 25m², medindo 05 metros de largura por 05 metros de profundidade, com pé direito (lateral) mínimo de 2,5 metros de altura	4.896,00	4.590,00	4.284,00		5.100,00
1.3	12	Pç	Locação com montagem e desmontagem de fechamento em lona medindo 10 metros de largura por 3 metros de altura	1.200,00	900,00	840,00		600,00

1.4	20	Pç	Locação com montagem e desmontagem de fechamento em lona medindo 5 metros de largura por 2,5 metros de altura	1.100,00	825,00	770,00		500,00
-----	----	----	---	----------	--------	--------	--	--------

Lote 2

Item	Qtd	Und	Descrição	C.M	MANI	MRX	ALTO VALE	VERA
2.1	06	Pç	Sanitário portátil químico tipo cabine convencional masculino	2.880,00			2.880,00	
2.2	06	Pç	Sanitário portátil químico tipo cabine convencional feminino	2.880,00			2.880,00	
2.3	01	Pç	Sanitário portátil químico tipo cabine para portadores de eficiência física	580,00			480,00	

A Presidente colocou à disposição dos presentes os documentos neles contidos para exame e rubrica, sendo que não houveram manifestações.

Em prosseguimento a Comissão declarou vencedoras as empresas VERA LUCIA ESPINDOLA MOREIRA para o item 1 com valor total de R\$ 18.000,00, MANI SOM E LUZ LTDA para o item 2 no valor total de R\$ 10.120,00, item 3 no valor total de R\$ 487,50, MRX ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS E COM. LTDA ME para o item 4 com valor total de R\$ 980,00, lote 1 com valor total de R\$ 17.269,00 e ALTO VALE LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA EPP no lote 2 com valor total de R\$ 6.240,00

Fica cientificada a empresa vencedora do lote 1 - MRX ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS E COM. LTDA ME que fica alterado o quantitativo da tabela/lote 2 item 1.1 para 11 unidades, conforme ofício recebido dia 27/09/2013 da Fundação Cultural de Timbó, sendo consequentemente suprimido o valor de R\$ 1.750,00 da proposta.

Nada mais havendo a tratar após ser lida e aprovada será assinada e encerrada a presente ata.

Timbó(SC), 30 de setembro de 2013.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

DEISE A. N. MENDES
Presidente

BARBARA HOCHHEIM
Secretária

ALINE BURGER
Membro

MRX ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS E COM. LTDA ME
RAFAEL CARLO THEISS

Decisão - Pregão Nº 94-2013 - Seguro Patrimonial

DECISÃO PREGÃO 94/2013

O presente pregão presencial tem como objeto a aquisição de seguros para os diversos imóveis pertencentes ao Município de Timbó.

A empresa MAPFRE Seguros Gerais protocolou recurso em face da decisão do Pregoeiro que habilitou a empresa Marítima Seguros S/A para o presente certame, alegando que a empresa informou uma corretora localizada no Município de Blumenau e desta forma desrespeitou o item 7.3.4.1 "a" do edital.

A empresa Marítima Seguros S/A apresentou impugnação ao recurso apresentado pela MAPFRE.

A Procuradoria Geral do Município, em fundamentado parecer, opinou pelo conhecimento e pela improcedência do recurso apresentado pela empresa MAPFRE Seguros Gerais, devendo assim, ser mantida a ata de 10/09/2013.

Assim, em vista do fundamentado parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, e atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público e vinculação ao instrumento convocatório decido, nos mesmos termos pela improcedência da impugnação apresentada pela empresa MAPFRE Seguros Gerais, para o fim de determinar a manutenção da ata de 10/09/2013.

Timbó, 01 de outubro de 2013.
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretaria da Fazenda e Administração

Decisão Vencedora Concorrência N.º 95 2013 PMT
CONCORRÊNCIA Nº. 95/2013

No dia 01/10/20013, a comissão de licitação reuniu-se no setor de licitações para avaliação do parecer técnico relativo às propostas apresentadas pelas empresas licitantes, PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA e ENGEPLAN TERRAPLANAGEM, SANEAMENTO E URBANISMO LTDA.

A engenheira Luciana Hartmann, avaliou a proposta apresentada pela empresa PAVIPLAN, encontrando diferença de R\$ 0,18 (dezoito centavos) na confrontação da proposta da empresa com a avaliação feita pela engenheira, destacou ainda, que a diferença foi encontrada no arredondamento do item 6.4 da proposta, porém a proposta encontra-se apta para o procedimento licitatório.

Em relação a proposta apresentada pela empresa ENGEPLAN, mencionou que o orçamento apresentado "não está compatível a planilha orçamentária integrante da licitação, o item 3.4 "reperfilagem com CBUQ, e=5 cm" foi alterado pela empresa para "reperfilagem com PMQ, e=5cm" sendo dessa maneira inconsistente com o objeto licitado", diante dessa constatação do parecer técnico, decidimos pela desclassificação da proposta apresentada pela empresa ENGEPLAN.

Diante da irrisória diferença encontrada, a Comissão decide pela classificação da proposta da empresa Paviplan nos moldes apresentados pelo setor técnico do Município de Timbó.

Analisada toda documentação juntada aos autos aliado à análise técnica, e atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, considerando os fundamentos acima apresentados, declara-se vencedora a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA com o valor de R\$ 581.718,84 (quinhentos e oitenta e um mil, setecentos e dezoito reais e oitenta e quatro centavos).

Intimem-se.

Timbó - SC, 01 de outubro de 2013.

DEISE A. N. MENDES

Presidente da Comissão de Licitações

BARBARA HOCHHEIM

Secretário(a)

ALINEBUERGER

Membro

CÂMARA MUNICIPAL**Extrato de Contrato 16/2013****EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato - 16/2013

Dispensa de Licitação 07/2013

Contratante: Câmara Municipal de Timbó

Contratado: S.O.S. SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA -ME,

Objeto: Prestação de serviço de impressão com tiragem mínima de 2500 páginas mensais, mediante o comodato de uma impressora multifuncional (copiadora, fax, scanner e impressora) com suprimento de toner, manutenção preventiva, equipamento de suporte (back up) quando necessário, suporte técnico, instalação e configuração.

Valor: O preço mensal dos serviços objeto deste contrato é de R\$ 100,00 (cem reais), com franquia de 2.500 cópias, acrescido de R\$ 0,04 (quatro centavos) por cópia que exceder a franquia.

Assinado: 19/09/2013 pela Câmara Municipal de Timbó (Rubens Borchardt- Presidente) e S.O.S SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA -ME, LTDA ME (Leandro Izidoro)

Três Barras**PREFEITURA****Decreto Nº 4.296 de 25 de Setembro de 2013**

DECRETO Nº 4.296 DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

EXONERA SERVIDORES CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC., no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando as contratações temporárias com fundamento da Lei nº 2.520/2005;

Considerando a vigência do Concurso Público nº 001/2009 até janeiro de 2014;

Considerando a decisão liminar proferida nos autos nº 015.13.002731-0 da Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina com trâmite no Juízo da 2ª Vara Cível da comarca de Canoinhas;

Considerando a audiência de conciliação nos autos nº 015.13.002731-0 da Ação Civil Pública, designada para a próxima segunda-feira (30.09.2013) e para evitar paralisação dos serviços essenciais da educação (transporte escolar), bem como de obras (estradas zona rural) agravados em razão da situação de emergência (Decretos nº 4.253/2013 e 4.288/2013) e do elevado índice pluviométrico ocorrido no último final de semana;

Considerando as licenças (art. 73 e seguintes) e os afastamentos (arts. 82 e 83) dos servidores efetivos previstos na Lei Complementar nº 138/2009 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Três Barras;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam exonerados os servidores abaixo relacionados contratados temporariamente através do processo seletivo regulado pelo Edital nº 005/2011 e Edital nº 001/2013:

I - Fisioterapeuta

- 1) Aline Moara Lourenço Gomes de Souza;
- 2) Ana Paula Pazda Paul;
- 3) Edna Julliana Kuroli;
- 4) Jennifer Suellen Lima.

II - Auxiliar Administrativo

- 1) Aline de Cassia Lins;
- 2) Carolina C. Kozak;
- 3) Daniel da Cruz Junior.

Art. 2º. Ficam convocados os candidatos classificados no Concurso Público regulado pelo Edital nº 001/2009 para o cargo público de Auxiliar Administrativo no seguinte números de vagas: 03 (três) vagas.

Art. 3º. Ficam mantidas as contratações dos servidores, abaixo relacionados, contratados temporariamente, através do processo seletivo regulado pelo Edital nº 001/2013, para as atribuições do cargo de Assistente Social em decorrência da carga horária (20 horas semanais) e da licença sem vencimento da servidora Sâmia El-Kouba Veiga Jerentchuk - Assistente Social com carga horária

de 40 (quarenta) horas semanais.

- 1) Eliane Hack Basílio;
- 2) Silvana Pelizzaro.

Art. 4º. Ficam mantidas as contratações dos servidores abaixo relacionados, contratados temporariamente, através do processo seletivo regulado pelo Edital nº 001/2013, para as atribuições do cargo de condutor de veículos e máquinas em decorrência do afastamento e licença de servidores efetivos e da necessidade do serviço público (educação-transporte), bem como da situação de emergência.

I - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte -

- 1) Alfeu Mozart Alves dos Santos - ônibus escolar;
- 2) Elizio Daniel Kessin - ônibus escolar;
- 3) Lirio Odelli - ônibus escolar;
- 4) Helio Balak - ônibus escolar;
- 5) Wilson Mendes - ônibus escolar.

II - Secretaria de Obras

- 1) Antonio Reinaldo Welk - Caminhão;
- 2) Luiz Carlos Miranda - Patrola/motoniveladora;
- 3) Reginaldo T. Dubiela - Retroescavadeira;
- 4) Wilson de Olivera Rosa - Patrola/motoniveladora;
- 5) Wilson Firmino de Oliveira - Caminhão;

Art. 5º. Deverá o Setor Pessoal tomar as providências necessárias a exoneração e rescisão dos contratos temporários, assim como a convocação dos candidatos obedecida a ordem de classificação e demais disposições constantes dos respectivos editais.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 25 de setembro de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras.

Tunápolis

PREFEITURA

Portaria Nº. 3.451/2.013

PORTARIA Nº. 3.451/2.013

Em 27 de Setembro de 2.013

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 040/2013 de 27 de Setembro de 2013;

RESOLVE:

Art. 1º. ENQUADRAR, JOEL TRENHAGO, no cargo efetivo de MÉDICO - ESF, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, transferindo do nível ANS A-15 para o nível ANS A-18.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em 01 de Outubro de 2.013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 27 de Setembro de 2.013.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Portaria Nº. 3.452/2.013

PORTARIA Nº. 3.452/2.013

Em 27 de Setembro de 2.013

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 040/2013 de 27 de Setembro de 2013;

RESOLVE:

Art. 1º. ENQUADRAR, ARTHUR VON WÜLFING, no cargo efetivo de MÉDICO - ESF, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, transferindo do nível ANS A-15 para o nível ANS A-18.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em 01 de Outubro de 2.013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 27 de Setembro de 2.013.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Portaria Nº. 3.453/2013

PORTARIA Nº. 3.453/2013

Em 30 de Setembro de 2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Legislação vigente, baseado na Lei Complementar 13/2006, Art. 71, parágrafo 2º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder retorno da "LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE", a Servidora efetiva ELZA QUELI VALDUGA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar social, setor do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, deste Município.

Art.2º Esta Portaria em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em 01 de Outubro de 2.013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 30 de Setembro de 2013.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Este Ato foi publicado
na presente data.

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Portaria Nº. 3.454/2013

PORTARIA Nº. 3.454/2013

Em 30 de Setembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 025/2010, além da Legislação federal vigente, bem como o Edital de Concurso Público nº. 005/2013; e,

1. Considerando a crescente demanda de serviços no setor da saúde e principalmente para implementar o Núcleo de Atenção a Saúde da Família - NASF.
2. Considerando o relevante interesse público na questão.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, a servidora KELLI MORANDI, para o cargo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, cargo este de provimento EFETIVO, Nível ANS 2 - A-004, baseado no Decreto nº 1.558/2013 de 13 de Agosto de 2013, referente à homologação da classificação do Concurso Público nº 05/2013, percebendo vencimentos e vantagens previstas na mesma Lei e sujeita ao Estágio Probatório.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em 01 de Outubro de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 30 de Setembro de 2013.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada
na presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretária Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Portaria Nº. 3.455/2013

PORTARIA Nº. 3.455/2013

Em 30 de Setembro de 2013

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Legislação vigente, baseada na Lei Complementar 13/2006, artigo 73;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder "LICENÇA PRÊMIO", a servidora ANGELITA TERESINHA STULP BOURSCHIED, Portaria de Nomeação nº. 330/1996, com o cargo efetivo de PROFESSORA II - ENSINO FUNDAMENTAL.

Período de aquisição: 07.02.01 a 06.01.06

Fruição: 03/10/2013 A 02/11/2013 (30 dias), dando como quites referido período aquisitivo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 30 de Setembro de 2013.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Portaria Nº. 3.456/2013

PORTARIA Nº. 3.456/2013

Em 30 de Setembro de 2013

O Prefeito em Exercício do Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar: Pedro Baumgratz, Jacó Inácio Rambo, Sheila Inês Bieger Eidt, Leonardo Antônio Vogt, e José Francisco Strieder, servidores públicos municipais, residentes e domiciliados no município, para sob a presidência do primeiro, comporem a COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DOS IMÓVEIS URBANOS E RURAIS COM INTUITO DE EMISSÃO DA GUIA DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS, que terá por objetivo e finalidade específica a avaliação dos Imóveis urbanos e rurais do município, quando da transmissão por ato oneroso "inter vivos" de imóveis na zona urbana e rural do município, para efeitos de emissão da guia do ITBI, bem como avaliar a valoração proporcionada pela melhoria da infraestrutura nos imóveis do município (Contribuição de Melhoria).

Art. 2º - Compete a Comissão: recepcionar, encaminhar e valorar os imóveis urbanos e rurais do município, quando solicitados pelo contribuinte para efeitos de emitir da guia do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, materiais, equipamentos e instalações necessárias para a concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 30 de Setembro de 2013.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Processo de Licitação Nº 31/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 31/2013

Edital de Pregão Presencial nº 18/2013

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto aquisição de Material de Uso Odontológico de consumo, utilizado na manutenção dos gabinetes odontológicos do Fundo Municipal da Saúde.

Entrega das propostas até às 14h do dia 15/10/2013

Informações do Edital, no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 02 de outubro de 2013.
BRUNO JOSÉ HEBERLE
Gestor do Fundo

Contrato Nº 51/2013 Pavilhão

CONTRATO nº51/2013

Pelo presente instrumento de contrato em regime de empreitada global, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Exmo. Sr. ENOI SCHERER, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município de Tunápolis, SC, portador do CPF nº 656.321.769-91, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa BW CONSTRUTORA LTDA -ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.727.986/0001-12, estabelecida na Rua Sete de Setembro, 8888, centro no Município de Iporã do Oeste/SC representada neste ato pelo Sr. Clemente Aloizio Berwanger, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Iporã do Oeste/SC, portador do CPF nº 346.310.039-87 e doravante denominado CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato para Ampliação do Pavilhão Industrial nº 3 com recursos próprios os quais passam a fazer parte integrante do presente processo licitatório em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 02/2013, e de conformidade com o que preceitua a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS

1.1 - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 - O presente contrato tem por objeto a Ampliação do Pavilhão Industrial nº 3 com recursos próprios, os quais passam a fazer parte integrante do presente processo licitatório

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO

3.1 - O prazo para a conclusão dos serviços será de 90 (noventa) dias consecutivos a contar da expedição da Ordem de Serviço.

3.2 - Os serviços deverão ter início no prazo máximo de 03 (três) dias consecutivos após a emissão da Ordem de Serviço.

3.3 - Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser fornecidos pela Contratada. Os materiais deverão ser de primeira qualidade, obedecendo às especificações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

3.4 - A execução da obra deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados neste Edital, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se constarem de propostas por escrito e aprovada por esta Municipalidade.

3.5 - O Diário de Obras deverá ser constituído em duas vias, sendo a primeira destinada à fiscalização do Município e a segunda à empresa, cujo termo de abertura se dará no início das obras, devendo ser visado, na oportunidade, pelo responsável técnico da empresa contratada e pelo Engenheiro responsável do Município.

3.6 - A execução dos serviços deverá ser feita exclusivamente com funcionários da contratada, devidamente registrados.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - O preço total ajustado para a execução do objeto constante da cláusula segunda será de R\$ 55.783,55 (cinquenta e cinco mil setecentos e oitenta e três reais e cinquenta e cinco centavos) sendo custo com mão de obra de R\$ 16.735,07 (dezesseis mil setecentos e trinta e cinco reais e sete centavos) e material de R\$

39.048,48 (trinta e nove mil quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos).

4.2 - A medição será obrigatoriamente assinada pelo engenheiro fiscal do município e pelo responsável técnico da Empresa contratada.

4.3 - O pagamento e liquidação das notas fiscais, emitidas regularmente pela CONTRATADA, será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Contratada, CONFORME BOLETIM DE MEDIÇÃO.

4.3.1 - O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal e apresentação pela contratada dos seguintes documentos:

- 1ª Via do "Diário da Obra" devidamente assinado pelo fiscal do Município, do período correspondente.
- Cópia da GFIP mensal vinculada a matrícula da Obra, do mesmo período e o respectivo comprovante de recolhimento para o Regime Geral de Previdência Social;
- Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS do período.
- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal mediante Certidão Conjunta de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional / Receita Federal do Brasil;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);
- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

4.4 - Não serão admitidos adiantamentos e, os pagamentos não realizados no prazo previsto, serão atualizados e compensados financeiramente conforme o disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina, a partir da data prevista para pagamento até a data do efetivo pagamento.

4.5 - Nos aspectos previdenciários, será ainda observado o que dispõe a legislação previdenciária vigente.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

5.1 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS E VIGÊNCIAS

6.1 - O prazo para a conclusão da obra é 90 (noventa) dias consecutivos a contar da expedição da ordem de serviço.

6.1.1 - Os prazos aqui referidos poderão ser prorrogados em conformidade com o disposto no Art. 57, da Lei 8.666 de 21/06/93.

6.2 - Os atrasos na execução da obra tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade desta Municipalidade e serão considerados quando forem anotados no Diário de Obras.

6.3 - Na ocorrência de tais fatos ou casos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados por escrito a esta Municipalidade um dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados, por escrito, 10 (dez) dias antes de findar o prazo final e, em ambos os casos com justificativa circunstanciada, com documentos comprobatórios, análise e justificativa da fiscalização.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

7.1 - Os recursos financeiros serão próprios do Município. As despesas decorrentes do presente processo licitatório correrão por

conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unid. Orç. / Projeto / Atividade	Descrição
Órgão 07, Unidade 01, Funcional 1.027 (dotação 126) PRÓPRIOS	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS 4.4.90.00.00.00.00.104 AQUISIÇÃO DE IMÓVEL E CONSTRUÇÃO DE ÁREA INDUSTRIAL

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1 - O Município por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução da obra com vistas à execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuarão o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

8.2 - Efetuar o pagamento ajustado;

8.3 - Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de equipamento, materiais, mão de obra, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

9.2 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra.

9.3 - A CONTRATADA deverá providenciar, às suas custas, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

9.4 - A CONTRATADA deverá providenciar, às suas custas, o fornecimento da placa indicativa da obra, bem como a aprovação pelos poderes competentes ou companhias concessionárias de serviços públicos, quando for o caso, de todos os componentes dos projetos.

9.6 - A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que serão feitas por técnicos desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

9.7 - A CONTRATADA deverá providenciar e entregar junto ao setor de Engenharia do município, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da execução da obra de forma discriminada, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos após emissão da Ordem de Serviço.

9.8 - A CONTRATADA deverá assumir integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

9.9 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

9.10 - A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

9.11 - A CONTRATADA deverá Colocar e Manter a disposição, no canteiro de Obras, o "Diário da Obra".

9.12 - A CONTRATADA deverá responsabilizar-se civil e criminalmente, durante a execução das obras, pela segurança dos operários e demais pessoas que estiverem ou entrarem no canteiro de obras; deverá garantir, durante a execução das obras, a continuidade e a segurança do tráfego; a proteção e a conservação dos serviços executados; e, sinalizar e manter a vigilância necessária à segurança do trânsito. Todas as frentes de serviço em obras ou não, deverão ser ostensivamente sinalizadas; inclusive cabendo à empresa contratada, a responsabilidade por qualquer dano

causado à terceiros, no período compreendido desde o início da obra até a entrega definitiva da mesma.

9.13 A licitante contratada responderá pela solidez e segurança do objeto da presente licitação, durante o prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data da conclusão das mesmas, em conformidade com o artigo 618, do Código Civil Brasileiro (Lei Federal nº 10.406/2002).

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

10.1 - Este Contrato vincula-se ao Edital de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 02/2013, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada, com as alterações posteriores, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PENALIDADES

11.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato o Município poderá aplicar as seguintes sanções, com base em processo administrativo e garantindo-se o direito do contraditório e da ampla defesa:

11.1.1 - Advertência, quando houver qualquer paralisação não autorizada ou quando houver descumprimento de qualquer cláusula do Contrato, e/ou nas faltas leves que não acarretem prejuízos de monta à execução do contrato, não eximindo o advertido das demais sanções ou multas;

11.1.2 - Multas de:

a) 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução parcial e;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução total.

11.1.3 - Suspensão, por até 2 (dois) anos, de participação em licitações do Município, no caso de inexecução parcial ou total do contrato, sendo aplicada segundo a gravidade e a inexecução decorrer de violação culposa da contratada;

11.1.4 - Declaração de Inidoneidade para participar de licitação e contratar com Órgãos Públicos, quando a inexecução do contrato decorrer de violação dolosa da contratada, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação, na forma da legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

12.1 - Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1 - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando a mesma sobrestada, até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

14.1 - A fiscalização da execução da obra será feita por esta Municipalidade, a qual caberá verificar se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridos os termos de contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos de faturas, substituição de materiais, alterações de projetos, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços Contratados.

14.2 - A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo da obra e será exercido no interesse exclusivo desta Municipalidade e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, por qualquer irregularidade.

14.3 - O documento hábil para a comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à

execução da obra será o DIÁRIO DE OBRAS.

14.4 - Concluídos os serviços, se estiverem em perfeitas condições serão recebidos provisoriamente pela fiscalização e pelos responsáveis pelo seu acompanhamento, que lavrarão o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

14.5 - A Contratada fica obrigada a manter as obras e serviços por sua conta e risco, até ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, em perfeitas condições de conservação e funcionamento.

14.6 - Decorridos trinta (30) dias do Termo de Recebimento Provisório, se os serviços de correção das anormalidades porventura verificados forem executados e aceitos pela fiscalização, será lavrado o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO APROVADO E EMITIDO PELO SETOR DE PROJETOS E CONVÊNIOS.

14.7 - Aceita a obra e serviços, a responsabilidade da Contratada pela qualidade, correção e segurança nos trabalhos, subsiste na forma da LEI.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS MEDIÇÕES

15.1 - A medição será obrigatoriamente assinada pelo engenheiro fiscal do município e pelo responsável técnico da Empresa contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

16.1 - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

16.1.1 - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.1.2 - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

17.1 - A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Artigo 58 e Artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

17.2 - A inexecução e rescisão do Contrato processar-se-á considerando-se:

17.2.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em lei.

17.2.2 - O Instrumento poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE, ou bilateralmente, atendida sempre a conveniência administrativa.

17.2.3 - Constituem motivos para rescisão do Contrato:

a) O não cumprimento de Cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

b) O cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

c) A lentidão no seu cumprimento, levando a Administração a presumir a não conclusão da obra, nos prazos estipulados;

d) O atraso injustificado no início da obra;

e) A paralisação da obra, sem justa causa e prévia comunicação a Administração;

f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto; a associação do Contratado com outrem; a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação não admitidas no edital ou contrato;

g) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução, assim como as de seus superiores;

h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução anotadas na forma do parágrafo 1º, do artigo 67, da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, atualizada.

i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADO;
k) A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;
l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
m) A ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

17.2.4 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17.2.5 - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

18.1 - O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666 de 21/06/93, e suas alterações.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga (SC), com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis - SC, 30 de setembro de 2013,

ENOI SCHERER
Contratante

BW CONSTRUTORA LTDA -ME
Contratada

CLEMENTE ALOIZIO BERWANGER
PROCURADOR

Testemunhas:

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
CPF: 918.368.409-34

SHEILA INÊS BIEGER
CPF: 020.226.259.60

Turvo

PREFEITURA

Edital Notificação Dívida Ativa

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 001/2013

Pelo presente EDITAL DE NOTIFICAÇÃO, o Município de Turvo/SC torna público que, em virtude da insuficiência de dados cadastrais que possibilitem a identificação e localização dos contribuintes abaixo relacionados, esgotando-se todos os meios legais de encontrá-los, ficam os mesmos NOTIFICADOS para o recolhimento dos valores lançados em Dívida Ativa, para os fins e objetivos constantes dos arts. 145 e 173, parágrafo único, do Código Tributário Nacional (Lei 5.172/1966), Lei Complementar Municipal nº 002/04, Lei Orgânica Municipal. O prazo de regularização – pagamento ou parcelamento – é de trinta (30 dias), após será promovida a cobrança judicial.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

NOME	CAD	DÍVIDA	ANO
ADELIA GOMES	388	11701 12094	2011 2012
ADEMIR MIRANDA	481	11736 12113	2011 2012
ADRIANO FIGUEIREDO	3746	11788 12190	2011 2012
ALECIO RODRIGUES	3369	11615	2011
AMARILDO DA SILVA	3376	11768 12153	2011 2012
ARVELINO PATEL	3261	11609 12491	2011 2012
CLAUDIR DE SOUZA	3253	11764 12149	2011 2012
CLAUDIR NAZARIO RITTER	5882	11685 12046	2011 2012
CLUBE DOS 50	1315	12579	2012
DOUGLAS ANTUNES MEI	7249	12547	2012
DEVIR BIZ	3242	11801 12978 12185	2011 2012 2012
DIEGO DA SILVA PINTO	6993	11852 12263	2011 2012
EDEVANDRO BON ME	4971	11977 12569	2011 2012
EDEVAR LODETTI	4294	12956	2012
EDINEIA EVANGELISTA	4194	12199	2012
EDVANIA MOTA LODETTI ELIAS	3226	11806 12955 12198	2011 2012 2012
EDVALDO LEVI PAZ	7587	12249	2012
EDSON MONTEIRO BET	6901	12869 12412	2012 2012
ELIZIO JOSE FASSINI	769	11637 12529	2011 2012
EMANUEL FABRICIO EUZEBIO	2696	11555 12431	2012 2012
EMILIA DA SILVA GONÇALVES	5191	11589 12996 12480	2011 2012 2012
ERALDO ANTONIO RIBEIRO DOS SANTOS	3131	12897	2012
ERLINDO BON E IRMAOS	419	11666	2011
ESPOLIO DE ANTONIO ROSSI CORREIA	2093	12280 12019 12549	2012 2012 2012
ESPOLIO DE BENNO MAX BRETZ	3159	12873	2012
ESPOLIO DE VALENTIN MANOEL BORGES	3482	11925 12362	2011 2012
FERNANDO SILVEIRA THIS	2221	12092	2012
FLORETE PIZZOLOTTO	3350	11962 12398	2011 2012
FLORISVALDO PIZZOLOTO	3480	11849 12257	2011 2012
FRANCISCO ADELAR MORAES	3327	11921 12359	2011 2012
FRANCISCO WILSON	5903	11928 12314	2011 2012
FUNERARIA ANJO DA PAZ LTDA ME	3936	12591	2012
GENÉRIO MIGUEL	5880	11689 12050	2011 2012
GIASSI GERHARDT & LONGARETTI FENALI LTDA	6232	12615	2012
GLR EMPREITEIRA E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME	5800	12598	2012
HAROLDO DE OLIVEIRA	7118	11988	2011

HILARIO DA SILVA	6781	12175	2012
HERDEIROS DE ANTONIO GIANIZELLA	3490	11883 12307	2011 2012
IDAMARA PINHEIRO FELISBERTO	5192	11576 12448	2011 2012
IRENO ELIAS	3500	11969 12407	2011 2012
ISABEL DA SILVA	3499	11578 12449	2011 2012
IVONETE MARQUES	4946	11823 12236	2011 2012
IVONIR SANTOS ALEXANDRINO, JOSIANE A. E GIOVANA DOS REIS	7414	11644	2011
JANETE DE F.S.FERREIRA, DREIGO, DIOGE-NES E THUANE	2444	11641 12511	2011 2012
JANETE FERREIRA TOME	2062	12039	2012
JOAQUIM SILVEIRA DOMINGOS	3855	11571 12441	2011 2012
JOAO ANTONIO MARCELINO	240	11635 12527	2011 2012
JOAO BATISTA ARTISMO	3513	11967 12405	2011 2012
JOAO BATISTA MARCELINO	3400	11614 12494	2011 2012
JOAO BATISTA MARCILIO	4736	11691 12054	2011 2012
JOAO LUIZ MEZZARI DA SILVA	719	12882	2012
JORGIANE MANFIOLETTI	3113	11763 12148	2011 2012
JOSE CLAUDIO GONCALVES	2339	11725 12103	2011 2012
JOSE DA TRINDADE	416	11934 12953 12385	2011 2012 2012
JOSE EDUARDO DE FREITAS SILVERIO	6780	11975	2011
JOSE EDSON DA SILVA TOME	578	12192	2012
JOSE FRANCISCO PEDRO	782	11905 12325	2011 2012
JOSE LAZZARIN	2024	11885 12964 12851 12169 12270	2011 2012 2012 2012 2012
JOSE ROBERTO PINTO	3479	11815 12187	2011 2012
JOSE WARMILLING	331	11840	2011
JUSTINO BORDIGNON/NEIVA PIOVESAN BORDIGNON	966	11798 12182	2011 2012
JUCEMAR DA PAZ	3342	12496	2012
LAIR LEITE VIEIRA ROQUE ME	6482	12572	2012
LAURA LICIE SIMON DO NASCIMENTO	3794	12140	2012
LOURDES RODRIGUES DA SILVA	3317	11732 12110	2011 2012
LUCIANA CARLA DE JESUS ANASTÁCIO	7466	12358	2012
MARIA E CONCILIA ROVARIS	2	11659 11822 11626 12038 12245 12525	2011 2011 2011 2012 2012 2012
MARIA ISABEL DE OLIVEIRA	3296	11638 12891	2011 2012
MARIA TEREZINHA BOEIRA FONSECA	5907	12095 12315	2012 2012

MARTIANI DO CARMO VIEIRA CASTELLER ME	6274	12609	2012
MCM - MARCAÇÃO DE CHASSIS E MOTORES LTDA ME	7307	12688	2012
MIGUEL CRISTOVAN RODRIGUES	3169	12605	2012
MOACIR RAFAEL	768	11890	2011
NAIR VIEIRA	958	12334	2012
NILZA PEREIRA TOMAZI	5867	12224	2012
NIRALDO DE SOUZA CLARINDA	1023	11872	2011
NOELI OSNI DA ROSA	2000	12277	2012
NUPIKI COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA ME	6946	11693	2011
ODILON JANUÁRIO PEREIRA	6375	12057	2012
ORACIDIO CAMILO FERREIRA	4541	11943	2011
PEDRO EVOIR LAZARI	1000	12377	2012
REALDO JUSTINO	1251	11877	2011
ROBERTO MARCOS DA SILVA	6461	12299	2012
ROBISON WESSLER DANIEL	7121	12588	2012
ROGERIO CAETANO	2188	11869	2011
ROSANGELA FREGULIA DE MELLO	2037	12274	2012
SANTINO MAFIOLETTI	3318	12932	2012
SANTOS FELISBERTO PEREIRA	4109	11708	2011
SCHEILA RUBIA TAVARES DO CANTO	5761	12066	2012
SERGIO CARVINHO ME	7078	12348	2012
SOLANGE DE MACEDO	3773	12954	2012
SORAYA AMÉRICO RAUPP ME	5278	12881	2012
STAR WORLD CONFECÇÕES LTDA ME	6429	12195	2012
TEREZINHA DOS SANTOS	3823	12353	2012
TEREZINHA MARCHESINI FERNANDES	3578	12971	2012
TIAGO BOTELHO	7099	13024	2012
VALCIR PANHAN	7044	11797	2011
VALDECIR DOS SANTOS	2004	12181	2012
VALDERES MANOEL ROCHA ME	6058	11964	2011
VALQUIRIA A.BORGE BIAVA E ROBERTO BIAVA	4963	12401	2012
VANDERLEI DA SILVA VIEIRA	3457	11723	2011
VILMAR JOSE MANENTI	770	11837	2011
VILMAR SARTOR	3305	12878	2012
WAGNER ARAUJO DA SILVA	7662	12220	2012
ZENAIDE ALVES SCHAUKOSK E ADAIR DOS SANTOSI	2868	12586	2012

Prefeitura Municipal de Turvo, em 01 de outubro de 2013

JOSIANE PATEL BIZ TOMAZ

Setor de Tributos- Prefeitura de Turvo

CNPJ nº 82.548.983/0001-60

Vargem Bonita

PREFEITURA

Contratação de Serviços Médicos Para Atendimento No Posto de Saúde Central

Extrato de Aviso de Licitação

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

CNPJ: 10.536.938/0001-84

Processo Licitatório nº 014/2013

Pregão nº 011/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDIMENTO NO POSTO DE SAÚDE CENTRAL

Data de abertura: 14 de outubro de 2013 às 09h00min

O edital na íntegra poderá ser retirado junto à sede da Prefeitura Municipal de Vargem Bonita - SC no Endereço: Rua Coronel Vitorio, 966, Centro, Vargem Bonita - SC, fone: (49)35483003 ou pelo email: compras@vargembonita.sc.gov.br.

LENIR RADAVELLI

Gestora Municipal de Saúde

Videira

PREFEITURA

Decreto Nº 10.616/13

DECRETO Nº 10.616/13, DE 26 DE SETEMBRO DE 2013.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, ao servidor CLACIR LENIESKI, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL INTERINO DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 045/2013, DECRETA

Art. 1º Fica aposentado por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, o servidor CLACIR LENIESKI, inscrito no CPF sob o nº 056.336.219-72, no RG nº 99.657 e no PIS/PASEP nº 102.45519.20-0, detentor da matrícula funcional nº 5049, ocupante do cargo de provimento efetivo de Supervisor de Serviço de Campo, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotado no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 5.480,20 (cinco mil, quatrocentos e oitenta reais e vinte centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 - Novo Estatuto dos Servidores Públicos

Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º/10/2013, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de setembro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de setembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0730/13

PORTARIA nº 0730/13

Concede licença para tratar de assuntos particulares

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 194 da Lei Complementar nº 130/12, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 15.132/2013,

RESOLVE

Art. 1º Conceder, a pedido, Licença para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a JOCEDALK BORGES, Professora, a partir de 1º de outubro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de outubro de 2013.

Videira, 30 de setembro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de setembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 731/13

PORTARIA Nº 0731/13

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00055/13-3, nos assentos funcionais da servidora LEONILSE OLIARI BOTH, detentora da matrícula funcional nº 843, e do cargo de provimento efetivo de Professora, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL INTERINO DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 15064/2013,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação, nos assentamentos funcionais da servidora LEONILSE OLIARI BOTH, detentora da matrícula nº 843 e do cargo de provimento efetivo de Professora, da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00055/13-3, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 30 de setembro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de setembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Dispensa de Licitação Nº 05/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2013 - FMS

O Município de Videira através do Fundo Municipal de Saúde comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2013-FMS

PROCESSO Nº 62/2013

HOMOLOGAÇÃO: 01/10/2013

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAR SERVIÇOS MÉDICOS AMBULATORIAIS NO PAME 24 HORAS.

CONTRATADO: RAPHAEL SALGADO PEDROSO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.840,00 (seis mil oitocentos e quarenta reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, incisos IV, da Lei de Licitações.

Videira - SC, 01 de Outubro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Dispensa de Licitação Nº 06/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2013 - FMS

O Município de Videira através do Fundo Municipal de Saúde comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2013 - FMS

PROCESSO Nº 63/2013

HOMOLOGAÇÃO: 01/10/2013

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAR SERVIÇOS MÉDICOS AMBULATORIAIS NO PAME 24 HORAS.

CONTRATADO: NATHALIE CRISTI GALVAN.

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.140,00 (um mil cento e quarenta reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.

Videira - SC, 01 de Outubro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Dispensa de Licitação Nº 07/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2013 - FMS

O Município de Videira através do Fundo Municipal de Saúde comunica a homologação dos seguintes atos:
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2013 - FMS
PROCESSO Nº 64/2013
HOMOLOGAÇÃO: 01/10/2013

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAR SERVIÇOS MÉDICOS AMBULATORIAIS NO PAME 24 HORAS.
CONTRATADO: ANDRESSA GUSBERTI.
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.565,00 (dois mil quinhentos e sessenta e cinco reais).
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.

Videira - SC, 01 de Outubro de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Resultado Julgamento das Propostas da TP Nº 01/2013 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2013 - FMAS

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento das propostas do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DAS EDIFICAÇÕES EM ALVENARIA DA UNIDADE DO CEBEM - CENTRO DO BEM ESTAR DO MENOR, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO, restando vencedora a empresa Construtora Edificação Ltda ME com o valor de R\$ 42.217,36 (quarenta e dois mil, duzentos e dezessete reais e trinta e seis centavos) por apresentar o menor preço. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 30 de setembro de 2013.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

CÂMARA MUNICIPAL

Extrato Termo Aditivo 003/2013 - CMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE VIDEIRA
Extrato de Termo Aditivo nº 003/2013

A Câmara Municipal de Vereadores de Videira publica o que segue: Termo Aditivo 003/2013 ao contrato nº 017/2012
CONTRATADA: Betha Sistemas Ltda.

OBJETO: Fica incluído na Cláusula 1ª - Do Objeto e Cláusula 2ª - Do Pagamento, a prestação do serviço de implantação, treinamento e locação mensal do sistema Betha Ponto Eletrônico (01 acesso) para a Câmara Municipal de Vereadores de Videira.
VALOR: 2.255,00 (dois mil duzentos e cinquenta e cinco reais)
VIGÊNCIA: 01/10/2013 a 31/12/2013.
ASSINATURA: 01/10/2013.

Videira, 01 de Outubro de 2013.
CLARIMAR RAIMUNDO BETTONI
Câmara Municipal de Vereadores de Videira
Presidente

Vitor Meireles

PREFEITURA

Portaria Nº 196/2013

P O R T A R I A Nº 196/2013

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: ILMA WATRAS
Cargo: PROFESSOR NIVEL III

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Licença para Tratamento de Saúde, por 15 dias, pelo período de 30/09/2013 a 14/10/2013, sendo que a partir desta data, se necessário, a servidora deverá ser encaminhada ao INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social, para realização de Perícia Médica, ficando a servidora licenciada pelo período estabelecido pela Previdência Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 30 de setembro de 2013, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 01 DE OUTUBRO DE 2013.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, __/__/____
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

Associações

FECAM

Resolução Nº 003/2013

Resolução nº 003/2013

O Presidente da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, PEDRO CELSO ZUCHI, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a baixa patrimonial, dos bens relacionados abaixo de acordo com os procedimentos apresentados pela Comissão Especial através da ata nº 001/2013.

Patrimônio	Descrição dos Bens	Valor
325	Balcão baixo 2 portas - Azul	R\$ 200,00
327	Cadeira em couro com pés cromados - Preto	R\$ 40,00
328	Cadeira em couro com pés cromados - Preto	R\$ 40,00
329	Cadeira em couro com pés cromados - Preto	R\$ 40,00
330	Cadeira em couro com pés cromados - Preto	R\$ 40,00
331	Cadeira em couro com pés cromados - Preto	R\$ 40,00
332	Cadeira em couro com pés cromados - Preto	R\$ 40,00
197	Cadeira Executiva Giratória - Preto	R\$ 170,00

60	Cadeira secretária azul	R\$ 50,00
13	Cadeira Secretária Giratória - Azul	R\$ 70,00
61	Cadeira Secretária Giratória - Azul	R\$ 70,00
62	Cadeira Secretária Giratória - Azul	R\$ 170,00
352	Cadeira Secretária Giratória - Azul	R\$ 70,00
54	Cadeira Secretária Giratória - Cinza	R\$ 70,00
59	Cadeira Secretária Giratória - Cinza	R\$ 70,00
53	Cadeira Secretária Giratória - Preto	R\$ 70,00
294	CPU	R\$ 1.500,00
281	CPU	R\$ 1.500,00
283	CPU	R\$ 1.500,00
164	CPU	R\$ 1.500,00
245	CPU	R\$ 1.500,00
252	CPU	R\$ 1.500,00
268	CPU	R\$ 1.500,00
159	Estabilizador	R\$ 100,00
189	Estabilizador	R\$ 100,00
344	Estabilizador	R\$ 100,00
195	Estabilizador	R\$ 100,00
340	Estabilizador	R\$ 100,00
363	Estabilizador	R\$ 100,00
336	Estação de trabalho c/ 3 lugares - Creme	R\$ 1.270,65
301	Fax HP 4355 - Branco	R\$ 208,00
316	Fax HP Branco	R\$ 378,00
45	Furador para espiral - Cinza	R\$ 442,00
343	Guilhotina	R\$ 105,00
128	HUB	R\$ 50,00
155	Impressora Matricial Epson FX1170	R\$ 945,00
180	Interface celular	R\$ 890,00
11	Maquina de Escrever elétrica	R\$ 300,00
350	Mesa café	R\$ 50,00
36	Mesa em L - Azul	R\$ 300,00
261	Mesa em L - Bege/Cinza	R\$ 300,00
285	Mesa em L - Cinza	R\$ 300,00
35	Mesa em L com 2 gavetas - Azul	R\$ 300,00
58	Mesa para computador - Bege e Preto	R\$ 135,00
267	Mesa retangular – Azul	R\$ 135,00
337	Mesa Retangular – Azul	R\$ 135,00
33	Mesa retangular 2 gavetas - Azul	R\$ 135,00
270	Monitor CRT Proview 17"	R\$ 300,00
273	Monitor CRT samsung 15"	R\$ 300,00
220	Monitor CRT Samsung 17"	R\$ 300,00
367	Nobreak	R\$ 2.000,00
339	Suporte CPU - Cinza	R\$ 33,00
17	Suporte para CPU - Azul	R\$ 33,00
86	Suporte para CPU - Cinza	R\$ 33,00
209	Suporte para CPU - Cinza	R\$ 33,00

Art. 2º - Os bens relacionados no art. 1º serão doados a entidade filantrópica Casa de Apoio Liberdade, sendo que o deslocamento dos móveis deverá ser realizado pela entidade beneficiada.

Art 3º - Fica ainda a Comissão Especial, autorizada a encaminhar para as devidas baixas nos registros contábeis os bens aqui relacionados.

Art.4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, SC, 30 de setembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito de Gaspar
Presidente da FECAM

Resolução Nº 004/2013

RESOLUÇÃO Nº 004/2013

O Presidente da Federação Catarinense de Municípios - FECAM, PEDRO CELSO ZUCHI, prefeito de Gaspar, atendendo ao disposto no artigo 31, II, "b" do Estatuto Social,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a celebração de contrato de comodato de veículos automotores de propriedade da FECAM ao Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, pessoa jurídica de direito público, sob a forma de associação pública, inscrita no CNPJ/MF de nº 09.427.503/0001-12, com sede a Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Estreito, na cidade de Florianópolis, CEP 88.070-101 e a Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM, associação jurídica de direito privado, de natureza civil, sem fins econômicos, inscrita no CNPJ/MF de nº 08.940.383/0001-90, com sede a Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Estreito, na cidade de Florianópolis, CEP 88.070-101.

Art. 2º Todas as despesas decorrentes do uso dos veículos automotores objeto do contrato firmado serão custeadas pelo ente comodatário do veículo.

Art. 3º Os Diretores Executivos das entidades comodatárias descritas nesta Resolução firmarão contrato de comodato dos veículos de propriedade da FECAM, ratificando as disposições contidas nesta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data da publicação.

Florianópolis/SC, 30 de setembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito de Gaspar
Presidente da FECAM

Consórcios

CIMVI

Resolução Nº 82, de 30 de Setembro de 2013

RESOLUÇÃO Nº 082, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.

Delega competência para o Diretor Executivo para efetuar pagamento de obrigações do CIMVI, por meio eletrônico, através de conta corrente junto ao Banco do Brasil S.A.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto; e

Considerando-se as disposições do art. 28, §§ 1º e 2º, do Estatuto do Consórcio Público, e as dificuldades operacionais de manutenção de assinatura digital com responsabilidade concomitante para mais de um órgão público e/ou a substituição constante da habilitação do Presidente do CIMVI junto à agência bancária:

Considerando-se a necessidade de desburocratização dos trabalhos do CIMVI e agilização dos pagamentos por meio eletrônico das despesas regularmente processadas, através de conta corrente mantida junto ao Banco do Brasil S.A.;

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar competência para o empregado Valter Conrado de Araújo, ocupante do emprego público de Diretor Executivo e

portador do CPF 379.549.389-72, para efetuar pagamentos por meio eletrônico das despesas regularmente processadas pelo CI-MVI, através de conta corrente mantida junto ao Banco do Brasil S.A.

Art. 2º - Esta resolução entre em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 30 de setembro de 2013.

HARTWIG PERSUHN

Presidente



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

CINCO**At0020 _2013 - Atestado de Aprovação Marcas Leites e Suplementos Edital 0007 - Medigram****MARCAS APROVADAS NO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES PARA CADASTRAMENTO DE LEITES E SUPLEMENTOS Nº 0007/2013 COMPLEMENTAR AO 0004/2013****LEITES E SUPLEMENTOS****ANEXO IV****ATESTADO DE APROVAÇÃO Nº. AT0020**

Nos termos do Chamamento Público para cadastramento de leites e suplementos, APROVAMOS conforme termo de análise nº 0030 as respectivas MARCAS/MODELOS dos ITENS discriminados a seguir, apresentados pela empresa **MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.**

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCAS/MODELO
34	Frasco	Fórmula líquida, nutricionalmente completa e balanceada, hipercalórica, hiperproteica, rica em cálcio e vitamina D, indicada para idosos. frasco com 200ml	NESTLÉ NUTREN SENIOR 200ML
35	Frasco	Nutrição para situações metabólicas especiais, hiperproteica, enriquecida com arginina, ômega 3 e nucleotídeos. diversos sabores. frasco de 200ml	NESTLÉ IMPACT 200ML
38	Lata	Dieta 100% hidrolizada, a base de proteína do soro do leite, para crianças de 1 a 10 anos de idade com diarreia crônica ou intolerância a proteína. isento de lactose, colesterol e glúten. latas de 400 gramas.	NESTLÉ PEPTAMEN JUNIOR 400G
40	Lata	Suplemento alimentar Sem Açúcar, com proteínas enriquecido de vitaminas e minerais, com no mínimo a seguinte composição nutricional para porção de 30 gramas, 14 mg de ferro, 249 mg de cálcio, 177 mg de fósforo, 212 mg potássio, 0,9 gramas de fibra alimentar vitaminas A, D, C, E, B1, B2, B6 e B12. Apresentação: Lata com no mínimo 350 gramas.	NESTLÉ NUTREN SENIOR

Fraiburgo SC, 30 de setembro de 2013.

Camila Strapazon
Membro da Comissão Especial/Resolução nº 025/2013

Luiza Sabina Gazzi
Membro da Comissão Especial/Resolução nº 025/2013

Josilei Z. Pagnussatt
Membro da Comissão Especial/Resolução nº 025/2013

At0021 _2013 - Atestado de Aprovação Marcas Leites e Suplementos Edital 0004 - Nutriport**MARCAS APROVADAS NO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES PARA CADASTRAMENTO DE LEITES E SUPLEMENTOS Nº 0004/2013****LEITES E SUPLEMENTOS****ANEXO IV****ATESTADO DE APROVAÇÃO Nº. AT0021**

Nos termos do Chamamento Público para cadastramento de leites e suplementos, APROVAMOS conforme termo de análise nº 28 e 29 as respectivas MARCAS/MODELOS dos ITENS discriminados a seguir, apresentados pela empresa **NUTRIPORT COMERCIAL LTDA.**

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCAS/MODELO
3	Lata	Fórmula Infantil hipoalergênica, semi-elementar indicada para crianças de 0 a 12 meses, com alergia a proteína do leite de vaca, e/ou quadros de diarreia severa, fonte de proteína 100% soro do leite hidrolizada, isento de lactose, sacarose e glúten; com óleos vegetais. Apresentação: Lata e lacre interno em alumínio com tampa protetora, lata contendo no mínimo 400gr.	PREGOMIN PEPTI - DANONE
23	Lata	Fórmula infantil isenta de lactose para lactentes de 0 a 12 meses, a base de proteína láctea, carboidrato maltodextrina. Apresentação: lata com lacre interno, com tampa protetora com no mínimo 400 gramas	APTAMIL S/ LACTOSE - DANONE
25	Lata	Formula infantil para lactentes de 0 a 12 meses que apresentam regurgitação e/ou refluxo gastroesofágico. Proteínas lácteas, carboidrato lactose e maltodextrina. Apresentação: lata com lacre interno, com tampa protetora com no mínimo 400 gramas	APTAMIL AR DANONE

Fraiburgo SC, 30 de setembro de 2013.

Camila Strapazzon
Membro da Comissão Especial/Resolução nº 025/2013

Luiza Sabina Gazzì
Membro da Comissão Especial/Resolução nº 025/2013

Josilei Z. Pagnussatt
Membro da Comissão Especial/Resolução nº 025/2013

1

Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro – CEP 89.580-000
www.cinco.sc.gov.br E-mail:cinco@cinco.sc.gov.br
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina

